

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROBSON VASCONCELOS CARVALHO

FAMÍLIA E POLÍTICA NO RN:
ALVES, MAIA E O SUPORTE DO SENADO

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

NATAL-RN

2018

ROBSON VASCONCELOS CARVALHO

**FAMÍLIA E POLÍTICA NO RN:
ALVES, MAIA E O SUPORTE DO SENADO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Governo, Estado e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa.

NATAL-RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes –
CCHLA

Carvalho, Robson Vasconcelos.

Família e política no RN: Alves, Maia e o suporte do Senado /
Robson Vasconcelos Carvalho. - 2018.

227f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa.

1. Oligarquia (Rio Grande do Norte). 2. Emendas
parlamentares. 3. Congresso Nacional (Brasil) - Dissertação. 4.
História Política - Dissertação. 5. Machiavelli, Niccolò, 1469-
1527 - Dissertação. I. Costa, Homero de Oliveira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 321.15

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-CRB-15/748

Nome: Robson Vasconcelos de Carvalho

Título: Família e política no RN: Alves, Maia e o suporte do Senado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa

Instituição: UFRN. Assinatura: _____

Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso. Instituição: UFRN.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. José Marciano Monteiro. Instituição: UFCG.

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICO ESSA PESQUISA:

Aos cidadãos de paz e de bem do meu querido Rio Grande do Norte,
que lutam por um Brasil mais justo, cidadão e mais forte.
Aos que compreendam a importância dessa crítica,
para mudar os rumos da classe política.
Aos que entendam que, para mudar, é preciso conhecer, não esquecer e estudar.
Tudo que a nossa pesquisa aponta se esforça pra dar conta,
de uma História que não é de faz de conta.
É a História da política potiguar,
que em você poderá despertar o legítimo desejo de mudar.
Ao cidadão que se dedica, pra pensar, fica uma dica:
conhecimento que se aplica, se replica!
E deixa a mente tão rica que é a semente que explica,
o que fazer pra renovar a classe política potiguar.

(Robson Carvalho – Cidadão)

AGRADECIMENTOS

Deus, dom da vida, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas;

Família, aconchego do meu coração;

Orientador e incentivador, professor Homero de Oliveira Costa;

Conteúdo, dezenas de autores citados na bibliografia;

Banca, professores José Antônio Spinelli Lindoso e José Marciano Monteiro;

Atenção, professores Ilza Araújo Leão de Andrade e Luiz Eduardo Brandão Suassuna;

Dados/SEPLAN-RN, Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira e Diego Tenório da Paz;

ABNT, Bianca Vasconcelos e Silva;

Paciência, amigos, clientes, colaboradores, telespectadores, cachorro e papagaio;

Cidadãos, leitores e multiplicadores.

Gratidão!

EPÍGRAFE

**Pedras estão fora do tempo.
As pedras são imutáveis,
sempre as mesmas,
porque estão mortas.
A vida tem horror à mesmice.
(Rubem Alves - Poeta)**

RESUMO

Há mais de sete décadas, dois grupos familiares, Alves e Maia, têm ocupado, por meio de seus representantes, importantes espaços de poder no Rio Grande do Norte, com destaque especial para o plano majoritário nas últimas quatro décadas. Na Colônia, Império, ou mesmo em fases anteriores da República, nenhum outro grupo político-familiar foi tão longo na ocupação contínua de espaços de poder em solo potiguar. À luz do realismo de Maquiavel, essa dissertação analisa quais os principais meios utilizados por essas famílias para permanecerem no poder ao longo do tempo, bem como os seus *modus operandi*, origens históricas e bases de formação. Além disso, procuramos identificar os instrumentos de poder que utilizam e quais as estratégias escolhidas, com destaque para a lógica da bipolaridade. Dentre os diversos instrumentos, dois deles são destacados: emendas parlamentares e financiamento de campanhas eleitorais. Os senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho foram os escolhidos como objetos específicos de análise por serem, respectivamente, os representantes das famílias mais expressivos no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Emendas. Financiamento. Senado. Grupo político-familiar.

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

ABSTRACT

For more than seven decades, two family groups, Alves and Maia, have occupied, through /their representatives, important power spaces in Rio Grande do Norte, with special emphasis on the majority plan in the last four decades. In Colony, Empire, or even in phases before the Republic's, no other family-political group has been so long-lived in the continuous occupation of power spaces in the potiguar's soil. In the light of Machiavelli's realism, this dissertation analyzes the main means used by these families to remain in power over time, as well as their *modus operandi*, historical origins and bases of formation. In addition, we seek to identify the instruments of power they use and which strategies are chosen, with emphasis on the bipolarity's logic. Among many instruments, two of them are highlighted: Parliamentary's amendments and financing of electoral campaigns. Senators José Agripino Maia and Garibaldi Alves Filho were chosen as specific objects of analysis because they were, respectively, the representatives of the most expressive families in the analyzed period.

KEY WORDS: Amendments. Financing. Senate. Political-family group.

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. José Agripino Maia: Percentual de votação do parlamentar ao Senado, por município - 2018	146
Mapa 02. José Agripino Maia: Valor global das emendas parlamentares, por município - 2010 – 2018	147
Mapa 03. José Agripino Maia: Percentual de votação ao Senado 2010 e valor total de emendas, por município - 2010 – 2018	148
Mapa 04. Família Maia (José Agripino Maia, Felipe Maia): Percentual de votação de José Agripino Maia ao Senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de José Agripino Maia e Felipe Maia - 2010 – 2018	149
Mapa 05. Família Maia (José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia): Percentual de votação de José Agripino Maia ao Senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia - 2010 – 2018	150
Mapa 06. Garibaldi Alves Filho: Percentual de votação do parlamentar ao Senado, por município - 2010	151
Mapa 07. Garibaldi Alves Filho: Valor das emendas parlamentares, por municípios - 2010 – 2018	152
Mapa 08. Garibaldi Alves Filho: Percentual de votação ao Senado – 2010 e valor total de emendas, por municípios - 2010 – 2018	153
Mapa 09. Família Alves (Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim): Percentual de votação de Garibaldi A. Filho ao Senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim - 2010 – 2018	155

Mapa 10. Votação Garibaldi Alves Filho ao Senado – 2010 e soma de emendas parlamentares das Famílias Maia e Alves - 2010 – 2018	156
Mapa 11. Votação José Agripino Maia ao Senado – 2010 e soma das emendas parlamentares das famílias Maia e Alves - 2010 – 2018	157
Mapa 12. Votação de Garibaldi Alves Filho ao Senado – 2010 e soma das emendas parlamentares de Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia - 2010 – 2018	158
Mapa 13. Votação de José Agripino Maia ao Senado – 2010 e soma de emendas parlamentares Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia - 2010 – 2018	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Contagem de Mandatos de deputado federal até 2018: Família Alves.....	41
Quadro 02. Contagem de mandatos de deputado estadual da família Alves.....	43
Quadro 03. Contagem de mandatos de vereadores de Natal (capital do RN) da família Alves.....	43
Quadro 04. Mandatos de deputado federal de 1958 a 2018: Família Maia	48
Quadro 05. Mandatos de deputado estadual de 1998 a 2018: Família Maia	49
Quadro 06. A ocupação dos cargos de prefeitos de Natal, senadores e governadores durante a ditadura militar (1964 – 1985)	58
Quadro 07. Senadores, governadores do RN e prefeitos de Natal 1982-2018.....	77
Quadro 08. Competências do Senado Federal.....	88 - 89
Quadro 09. Senadores e governadores do RN: 1982-2018.....	90 - 91
Quadro 10. Partidos políticos registrados – 2018.....	102
Quadro 11. Distribuição dos cargos e rede de influência.....	108
Quadro 12. Códigos de classificação e identificação das Emendas Parlamentares.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Total de emendas de todos os parlamentares de 2010 a 2018	120
Gráfico 02. Total de emendas de todos os parlamentares – Ente: Municípios – 2010 - 2018	121
Gráfico 03. Total geral – José Agripino Maia – Ente: Municípios – 2010 – 2018	122
Gráfico 04. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – Ente: Municípios – 2010 – 2018	123
Gráfico 05. Total geral – Garibaldi Alves Filho – Ente: Municípios – 2010 - 2018	124
Gráfico 06. Total geral – Ente: município – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves – 2010-2018	125
Gráfico 07. Total geral – Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – Ente: Municípios – 2010 – 2018	126
Gráfico 08. Total geral – Ente Município: Garibaldi Alves, Garibaldi Alves Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves e José Agripino Maia	127
Gráfico 09. Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – Ente: Org. Soc. Civil – 2010 – 2018	129
Gráfico 10. Total geral - Entidade OSC: Garibaldi Alves, Garibaldi Alves Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves, Felipe Maia e José Agripino	130
Gráfico 11. Total geral – José Agripino Maia – 2010-2018	131
Gráfico 12. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – 2010 – 2018	132
Gráfico 13. Total geral – Garibaldi Alves Filho – 2010 – 2018	133
Gráfico 14. Total geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves – 2010 – 2018	134

Gráfico 15. Total Geral Bancada RN – Ente Estado	136
Gráfico 16. Total de emendas – Todos os parlamentares – Ente: Gov. Estado – 2010 – 2018	138
Gráfico 17. Total geral – José Agripino Maia – Ente: Governo do Estado – 2010 – 2018	139
Gráfico 18. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – Ente: Governo do Estado – 2010 – 2018	140
Gráfico 19. Total geral – Ente Estado – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves - 2010 – 2018	141
Gráfico 20. Total geral – Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia – Ente: Gov. do Estado – 2010 – 2018	142
Gráfico 21. Total geral – Ente Estado: Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique E. Alves, Walter Alves, Felipe Maia e José Agripino Maia	143
Gráfico 22. Total geral – Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia – 2010 – 2018	144
Gráfico 23. Total geral – Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique E. Alves, Walter Alves, Felipe Maia, José Agripino Maia, João Maia e Zenaide Maia	145
Gráfico 24. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia, 2002)	168
Gráfico 25. Total de Receita por Candidato ao Senado – RN (2002)	169
Gráfico 26. Total Receita por partido, Senado – 2002	170
Gráfico 27. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (2010)	171
Gráfico 28. Total de Receita por candidato ao Senado – 2010	172
Gráfico 29. Receita do partido de cada candidato RN, Senado – 2010	172
Gráfico 30. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia – 2002 e 2010)	173

Gráfico 31. Valores arrecadados pelo candidato + comitê e partido no plano estadual 174

Gráfico 32. Doações de campanha – 2010 175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. A atualidade de Maquiavel em uma análise sobre a dinâmica política no RN.....	25
1.1. Da transição oligárquica ao familismo político: oligarquias ou grupos políticos familiares?	34
2. A luta pelo poder no RN: Alves e Maia	40
2.1. A origem da família Alves e seus principais atores políticos	40
2.2. A origem da família Maia e seus principais atores políticos.....	44
2.3. O regime militar no RN (1964-1985) e o bipartidarismo no contexto de formação dos grupos político-familiares Alves e Maia	50
2.4. Partidos políticos como abrigo de projetos de poder político-familiares e a influência do contexto nacional	57
2.5. A democracia no RN a partir de 1985: bipolarização de padrão familiar	59
2.6. Wilma Maria de Faria e o exemplo dos efeitos da bipolarização Alves x Maia	61
2.7. Rompimentos familiares ou divisão estratégica de grupos políticos?	64
2.8. As visões de Geraldo Melo e Fernando Bezerra sobre o <i>modus operandi</i> das Famílias Alves e Maia e a inserção dos mesmos nesse contexto	68
2.8.1. Geraldo Melo	68
2.8.2. Fernando Bezerra	72
2.9. As eleições de 2014 e o possível início de uma ruptura com o padrão Alves x Maia	79
2.10. A importância das máquinas do governo do estado e federal, das prefeituras, do senado e do financiamento privado para formação e manutenção de bases políticas.....	81
3. Outras estratégias e instrumentos para manutenção dos espaços de poder	86
3.1. O Senado e as conexões com o plano federal como suporte	86
3.2. Os poderes exclusivos do senador	89
3.3. A presença histórica das famílias Alves e Maia no Senado Federal	93

3.4. A influência dos senadores nos estados a partir das conexões nacionais	99
3.5. O controle histórico e o modo de uso dos partidos políticos	100
3.6. A influência da mídia na construção e fortalecimento político	107
3.7. O uso de mandatos para conquistar outros espaços de poder	109
3.8. A política como negócio de família	112
4. Emenda e voto	114
4.1. O uso das emendas para manutenção das bases político-familiares	120
4.1.1. Explicação do demonstrativo das emendas parlamentares	121
4.1.2. Emendas individuais das famílias Alves e Maia, cadastradas para municípios	123
4.1.3. Emendas individuais destinadas para organizações da sociedade civil	132
4.1.4. Uma reflexão a respeito das emendas destinadas ao Governo do Estado	138
4.1.5. Total geral de emendas dos grupos político-familiares Alves e Maia	147
4.2. Emendas e votos: desempenho político-eleitoral-familiar	148
5. Financiamento e voto	165
5.1. Impactos do financiamento privado de campanha no processo eleitoral	165
5.2. O financiamento de campanha para o Senado e as eleições 2002 e 2010 no RN	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	186
ANEXO 1	191
ANEXO 2	192
ANEXO 3	195
ANEXO 4	196
ANEXO 5	198
ANEXO 6	199

ANEXO 7	205
ANEXO 8	208
ANEXO 9	209
ANEXO 10	210
ANEXO 11	211
ANEXO 12	212
ANEXO 13	216
ANEXO 14	217
ANEXO 15	221
ANEXO 16	223

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

INTRODUÇÃO

Desde os tempos em que fui estudante do ensino médio, há cerca de 25 anos, nunca me esqueci de que, em algumas aulas, os professores de História já falavam de duas famílias políticas que dominavam o estado do Rio Grande do Norte e que ambas se alternavam no poder. Eles se referiam às famílias Alves e Maia, e aquilo me deixara curioso. Lembrava naquela ocasião e relembro agora de um *jingle* de campanha, quando ainda criança, que continha o seguinte trecho (de uma paródia da música “Entre tapas e beijos”): “Com maracutaia, com bala ou ternura, juntos ou separados, mandamos no estado desde a ditadura” (Informação verbal)¹.

Os anos se passaram e, como sempre gostei de política, acabei me graduando em Ciências Sociais, com ênfase em política, já disputando cargo eletivo. Além disso, passei a conhecer de perto os diversos membros de ambas as famílias, com mais proximidade nos últimos quinze anos, na condição de apresentador de programas de rádio e televisão no estado.

Ao longo de todo esse tempo, pude constatar que, em alguns momentos juntos e em outros separados, essas famílias continuam a ocupar diversos espaços de poder no RN e que seus respectivos mandatos sempre são mantidos, com algumas mudanças ou permutas de espaços – entre governo e Senado, por exemplo, ou com a ascensão de aliados, mas, de igual modo, os principais problemas do Estado também são mantidos e sempre se renovam as esperanças com as promessas de “salvar o Rio Grande do Norte”.

É de fácil observação e percepção a permanência do padrão bipolar-familiar nos principais postos de comando potiguar, e em especial no Senado, que, desde a transição do regime militar, em 1985, até 2018, continua a registrar a presença de duas famílias: Alves e Maia, neste caso por meio, principalmente, dos senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho.

Daí parte a escolha do tema, pois nos chama a atenção a pouca ou quase ausente alternância nesses espaços de poder. Além disso, a permanência por muito tempo dos mesmos grupos políticos praticamente nos mesmos cargos, como diria Michels (1982), com a chamada *Lei de Ferro das Oligarquias*, acaba minando e dificultando o surgimento de novas lideranças e novos grupos, importantes à oxigenação da democracia.

¹ *jingle* de campanha, em paródia à música “Entre tapas e beijos”. Autor: Crispiniano Neto.

Sobre este tema, Bobbio (2015), em *O futuro da democracia*, alerta que uma das promessas não cumpridas da democracia é a “persistência das oligarquias”, ou seja, a não derrota do poder oligárquico, ainda presente nas democracias representativas. Bobbio também se alinha com o pensamento de Joseph Schumpeter quando diz que uma das características de um governo democrático não é a ausência das elites, mas a presença de muitas delas na concorrência, na disputa pela conquista do voto popular. Sabemos que o conceito de oligarquia é polissêmico e, por consequência, polêmico; como não se trata do foco de nossa pesquisa, essa temática será apenas contextualizada, mas não será aprofundada, nem servirá de guia ao longo do trabalho. Nesse sentido, utilizaremos o termo *grupos político-familiares*, conforme será conceituado adiante, para nos referirmos ao nosso objeto de análise.

Diferentemente do costume acadêmico, que geralmente apresenta toda a metodologia no início, optamos pela experiência de explicar cada passo metodológico dessa dissertação no decorrer da pesquisa, a cada capítulo produzido. No nosso ponto de vista, isso poderá facilitar a leitura e compreensão contínua, etapa por etapa.

O ano de 2018 é simbólico por trazer à memória algumas datas importantes, descobertas após uma longa pesquisa bibliográfica sobre a História do Rio Grande do Norte. Em primeiro lugar, há duzentos anos, a capitania do RN conquistou sua completa emancipação jurídica da capitania da Paraíba e, há duzentos e um anos, a emancipação administrativa da capitania de Pernambuco, que era, segundo Cascudo (1980), um curral.

Em segundo lugar, completa-se quarenta anos da “Paz Pública”, acordo político que uniu as famílias Alves/Maia, dando origem formal a um padrão bipolar-familiar, no plano majoritário. Porém, há setenta e três anos, Aluísio Alves chegou ao seu primeiro mandato (deputado federal constituinte em 1945) e completa-se também sessenta anos que Tarcísio Maia foi deputado federal, tendo hoje seu neto Felipe Maia ocupando o mesmo posto e, ainda, o pai desse, José Agripino Maia, como senador da República pela quarta vez. De igual modo, permanecem, por tempo semelhante em diversos espaços, representantes da família Alves, já chegando inclusive a ocupar ministérios por diversas vezes, além da presidência da Câmara Federal e Senado.

Em terceiro lugar, o ano de 2018, traz consigo ainda a marca de contemplar a 10ª eleição para o Senado, considerando a transição da última à atual fase da democracia.

Como nos orienta a práxis acadêmico-científica, passamos à fase de escolha dos suportes teóricos para embasamento do estudo e objetos de análise. Assim, com base no material previamente analisado, pudemos perceber que existe, historicamente, uma presença muito forte dessas famílias de modo praticamente inalterável no Senado Federal e que, em alguns momentos da história, existem registros de dois familiares ocupando duas das três cadeiras. Foi por isso que se deu a escolha do Senado como foco e também por despertar o interesse em investigarmos se o Senado de alguma maneira serve como suporte à permanência destes grupos familiares não só nesses, mas ainda em diversos outros espaços de poder.

Não é de hoje que o Senado figura como importante instituição à manutenção de grupos políticos familiares no poder. Durante o regime militar, fazia-se necessária a articulação com os grupos locais para assegurar mais controle sobre o Congresso Nacional.

Esse contexto abriu espaço para o fortalecimento dos patriarcas políticos dos grupos familiares Alves e Maia. A “paz pública” acabou sendo a materialização de uma das estratégias desses grupos locais, culminando com a eleição de um candidato da ARENA para o Senado. Mesmo sem nenhum Alves ou Maia disputar naquele momento este cargo, o Senado já se desenhava como importante para esses grupos familiares. Isso porque, como ilustra Andrade (1996, p. 123, grifo nosso):

O partido governista havia sofrido uma derrota inesperada nas eleições para o Senado em 1974, quando o deputado Djalma Marinho, o quadro mais bem preparado do sistema governista, perde a eleição para um homem do povo. O candidato vencedor, Agenor Maria, era um ex-combatente que, como todo pequeno proprietário rural do nordeste, frequentava as feiras livres das redondezas comercializando o excedente de sua produção.

Essa importância também se deu para esses grupos políticos familiares devido a sua inserção no Nordeste, que contabilizava no Senado Federal a maior bancada dentre as outras regiões e a segunda maior bancada na Câmara Federal. Essa projeção do Nordeste frente ao cenário nacional significava uma maior influência, por ser a maior representação no colégio eleitoral que elegeria o presidente da República, conforme as regras da época. Ainda segundo Andrade (1996, p. 72):

A dificuldade do partido governista conter o eleitorado urbano, que cada vez mais se expressava em favor da oposição, confirmando a tese muito corrente na época de que o voto urbano expressaria a modernidade, a realidade da industrialização, do progresso, dos anseios de justiça social, enquanto o legislativo representava o atraso do mundo rural, dominado pelas velhas oligarquias. No nordeste, isso aparece com bastante força nas eleições para o Senado em 1974.

Com o resultado, o Governo Federal conseguiu reforçar a tradição conservadora no Congresso e manter o apoio das elites políticas da ocasião sob controle. Como contrapartida, esses grupos políticos foram beneficiados com o reforço à manutenção de seus domínios no plano local, por meio da ação patrimonialista e clientelista do Estado, que estava sob o controle dos militares.

Além disso, conforme fica evidenciado por Costa (2012, p. 12):

O PFL ocupou posição central na dinâmica política e partidária estadual entre 1985 e 2006, ao lado do PMDB, devido à sua capacidade de controlar o processo de disputas por cargos majoritários no Estado, especialmente as vagas para o Senado, ao longo das eleições gerais ocorridas entre 1985 e 2006.

O controle dos processos de disputa a que a autora se refere está relacionado a três fatores principais: às heranças de contextos anteriores, já que o mesmo grupo político familiar, no caso, Maia, controlava a máquina estatal durante dez anos consecutivos, antes da fundação do PFL, que surgiu dos desdobramentos da ARENA-PDS; ao controle do segundo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Norte, Mossoró, reduto dos Rosado, que, mesmo sendo um grupo familiar “satélite”, funcionou como fiel da balança em eleições; e à capacidade de articulação do líder absoluto do PFL, senador José Agripino Maia.

A partir desse contexto e da importância que ocupa o Senado no suporte aos grupos político-famíliares recentes, deriva a justificativa da escolha de José Agripino Maia (DEM) e Garibaldi Alves Filho (PMDB), à qual se acresce o fato de que ambos já contabilizaram diversos mandatos de senador, em alguns momentos de modo contínuo e em outros momentos alternando-se com cargos do executivo estadual, além de passagem pelo comando do executivo municipal da capital.

No primeiro capítulo, chamado de “A atualidade de Maquiavel em uma análise sobre a dinâmica política no RN”, à luz da teoria política de Nicolau Maquiavel (2007) e de Max Weber (2011), problematizamos a questão, relacionando os temas desenvolvidos por esses autores com o fato analisado, qual seja: a ocupação, por mais de sete décadas de espaços de poder no Rio Grande do Norte por representantes de duas famílias: Alves e Maia.

Iniciamos também aqui a discussão teórica sobre a hipótese que norteia o nosso trabalho, que diz respeito à presença do padrão familiar nas montagens de chapas que disputam o controle dos espaços de poder político do Estado, usando a lógica da bipolarização, em que essas famílias, unidas, separadas ou até subdivididas, protagonizam tais episódios e, como

consequência, são as mais longevas famílias presentes nos espaços de poder majoritário do RN. Nesse capítulo, outra discussão diz respeito à forma de tratamento: oligarquias ou grupos político-familiares?

Além disso, consideramos, inspirados em Maquiavel, *Virtù*, ou a virtude, como sendo o bom uso dos diversos instrumentos disponíveis a essas famílias durante o exercício do poder, que, bem empregados, somados à *Fortuna*, ou à sorte e às estratégias, compõem as explicações, ou motivos de estarem ocupando esses espaços de poder há décadas.

No segundo capítulo, “A luta pelo poder no Rio Grande do Norte: Alves e Maia”, recuperamos historicamente, por meio de pesquisa histórica e bibliográfica, a base de formação política de cada uma das duas famílias. Analisamos, de modo geral, a participação de alguns atores políticos nesse contexto, e, especificamente a carreira política dos senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho, do ponto de vista da origem e dos espaços de poder ocupados por ambos. Além disso, aprofundamos a observação sobre o impacto do período do regime militar no RN (1964-1985), do bipartidarismo e dos partidos políticos como abrigos dos projetos de poder dos grupos político-familiares em questão.

Ainda nesse capítulo, analisamos a trajetória política de Wilma Maria de Faria, como exemplo dos efeitos da bipolarização Alves x Maia e ouvimos, por meio de entrevistas, os ex-senadores Geraldo Melo, que também foi governador do RN, e Fernando Bezerra, Ministro da Integração Nacional, líder dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva e presidente da CNI. Algumas das questões abordadas foram sobre o *modus operandi* e as estratégias das famílias estudadas. Em determinados momentos, houve realmente rompimentos familiares ou foram divisão estratégica de grupos políticos para permanecerem em espaços de poder? Qual teria sido, para esses grupos, a importância das máquinas do Governo do Estado e Federal, das prefeituras, do Senado e do financiamento privado para formação e manutenção de bases políticas?

O capítulo terceiro: “Outras estratégias e instrumentos para manutenção dos espaços de poder” aborda a importância e o peso político do Senado e as conexões com o plano federal como suporte, os poderes exclusivos do senador, a presença histórica das famílias Alves e Maia no Senado Federal, a influência dos senadores nos estados a partir das conexões nacionais, o controle histórico e o modo de uso dos partidos políticos, a influência da mídia na construção e fortalecimento político, o uso de mandatos para conquistar outros espaços de poder e a política como negócio de família.

No capítulo quarto, “Emenda e voto”, detalhamos o uso das emendas parlamentares para manutenção das bases político-familiares. Aqui, temos uma das principais contribuições de nosso trabalho, inclusive por tratar analiticamente informações exclusivas que demonstrarão a lógica familiar empregada na aplicação das emendas para alimentação de bases municipais que lhes asseguram a manutenção do poder político em âmbito estadual. Este capítulo trará a explicação do demonstrativo das emendas parlamentares, emendas individuais das famílias Alves e Maia cadastradas para municípios, emendas individuais destinadas para organizações da sociedade civil, uma reflexão a respeito das emendas destinadas ao Governo do Estado, o total geral de emendas dos grupos político-familiares Alves e Maia e a relação dos dados das emendas com os votos dos senadores pesquisados, demonstrando o desempenho político-eleitoral-familiar de cada grupo, que ora agem em lados opostos, ora somam seus recursos políticos.

Já o quinto e último capítulo traz dados e análises sobre o financiamento eleitoral e o voto dos eleitores, demonstrando os impactos, de modo geral, do financiamento privado de campanha no processo eleitoral, e, especificamente, do financiamento de campanhas para o Senado Federal, com ênfase nos episódios eleitorais de 2002 e 2010 no RN, para o qual foram eleitos e reeleitos os senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia.

No que diz respeito à análise da relação entre a arrecadação de campanha por meio do financiamento privado e partidário e as votações recebidas pelos senadores em questão, fizemos diversos cruzamentos de dados para comprovar que, pelo menos do ponto de vista dos recursos oficialmente declarados, quanto maior a arrecadação, maior a votação e a probabilidade de eleição dos que mais arrecadam. Comparamos a evolução eleitoral de Garibaldi Alves Filho e de José Agripino Maia nas campanhas de 2002 e 2010. Cruzamos esses dados também entre ambos e com seus adversários de cada pleito, bem como do arrecadado pelos partidos políticos de cada um.

Ficou claro ainda, neste capítulo, que o relacionamento construído no exercício do cargo proporciona a captação de recursos que servem aos senadores e às suas bases, que também disputam eleições em outros cargos e, assim, também contribui não só para sua permanência no poder, mas também para a ampliação dos seus grupos político-familiares.

Considerando as últimas nove eleições para o cargo de senador, outros personagens também tiveram a oportunidade de exercer esse cargo, mas apenas os de sobrenome Alves e Maia conseguiram exercê-lo por mais de uma vez consecutiva. Constatamos na análise que o

diferencial pode ter sido o fato de ambos possuírem “bases eleitorais próprias”, reforçadas ao longo do tempo pelos instrumentos que foram oferecidos principalmente – já que houve vários outros – por cada cargo ocupado por membros familiares, com destaque especial para o plano majoritário.

Segundo Weber (2011), a forma de legitimação de um poder é decisiva para compreender o tipo de poder e percebemos que, no caso de ambas as famílias, a construção das bases de sustentação, aliada à bipolaridade, foi fundamental para a permanência desses grupos familiares no poder, que ora separados polarizavam o Estado, ora juntos somavam esforços e recursos políticos para derrotar um adversário comum que pudesse vir a constituir-se como uma nova força.

Para Maquiavel (1988 apud SKINNER, 2012, p. 74-5):

A realização de grandes coisas, nunca resulta apenas da boa Fortuna; é sempre fruto da Fortuna somada à indispensável qualidade da *Virtù*, a qualidade que nos permite suportar nossos infortúnios com serenidade e que, ao mesmo tempo, atrai as atenções favoráveis da deusa da boa sorte. [...] Se queremos entender o que tornou possível a posição dominante a que ascendeu a República Romana, devemos reconhecer que a resposta reside no fato de que Roma possuía “enorme *virtù*” e conseguiu garantir que essa qualidade essencial fosse “mantida naquela cidade por muitos séculos. [...] Foi por terem “mesclado à sua Fortuna a máxima *Virtù*”, que os romanos mantiveram sua liberdade original e por fim vieram a dominar o mundo.

Finalizamos com algumas considerações, a partir da pesquisa histórico-bibliográfica, que empreendemos, baseada em leituras de livros, artigos científicos, teses e dissertações, aliadas à análise dos dados coletados em entrevistas, portais, emendas parlamentares, financiamento de campanha e resultados eleitorais que circundaram o nosso problema de pesquisa.

Ao problematizarmos tudo isso, procuramos encontrar e compreender as possíveis explicações sobre o *modus operandi* dos grupos político-familiares Alves e Maia, analisando se a estratégia da bipolaridade operada por ambos representou ou não um fator importante à manutenção desses grupos nos principais espaços de poder do Estado potiguar. Além disso, expusemos o nosso levantamento sobre diversos instrumentos por eles utilizados para permanência nos espaços de poder do Rio Grande do Norte. Testamos, em especial, a forma de emprego das emendas parlamentares, em dissintonia com o espírito do texto constitucional, e expusemos o impacto no processo eleitoral a partir do uso dos recursos financeiros obtidos para campanhas.

1. A ATUALIDADE DE MAQUIAVEL EM UMA ANÁLISE SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA NO RN

Nicolau Maquiavel (1469 - 1527) era filho de família modesta de Florença (Itália); viveu em um contexto no qual havia diversas cidades-estados autônomas e defendeu sua unificação, o que só viria a ocorrer no final do século XIX. Ele foi um autêntico republicano e precursor de uma análise da formação do Estado Moderno, embora, ao longo do tempo, tenha sido confundido e interpretado como absolutista, ditador, tirano e propagandista do mal. Um equívoco, conforme mostra, entre outros, Bignotto (1991).

Segundo Jesus Junior (2013, p. 102) o termo maquiavélico não condiz com o que fez e escreveu Maquiavel. Para ele,

o adjetivo maquiavélico passou a tomar proporções pejorativas nas relações interpessoais. Apontar alguém com essa alcunha pode ser considerado ofensivo. Mas os conceitos adquirem representações distintas dentro de diferentes contextos políticos, culturais e econômicos. Ser maquiavélico no tempo corrente não significa o mesmo que aplicar a doutrina de Maquiavel em meados do século XVI, o período no qual o historiador italiano busca aplicar seus conselhos aos príncipes recém-chegados ao poder.

Portanto, o seu pensamento foi deturpado até hoje, mais de quinhentos anos depois e permanece para alguns, conforme assinala Almeida Filho e Barros (2008, p. 68): “Existem dois sentidos para o termo maquiavelismo, um calcado no senso comum e nas distorções que o pensamento de Maquiavel sofreu ao longo dos séculos, e outro que se refere à sua real doutrina, a Razão de Estado”.

Para os autores, a essa distinção, chamou-se de Maquiavelismo Político ou Científico e maquiavelismo vulgar. Nas duas versões é sempre uma estratégia. A diferença consiste na qualidade do resultado que se busca, se o escopo desejado é a satisfação de um interesse privado ou se o que se pretende é realmente a defesa do Estado.

De um modo mais claro, Maquiavel analisou as circunstâncias para a conquista de um fim que tivesse um propósito como bem maior, sendo o principal deles a formação e preservação do Estado. Este foi o contexto que proporcionou a escrita de *O príncipe* (1513), que se configurou como uma espécie de receituário a um líder político que pudesse conquistar e manter o poder nas cidades-estados que estavam corrompidas, dispersas, desconexas e ameaçadas de invasão externa. O príncipe seria o homem virtuoso capaz de agir como mediador do caos, unificando os grupos que disputavam entre si, e que posteriormente formariam a Itália.

Notadamente realista, Maquiavel foi diplomata na República de Florença e promoveu, com base nas suas pesquisas e experiências, uma verdadeira revolução na forma de pensar o fenômeno da política como ela é e de perceber como se processam as relações de poder.

Segundo Almeida Filho e Barros (2008, p. 56), Maquiavel foi “o primeiro cientista político moderno. Isto porque, com sua maneira realista de observar os fenômenos políticos, termina por desvelar a face cruel do poder”. Ao concentrar seus estudos no dia a dia dos operadores da política e da sua dinâmica própria, chegou a uma conclusão que se tornou um divisor de águas: a política é obra humana, portando não divina. Tal descoberta fez dele um herege, com direito à inclusão de seus estudos no *Index Prohibitorum* (índice dos livros proibidos) da Igreja Católica.

A política, exercida pelo homem – e não por Deus – é dinâmica e sua prática constitui-se num jogo que possui regras próprias e segue uma lógica racional, não pertencente à esfera da ética, que é baseada nas consciências individuais, fundamentadas em preceitos morais ou idealismos vigentes em cada época específica.

Maquiavel decifrou a fórmula da “Energia Nuclear do Poder”. A título de comparação, poderíamos dizer que, assim como a energia nuclear pode ser usada para fins nobres produzindo energia que ilumine nações inteiras a custo baixo, ou destruidores, gerando uma bomba atômica, a forma de utilização da Energia Nuclear do Poder pode construir, conquistar, formar e sustentar Estados-Nação, Repúblicas e Reinos prósperos ou leva-los à ruína completa.

Para Maquiavel, saber usar a força do poder, que se dá no exercício da política, é a chave para o sucesso do Príncipe – ou gestor público nos dias de hoje – também condicionado ao que ele chama de *Virtù* (qualidades próprias do governante) e à Fortuna (ou sorte, no implemento de suas ações).

Max Weber, ao desenvolver uma abordagem sobre os fundamentos do poder, aponta para uma forma de concepção em que é considerada a existência de duas éticas. De acordo com a visão de Guimarães (2010, p. 39):

Ao tratar dos fundamentos do poder, Weber apresenta uma análise que aponta para o estudo de duas éticas. A política, enquanto atividade pública, precisa ser guiada por outra concepção de ética, diversamente daquela da vida privada. Este mesmo caminho foi apontado por Maquiavel quatro séculos antes. Há, pois, uma convergência entre o pensamento dos dois autores.

Aqui, salientamos uma importante coincidência entre Maquiavel e Weber, de acordo com Guimarães (2010, p. 41, grifo nosso), sobretudo no interesse pelo estudo da política real:

Ora, sem embargos, há então uma ética na política? Este tema faz com que Maquiavel e Max Weber, apesar das diferenças e da distância que os separam, se filiem numa conjugação de pensamentos no que trata da *realpolitik* e na busca de uma identificação de uma ética para a política. Ambos têm também em comum o fato do enorme interesse pela política e constantemente colocarem os questionamentos sobre a implementação de seus meios e de suas consequências.

Apesar de ser atribuída a Maquiavel, a frase “os fins justificam os meios” não consta em suas obras. Trata-se, portanto, de mais uma interpretação deturpada. O que ele defendia na verdade, baseado na ética do resultado, era que, em alguns casos, a visão racional e realista da política sobrepõe-se à postura moralista, quando estão em jogo os interesses do Estado, da instituição que se controla, ou, enfim, os interesses da coletividade, também compreendidas como Razões de Estado. O termo, reconhecidamente por parte de diversos autores, tem origem em *O Príncipe*. Como afirma Bobbio (1986, p. 1067):

Antes disso, é possível descobrir na história do pensamento político numerosas antecipações parciais, às vezes bastante agudas, de tal teoria, mas está fora de dúvida que é só com Maquiavel que se registra um salto qualitativo capaz de constituir o começo de uma nova tradição de pensamento.

Para Jesus Junior (2013, p. 108):

O conceito de Razão de Estado não está presente, de forma explícita, na obra de Maquiavel. Tampouco o modelo de relações políticas era apropriado para se afirmar que, de fato, representava uma Razão de Estado, em sua plenitude. Somente com o Estado-Nação territorial é que tal afirmação faria sentido. Contudo, é possível localizar as origens intelectuais do conceito nas prescrições políticas de Maquiavel aos príncipes recém-chegados ao poder. Em primeiro lugar, por Razão de Estado entende-se uma autonomia da política em relação às demais esferas de atuação humana, como a ética e a religião. O príncipe, ao conduzir os negócios de Estado, é o próprio Estado, transfigura-se. Desse modo, a ética do príncipe é a Razão de Estado.

Nesse sentido, Almeida Filho e Barros (2008, p. 69) ao evocar o pensamento de Gautier-Vignal afirma que: “A Razão de Estado é aquela necessidade que tem quem governa, de tomar as medidas próprias para assegurar a continuidade do poder, nos períodos de crise, a salvação do Estado”. Já Megale (1993, p. 59), sobre o mesmo conceito, afirma que: “Razão de Estado é o princípio pelo qual a soberania de um Estado não pode ser lesada e pelo qual o governante não pode tergiversar entre medidas cruéis ou não para garantir a soberania da nação e o bem-estar da população”.

Tal interpretação significaria dizer que os fins justificariam qualquer meio? E, sendo assim, não haveria limites para as Razões de Estado? A corrupção (circunscrita à apropriação

ilegal e imoral de recursos financeiros) ou mesmo a relação de promiscuidade entre os poderes legislativo e executivo, praticada em nome da “governabilidade” e da construção de um governo de coalizão, justificar-se-iam como Razão de Estado?

Sobre a natureza humana, Maquiavel (2007, p. 145), em *O Príncipe* (capítulo 17), afirma:

De modo geral, é possível dizer que os homens são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, fogem do perigo e são sempre ávidos por ganhos. E, enquanto favorecidos, oferecem ao príncipe o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, desde que, conforme disse anteriormente, a necessidade esteja longe deles. Mas quando ela se aproxima, eles se revoltam... Porque os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do seu patrimônio.

Para Chauí (2000, p. 514):

A lógica da política nada tem a ver com as virtudes éticas em sua vida privada. O que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser *virtù* na política. O ethos político e o ethos moral são diferentes e não há fraqueza maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder.

Mas esta máxima de Maquiavel deve ser revista quando ultrapassa, para além do jogo político, a própria estabilidade do Estado e a sua soberania. O jogo pela manutenção no poder, via exercício da política, não deve concorrer para colapsar o próprio Estado, que fundamenta a sua existência. Seria contraditório à Razão de Estado, irracional por pôr em risco o próprio Estado.

Outro ponto importante a destacar é que não basta ter os meios ou instrumentos; há que se saber utilizá-los. Para Maquiavel, como dissemos anteriormente, eis a *virtù*. Segundo Skinner (2012, p. 103):

O que há de mais perigoso é não perceber que a qualidade da *virtù* é a coisa mais importante de todas, em assuntos tanto civis quanto militares. É por isso que é tão desastroso avaliar os inimigos pela riqueza deles, pois o que deveria estar medindo é, evidentemente, a *virtù* deles, visto que “a guerra é feita de aço e não de ouro”.

Saber usar a força proporcionada pelo exercício do poder e os meios – ou instrumentos – por ele oferecidos é a chave para o sucesso do príncipe – ou líder político, para usar as palavras de Weber (2011) – e para a manutenção do próprio espaço de poder, tenha sido ele herdado ou conquistado.

De acordo com Maquiavel, os que sabem jogar e jogam o jogo da política podem seduzir a *fortuna* (a deusa da boa sorte) e controlar a *virtù* (eficácia na aplicação das estratégias

políticas, para conquista ou manutenção de espaços de poder). Para ele, o poder nasce da natureza humana e da sabedoria no uso virtuoso da força, ou de seus instrumentos. E a prática do homem sujeito da História exigia *virtù*, ou seja, o domínio sobre a Fortuna, que traria honra, riqueza e glória. Para atraí-la, era necessário virilidade e coragem.

Consideraremos em nossa dissertação como *fortuna* a oportunidade do primeiro espaço de poder ocupado. E como *virtù*, a eficiente utilização dos meios – que chamaremos de instrumentos – disponibilizados por esses espaços de poder ocupados, visando a manutenção neles dos grupos políticos que o ocuparam.

No Capítulo XV de *O príncipe*, o próprio Nicolau Maquiavel aborda as qualidades – ou atributos – do político ao exercer o poder e se deparar com os conflitos políticos. Para ele, faz-se necessário agir de acordo com a conjuntura, com a realidade do modo como ela se apresenta, levando em consideração a natureza humana e distanciando-se do exercício de uma política idealizada:

Portanto, é preciso que o príncipe que queira manter sua posição, aprenda a nem sempre ser bom e a fazer o uso da bondade segundo a necessidade. Por conseguinte, deixemos de lado os deveres de um príncipe imaginário e tratemos do que é real. (MAQUIAVEL, 2007, p. 134)

A problemática desse trabalho diz respeito à tentativa de compreender que instrumentos favoreceram a ocorrência do seguinte fato: a permanência nos espaços de poder, por mais de setenta anos, de dois grupos familiares, quais sejam, os Alves e Maia. Especificamente, direcionamos o foco de análise a dois representantes dessas famílias: José Agripino Maia (DEM) e Garibaldi Alves Filho (PMDB).

Ambos exercem o cargo de senador da República. O primeiro, detentor de quatro mandatos e o segundo, de três mandatos de senador. Ambos já foram prefeitos da capital, uma vez cada e, igualmente, ambos governaram o Estado do Rio Grande do Norte por duas vezes, sem nos esquecermos que as raízes familiares de cada um conservam membros que já exerceram diversos cargos no Estado. O senador Maia, contabiliza em 2018, individualmente, quarenta anos de exercício de mandatos, ao passo em que o senador Alves se aproxima, individualmente, de cinco décadas.

Sobre o padrão bipolar-familiar nas disputas

No jogo da política conduzida pelos líderes dos grupos familiares, acreditamos na hipótese da bipolaridade como uma estratégia de ambos para permanecerem nos espaços de poder que ocupam ou ampliá-los e, ainda, para a contenção de uma possível terceira força que venha a surgir, ameaçando um deles.

Segundo Maurice Duverger (1980), em sua obra *Os partidos políticos*, há uma tendência de as disputas majoritárias produzirem sistemas dualistas, ou, como chamaremos aqui, bipolares. Para Costa (2012), há, no Rio Grande do Norte, um sistema de disputas que é fragmentado nas competições proporcionais (para deputados estaduais, federais e vereadores) e dualista e fechado nas competições majoritárias (governo, prefeituras e Senado).

Percebemos ao longo do estudo que, com esse intento, os grupos familiares somam os seus exércitos (bases políticas) aos recursos de poder dos quais dispõem. Em alguns momentos, atuam em conjunto, ao passo em que, em outras ocasiões, agem de modo separado, chegando inclusive a haver divisão interna de um dos grupos familiares.

Os recursos de poder – ou instrumentos – que analisaremos dentro da estratégia da bipolaridade são oferecidos pelo Senado Federal: o uso das emendas parlamentares e o financiamento de campanha, conquistado em virtude do relacionamento – *network* – que se forma ao longo do exercício de diversos mandatos, com grupos empresariais e atores políticos nos cenários local e nacional.

Pudemos notar que a *virtù* na construção, formação e manutenção das bases eleitorais para as duas famílias é um ponto importante na sustentação de ambas em seus respectivos espaços de poder, pois foi constatado que, ao longo de período semelhante pelos quais essas famílias permanecem nesses espaços, outras forças políticas já ocuparam alguns deles e também possuíram instrumentos de ação política, como máquina pública estadual, ocuparam cadeira no Senado e tiveram acesso a emendas, porém não vieram a se firmar nesses espaços. E a diferença, pelo que pudemos perceber, é justamente a inexistência de bases políticas próprias por parte dos grupos que tentam firmar-se ou formar o que se chama terceira força. Quando esses grupos chegam a conquistar um importante espaço de poder, isso se dá com o suporte de bases alheias ao seu grupo político em formação.

Mais uma vez isso nos faz lembrar Maquiavel (2007, p. 109) que, no Capítulo XII, afirma: “O poder de um príncipe seja estabelecido sobre boas bases, do contrário, cairá em desgraça”. Esses grupos, que tentam crescer para além da bipolaridade, quando necessitam de

bases para sua consolidação, principalmente no confronto direto com Alves ou Maia, percebem-se sem domínio sobre as mesmas, sobretudo as que são ligadas historicamente a esses grupos.

No Capítulo XIII, Maquiavel ilustra o que acabamos de afirmar:

Portanto, aquele que acredita ser impotente de vencer deve valer-se dessas tropas auxiliares, que são muito mais perigosas e que com certeza o levarão à ruína, pois elas são unidas e voltadas à obediência de outros; enquanto as tropas mercenárias, depois da vitória, levam mais tempo para agir contra quem as contrata, aguardando o momento e a ocasião mais propícios. [...] Nada é mais frágil e mais instável que a fama de uma potência que não se fundamenta sobre suas próprias forças (MAQUIAVEL, 2007, p. 121-5).

Geraldo Melo, Fernando Bezerra e Wilma de Faria são três exemplos de situações que ilustram essa questão, no que diz respeito à necessidade estratégica de manutenção de bases políticas próprias. Os três oscilaram entre núcleos-duros dos grupos político-familiares Alves e Maia e entre as suas respectivas bases durante as suas tentativas de consolidação enquanto força política majoritária no âmbito estadual, embora Geraldo Melo afirme que nunca foi intenção dele fazer carreirismo político².

Geraldo Melo foi secretário de Aluísio Alves, quando este fora governador em 1960, e foi posteriormente nomeado por Tarcísio Maia como vice-governador de Lavosier Maia em 1978, no acordo da “paz pública” (renunciando em seguida); em outro momento, após cumprir quatro anos de mandato de uma eleição ao Governo do Estado em 1986, não disputou a eleição seguinte, em 1990, para o Senado, que disponibilizava uma vaga; na ocasião, Garibaldi Alves Filho foi eleito o prefeito de Natal, lembrando que o vice de Geraldo Melo era Garibaldi Alves “pai”; neste mesmo processo, foi eleito para o Governo o então senador José Agripino Maia. Na eleição seguinte, em 1994, Garibaldi Filho disputou o governo e José Agripino Maia disputou reeleição ao Senado, que dispunha de duas vagas no pleito; a segunda termina sendo ocupada por Geraldo Melo. Porém, esse último acaba sendo derrotado quando tenta reeleição em 2002, disputando duas vagas contra José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho, que na ocasião, encontravam-se em campos políticos opostos.

Na eleição seguinte, em 1998, em uma vaga para o Senado, é eleito Fernando Bezerra que já era, na eleição anterior de 1990, primeiro suplente de Garibaldi Filho, tendo sido efetivado senador em 1994, quando Garibaldi Filho foi eleito governador. Porém, quando tenta

² Entrevista concedida por Geraldo Melo, em 06 de agosto de 2018.

reeleição ao Senado em 2006, depara-se com a união das forças antagônicas de Garibaldi Filho e Agripino Maia, que apoiam Rosalba Ciarlini Rosado, eleita senadora, tendo Garibaldi Alves “pai” como seu primeiro suplente. Nessa ocasião, Garibaldi Filho perde eleição ao governo para Wilma de Faria, que é reeleita governadora.

Em 2010, mais um capítulo que ilustra a lógica de atuação bipolar dos grupos familiares Alves e Maia: Rosalba Ciarlini Rosado, no quarto ano de mandato, disputa o governo, com o apoio de Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho, que disputam, mais uma vez aliados, a reeleição ao Senado, sendo vitoriosos desta vez contra Wilma de Faria. O grupo político-familiar Alves ganha ainda mais um senador: Garibaldi Alves “pai”, efetivado com a eleição de Rosalba para o governo.

Wilma de Faria estava prestes a consolidar-se como a terceira força do estado do RN, após ter sido prefeita da capital por três vezes e governadora por duas vezes. Até então, apenas Garibaldi Filho e José Agripino haviam governado o estado por duas vezes, na história recente do Rio Grande do Norte. Quando Wilma de Faria tentou projetar-se ao Senado, as duas forças tradicionais, juntas, a derrotaram. Se ela tivesse sido eleita, o seria derrotando o representante de um dos núcleos político-familiares Alves ou Maia.

Na nossa ótica, trata-se de um *modus operandi* que, pelo forte componente familiar fechado que caracteriza os arranjos político-eleitorais, dificulta a oxigenação do processo democrático, prejudicando o surgimento de novas lideranças, por mais que essas surjam originalmente desses grupos políticos mais longevos, ou em dado momento com eles tenham feito alianças para alcançar espaços de poder. Fato que parece se dar, reforçamos, pela ausência de bases próprias daqueles que pretendem emancipar-se formando um novo polo.

Retrocedendo um pouco no tempo, mas conservando sintonia com a análise que estamos desenvolvendo, Carlos Alberto de Souza foi senador em 1982 e não conseguiu obter outro mandato para o mesmo cargo. Posteriormente, na tentativa em que empreendeu em 1998, foi eleito, com apoio dos Alves, Fernando Bezerra. Lavosier Maia (senador em 1986), mesmo sendo integrante do grupo político familiar Maia, disputou mandato de deputado federal na eleição seguinte ao invés de tentar a reeleição, para a qual concorreu o seu primo José Agripino Maia, que com ele ocupava, em conjunto, duas das três cadeiras senatoriais de representação do RN.

Note-se que nenhum político do RN que não tenha sido um Alves ou Maia ocupou mais de uma vez uma cadeira no Senado, pelo menos de 1982 a 2014. Especificamente, foram ocupadas por José Agripino Maia quatro vezes e por Garibaldi Alves Filho por três vezes. No jogo político, ambos pareciam agir em sintonia, mesmo quando estiveram em lados opostos, para não permitir a consolidação no Senado de nenhum outro político; para isso, juntos ou separados, usando seus exércitos (bases próprias) e instrumentos dos quais dispunham, lançavam e apoiavam novas candidaturas, o que impossibilitava o anterior de consolidar-se em uma reeleição para o cargo.

A característica em comum a todos os que não obtiveram mais de um mandato fora justamente o fato de não possuírem bases eleitorais próprias, em projeção estadual, e o fato de não serem originários de uma das duas forças dominantes e de, ao longo de suas tentativas de consolidação política em âmbito estadual, oscilarem entre os grupos políticos dominantes Alves e Maia, como satélites que gravitam na órbita de dois núcleos.³

Para Maquiavel (2007), a política tem os seus próprios métodos e estratégias; interessa-lhe o agir, a dinâmica das forças políticas em conflito, o domínio das circunstâncias e a ação concreta dos homens. Assim como, para Max Weber (2011), a política é definida como um conjunto de esforços visando a participar do poder ou a influenciar na divisão do poder.

Pelo que pudemos perceber na pesquisa, os dois núcleos político-familiares agem de modo orquestrado, sejam juntos ou separados, na tentativa de divisão do Estado em dois polos de poder político, no entorno dos quais gravitam outras forças que, ao simples movimento de tentativa de consolidação de uma dessas forças e emancipação em amplitude estadual, os núcleos-duros dos polos opostos se unem para inibi-las e continuarem a exercer o seu domínio político.

Essa é a lógica da bipolaridade, que procuraremos explicar e demonstrar como sendo a estratégia política dos grupos familiares Alves e Maia.

³ Sugerimos leitura de: Patronagem e formação de coalizões: o caso da unidade popular no RN. Alan Lacerda e Bruno Cesário de Oliveira. Revista Cronos, Natal, RN, v. 5/6, n ½, p. 273-287, jan/dez, 2004/2005.

1.1 DA TRANSIÇÃO OLIGÁRQUICA AO FAMILISMO POLÍTICO: OLIGARQUIAS OU GRUPOS POLÍTICOS FAMILIARES?

Diversos autores já escreveram a respeito do conceito de oligarquia. Decidimos recorrer à análise e conceituação de Norberto Bobbio (1998) que, em relação ao seu significado tradicional, destaca que há no termo um forte significado de valor negativo, que cumpre na linguagem política uma função mais polêmica que ilustrativa. Afirma que o termo oligarquia possui duas vertentes, uma com significado valorativo e outra com significado descritivo:

Enquanto é imediatamente perceptível seu significado valorativo, por ser imediatamente claro que, quando se diz que um Governo é oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo e chama-se assim justamente porque há vontade de o condenar, já não é tão inequívoco o seu significado descritivo, uma vez que [...] Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar. (BOBBIO, 1998, p. 835)

O uso do termo nessa concepção tradicional encontra dificuldades em enquadrar-se tecnicamente com precisão e isso ocorre porque

É aplicado analogicamente, com excessiva facilidade, a relações de poder diversas das relações políticas, com o fim de designar o mesmo fenômeno do domínio de um grupo restrito e fechado em organizações outras que não o Estado, como quando se fala de Oligarquias econômicas, militares, sacerdotais, burocráticas, sindicais, financeiras, etc. (BOBBIO, 1998, p. 835)

Quanto ao uso do termo na concepção da teoria política moderna, a sua conceituação aponta à visão de que

Todos os Governos que existiram ou estão por existir foram ou serão sempre Governos de poucos, ou, para empregarmos as palavras mais frequentemente usadas, governos de minorias organizadas ou de elites (MOSCA, 1896, apud BOBBIO, 1998, p. 835)

A chamada teoria das elites é respaldada por Mosca (1896), que se refere à “classe política e minoria governante”, e por Pareto (1916), que concebe o termo oligarquia como “aristocracia ou classe eleita”; este, na fase contemporânea, ainda aponta para a noção de “plutocracia”, subdividindo-a em plutocracia demagógica e plutocracia militar. De modo geral, na visão da teoria das elites:

A Oligarquia é, no sentido etimológico da palavra, a única forma possível de Governo. Com isso, os elitistas não querem afirmar que todos os Governos sejam iguais: limitam-se a sustentar que, no tocante ao número de governantes segundo o qual têm sido discriminadas as diversas formas de Governo, os Governos não apresentam diferenças relevantes, isto é, todos eles são oligarquias, embora de espécie diversa, que cabe ao estudioso da história das instituições identificar e descrever. (BOBBIO, 1998, p. 836).

Amparados por essa conceituação, entendo como possível uma observação no caso em particular dessa dissertação: historicamente, sobretudo da transição do Império à atual fase da República, os poucos que governam o estado do Rio Grande do Norte, ocupando os principais cargos de direção ou chancelando a indicação destes, são ainda mais restritos.

Podemos dizer *a priori*, e com base nessa visão, que poderiam ser tratadas como oligarquias do tipo familiar e que os principais núcleos de poder no estado alternam-se, nos tempos republicanos contemporâneos, nas mãos de duas famílias: Alves e Maia.

Tal constatação parece afinada com a visão de Carone (1975, p. 269), que, além de conceber em princípio o termo oligarquia como governo de poucos, acrescenta na obra *A República Velha (instituições e classes sociais)*, o sentido de “governo baseado na estrutura familiar patriarcal”, embora:

A definição que ele adota é inadequada ao tipo de estrutura política vigente no Brasil naquele período, se atentarmos para a forma como Max Weber conceitua o poder patriarcal: “*su germen radica en la autoridad de un dominus dentro de una comunidad doméstica*”. Weber aduz que enquanto a dominação patriarcal envolve a submissão pessoal a um senhor e obedece a normas baseadas na tradição, na dominação burocrática tais normas são “*racionalmente creadas, recurren al sentido de legalidad abstracta y se basan en un ejercicio técnico*” (WEBER, 1984 apud SPINELLI, 2010, p. 33)

Ainda segundo Spinelli (2010), Carone (1975) aponta uma diferença entre as oligarquias dos Estados mais adiantados ou mais ricos e as dos Estados mais atrasados ou mais pobres:

Naqueles, havia maior equilíbrio entre as várias facções e famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte, funcionando as comissões centrais dos Partidos Republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta; ao passo que, nos últimos, “*o controle do grupo ou família é quase absoluto*” (CARONE, 1975, apud SPINELLI, 2010, p. 34, grifo nosso).

Outro autor a ser considerado no estudo do termo oligarquia, segundo Bobbio (1998), é Robert Michels (1982), que dinamiza a aplicação prática da teoria das elites após analisar a organização dos grandes partidos de massa e, em especial, o Partido Social Democrático Alemão. Numa obra publicada em 1911, deduz uma lei de tendência que poderia ser válida para qualquer organização de grande porte. Esta lei foi chamada por ele de “lei férrea da oligarquia”

e afirma que “seria a formação de Oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia um fenômeno orgânico e, por isso, uma tendência a que se submete necessariamente toda a organização, inclusive a socialista e libertária”. (MICHELS, 1982 apud BOBBIO, 1998, p. 836)

Ainda de acordo com Bobbio (1998), após a nova forma de concepção adotada por Michels (1952), o termo oligarquia foi deixando de possuir um significado negativo, que implicasse automaticamente a emissão de um juízo de valor, para adquirir, com o passar do tempo, uma significação neutra, no sentido de se configurar como um conjunto de características que permitem uma constatação e não mais um julgamento. Com isso, podemos afirmar, como Bobbio (1988, p. 836), que:

Toda a grande organização e, conseqüentemente, mais ainda o Estado sejam e não possam ser senão governados por um restrito número de pessoas, tem sido cada vez mais considerado como um fato dependente da própria natureza das coisas; e, para o estudioso, um fato é objeto de análise, não de desaprovação.

Seguindo o curso da perda do significado valorativo, ao passo em que foi adquirindo um significado descritivo, Duverger (1972 apud BOBBIO, 1998) sugere o uso do termo oligarquia:

Para designar a classe dominante, isto é, "classe eleita" (La tecnodemocracia, 1972). Para descrever a passagem da democracia liberal àquela que ele chama "tecnodemocracia", examina a composição e modalidades de exercício do poder da "nova Oligarquia", com o fim de evidenciar suas diferenças em relação à Oligarquia que dirigia o Estado liberal no século passado. [...] Para Duverger, o termo mais apropriado para designar a estrutura do poder do Estado moderno em suas várias fases é a Oligarquia. (BOBBIO, 1998, p. 836)

Na ciência política, uma outra forma de interpretação aponta para o uso do termo oligarquia como oposto à democracia. Mesmo conservando-se por essa ótica com um significado de valor negativo, o termo, também nesse caso, acaba adquirindo, por outro lado, um significado descritivo mais preciso. Isso ocorre num período marcado pela transição de um sistema social e político "tradicional" para um sistema social e político "moderno". Neste contexto, Bobbio (1998) cita o ensaio *Political development in the new states*, de Eduard Shils (1962), que desenvolve uma nova tipologia baseada na distinção entre sistemas democráticos e oligárquicos:

Os sistemas oligárquicos se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição. Os sistemas democráticos dividem-se em "democracias

políticas" (a que correspondem as democracias ocidentais) e "democracias tutelares" (como a "democracia dirigida" da Indonésia); os sistemas oligárquicos se dividem e distinguem, por sua vez, à medida que se afastam do ideal democrático e se acham num grau cada vez mais baixo de modernização, em "Oligarquias modernizadas", "Oligarquias totalitárias" e "Oligarquias tradicionais". (SHILS, 1962 apud BOBBIO, 1998, p. 836, grifo nosso).

Ainda de acordo com a visão de Bobbio (1998, p. 837), em relação ao seu significado valorativo:

O termo tem sido tradicionalmente usado em sentido negativo, em virtude da influência da classificação aristotélica, para a qual a oligarquia é uma das formas viciadas de constituição; todavia, por influência da teoria das elites, ele foi adquirindo cada vez mais um significado axiologicamente neutro, à medida que se foi constatando que todos os regimes, mesmo os que se proclamam democráticos, são regidos, e não podem deixar de o ser, por oligarquias.

A análise de Monteiro (2016), sobre o domínio político de grupos familiares na Paraíba, colabora com a compreensão de uma realidade que ocorre de modo similar no Rio Grande do Norte. Para ele, famílias políticas são aquelas que

Ocupam cargos públicos eletivos e de representação e cargos de comando há mais de meio século no Estado. **Algumas dessas famílias remontam ao império, como é o caso das famílias Maia-Mariz** e Maranhão. Tratam-se daquelas famílias cujos pais, tios, avós e bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões, trazendo o “nome de família”, associados a outros capitais herdados, passam a ocupar posições dominantes no campo político, jurídico e econômico do Estado. **São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias.** São agentes que possuem sua origem social em “espaços políticos” e que, desde a infância, foram socializados para o “exercício da vida política”, como se “natural” fosse o “herdeiro político” responsável pela continuidade da linhagem. (MONTEIRO, 2016, p. 29, grifo nosso).

Essa abordagem se enquadra nos nossos estudos devido ao lapso temporal aproximado, em que se constituíram as bases políticas que projetaram os patriarcas das famílias Alves e Maia. Para Monteiro (2016, p. 29-30), as novas famílias políticas

São as que adentraram o campo político no período da redemocratização sob a força do capital econômico ou ancoradas por meio da parentela e que passaram a construir quadros e inserir parentes para os cargos eletivos e de representação política municipal e estadual. São as que se inseriram ocupando posições privilegiadas e de comando no campo, muitas vezes, deixados por agentes políticos tradicionais que não conseguiram construir o herdeiro consanguíneo direto: filhos(as), por exemplo, por motivos vários (falecimento, não ter herdeiro, possuir herdeira e não a inserir no campo político). Essa classificação de indivíduos políticos, são aqueles que exercem profissões liberais, em sua maioria, são empresários, homens de negócios, que tem se inserido no campo político e colocado, consequentemente esposas, filhos e netos.

De acordo com o autor, que utiliza o conceito de *capital político familiar*,⁴ houve uma espécie de transição pactuada, uma “abertura oligárquica” entre os agentes pertencentes às velhas oligarquias, camuflados pelo discurso democrático liberal, que teve seu início marcado no período da transição do regime militar para os governos civis. Para ele, muitos herdeiros das antigas oligarquias passaram a controlar partidos políticos, fato que conserva sintonia com o que demonstraremos em detalhes no caso do Rio Grande do Norte: o núcleo duro dos Maia, alojado no desdobramento da ARENA-PDS-PFL-DEM, e o dos Alves no MDB-PMDB-MDB.

Em sua tese, fica demonstrada a forma como se transmite o poder oligárquico por herança, o que tem permitido aos herdeiros das oligarquias do estado a constituírem e acumularem, ao longo da história, formas distintivas de capitais (econômico e político-familiar), importantes recursos que favorecem as suas permanências em espaços de poder na “Nova República”, ao que acrescenta:

Aqueles que historicamente se revezam nos principais cargos de representação política da Segunda República são herdeiros das oligarquias e, no contexto atual, controlam Rádios, Partidos, Tribunais de Contas, Cartórios, bem como imprimem os nomes dos seus antepassados em lugares de memória, acumulando para além de formas materiais de dominação, insígnias e elementos simbólicos de dominação nos equipamentos públicos do Estado. (MONTEIRO, 2016, p. 34)

Como objetivo central da nossa dissertação é o Rio Grande do Norte, a nossa lente não será a do julgamento, mas a da nua e fria constatação, à luz do realismo de Maquiavel, sobre os instrumentos e *modus operandi* empregados pelas famílias políticas que se revezam nos principais postos de poder do estado e em alguns momentos do país (ministérios, presidências de Câmara e Senado, presidência nacional de partidos, etc.).

Monteiro (2016) também destaca algo interessante, que me faz lembrar algumas frases que sempre ouço quando algumas pessoas não-membros de famílias políticas tradicionais se dispõem a “entrar” na política ou a pleitear certos cargos que requerem autoridade e

⁴ Extraído do conceito de capital econômico e político, de Pierre Bourdieu. A construção do *capital político-familiar* se dá por meio da constituição de distintivos simbólicos que operam no espaço social, tendo como sustentação o “nome de família”. Este, construído por meio de processos sociais de violências simbólicas que na origem se impõem sobre os que são desprovidos de todo e qualquer capital. A constituição do “nome de família” é um ato institucionalizado, legitimado pelo Estado e por outras instituições da sociedade. Não se constitui “Nome de família” sem acesso ao capital econômico e/ou ao capital cultural, dois capitais fundamentais ao acesso a bens escassos nas sociedades contemporâneas. Nascer nessas famílias, em sociedades recortadas pelas desigualdades, é possuir um distintivo a mais. É pertencer a uma certa “nobreza”. (MONTEIRO, 2016, p. 78)

responsabilidade: “Mas você é filho de quem? É da família de quem? E sua família é da política?”. Refiro-me ao que ele compreende por *modus operandi político*:

Aprende-se através de todo um processo de socialização de saberes e valores apreendidos no contexto das famílias que vivem da/na política. Desde o modo de falar, perpassando pelo modo de agir, dentro do contexto político. [...] Habilidade e competências são apreendidas através do processo histórico de formação socializado e transmitido pela geração anterior. [...] os herdeiros, muitas vezes não possuem nenhuma experiência em cargos públicos ou mesmo em cargos de direção ou comando. O *capital político-familiar*, enquanto capital simbólico, torna legítimo a ocupação de cargos de comando e/ou eletivos. (MONTEIRO, 2016, p. 103)

Cabe destacar ainda, diante das evidências que serão apresentadas, a força presente no “sangue real” dos grupos político-familiares, no *modus operandi*, no fazer da política, também destacados por Costa (2006, p. 227): “Na trajetória de consolidação do poder político do partido, os vínculos de fidelidade familiar representam um recurso valioso”.

Não se trata de um trabalho que desconhecerá o que por ventura fora realizado por esses grupos políticos familiares, mas este não será o foco, visto, inclusive, que a literatura do RN já se encontra repleta de obras que exaltam as suas personalidades e os seus feitos, bem como todos eles possuem veículos e verbas de comunicação para deles se utilizarem com esse objetivo.

Por outro lado, não deixaremos de abordar eventuais consequências negativas da permanência por alongados períodos desses pequenos e ramificados grupos políticos familiares que transitam sem fronteiras entre a máquina pública e o âmbito privado. Famílias que se enquadram, na forma de concepção de Weber (2011), mais no rol das que vivem da política que propriamente para a política. E que, além disso, sucedem as velhas oligarquias em um contexto de tentativa de renovação das práticas e dos quadros políticos, mas que, com o passar do tempo, justamente os que surgem para renovar as estruturas do poder, nelas acabam se perpetuando por mais tempo que os antigos grupos que se revezavam na dominação política do RN. Com o detalhe de que esses “novos” acabam por muitas vezes adotando as práticas dos “velhos”, como nepotismo, clientelismo, patrimonialismo e assistencialismo.

2. A LUTA PELO PODER NO RN: ALVES E MAIA

2.1 A ORÍGEN DA FAMÍLIA ALVES E SEUS PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS

Aluísio Alves⁵

Aluísio Alves inicia os primeiros passos na atividade política aos 13 anos, ocupando o cargo de secretário do Partido Popular no RN. Entre 1943 e 1945, dirigiu a LBA – Legião Brasileira de Assistência no estado durante a intervenção do general Antônio Fernandes Dantas. Este cargo, que conecta, pela sua própria natureza, diretamente os seus dirigentes ao meio popular, aliado ao talento político, o levou a ser eleito (com 23 anos de idade) deputado federal em 1945, fato que se repetiu em 1950, 1954, 1958, 1966 e 1990.

Talentoso na comunicação e enxergando a importância que os veículos tinham (e ainda têm) na formação da opinião pública e na política, passou a apresentar um programa de rádio⁶ e foi redator da Tribuna da Imprensa, criada por Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, e funda seu próprio jornal, a Tribuna do Norte, em 1951, ainda hoje pertencente ao seu grupo familiar.

Em 1960, foi eleito governador, contando com o apoio do PCB e das demais forças à esquerda, derrotando Djalma Marinho (UDN), candidato do então governador Dinarte Mariz, hegemônico há décadas na política potiguar. De acordo com Spinelli (2010, p. 65), Aluísio Alves

Representava interesses de modernização num Estado dominado pela agropecuária tradicional. Trouxe a energia de Paulo Afonso e cercou-se de técnicos, instituindo o planejamento governamental e a “administração paralela”, que marcara no plano nacional o governo Kubitscheck, impulsionando a arrancada para a industrialização. Ao mesmo tempo, recorria a um estilo populista de mobilização, arregimentando as populações em manifestações de massa que utilizavam abundantemente símbolos, jingles, cores, músicas e apelavam ao carisma do líder, respaldado num forte sistema de comunicação (jornal e rádio) e num marketing político que dava seus primeiros passos.

Mesmo tendo sido apoiado por comunistas, passou a persegui-los posteriormente, quando se tornou um dos primeiros governadores a aderir ao golpe de 1964. Como narra Costa (2001, p. 163):

⁵ Sugerimos a leitura de “*A verdade que não é secreta*” (ALVES, A. 1976), “*Aluísio Alves: Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte*” (TRINDADE, 2004), “*Memória viva de Aluísio Alves*” (LYRA, 1998), “*O que eu não esqueci: Reminiscências políticas 1933 – 2001*” (ALVES, 2001).

⁶ Sugerimos a leitura do livro que conta a história de como o marketing político foi introduzido no RN: “*Em busca do voto perdido: Os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista*” (SILVA, 1982).

No dia 1º de abril de 1964, Natal amanhece com as tropas do Exército nas ruas e demais forças armadas de prontidão. À noite, soldados do Exército, tendo à frente um oficial com metralhadora em punho, expulsam todos da prefeitura. [...]No dia seguinte, centenas de pessoas são presas, inclusive o prefeito Djalma Maranhão. O governador do Estado, Aluísio Alves, é um dos primeiros a aderir ao golpe. No dia 02 de abril, o jornal a Tribuna do Norte, publica uma nota em que ele expressa sua adesão aos “Revolucionários”. Diz a nota em seu primeiro parágrafo: “O governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e dos objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática, atualmente ameaçadas por atitudes e fatos que não eram ainda do conhecimento público”.

Posteriormente, quando exercia o mandato de deputado federal, Aluísio Alves foi cassado pelo AI-5, em 1969, acusado de corrupção pelo regime militar que ele apoiara. Pós-cassação, passa um tempo sem mandato e retorna à política como “vítima”. Tempos depois, ocupa a cadeira de ministro de Estado por duas vezes: ministro da Administração (1986 – 1989), durante a presidência de José Sarney (PMDB) e ministro da Integração Nacional (1994 – 1995), na gestão do presidente Itamar Franco.

No Quadro 01, lista de mandatos de deputados federais da família Alves, entre 1945 e 2014:

Quadro 01. Contagem de Mandatos de deputado federal até 2018: Família Alves

ALVES = 20	Henrique Alves	11	1970, 1974, 1978, 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010
	Aluísio Alves	6	1945, 1950, 1954, 1958, 1966, 1990
	Ismael Wanderley	1	1986 (Na ocasião, esposo de Ana Catarina Alves)
	Ana Catarina Alves	1	1998
	Walter Alves	1	2014

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Garibaldi Alves Filho

Em 1960, na campanha vitoriosa de Aluísio Alves para o Governo, tendo monsenhor Walfredo Gurgel como vice, Garibaldi Alves Filho mantinha os seus primeiros contatos mais diretos com a política e com as eleições no plano estadual. Segundo Machado (2000, p. 265):

Com cara de menino e óculos de tartaruga quase a lhe cobrirem o rosto, foi assistente privilegiado nos palanques dos grandes comícios, onde a disputa pelo poder travava uma batalha eleitoral, dividindo o estado em cores, gestos, símbolos e bandeiras, marcada pelo radicalismo insensato de paixão e ódio.

Foi uma participação mais intensa de que na campanha de seu pai, Garibaldi Alves, irmão de Aluísio, que foi deputado estadual em 1958, 1962 e 1966. Na campanha de 1965, colaborou com a vitória do monsenhor Walfredo Gurgel para o Governo do Estado e com a chegada de seu tio Agnelo Alves à prefeitura de Natal, de quem acabou assumindo sua chefia de gabinete. Com a cassação do tio em 1968 com o AI-5, acusado de corrupção pela ditadura militar, disputou mandato de deputado estadual em 1970, sendo o mais votado à época, ao lado do primo, filho de Aluísio, Henrique Alves, eleito deputado federal pela primeira vez. Na prática, ocupou “a vaga” de seu pai, Garibaldi Alves.

Após sucessivas reeleições até 1985, exercia o cargo de deputado estadual, quando disputara a prefeitura de Natal e vencera a eleição pelo voto direto, em 1986, contra Wilma Maria de Faria – à época ainda Wilma Maia. Na ocasião, quem é eleito para ocupar “a vaga” de Garibaldi Filho na Assembleia Legislativa é o primo, filho de Agnelo Alves, Carlos Eduardo Alves.

Em 1990, foi eleito senador. Quatro anos depois, na metade do mandato, disputa e vence as eleições para o Governo do estado, sendo reeleito em 1998, disputando contra o senador José Agripino Maia. Foi o primeiro governador do Rio Grande do Norte, com o advento da reeleição, aprovada no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a disputar e vencer. Foi uma eleição recheada de polêmicas pelo fato da venda da companhia elétrica do RN, a COSERN, os casos da merenda escolar, Gusson e a chamada máfia dos gafanhotos⁷.

Na sequência, disputa e é eleito novamente senador em 2002, sendo reeleito em 2010. Em 2006, seu filho Walter Alves é eleito deputado estadual e reeleito em 2010, junto com o tio Agnelo Alves (depois de ter sido eleito e reeleito prefeito de Parnamirim). Em 2014, Agnelo é

⁷ Escândalo da merenda escolar: Ocorrido durante o governo de Garibaldi Filho, em 1997. Segundo as acusações, duas empresa teriam recebido dinheiro antecipado para fornecimento de gêneros alimentícios no valor de quase R\$ 1 milhão e que um total de R\$ 727.342,42 em mercadorias que jamais foram entregues ao secretário de Educação do Estado, na época administrada pela professora Rosário Cabral, que terminou responsabilizada, junto com auxiliares, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Cerca de 300 mil quilos de alimentos deixaram de ser entregues ao governo. Caso Gusson: As denúncias, feitas em depoimento à polícia e ao Ministério Público, são de Henrique Gusson Coelho, que diz ter constituído uma empresa de construção civil “fantasma” (Construmax) com Marcos Nelson Santos, cunhado do então governador, para participar do esquema de corrupção de desvio de recursos públicos. Máfia dos gafanhotos: Atingiu ao vice-governador de Garibaldi Alves Filho, Fernando freire, que fora efetivado no cargo e concorrera a reeleição. As acusações se devem ao desvio de dinheiro público mediante a atribuição de gratificações de representação de gabinete a funcionários fantasmas. Segundo o MP, as gratificações eram emitidas por meio de cheques-salário sacados ou depositados em favor dos próprios réus ou de outras pessoas a eles ligadas. O esquema durou cerca de dois anos e envolvia 13 “laranjas”. O MPE informou que os cheques-salário continham no verso assinaturas falsas endossando o depósito.

reeleito e Walter Alves é eleito deputado federal, “na vaga” do outro primo Henrique Eduardo Alves, que, após eleito e reeleito onze vezes, perde as eleições para governador.

A título de ilustração e complemento, com base em nossa pesquisa, compilamos informações (Quadro 02) sobre a representação da família na Assembleia legislativa do RN, de 1958 a 2018. A constatação é a de que, em 60 anos, nunca a família política Alves deixou de ficar representada, somando, ao longo desse tempo, 20 mandatos. E, em seguida, apresentamos a contagem de mandatos na Câmara Municipal da capital, Natal, chegando ao total de sete (Quadro 03). É perceptível que, em dados momentos, familiares ocuparam cargos simultaneamente, ora no mesmo poder, ora em poderes distintos.

É válido observar também que toda a rede de contatos junto às bases políticas, o *know-how e o modus operandi*, a estrutura de cargos e verbas de cada gabinete são controlados de tal modo pelo grupo político familiar, que “assegura” a manutenção daquele político em determinado espaço de poder ou, mesmo se aquele político é deslocado para outro cargo, toda a estrutura anterior fica à disposição do próximo familiar que, de posse desses instrumentos, habilita-se a ocupar aquela “vaga” da família.

Quadro 02. Contagem de mandatos de deputado estadual da família Alves

ALVES = 20	Garibaldi Alves	3	1958, 1962, 1966
	Garibaldi Alves Filho	4	1970, 1974, 1978, 1982
	Carlos Eduardo Alves	1	1986: Entrou “na vaga” de Garibaldi Filho
	Walter Alves	2	2006, 2010
	Agnelo Alves	2	2010, 2014
	José Dias (Esposo da irmã de Aluísio Alves)	8	1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 03. Contagem de mandatos de vereadores de Natal (capital do RN), da família Alves

ALVES = 07	Ana Catarina Alves	1	1988
	Geraldo Neto	4	1996, 2000, 2004, 2008
	Felipe Alves	2	2012, 2016, “na vaga” do primo Geraldo. Filho do conselheiro do TCE Paulo R. Alves, irmão de Garibaldi Filho, primo do então prefeito Carlos Eduardo Alves

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

2.2 A ORÍGEN DA FAMÍLIA MAIA E SEUS PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS

A origem política da família Maia

No livro *Políticas e Poder*, Andrade (1996) analisa o processo de renovação das elites políticas potiguares, constituídas dentro do contexto político nacional de abertura. Desde lideranças no plano estadual e municipal, na capital, a entidades comunitárias, a renovação fora organizada sob a base do regime militar e, segundo a autora, se deu sem maiores atritos, devido ao fato de uma ausência histórica de lutas, resistências e participação democrática de base.

Neste contexto, afirmaram-se as lideranças de Tarcísio Maia, Lavosier Maia e José Agripino Maia, filho de Tarcísio, a quem não faltaram recursos federais e projetos, o que conferiu a eles, principalmente a Tarcísio e seu filho, a imagem de gestores eficientes, do novo que realiza, que é competente.

A conjuntura de abertura do regime criou a plataforma de renovação de lideranças locais, que mesmo agindo nepoticamente e clientelisticamente em determinadas circunstâncias, conseguiu imprimir a marca do “novo”.

Registre-se aqui, também, a *virtù*, para citar um termo de Maquiavel, no que concerne ao desempenho pessoal de cada líder, no exercício da atividade política, que mesmo possuindo um pacote de projetos ao dispor, recursos financeiros federais e internacionais para pô-los em prática e ideias antes implementadas de associativismo local, apresentavam resultados diferentes.

Parece-nos caber aqui, como exemplo, José Agripino Maia, por ter sido bem-sucedido no exercício do cargo de prefeito de Natal, para o qual foi indicado, em 1978, pelo primo Lavosier Maia, que governava o Rio Grande do Norte. Este foi indicado por Tarcísio Maia (pai de Agripino e governador em 1974) para sucedê-lo no governo, conforme narra Andrade (1996, p. 124):

O bom desempenho do governo Tarcísio Maia, tanto do ponto de vista administrativo como político, garantiu-lhe a condição de articulador político do partido situacionista, em substituição a Dinarte Mariz, cabendo a ele o comando do processo de sua sucessão em 1978. [...] Novamente, é com o apoio do general Golbery do Couto e Silva que o governador garante a indicação do seu primo, o Dr. Lavosier Maia. Médico, professor universitário, sem nenhum passado político, Lavosier Maia havia sido secretário de saúde no governo de Tarcísio.

Apesar da avaliação negativa com a qual Lavosier terminara seu governo, Agripino, que estava com avaliação positiva após exercer o cargo de prefeito, foi eleito governador em 1982, derrotando Aluísio Alves. Como diz Andrade (1996, p. 152),

José Agripino compensaria o estrago da gestão desastrosa de Lavosier Maia, que tinha dificuldade em articular um discurso renovado de fazer política e pela utilização de um modo extremamente retrógrado de fazer política: “a política do cabresto”, da perseguição e do apadrinhamento.

Mesmo com ambos apoiando o regime militar, as “torneiras” dos recursos federais foram “racionadas” para Lavosier e abertas com maior vazão ao primo-prefeito, filho de Tarcísio, Agripino Maia, que veio posteriormente a substituir o primo “Lavô”.

É fato que José Agripino Maia foi peça importante em um processo de aparente renovação política. Aparente, porque, décadas depois, ainda permanece ocupando importantes espaços de poder no RN. O que seria um projeto de renovação de lideranças acabou projetando-as à perpetuação em espaços de poder de âmbito estadual, restrito a dois pequenos grupos familiares. A “renovação” também foi marcada pelo aspecto geracional, ou seja, de pai para filho, permanecendo a concentração de poder político nas mãos de uma mesma família.

Tarcísio Maia

Patriarca do clã político-familiar Maia, oriundo de Catolé do Rocha, na Paraíba, foi secretário de educação no governo de Dinarte Mariz⁸; em seguida, afastou-se do cargo para

⁸ Recomendo leitura de “1960: Explosão de paixão e ódio” (MACHADO, 1998).

cumprir um mandato de deputado federal em 1958, sendo nomeado⁹ para o Governo do estado em 1975, por indicação do general Golbery do Couto e Silva, que preparava o Brasil para a liberalização do regime. Tarcísio Maia assumiu o governo, a direção do partido e o comando do processo político de distensão do regime no plano local. Para Andrade (1996, p. 123, grifo nosso):

A indicação do Dr. Tarcísio Maia para governador em 1975 foi uma escolha pessoal do general Golbery do Couto e Silva, e, apesar de surpreender os grupos políticos locais e de provocar ressentimentos entre os indicados pelo legislativo, acabou sendo acatada por todos, sem grandes problemas. Isto graças ao trabalho de Dinarte Mariz, até então a maior liderança do partido governista no estado e um aliado histórico dos militares.

Ainda de acordo com Andrade (1996), uma das principais missões políticas de Tarcísio Maia era cuidar da renovação da elite política estadual – em sintonia com o que estava previsto para ocorrer em todo o Brasil – para dar sustentação ao partido governista e se firmar como uma nova liderança, capaz de articular o projeto de renovação política. Desse modo, a nomeação de Tarcísio cumpre o objetivo do incentivo à aparição de novos atores no cenário político, dentro do projeto de abertura do regime militar.

Sobre este fato, Spinelli (2010, p. 66) complementa:

Numa cidade e num Estado sem grande tradição de organização, de luta sindical e de vida associativa, em processo de crescimento, atraindo migrantes da zona rural que chegavam sem portar um histórico de construção de identidades contra-hegemônicas e encontravam um ambiente urbano fracamente integrado, as novas políticas de social, participativas e integradoras, caíam em terreno fértil para abrir caminho aos propósitos de uma elite política que procurava se legitimar pelo apoio popular às suas pretensões.

Esse fortalecimento político no plano local (reforçado pelo plano nacional), juntamente ao episódio de sua união ao clã-adversário de Aluísio Alves, conhecido como “Paz Pública”, colocou Tarcísio Maia na sua liderança, passando à frente do senador Dinarte Mariz, que desde muito tempo fora aliado dos militares. Para Borges, Filho e Rocha (2011, p. 336):

Gracias a sus vínculos con líderes influyentes en la cúpula de régimen autoritario, el gobernador consiguió rápidamente hacerse cargo del aparato de ARENA en Río Grande del Norte, garantizando el ascenso de familiares a cargos clave en la política estadual: el sobrino, Lavoisier Maia, candidato a gobernador en 1978, y el hijo, José Agripino Maia, nombrado intendente de Natal en 1979. **Después del retorno a la democracia**, los Maia pasaron a controlar la rama estadual del PFL, extendiendo su influencia a otras familias y partidos de extracción conservadora.

⁹ Sugere-se leitura de “Como se fazia governador durante o regime militar: O ciclo biônico no Rio Grande do Norte (1970 – 1982)” (MACHADO, 1995)

A gestão de Tarcísio Maia à frente do Governo do estado também contribuiu para o seu fortalecimento, criando as condições para que a partir daí pudesse se estabelecer e projetar um novo grupo político. Segundo Andrade (1996, p. 123-4, grifo nosso), seu governo

Foi essencialmente técnico, tendo para isso convocado o trabalho de quadros especializados, afastados da administração pública desde o golpe militar de 64, o que garantiu a seu governo uma dose de confiabilidade e credibilidade junto à opinião pública e às elites locais. O secretariado era formado pelo grupo que instituíra o planejamento na esfera estadual em 1960 (Aluísio Alves era o governador), formados na CEPAL, que preparara um quadro técnico para o Nordeste, quando da criação da SUDENE e montou uma estrutura de trabalho social preconizada pelo II PND.

Cabe destacar que Tarcísio de Vasconcelos Maia era irmão de João Agripino de Vasconcelos Maia Filho, de Brejo do Cruz/PB, mas com raízes em Catolé do Rocha/PB; ambos eram filhos de João Agripino Maia de Vasconcelos II e Angelina Mariz Maia; Mariz, das mesmas raízes familiares do político Dinarte Mariz. Segundo Monteiro (2016), a família Mariz-Maia remonta ao período do Império do Brasil e conserva ligações de parentesco direto, na ramificação Maia, com Cesar Maia (ex-governador do RJ) e o filho desse Rodrigo Maia, deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados no biênio 2017/2018.

Representando a Paraíba, João Agripino Maia Filho (João Agripino III), que era irmão de Tarcísio e, portanto, tio de José Agripino Maia, foi o primeiro Ministro de Minas e Energia do Brasil (1961); senador entre 1963 e 1965; deputado federal por quatro mandatos consecutivos (1946-1961; 1961-1962 e 1983-1986); e governador do Estado da Paraíba, de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971. Assim como Tarcísio foi governador, no caso do Rio Grande do Norte, João Agripino exerceu o mesmo cargo na Paraíba. A diferença é que João Agripino Maia foi eleito e Tarcísio Maia foi nomeado pelos militares. Ainda segundo Monteiro (2016), acrescentamos que Antônio Mariz, na década de 1990, foi outro governador, membro desta família, no Estado da Paraíba.

José Agripino Maia¹⁰

Durante o curso de sua administração, Tarcísio dá os primeiros passos para o enraizamento do seu grupo familiar na política potiguar, indicando para nomeação, como seu sucessor no governo a partir de 1979, seu primo, compadre e secretário de saúde: o médico

¹⁰ Sugere-se leitura da obra “*Rabo de palha: O jabá de Jajá*” (RODRIGUES, 2006).

Lavosier Maia, que, por sua vez, indica para a prefeitura de Natal o filho de Tarcísio, José Agripino Maia. Este, jovem engenheiro civil, era um dos diretores da Construtora EIT, com expressivas obras na região Nordeste durante o período militar. Como diz Spinelli (2010, p. 66): “A indicação de quadros técnicos, jovens, ligados ao empresariado de ponta, para as capitais nordestinas obedecia a uma estratégia de renovação do regime autoritário, preparando-se para os tempos de transição que estavam chegando”.

Além da juventude e qualificação, havia o suporte em termos de projetos fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Centro Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e recursos financeiros nacionais (Banco Nacional de Habitação – BNH) e internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD) disponibilizados e que adotou, ainda, segundo Andrade (1996, p. 141):

O modelo participativo, vitorioso política e socialmente de Djalma Maranhão, ex-militante comunista, que governou Natal de 1960 a abril de 64, quando cassado e teve a marca de atuação junto à população mais pobre, sendo conhecido nacionalmente pela campanha de pé no chão também se aprende a ler. O Golpe de 64 transformou Djalma em réu, que foi preso sob a alegação de ser comunista e de ter transformado Natal num dos focos comunizante do Nordeste (termo utilizado pelo então governador Alúcio Alves endereçado ao Ministro da Marinha).

Duas características importantes e em comum se relacionam aos grupos político-familiares que estavam em formação, mas que só seriam percebidas ao longo do tempo: uma longa permanência na ocupação de espaços do poder, sobretudo no plano majoritário; e a nomeação de parentes no âmbito destes espaços de poder, enquanto dirigidos por familiares.

Por outro lado, além de semelhanças, podemos encontrar também algumas diferenças. De acordo com Borges, Filho e Rocha (2011, p. 337) em relação aos grupos familiares Alves e Maia no RN, até pelo menos meados de 1988:

La diferencia de los Maia, cuyas bases electorales estaban más en el interior y concentradas en el oeste del estado, los Alves tenían buena penetración en la capital y en la región metropolitana, aunque también contaban con el apoyo de redes clientelares locales respaldadas por el estado. A lo largo del régimen militar el grupo perdió influencia al entrar al MDB, partido que tenía poca importancia electoral en Río Grande del Norte. Por eso, después del retorno a la democracia, los Alves ganaron fuerza con la organización del PMDB local y nacional, pasando a polarizar las disputas electorales con los Maia.

Segue, nos Quadros 04 e 05, um resumo dos mandatos de deputado federal e estadual, que compõem a rede de influência política no Estado do RN da família Maia:

Quadro 04. Mandatos de Deputado Federal de 1958 a 2018: Família Maia

MAIA = 09	Tarcísio Maia	1	1958
	Wilma Maia (esposa de Lavosier Maia à época)	1	1986
	Lavosier Maia	1	1998
	Felipe Maia	3	2006, 2010, 2014
	João Maia	2	2006, 2010
	Zenaide Maia	1	2014

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Quadro 05. Mandatos de Deputado Estadual de 1998 a 2018: Família Maia

MAIA = 06	Márcia Maia – filha de Lavosier e Wilma	5	1998, 2002, 2006 , 2010, 2014
	Lavosier Maia	1	2006

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Como se pode observar, foram nove mandatos na Câmara Federal, incluindo os irmãos João e Zenaide Maia e seis na Assembleia Legislativa do RN, com o detalhe de que não houve mandatos de vereador, nem na capital, nem em cidades do interior do estado. Porém, há momentos em que pai e filha, Lavosier e Marcia Maia, ocupam cargos simultaneamente, em 1998, ele federal e ela estadual e ambos exercem mandatos de deputado estadual em 2006; neste mesmo ano, Felipe Maia e João Maia foram deputados federais e o fato se repetiu com os três em 2010. No ano de 2014, o que mudou nessa sequência foi a permuta de João Maia pela sua irmã Zenaide Maia, na Câmara Federal.

2.3 O REGIME MILITAR NO RN (1964-1985) E O BIPARTIDARISMO NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS FAMILIARES ALVES E MAIA

Quando nos referimos às antigas oligarquias políticas, o primeiro momento a se destacar foi a criação da Guarda Nacional, ainda no período de Regência do Império (1831-1840) e, em um segundo momento, na transição do Império à Primeira República, que culminou com a criação do sistema federativo.

Na ocasião do primeiro período da República (1888 – 1930), a força e estabilidade política do presidente dependiam fortemente dos senadores e deputados federais, por sua vez influenciados pelos governadores. Daí, então, uma das formas de conquistar o apoio dos congressistas era fortalecê-los respectivamente em seus redutos estaduais.

Com o golpe militar de 1964, em outubro de 1965 foi instituído o AI-2, que criou o bipartidarismo e contribuiu para a polarização, em cada estado, entre duas forças políticas dominantes.

Na prática, a implementação dessa estratégia gerou nacionalmente a matriz de formação bipartidária, que perdurou neste formato entre 1965 e 1979, quando volta o pluripartidarismo. MDB e ARENA passariam a condensar as disputas locais, resumindo-as a dois grupos. O controle da “franquia” partidária em cada unidade da federação, bem como das respectivas sublegendas, seria dado aos grupos políticos locais que estivessem afinados com o regime militar.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) reuniu as forças políticas que militavam no PSD (em maioria) e PTB, ao passo em que a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), os integrantes da UDN, além de uma minoria dos que integravam o PSD. Na ARENA concentraram-se os aliados dos militares.

Apesar dos desdobramentos e mudanças de nomes das legendas ao longo de décadas, no caso do Rio Grande do Norte, ambas permanecem sob o controle dos mesmos grupos familiares, Alves e Maia, que igualmente continuam a polarizar a disputa local, em amplitude estadual, frustrando ao longo do tempo, com base em articulações políticas locais e suportes nacionais, as diversas tentativas de outros grupos de se estabelecerem como força política autônoma e independente.

Após o golpe de 1964, a polarização se dava entre Aluísio Alves e Dinarte Mariz. Em 1965, Aluísio apoiou para sucedê-lo o monsenhor Wafredo Gurgel, tendo Clovis Motta como vice, e Dinarte Mariz, com Tarcísio Maia como seu vice.

Cabe destacar que todos eles e quase todas as outras lideranças políticas do Rio Grande do Norte aderiram ao golpe de 64, menos o prefeito de Natal Djalma Maranhão¹¹. Para se ter uma ideia, Dinarte e Aluísio, apesar de serem rivais nesta ocasião, agruparam-se no mesmo partido, a ARENA, fato que era possível em virtude da criação das sublegendas. Nessa ocasião, Dinarte, ligado à ala da linha dura militar, tentou cassar politicamente Aluísio, mas não conseguiu neste primeiro momento, pois Aluísio conquistou a proteção da ala moderada dos militares, ligada a Castelo Branco, que presidia o país no mesmo período em que ele governava o estado.

Ainda com todos estes personagens dentro da ARENA, em 1966, outro embate. O senador Dinarte Mariz veta, com o respaldo da oligarquia regional dos Rosado, o nome de Aluísio Alves para o Senado. Este termina disputando mais uma vez a cadeira de deputado federal, obtendo sucesso e ambos apoiam para o Senado o mossoroense Duarte Filho, também vitorioso. Elegeram, ainda, mais cinco deputados federais e trinta e sete estaduais, deixando apenas três vagas para o MDB.

Em 1969, permaneceram acirradas as disputas internas e locais, mesmo diante da criação das sublegendas¹² no Rio Grande do Norte. Dinarte Mariz articula junto aos militares a cassação do deputado federal Erivan França e de Aluísio Alves e seus irmãos: deputado estadual Garibaldi Alves, pai de Garibaldi Alves Filho e Agnelo Alves, prefeito de Natal, pai de Carlos Eduardo Alves¹³. Em 1970, entra na cena política o filho de Aluísio, Henrique Eduardo Alves, seu herdeiro político, que se elege – para o primeiro dos seus 11 mandatos consecutivos de

¹¹ Sobre o Golpe de 1964 no RN, sugerimos consultar Costa (1991), Germano (1993), Galvão (2004) e Goes (1991).

¹² Sublegendas: Com o advento do bipartidarismo na ditadura militar, foram condensados todos os grupos políticos, antes alocados em partidos diversos, em apenas dois partidos. Diante das naturais divergências políticas no plano local, subgrupos eram criados, com base na legislação eleitoral. Como exemplo, no RN, ARENA vermelha (comandada por Dinarte Mariz) e ARENA verde (comandada por Aluísio Alves).

¹³ Nessa ocasião da cassação, Agnelo Alves era prefeito de Natal. Posteriormente, foi senador, em virtude da suplência de Fernando Bezerra, que acumulava com o cargo de prefeito de Parnamirim. Esse mandato foi exercido ao mesmo tempo em que o seu filho, Carlos Eduardo Alves era prefeito de Natal, nas suas primeiras gestões. Pai e filho, geriam, respectivamente, o segundo e terceiro maiores orçamentos do Estado. Após exercer pela quarta vez o mandato de prefeito de Natal, em 06 de abril de 2018, renunciou à prefeitura para concorrer ao Governo do Estado. Agnelo Alves, depois de reeleito prefeito de Parnamirim, foi eleito e reeleito deputado estadual, falecendo no exercício deste último cargo.

deputado federal, chegando a presidir a Câmara Federal na última legislatura de seu último mandato (2013 a 2014)¹⁴.

Em 1966 e 1970, a ARENA permaneceu vitoriosa na grande maioria das disputas, em virtude da repressão, das cassações e do uso da máquina, mas o MDB crescia à medida que aumentava o desgaste dos militares. A ARENA mantinha maior influência nas zonas rurais brasileiras, ao passo em que o MDB ampliava sua aceitação nos centros urbanos.

Tal crescimento chegou a incomodar ao ponto que, em 1970, ao aproximar das eleições estaduais, alteraram-se novamente as regras do jogo e as eleições para governador, que seriam diretas já em 1974, passaram a ser indiretas e só em 1982 é que se pôde votar para governador. No Rio Grande do Norte, Cortez Pereira foi indicado para o governo em 1970.

Nas eleições de 1974, a ARENA lançou Djalma Marinho para o Senado e o MDB apoiou um deputado estadual que não gozava de maior expressão política, Agenor Maria. No entanto, Agenor foi eleito. De modo geral, a exemplo do plano nacional, no Rio Grande do Norte a ARENA saiu vitoriosa, mas ficou patente o avanço do MDB no Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Naquele ano, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, permanecendo até 1979. Seu perfil era identificado com a ala moderada do Exército, defensora da abertura política e da entrega do poder aos civis. Mesmo assim, a sua prática em muitos momentos foi de encontro ao que defendia¹⁵.

Outro fator que colaborou com este contexto pré-abertura foi a precária situação econômica, impulsionada pela crise do petróleo e o desgaste dos militares. Os setores moderados enxergavam que era melhor preparar uma transição “lenta e gradual”, porém “segura”.

¹⁴ Até 2017, presidia o partido PMDB do RN (que voltou a ser chamado de MDB), passando a presidência para o primo, Garibaldi Alves Filho, pelo fato de ter sido preso pela Operação Lava-jato, fato que ocorreu por ter perdido o foro privilegiado, pois ficou sem mandato ao perder para o vice-governador Robinson Faria a disputa para o Governo do estado em 2014.

¹⁵ Um memorando secreto da CIA diz que o general Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, sabia e autorizou execução de opositores durante a ditadura militar, ao todo 104 mortos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghml>

Porém, o MDB continuou a avançar nas eleições de 1976, conquistando cada vez mais o voto popular, o que se constituiu uma ameaça ao regime que já não possuía a mesma força no Congresso para alterar a legislação. Geisel usou o mecanismo criado pelo AI-5, ato mais duro da ditadura militar, de 1968 até 1978, e que culminou com o fechamento do Congresso Nacional – cercado por tanques de guerra – e a edição do chamado “pacote de abril”, com algumas medidas como a eleição indireta para governadores e para 1/3 dos senadores em 1978 e restrição do uso dos veículos de rádio e televisão, destinados de acordo com a “Lei Falcão”, apenas para campanha política. Na História do Brasil, nem mesmo o Poder Moderador exercido pelos imperadores conferia tanto poder nas mãos de governantes.

No Rio Grande do Norte, a ARENA estava dividida internamente em dois grupos: o de Dinarte Mariz e o de Jessé Freire. Surge aí o início da construção do episódio conhecido como “Paz Pública”; Tarcísio Maia, percebendo o conflito interno, aproxima-se de Aluísio Alves, que estava no MDB, para tentar, através da aliança com o “adversário”, dividir também o seu próprio partido.

Dinarte Mariz lança o mossoroense Dix-Huit Rosado ao governo, com o apoio de toda a bancada de deputados federais, mas perde para a aliança de Aluísio e Tarcísio. Ambos tiveram o suporte do general Golbery do Couto e Silva e Albuquerque Lima à nomeação, em 1978, do primo de Tarcísio Maia, Lavosier Maia – indicado para governador. Para presidente do Brasil, foi eleito indiretamente o general João Baptista Figueiredo.

Ainda em 1978, nas eleições legislativas, formaram-se as chapas para concorrer à Câmara Federal e ao Senado, mas a “paz” acabou não acontecendo. Do lado da ARENA, para concorrer em eleições diretas ao Senado, a chapa era formada por Jessé Freire, José Nilson de Sá e Ezequiel Ferreira de Sousa; posteriormente, os dois últimos nomes foram substituídos por Álvaro Mota e José de Sousa Martins. Nas eleições indiretas, pela ARENA, concorreram Dinarte Mariz, Moacir Duarte e Luiz Maria Alves e, do lado do MDB, Olavo Montenegro, Francisco Rocha e Paulo Barbalho.

Radir Pereira era uma dissidência do MDB e Aluísio Alves, que não concordava com a chapa para o Senado, apoiou Jessé Freire, da ARENA, candidato de Tarcísio Maia. Os liderados de Dinarte Mariz e Vingt Rosado, assim como os eleitores de Jessé Freire, apoiavam a campanha de Radir Pereira.

Desse modo, ressurgem as cenas de disputa radical entre Aluísio e Dinarte, configuradas nas campanhas de Radir e Jessé: repletas de boatos, denúncias e até Jessé chegou a ser baleado na perna. Ele contava com a maioria dos veículos de comunicação e dos empresários locais. Pela ARENA, Jessé Freire venceu a disputa ao Senado e ainda foram eleitos por essa legenda cinco deputados federais: Djalma Marinho, João Faustino, Wanderley Mariz (filho de Dinarte), Vingt Rosado e Antônio Florêncio, além de quinze deputados estaduais. Já do MDB, três federais: Henrique Alves (filho de Aluísio), Carlos Alberto de Sousa e Pedro Lucena, além de nove deputados estaduais.

Resultado final do episódio da “Paz Pública”: Aluísio Alves ressurgiu no cenário político estadual e Tarcísio Maia consolida-se como a maior liderança da ARENA. Suplantaram juntos a maior aliança política ocorrida até então, em 1954, entre Dinarte e Georgino Avelino. Cabe destacar, segundo Trindade (1997, p. 54):

A ideia de pacificação política não foi uma originalidade de Tarcísio Maia. Foram várias as pacificações políticas na História do Brasil (a política dos governadores, a pacificação do Rio Grande do Sul na década de 1920, a eleição de Tancredo Neves). Na literatura, o exemplo é a obra de Érico Veríssimo *Incidente em Antares*. Políticos do Rio Grande do Norte como José Varela, Walfredo Gurgel e Djalma Marinho, já defendiam essa tese como forma de trazer recursos para o Estado.

Daí por diante, ambos e seus respectivos familiares ganham fôlego para polarizar, pelas quatro décadas seguintes, a política no Rio Grande do Norte, como se observa até 2018.

Voltando ao plano nacional, semelhante resultado de vitórias que favoreceram o MDB em todo o Brasil, somadas ao desgaste dos militares e aos problemas na economia, como já dissemos, apressaram as tratativas com vistas à transição do regime autoritário. De acordo com Trindade (1997, p. 55):

No Brasil do regime militar, o partido governista (ARENA) foi concebido para não deixar a oposição (MDB) chegar ao poder em hipótese alguma. Sempre que o predomínio da ARENA era ameaçado, o governo tomava medidas casuísticas visando revitalizá-las para os pleitos eleitorais. Se a oposição ainda assim crescia, o governo alterava as regras vigentes, cassava parlamentares oposicionistas, aterrorizava a oposição. Qualquer medida era válida, desde que mantivesse o partido oposicionista manietado.

Com esse contexto, ocorreu, em 1979, o início da tentativa dos militares de começar o processo de distensão. Neste ano, discutiu-se uma nova reforma partidária que culminara com

a volta do pluripartidarismo e foram dados os primeiros passos a uma transição, de modo “lento, gradual e seguro”, que nada mais era, na prática, a articulação, pela via institucional, da tentativa de permanência no poder dos interesses dos grupos militares, travestidos de futuros representantes (seus) civis. Na ARENA, permaneceriam coesos os grupos conectados aos militares e a expectativa era de que o MDB, composto por uma diversidade de tendências, viesse a ser fragmentado, o que favoreceria ao primeiro grupo a tentativa de prevalecer como maioria dominante.

De acordo com Silva (2016), desde a transição, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração, identificável em três momentos distintos: de uma lógica multipartidária nas primeiras fases da República à mudança no período militar para uma lógica bipartidária até início dos anos 1980, retornando ao multipartidarismo da década de 1990 em diante.

Diante de tantas mudanças prejudiciais à estabilidade democrática e, consequentemente, à formação do sistema partidário e da emergência de novas forças políticas, temos aí provavelmente mais um item a favorecer a perpetuação dos grupos políticos familiares, que, durante tais períodos turbulentos, contaram com o suporte dos próprios regimes que foram os causadores de tamanhas desestabilizações. Mainwaring (2001), na releitura de Silva (2016), destaca três fatores que contribuíram para essas instabilidades:

Os fatores estruturais relacionados ao desenvolvimento político do país, aos padrões históricos de formação do Estado e dos partidos e a cultura política brasileira (predomínio de padrões personalistas). Em seguida, a atuação do regime militar que em dois momentos (1965 e 1979) determinou a dissolução dos partidos existentes, contribuiu para o esgotamento do padrão desenvolvimentista diluindo mecanismos de legitimação da atuação dos partidos e a emergência dos meios de comunicação que enfraqueceram as estruturas partidárias e estimularam a atuação de políticos independentes desta. Finalmente, as regras institucionais (sistema eleitoral, procedimento de voto, legislação partidária, predominância do executivo, entre outras) estimularam a descentralização e a autonomia pessoal, em detrimento da estrutura partidária (MAINWARING, 2001 apud SILVA, 2016, p.71)

Como se observa até os dias atuais, ainda é possível identificar políticos com mandato que tiveram a sua origem no seio do regime militar. Um exemplo é o do atual senador José Agripino Maia, que foi, como vimos, prefeito de Natal indicado durante a ditadura pelo seu primo – e governador indicado Lavosier Maia – que, por sua vez, havia sido indicado pelo pai de Agripino, Tarcísio Maia, que governou o RN também por indicação. Agripino, sempre na

mesma linhagem partidária, chegou a presidir o DEM (desdobramento sequenciado da ARENA-PDS-PFL) até março de 2018.

Como a nova regra do pluripartidarismo foram formados: o Partido Social Democrático (PDS), com integrantes da ARENA. Já os grupos internos do MDB se diferenciaram, dando origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular (PP), que foi formado por alguns membros tanto da ARENA, quanto do MDB.

Um fato importante é que, para a consolidação dos grupos político-familiares Maia e Alves, era necessário manter, pelo menos em um primeiro momento, a aliança entre ambos: Lavosier Maia, primo de Tarcísio, nomeou o filho deste (Agripino) prefeito de Natal, e como chefe do seu gabinete, Iberê Ferreira de Sousa, aliado de Aluísio Alves, que teve também o apoio do governador para a indicação de um aliado na mesa diretora da Assembleia Legislativa.

Perceberemos mais uma vez que, estrategicamente, ao longo dos períodos analisados, os atuais grupos políticos dominantes ora se separam, ora se unem quando alguma nova força ameaça sobrepor-se a alguma das duas ou constituir-se enquanto terceira força, como um novo polo, diminuindo a influência das outras duas.

Para as eleições de 1982, dois fatores já prenunciavam o afastamento temporário. Uma era o contexto nacional, no qual Aluísio Alves se posicionava na oposição ao regime e Tarcísio Maia era aliado. O outro fator diz respeito aos interesses locais destas duas famílias políticas. Tarcísio pretendia lançar o seu filho Agripino Maia ao governo e Aluísio desejava disputar o mesmo cargo.

Na prática, mesmo em disputa, os representantes de ambas as famílias marcavam espaço no plano local, em alinhamento com as divisões ou demarcações de espaço no plano nacional, o que criava dificuldades para o surgimento de uma nova força independente.

Aluísio Alves tentou se aproximar do grupo político familiar dos Rosado em Mossoró, que era mais próximo politicamente de Dinarte Mariz e este, por sua vez, em vias de deixar a vida pública, reaproximou-se de Tarcísio Maia (pertencente ao seu mesmo grupo familiar), pavimentando o caminho para a nova polarização do estado, concretizada com a derrota de Aluísio Alves na disputa que elegeu Agripino Maia para o governo.

2.4 PARTIDOS POLÍTICOS COMO ABRIGO DE PROJETOS DE PODER POLÍTICO-FAMILIARES E A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NACIONAL

Um dos instrumentos utilizados pelos grupos familiares e demais grupos é o partido político. Para Weber (2011), é com o surgimento dos partidos políticos modernos que o político profissional conquista espaço e ganha destaque. O partido político surge como fruto da democracia e do sufrágio universal, que tornam necessária uma estrutura capaz de recrutar e organizar os cidadãos, que ainda estejam na condição de politicamente passivos (votantes) para ativos, na condição de militantes ou candidatos. Porém, os que dominam os partidos políticos controlam as candidaturas a cargos eletivos.

Em 1985, PMDB e PFL apoiaram Tancredo Neves, que disputara e conquistara a presidência da República pela coligação Aliança Democrática, ainda no modelo de Colégio Eleitoral da ditadura que já estava no fim, mas continuava influenciando na transição “lenta, gradual e segura”. Nesse período, governava o RN José Agripino Maia. Ilustrando a ocasião, citamos Abrúcio e Samuels (1997, p. 157):

A articulação vitoriosa de Tancredo Neves foi realizada junto aos líderes regionais do PDS, que já tinham passado ou estavam nas governorias naquele momento. Este episódio demonstra que a transição não foi resultado apenas da aliança entre moderados do regime e da oposição, como a literatura dominante tem enfatizado; a transição, em grande medida, resultou de um pacto entre governadores e líderes regionais com o Poder Central, o que mostra o poderio adquirido pelos atores subnacionais durante este período.

Já sobre a disputa em lados opostos, segundo Spinelli (2010, p. 67), as famílias políticas Alves e Maia enfrentaram-se em todos os pleitos:

Entre 1982 e 2004, estaduais e municipais, para todos os cargos em disputa. O PMDB institui um arco de coligações que se denomina Unidade Popular (UP), enquanto o PFL dá à sua coligação a designação de Vontade do Povo (VP). A estas coligações se acrescentam a Frente Popular, conglomerado de pequenos partidos de esquerda liderados pelo PT, e, mais tarde, a Vitória do Povo, coligação instituída pela candidata vitoriosa ao governo do Estado em 2002, Vilma de Faria (ex-Maia).

O fato é que juntas ou separadas, as famílias Alves e Maia têm ocupado espaços de poder em âmbito estadual, na condição de representantes do Rio Grande do Norte, desde antes da ditadura militar por meio dos seus patriarcas Tarcísio Maia e Aluísio Alves. Para citar duas das principais lideranças da atualidade, dois senadores: Garibaldi Alves Filho (PMDB) e José Agripino Maia (DEM) são da família e controlam seus partidos políticos.

Quadro 06. A ocupação dos cargos de prefeitos de Natal, senadores e governadores, durante a ditadura militar (1964 – 1985)

PERÍODO	SENADOR	GOVERNADOR	PREFEITO DE NATAL
1964		42° Aluísio Alves, Governador eleito, PSD, 31/1/1961-31/1/1966. Vice-Gov: Walfredo Gurgel 1961-1962 e Teodorico Bezerra 1962-1966	26° Tértius Rebelo prefeito nomeado, UDN, 3/4/1964-8/4/1966
1966	Francisco Duarte Filho ARENA	43° Walfredo Gurgel, Governador eleito, PSD, 31/1/1966-15/3/1971 Vice-Gov: Clóvis Motta	27° Agnelo Alves, prefeito eleito, MDB, 8/4/1966-28/08/1969 28° Ernani Alvez Silveira, prefeito nomeado, ARENA 28/8/1969-15/3/1971
1970	Dinarte Mariz ARENA Jessé Freire ARENA	44°, Cortez Pereira, Governador nomeado, ARENA, 15/3/1971-15/3/1975 Vice-Gov: Tértius Rebelo	29° Ubiratan Pereira, prefeito nomeado, ARENA 15/3/1971-11/5/1972 30° Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, nomeado, ARENA, 11/5/1972-15/5/1975 pai de Sonali Rosado
1974	Agenor Maria MDB	45° Tarcísio Maia, Gov. nomeado, ARENA, 15/3/1975-15/3/1979. Voce-Gov: Genivaldo Barros	31° Vauban Bezerra, pref. nomeado por Tarcísio, ARENA, 15/3/1975-15/3/79
1978	Jessé Freire ARENA Dinarte Mariz ARENA	46°, Lavoisier Maia, Governador nomeado, PDS, 15/3/1979-15/3/1983. Vice-Gov: Geraldo Melo	32° José Agripino Maia, Nomeado pelo primo Lavosier Maia, PDS, 15/3/1979-15/5/1982
1982	Carlos Alberto de Sousa PDS	47°, José Agripino Maia, governador eleito, ainda no regime militar, PDS, 15/3/1983-15/5/ 1986. Vice-Gov: Radir Pereira	33° Manoel Pereira, pref nomeado por Agripino Maia, PDS 15/5/1982-15/3/1983 34° Marcos César Formiga Ramos, pref. nomeado por José Agripino Maia, PDS, 15/3/1983-1/1/1986

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

2.8 A DEMOCRACIA NO RN A PARTIR DE 1985: BIPOLARIZAÇÃO DE PADRÃO FAMILIAR

Sobre a questão da bipolarização política entre grupos que se alternam no poder, Moraes e Cavignat (1995) apontam o padrão familiar presente nos diversos momentos da História do estado em que se configura um quadro de bipolarização nas disputas para o governo. Procuram demonstrar que, embora até a década de 1930 tenha predominado o revezamento dos Albuquerque-Maranhão com o grupo familiar dos “Medeiros” da região do Seridó, a bipolaridade entre grupos hegemônicos no estado vai se formar a partir dos anos 1950. Nessa cristalização de forças, dois grupos distintos assumem o poder e conservam características teóricas e políticas como:

Intensa vida política (estadualização), que é o desaparecimento de múltiplos grupos em favor de forças susceptíveis de polarizar dentro do estado as aspirações da sociedade em geral; (b) o aparecimento de outros estilos dentro do quadro das forças dominantes, isto é, uma mediação da diferença; c) uma continuidade mínima de dois grupos dominantes, embora a gama de alianças permaneça diversificada e movendo-se; d) finalmente esta bipolaridade deve ser consolidada em torno o exercício do Governo do Estado, ainda que os mandatos do deputado, o Governo Federal e o Senado não são negligenciados pelos políticos locais. (MORAIS E CAVIGNAT, 1995, p. 53)

Sobre os primeiros “polos de poder”, sua formação tem raízes na região do Seridó (reforçada economicamente pela produção de algodão), no Oeste, tendo Mossoró e a sua economia inicialmente baseada no sal, e no Litoral, com base econômica em Natal, potencializada pelo comércio e por ser o centro administrativo do estado. Ainda conforme Moraes e Cavignat (1995),

Então, não é de surpreender que o governador eleito em 1950 é Dix-Huit Rosado, líder independente da região de Mossoró; em 1955, é a vez de Dinarte Mariz, proveniente de Serra Negra, na região do Seridó; finalmente, em 1960, Aluísio Alves, embora originalmente do sertão, sua vitória é essencialmente “urbana”. (MARIZ, 1990 apud MORAIS E CAVIGNAT, 1995, p. 51).

Sobre o momento mais marcante da polarização – e que se dá de maneira radical –, dividindo o Estado entre verde e vermelho, sendo o “cordão verde” representado por Aluísio Alves e o “cordão encarnado” por Dinarte Mariz, seu ex-aliado, Moraes e Cavignat (1995, p. 54) constataam:

A estadualização da política começou com o governo de D. Mariz, representando um dos polos de poder em 1960, contra a candidatura de Aluísio Alves para o cargo de governador. Ambos vieram da UDN, uma das partes criadas depois do fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Em alguns momentos, em relação ao Governo do estado, havia um revezamento direto (Agripino Maia x Aluísio Alves, Garibaldi Alves Filho x Agripino Maia); em outros, esse se dava por intermédio de seus representantes ou aliados (Garibaldi Alves Filho e Wilma de Faria, ex-Maia, que contava ora com apoio da família Maia, ora com o apoio da família Alves). Acrescente-se, ainda, já em 2010, a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado, vinculada ao partido de José Agripino Maia (DEM), com representação expressiva em Mossoró, cidade da qual fora prefeita por vezes.

Em 2014, pela primeira vez sem a presença das famílias Alves e Maia e aliado com o PT, é eleito para o Governo do estado Robinson Mesquita de Faria, com atuação política concentrada na região Agreste, e Fatima Bezerra do PT, para o Senado, também sem vínculos com os Alves ou Maia.

O que para uns pode ser encarado como simples fato da dinâmica política conjuntural, que muda ao sabor do vento e das circunstâncias, para nós parece ser uma estratégia política consciente e planejada, colocada em prática por esses dois grupos político-familiares, pois é justamente a oscilação periódica entre união e separação o que dificulta e praticamente impede a emergência de uma terceira força que possa coexistir de forma autônoma e mude o padrão bipolar das disputas ou mesmo que ocupe o espaço de uma das duas.

Há que se lembrar que o tom das campanhas eleitorais é dado em grande medida pelo financiamento das campanhas e parte expressiva desses recursos, quando não oriunda das máquinas locais, advém das conexões estabelecidas no plano nacional com empreiteiras e empresas diversas, que são quase restritas aos ocupantes de cargos federais como os de senadores e deputados. Quando esses recursos, aliados às emendas parlamentares, como demonstraremos no capítulo final, são somados, acabam potencializando o poder local dos grupos político-familiares.

Existem também situações nas quais até mesmo a própria família Alves se subdivide em outros grupos, na tentativa de controle dos espaços de poder, conforme veremos mais adiante. Sobre este assunto, a hipótese de Spinelli (2010, p. 68) é a de que:

Essas duas grandes forças, no período em análise (1985-2006), limitam severamente a competição eleitoral, controlando em larga medida a entrada de novos atores, utilizando-se largamente dos recursos de patronagem, do clientelismo político e do

assistencialismo social para cooptar e controlar lideranças emergentes e setores sociais populares.

Diante de tanto poder concentrado majoritariamente nas hostes de duas famílias, há lideranças a elas ligadas que empreendem ao longo do tempo algumas tentativas de se emancipar, assim como ocorreu com os próprios Aluísio e Tarcísio, em relação a Dinarte Mariz e deste em relação aos seus antecessores que dominavam politicamente o estado. Detalhando a análise, Spinelli (2010, p. 67-8) ainda afirma:

Ao lado das duas grandes forças partidárias, nesse período, gravitam partidos menores considerados periféricos ou satélites. Também não se diferenciam das agremiações mais poderosas, a não ser pelo fato de suas lideranças oscilarem constantemente entre uma e outra, ao sabor de seus interesses na disputa eleitoral, na competição pela distribuição de cargos e de verbas para suas regiões de origem, onde se situam as chamadas bases eleitorais.

Com o passar do tempo, ele acredita que é possível que este padrão limitado de competição seja alterado, mesmo considerando que há grande capacidade dos players em comporem novos arranjos e coligações. Uma personalidade que chegou a despontar como sendo uma aposta na virada dessa forma de jogo político foi Wilma Maria de Faria, ex-integrante da família Maia.

2.9 WILMA MARIA DE FARIA E O EXEMPLO DOS EFEITOS DA BIPOLARIZAÇÃO ALVES X MAIA

Ao analisarmos alguns fatos que compõem a recente história política do Rio Grande do Norte, especificamente em suas duas últimas fases da República, percebemos que há algo de semelhante entre o ocorrido com alguns personagens que ocuparam cargos públicos nesse período. Curiosamente, os personagens que passaram por situações negativas, de certo modo semelhantes, não pertenciam aos núcleos duros das famílias Alves e Maia. Nos referimos a Lavosier Maia, Carlos Alberto de Sousa, Geraldo Melo, Fernando Bezerra, Aldo Tinôco Filho, Wilma de Faria, Micarla de Sousa, Rosalba Ciarlini Rosado e mais recentemente o governador Robinson Faria.

Todos eles chegaram a ocupar importantes espaços de poder, seja no governo estadual, Senado ou prefeitura da capital. Do mesmo modo, são oriundos politicamente de um dos dois

grupos familiares Alves ou Maia. Igualmente, na hora do confronto direto por espaços de poder ocupados pelos principais dirigentes das famílias hegemônicas, ou foram preteridos nas articulações prévias, tendo que disputar outros espaços, ou acabaram em situação de grande dificuldade, no tocante às suas imagens públicas, desgastadas pelos sistemas políticos e de comunicação Alves e Maia, que também possuem uma rede de indicados pelos estamentos burocráticos, das máquinas administrativas de prefeituras e governos, bem como de Tribunais de Justiça, de Contas, Assembleia Estadual, e algumas câmaras, além de uma *network* que se estende também ao plano federal.

Todos passaram pela política do estado, no mínimo, com a pecha de incompetentes e despreparados, ou até mesmo, em alguns casos, com a imagem desgastada por escândalos e denúncias.

Todos foram úteis politicamente às famílias Alves e Maia, mas quando estão ocupando algum importante espaço de poder e ameaçam a tentativa de voo solo, de formação de um grupo político independente, ou formação de um novo polo para as disputas políticas no plano estadual, alguma espécie de “maldição” parece lhes cair a dificultar ou sepultar o natimorto projeto. Terminam absolutamente desgastados e, depois de enfraquecidos, são, em alguns casos, “reaproveitados”, quando não, acabam se recompondo debaixo das asas de um dos núcleos duros político-familiares que protagonizam a bipolaridade Alves e Maia.

Três exemplos ilustrativos: Primeiro, direcionando o foco para uma das lideranças mais marcantes politicamente do período, entre alianças e confrontos, Wilma Maria de Faria. Depois, confrontaremos a nossa linha de raciocínio, a seguir, com mais dois personagens: Geraldo Melo e Fernando Bezerra, ambos ex-senadores e o primeiro tendo sido também governador.

Wilma de Faria¹⁶, politicamente, entrou na vida pública por meio do grupo familiar Maia, já que era esposa do ex-governador Lavosier Maia. Sobre as suas demais ligações com outros grupos que dominaram a cena política em períodos anteriores, apuramos o seguinte, de acordo com Teixeira (2010), em matéria publicada no jornal Tribuna do Norte, “*De Dinarte a Agripino*”:

Sobre Wilma e Dinarte Mariz: Moacyr Torres Duarte, genro de Dinarte, assumiu o Senado com a morte dele. O Coronel José Bernardo, que era filiado ao PL do Império e depois ao PR liberal, na República, foi duas vezes senador (1890-1900-1907); ele,

¹⁶ Sugerimos a leitura de “*A dimensão simbólica e midiática da política e a história da dona de casa que virou guerreira: A construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006*” (FRANÇA, 2010)

era avô de Dinarte Mariz. Por outro lado, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, eram primos de Dinarte. Dois irmãos de Juvenal Lamartine casaram-se com duas irmãs de Dinarte. Paulina Engrácia de Medeiros Mariz com Morton Mariz, pai de Wilma. Ela, portanto, sobrinha-neta de Dinarte. Wilma fora casada com Lavosier Maia. Surge aí o elo entre os Maia, com Mariz e Faria. Wilma era neta de Paulina, irmã mais velha de Dinarte. Juvenal e Dinarte eram tios de Morton (pai de Wilma) e, portanto, trisavós de Wilma.

Partidariamente, Wilma inicia sua vida pública filiada ao PDS. Em relação à gestão pública, Wilma, começa sua atuação na Secretaria de Promoção Social, no primeiro governo de José Agripino Maia, primo de seu esposo à época, Lavosier Maia. De modo semelhante aos primeiros passos de Aluísio Alves, que dirigiu a Legião Brasileira de Assistência – LBA, o exercício de um cargo, também na área de assistência social, a projeta na vida pública.

Com esse trabalho, voltado principalmente às camadas mais pobres da população, torna-se apta a participar da sua primeira disputa política: prefeitura de Natal (1985), que se dá contra o então deputado estadual Garibaldi Alves Filho; mesmo diante de votação expressiva, perde a eleição.

Porém, em 1986, é eleita deputada federal constituinte e, no exercício de seu mandato, aproxima-se das mesmas lutas travadas pela esquerda, sendo reconhecida como uma das parlamentares mais atuantes, segundo o DIAP. Na sequência, segundo Spinelli (2010, p. 69):

Transfere-se para o PDT e elege-se para a prefeitura de Natal em 1988, disputando com o deputado federal Henrique Alves (PMDB). Já no PSB, elege seu sucessor em 1992, seu antigo secretário Aldo Tinoco, contra o mesmo Henrique Alves. Elege-se em 1996, disputando o segundo turno da eleição contra a deputada estadual Fátima Bezerra, da Frente Popular (PT) e reelege-se em primeiro turno, em 2000, contra a mesma candidata.

A base do crescimento de sua carreira política, apesar das origens na família Maia, oscilou em alguns momentos, ora contando com o apoio dos Maia, ora dos Alves. O fato é que, com o passar do tempo, tornou-se uma ameaça aos principais representantes de ambas as forças hegemônicas no plano majoritário:

Em 1985, 1988 e em 1996, conta com o apoio do PFL. Depois de 1998 faz uma parceria com o governador Garibaldi Alves Filho (PMDB) e reelege-se em 2000 com o seu apoio, aceitando a indicação de um vice do PMDB, o deputado estadual Carlos Eduardo Alves, primo de Garibaldi e filho de Agnelo Alves, irmão de Aluísio. Em 2002, quando tudo parecia caminhar para a indicação do deputado federal Henrique Alves, pela UP, para suceder o primo, Garibaldi Alves Filho, com o apoio da prefeita da capital, ocorre a implosão dessa candidatura; Wilma rompe o acordo que tinha feito com o PMDB e concorre à eleição, vencendo-a no segundo turno, com o apoio do senador José Agripino (PFL). (SPINELLI, 2010, p. 69)

Outro fato é que, apesar das disputas protagonizadas pelos principais expoentes das famílias Alves e Maia, mesmo em caso de derrota, estes nunca ficavam sem mandato. Do mesmo modo, seguia a trajetória política de Wilma, colecionando vitórias próprias e influenciando decisivamente no jogo político eleitoral nos municípios do estado, com destaque para a capital.

No próximo tópico, continuaremos a reconstrução de fatos importantes, tendo ainda Wilma de Faria como fio condutor de nossa análise, que serve como exemplo dos efeitos provocados pelo jogo estratégico da bipolarização político-familiar desenvolvido pelos Alves e Maia.

2.10 ROMPIMENTOS FAMILIARES OU DIVISÃO ESTRATÉGICA DE GRUPOS POLÍTICOS?

Os Alves, grupo político-familiar até então mais expressivo desde a fase do regime militar, em muitas eleições estiveram unidos e, em outras, acabaram se dividindo. A dúvida, que talvez encontre resposta em desdobramentos futuros é: as separações familiares com vistas a determinadas eleições são de fato rompimentos ou divisão estratégica para tentar se renovar e continuar a ocupar espaços de poder?

Em 2002, para que Wilma de Faria pudesse disputar o mandato de governadora do Estado, teria que renunciar a seu mandato de prefeita de Natal. Assumiria Carlos Eduardo Alves, então vice-prefeito. Seria também uma oportunidade de ele assumir pela primeira vez uma cadeira expressiva no plano majoritário e pensar em carreira futura, já que, na época, o deputado estadual era avaliado como sem chances de disputar diretamente e vencer um pleito majoritário. Diante do quadro, mesmo tendo sido indicado ao cargo de vice pelo PMDB, deixou o partido, “rompeu” com o grupo familiar e filiou-se ao PSB, então partido de Wilma de Faria. Esta deixou a prefeitura de Natal, efetivando Carlos Eduardo Alves como prefeito, disputou e foi eleita governadora do estado.

Por outro lado, o grupo político-familiar do então prefeito seguia “apoiando” o candidato Fernando Freire¹⁷, o qual era vice-governador de Garibaldi Alves Filho, que retornara ao Senado com apoio e suporte da máquina administrativa do estado. Vale destacar que

¹⁷ Fernando Freire fora preso por corrupção, fruto de episódios, como o escândalo dos Gafanhotos que envolveram o uso da máquina administrativa do estado naquele período eleitoral.

Fernando Freire é pai de Fernanda Freire, ex-vereadora de Natal (2000-2004), que era casada com Carlos Eduardo Alves.

Tal mudança provocou alterações na eleição seguinte, em 2004, quando concorreria à reeleição o prefeito Carlos Eduardo Alves, como narra Spinelli (2010, p. 70):

A governadora, que havia rompido com o PMDB, depois de ter mantido parceria com o governador Garibaldi Alves, e se reaproximado do senador José Agripino, rompe com o mesmo em 2004, por não aceitar a indicação do seu filho, Felipe Maia, para vice de Carlos Eduardo Alves, preferindo a empresária Micarla de Souza, dona do SBT local, e filha do falecido senador Carlos Alberto, de quem parece ter herdado, não apenas a empresa, mas o capital simbólico representado por um estilo populista e uma forma intensamente assistencialista de fazer política.

O resultado foi a reeleição de Carlos Eduardo Alves para a prefeitura de Natal. Em 2004 também, o pai desse mesmo político, Agnelo Alves, reelegera-se para a prefeitura de Parnamirim, cidade detentora do terceiro maior orçamento e população em relação às demais, sendo integrante da região metropolitana de Natal. Ambos, pai e filho, apoiaram a reeleição de Wilma de Faria em 2006, contra o membro familiar Garibaldi Alves Filho – porém, este ainda teria mais quatro anos de mandato no Senado, caso viesse a perder. Cabe destacar que, no pleito em que Carlos Eduardo Alves concorrera à reeleição, em 2004, o mesmo disputou contra o candidato Luís Almir (PSDB), apresentador de televisão e rádio, que fora “apoiado” pela outra banda de seu grupo familiar. Porém, na reta final dessa eleição, a família Alves recuou no apoio político e financeiro na campanha desse candidato, que, por aproximadamente 15 mil votos não foi eleito.

Em 2006, havia três candidaturas expressivas: a da própria Wilma de Faria (Vitória do Povo) e as dos senadores Garibaldi Alves Filho (Unidade Popular) e José Agripino Maia (Vontade do Povo). Este último chegou a ser cogitado para disputar o cargo de vice-presidente da República na chapa de Geraldo Alckmim (PSDB/SP), mas não se concretizou. Possuía ainda quatro anos de mandato de senador e poderia ter caminhado com a reeleição de Wilma, mas, ao que parece, alguma solução deveria ser dada para tentar impedir que Wilma se reelegesse, pelo fato de que, naturalmente, na eleição seguinte, seria uma forte concorrente sua ao Senado. Do mesmo modo, como dissemos, Garibaldi Alves Filho, se perdesse a disputa, teria quatro anos de Senado pela frente, mas igualmente enxergava em Wilma uma potencial candidata.

Surge aí o cenário de mais uma grande aliança que poderia contemplar a união de forças antagônicas, semelhante ao episódio da “Paz Pública” em 1978, já narrado no período respectivo. Na prática, os adversários enxergavam como mais um “Acordão” das forças

políticas que há décadas dominavam o Estado. Wilma, em campanha, explorava a luta do povo contra “os caciques”.

Quando usamos a palavra “rompimento”, em relação aos momentos em que a família Alves ora está unida, ora separada, incluímos alguns fatos:

Primeiro, na eleição de Rosalba Ciarlini Rosado para o Senado, que tinha como 1º suplente o irmão de Agnelo Alves, Garibaldi Alves (pai de Garibaldi Filho) em palanque oposto ao de Wilma (a qual Agnelo e seu filho estavam aliados), esta disputou, na eleição de 2006, o mandato de senadora.

Segundo, na eleição de 2010, havia um membro da família Alves em cada um dos principais lados disputantes. Henrique Alves apoiava para o governo a eleição de Iberê Ferreira de Sousa, que era vice de Wilma – e esta disputou o Senado, perdendo para a união de Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia que foram reeleitos para as duas vagas; estes dois apoiaram para o governo a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado, que, vitoriosa, efetivou “Garibaldi Pai” como senador. Por outro lado, na mesma eleição, o filho de Agnelo Alves, Carlos Eduardo Alves, que estava sem mandato, pois já havia sido reeleito a primeira vez, disputou sem sucesso o Governo do Estado. Em 2012, Carlos Eduardo Alves “enfrentou” mais uma vez a família em lado oposto, quando tentou voltar à prefeitura de Natal. Nesta ocasião, a família, principalmente seus primos Henrique Alves e Garibaldi Alves Filho, apoiou publicamente Hermano Moraes (PMDB). O apoio foi fundamental para impedir que chegasse ao segundo turno das eleições o candidato Fernando Mineiro (PT), que apresentou rápido crescimento na reta final, não chegando ao segundo turno por aproximadamente 750 votos. Na sequência, enfrentaram-se, então, Hermano Moraes (PMDB) e Carlos Eduardo Alves (PDT). De modo semelhante ao que ocorrera com o candidato apoiado pelos primos na eleição de 2004, Luís Almir, a família recuou politicamente e financeiramente no apoio ao candidato do seu próprio partido, Hermano Moraes. Chegaram inclusive a “liberar” o que teria se constituído como um grave impedimento à candidatura de Carlos Eduardo: a reprovação de suas contas pela Câmara Municipal de Natal e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Terceiro, em 2014, todos os membros da família Alves estiveram unidos no mesmo palanque em que Henrique Alves disputou e perdeu as eleições para o governo do estado e, em 2016, quando Carlos Eduardo Alves disputou e venceu mais uma reeleição como prefeito de

Natal; nesta eleição, o seu primo Henrique Alves indicou o seu vice-prefeito, ex-deputado estadual da região do Seridó, com base mais expressiva em Caicó¹⁸.

Essa dinâmica pode ser estratégica, ou mero pragmatismo político entre grupos que disputam espaços de poder, já que a família nunca se divide quando está em jogo a real possibilidade de um dos membros perder um importante mandato que possua, sobretudo no plano majoritário. Perder mandato significa, na prática, perder controle sobre instrumentos – como cargos, orçamentos, rede de influência, entre outros – que possibilitam a “irrigação” das bases políticas, que, por sua vez, representam a sustentação desses grupos. Esse contexto nos remete claramente à Maquiavel (2007), que explica em sua teoria a importância da manutenção de bases políticas próprias para que “o príncipe” permaneça perenemente nos postos de poder conquistados.

Pela análise da sequência de fatos, quando não está em jogo a perda de mandato de um deles, principalmente no plano majoritário, mas a conquista de um outro espaço de poder por parte de quem no futuro possa constituir-se uma ameaça política ou uma terceira força em meio à bipolaridade, parece-nos claro que são capazes de “apartar o Sangue” – expressão que era usada por Pedro Velho, representante da oligarquia mais antiga da República no RN –, apoiando um nome novo, fora do núcleo familiar, para não permitir que um novo já eleito anteriormente se consolide, principalmente nos cargos de senador e governador.

De 1982 a 2014, nenhum senador, fora do núcleo político familiar dos Alves e dos Maia, que foi eleito e disputou reeleição automaticamente ou tentou retornar posteriormente ao cargo, conseguiu ser reeleito. Já em relação ao governo do estado, a única reeleita que não Alves/Maia foi Wilma de Faria, mas por contar com suporte político à época do então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

Quando Wilma tentou chegar ao Senado em 2010, concorrendo contra Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, ambos se juntaram, derrotando-a e deixando-a sem mandato e, assim, ela não conseguiu consolidar-se como a “terceira” força do Estado. E, dali em diante, perdeu mais uma eleição para o Senado em 2014, mesmo apoiada pelas famílias tradicionais que a derrotaram na eleição anterior; nesta ocasião, foi eleita para o cargo em disputa a então deputada federal Fátima Bezerra, do PT. Na eleição seguinte, em 2016, Wilma de Faria foi eleita vereadora de Natal, falecendo vítima de um câncer, no exercício desse cargo, em 2017.

¹⁸ Em 06 de abril de 2018, Carlos Eduardo Alves renuncia à prefeitura de Natal, efetivando no comando da capital do Estado o indicado do primo. Na justificativa à renúncia, expôs publicamente o desejo de disputar o governo do estado, com a permanência da união da família em torno de seu nome.

2.8 AS VISÕES DE GERALDO MELO E FERNANDO BEZERRA SOBRE O *MODUS OPERANDI* DAS FAMÍLIAS ALVES E MAIA E A INSERÇÃO DOS MESMOS NESSE CONTEXTO

2.8.1 Geraldo Melo¹⁹

Em entrevista concedida pelo ex-senador e ex-governador Geraldo Melo, no dia 06 de agosto de 2018, especialmente para essa dissertação, abordamos alguns dos temas que são parte de nossa análise. Situando-o no contexto desse trabalho, apuramos que o ex-empresário, ao longo de sua vida pública, oscilou politicamente na formatação de alianças por entre as famílias Alves e Maia. Partidariamente, transitou pela ARENA (1965-1980), PDS (1980-1985), PMDB (1985-1993), PSDB (1993-2009), PPS (2009-2011), PMDB (2011-2018) e PSDB (2018).

Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo, com bases políticas mais expressivas na região do Mato Grande, especialmente na cidade de Ceará Mirim, foi secretário estadual de planejamento no governo de Aluísio Alves (1961-1966), como também indicado vice-governador de Lavosier Maia Sobrinho, em 1978, renunciando em seguida.

Retomando a parceria política com o grupo familiar Alves, coordena a campanha vitoriosa de Garibaldi Alves Filho para a Prefeitura de Natal em 1985, o que lhe pavimenta o caminho para disputar e vencer as eleições ao Governo do estado em 1986. Empresarialmente, assumira o controle de uma usina de açúcar no estado e obtivera, na década de 1980, concessões de emissora de rádio e televisão, essa última ligada à Rede Bandeirantes, chamada à época de TV Potengi, vendida ao próprio grupo Band no ano de 2010.

Geraldo Melo foi o 49º governador do Rio Grande do Norte, não concorrendo ao Senado na sequência, mesmo havendo duas vagas em disponibilidade; ele saíra do governo enfrentando um forte desgaste político, também amplificado pelas estruturas de comunicação de ambas as famílias. Para essas vagas, na ocasião, foram eleitos senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho.

No pleito seguinte, 1994, disputa e é eleito para uma vaga no Senado, chagando a ser vice-presidente dessa instituição. Ao tentar a reeleição em 2002, perde para José Agripino Maia,

¹⁹ Tópico baseado em entrevista concedida por Geraldo Melo, Ex-governador e Ex-senador pelo Rio Grande do Norte, ao autor desta dissertação, em agosto de 2018.

que disputou a reeleição e para Garibaldi Alves Filho, que deixou o governo do estado para retornar ao Senado. Tenta mais uma vez voltar a o Senado em 2006, com uma vaga em disputa, mas os Senadores a quem acabamos de nos referir apoiaram com sucesso a ex-prefeita de Mossoró Rosalba Ciarlini Rosado. Geraldo Melo ficou novamente em terceiro lugar. Em segundo, ficou o ex-senador Fernando Bezerra, que também já contara com apoios que oscilaram entre Alves e Maia. Após doze anos sem concorrer a nenhum cargo, no pleito de 2018, Geraldo Melo disputa novamente uma de duas vagas disponíveis para o Senado, mais uma vez com Garibaldi Alves Filho; Zenaide Maia e o Capitão da Polícia Militar Styvenson Valentin despontam como os principais concorrentes nesse pleito e José Agripino Maia desistiu da reeleição para tentar mandato de deputado federal.

Após essa contextualização, o questionamos sobre o que motivaria a permanência dos grupos familiares Alves e Maia por tantas décadas no poder e o que haveria de diferente entre essas famílias e outros personagens da política que não se estabeleceram com mais longevidade em espaços majoritários de poder, com amplitude estadual, como Carlos Alberto de Sousa, Fernando Bezerra, Rosalba Ciarlini Rosado e ele próprio, para citar alguns exemplos. Eis a interpretação dele:

Eu não agi ao longo da minha trajetória como um político profissional, que precisa sair do mandato de uma determinada forma, para disputar o mandato seguinte. [...] O processo político que passa por alianças pré-eleitorais que viabilizem a eleição de A ou de B e que passa depois por alianças para viabilizar a realização do governo levou a participação desses grupos na montagem das candidaturas, inclusive da minha. [...] A única coisa que existe de diferente é que eu não era o candidato preferido dos grandes grupos, na hora em que eu saí candidato, em determinados momentos.

É interessante perceber, pela sua resposta e pelo que a história política do estado mostra, que a “preferência” dos grupos familiares Alves e Maia, na montagem de chapas para disputas oscilam a cada eleição, de modo que, na prática, observa-se que o apoiado anteriormente já não conta com o apoio dos grupos na eleição seguinte, ou porque concorre diretamente contra eles ou para que esse não se consolide naquele espaço de poder e, assim, apoiam um outro nome, que na eleição seguinte também já não conta com o suporte político desses grupos.

Ao analisar a trajetória de Wilma de Faria, no contexto de tentativa dessa personagem em constituir-se como uma terceira força, um novo polo, Geraldo Melo reconhece os méritos dela e também relembra alguns fatos:

Wilma...ela era membro de umas das duas forças... ela era da família Mariz. E Lavoisier Maia era seu marido. Agora, ela fez por mérito próprio uma trajetória pessoal diferente; e, num momento em que nomes grandes da família dela tinham desaparecido com o tempo. [...] O tempo tinha passado e o tempo ao passar, erodiu a força dessas duas famílias. Você já tinha visto Dinarte disputar uma eleição de governador com Aluísio e perder, Aluísio disputar com Agripino e perder... então, o tempo estava cobrando o seu preço. E Wilma foi uma espécie de tentativa de alguém que vinha de uma dessas grandes famílias de, consciente ou não, restaurar a força de uma dessas famílias, com outras variáveis, com outras pessoas.... mas, a força de uma dessas famílias. Então, nessa ocasião, as duas famílias estavam precisando de encontrar uma forma de reconstruir... de preservar o seu espaço no poder e a forma foi se unirem.

Refletindo sobre essa resposta, reconhecemos que, de fato, há nomes que desapareceram com o tempo, porém não se pode deixar de considerar o peso do capital simbólico do grupo familiar, transmitido como herança entre seus membros, conforme detalhamos no capítulo teórico.

Ao interpelar o ex-senador em sua resposta, citei que, pelo que pesquisamos, em virtude dessa dinâmica, consciente ou não, estratégica ou não, o resultado prático é que, juntas ou separadas, ambas as famílias continuavam dominando, com o passar do tempo, ao que ele emendou:

Está aí hoje, um caso desses: Carlos Eduardo Alves. Alves! ele foi indicado como vice-prefeito de Wilma, representando o grupo da família Alves, e pelo PMDB... E quando Wilma decidiu ser candidata a governadora, ele ficou contra a sua família e ficou contra o seu partido, viabilizando a candidatura dela, para ele assumir a prefeitura de Natal.

Porém, os fatos relembram que a família Alves se reagrupou internamente e se uniu com a família Maia, em torno da candidatura de Henrique Alves para o Governo em 2014, como também em torno da candidatura à reeleição de Carlos Eduardo Alves em 2016 para prefeitura de Natal. Nesse caso, a mesma “receita” foi repetida, pois a sua família, alocada no PMDB, indicou como vice o político caicoense Álvaro Dias, que, em 2018, foi efetivado nesse cargo, pois Carlos Eduardo Alves, novamente com o apoio de toda a sua família, embora excluindo o sobrenome das peças publicitárias de campanha, entra na disputa pelo Governo do estado.

Mas, para Geraldo Melo, esse movimento representaria a dinâmica da luta pelo poder. Para ele, as divisões internas das famílias não seriam estratégicas; seriam de certo modo forçadas, por uma questão de sobrevivência política, mesmo diante do fato de que elas sempre se recompõem:

A família também se uniu com outra família... Aquela divisão, não tinha nada de estratégica... Você tem que ver o seguinte.... Que você não tá lidando com estátuas. Tá lidando com seres humanos, que eu acabei de chamar a sua atenção, para o fato de que essas pessoas estavam pagando o preço do tempo que tinha passado. Na realidade, elas não estavam mais agindo como conglomerados de uma grande família. A grande família estava se dividindo, se aliando com o adversário histórico. Então, o conceito de uma família e a outra família estava sendo inteiramente dizimado pelo passar do tempo. Eles se misturaram... Ééé... Forçosamente.

De fato, não estamos lidando com frias estátuas de mármore, mas é muito forçoso raciocinar em todas essas conjunturas, desconsiderando a marca do padrão familiar em suas composições que são arquitetadas por elas mesmas. A história política do período analisado demonstra que por mais que estejam “separadas” em alguns momentos, acabam se recompondo em outras circunstâncias. Familiares brigam, “rompem”, divergem, mas não deixam a condição de família e, fora dos palanques, conforme demonstraremos ao longo desse trabalho, acabam ajudando-se uns aos outros, solidariamente.

O ex-senador relembra ainda duas situações: o caso da divisão da família Alves, quando dois irmãos gêmeos, Henrique Alves e Ana Catarina Alves, se enfrentaram e o das recomposições político-familiares entre Alves, Maia e Rosado, que apoiam, nas eleições de 2018, Carlos Eduardo Alves para o Governo do estado:

Foi uma divisão dolorosíssima, que deixou marcas enormes dentro da família. Tarcísio Maia pegou Ana Catarina para dividir os Alves, do mesmo modo que Wilma Maia pegou Carlos Eduardo Alves. A mesma coisa.... Quer dizer, foi uma coisa que a partir dali a relação deles nunca mais foi a mesma. Ao longo do tempo, Carlos Eduardo Alves passou a ser um aliado, ou não... ou não. Então... A essa altura da vida de Garibaldi não tá mais na idade que ele tinha quando pilotava um dos lados; ele não tá mais pilotando. E, Carlos Eduardo Alves então, eu acho que ele reedita... Ééé... O que está acontecendo é a reedição da aliança dos Alves e dos Maia.

Questionado sobre qual o seu entendimento a respeito do fato de que não-membros das famílias Alves e Maia saíram desgastados dos espaços de poder que ocuparam, como exemplo o próprio, além de Lavosier Maia, Wilma de Faria, Carlos Alberto de Sousa, Fernando Bezerra, Rosalba Ciarlini Rosado e Robinson Faria, o candidato respondeu que há uma ligação dessa questão com a geração de expectativas e com as circunstâncias que envolveram cada um:

Há uma coisa que você tem que incluir na sua análise porque ela é óbvia. O processo de eleição, ele suscita esperanças e aspirações que muitas vezes são maiores do que a realidade. É o processo, não é nem o candidato, não. O processo. As pessoas desenvolvem... éééé...expectativas que a realidade não permite cumprir. Então, não admira que o gestor, em quatro anos de gestão, não realizando os milagres esperados, que ele se desgaste. Isso é um ciclo inexorável, da situação em que se governou até então. Eu fui governador com algumas variáveis que não podem ser esquecidas. Eu tive duas constituições federais: uma foi promulgada na metade do meu mandato e na primeira metade não se sabia se era pra cumprir a constituição nova ou aquela que

tava sendo revogada. Eu governei com quatro moedas: cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo e com 80% de inflação ao mês. Ao mês! Então, esse processo, é o processo que explica o desgaste. E a visão objetiva, neutra dos acontecimentos, não pode ignorar isso. (Grifo nosso)

Mesmo diante das circunstâncias relatadas, o ex-senador e ex-governador Geraldo Melo reconhece o duro trabalho desenvolvido pela mídia na desconstrução da imagem dos adversários, bem como o peso da família nas diversas composições políticas do estado:

Veículos de comunicação? É importante, é claro, é muito importante. Porque claro que isso cria expectativa de um atendimento pleno das aspirações deles que tinham o poder e isso não era possível... Nem mesmo quando eles estavam no exercício. Quanto ao peso nas composições políticas, dessas grandes famílias, é um grande peso, um enorme peso... Mas no meu caso, não serve de regra... Foi excepcional.

Por fim, Geraldo Melo, candidato ao Senado mais uma vez em 2018, emite sua interpretação a respeito das origens das famílias políticas Alves e Maia e chama atenção ao processo de renovação da sociedade, que impacta em todo esse processo político que acabamos de analisar:

São duas famílias, que vinham do início do século passado, que tiveram uma trajetória de construção do poder e de consolidação da sua presença no poder. Agora: a sociedade é uma coisa viva! Enfrentando transformações, que na verdade estavam lançando as bases de transformações muito maiores que viriam depois... Você não pode ignorar o processo de transformação da sociedade que aconteceu nesse período e que portanto influiu na transformação e na modificação do processo político; quando hoje, você tá com celular moderníssimo e ano que entra você quer outro; breve você vai andar na rua, a rua vai tá cheia de carro sem motorista.

2.8.2 Fernando Bezerra²⁰

Entrevistamos, no dia 10 de agosto de 2018, especialmente para essa dissertação, o engenheiro civil, ex-ministro e ex-senador Fernando Bezerra, que já foi líder no Senado dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, bem como presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN e da Confederação Nacional das Indústrias – CNI por dois mandatos. Fernando Luiz Gonçalves Bezerra também foi diretor da ECOCIL, uma das empresas de sua família, sendo ainda pós-graduado pela Utah State University – USA. É sobrinho do Major Theodorico Bezerra, que foi deputado estadual, vice-

²⁰ Tópico baseado em entrevista concedida por Fernando Bezerra, Ex-senador pelo Rio Grande do Norte, Ex-ministro da Integração Nacional e Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao autor desta dissertação, em agosto de 2018.

governador (Quadro 06) e deputado federal por quatro vezes. Seu tio sempre o incentivou a entrar na vida pública, mas durante muito tempo, alega Fernando Bezerra, ele próprio resistia.

Inicialmente, o experiente empresário, 77 anos, compartilhou conosco uma visão clara e realista do seu entendimento em relação ao funcionamento da política e das motivações que o fizeram participar dela, desnudando importantes fatos de bastidores que apontam a influência do poder econômico nos processos eleitorais:

Eu não quis nunca fazer da política o principal objetivo da minha vida. Eu sempre recusei lá atrás... Meu irmão me incentivava... Mas eu hesitava exatamente por temer colocar a política num plano que fosse pra mim mais importante que a minha empresa. E, somente depois, muito tempo depois, em 1990, eu entrei pra política e fui suplente de Garibaldi. E, eu não tenho porque esconder isso, mas fiz isso pensando muito mais em um prestígio empresarial que a política pudesse me conferir. Entendi, naquele momento, que ser suplente de Garibaldi não me tiraria de Natal e me conferia algum prestígio. E do lado da política... Não somos ingênuos, era arranjar sempre alguém que pudesse bancar... Pagar parte de isso tudo... O suplente de senador sempre foi o cara que custeava um pouco desse processo... Até hoje é assim...

No decorrer de sua atuação, o ex-ministro relata que começou a se destacar e alcançar projeções que passaram a incomodar as famílias que se alternavam no poder no Rio Grande do Norte e que, se de início ele fora usado para “pagar a conta”, posteriormente, pelo trabalho que desenvolveu, passou a se constituir como uma ameaça:

Mas, a despeito de tudo isso, de não desejar inicialmente entrar para a política, e de forma surpreendente pra mim, porque sempre me dedico ao que faço, eu terminei tendo um destaque que, infelizmente, incomodou essas alas de conservação do poder... de conservar o poder a qualquer custo. Eu era útil enquanto empresário, mas com a projeção, incomodei. Eu trabalhava intensamente no Senado e, além disso, ainda me elegi presidente da CNI, logo que me efetivei no Senado. Esse destaque fez com que eu me candidatassem ao Senado. E naquela ocasião, Garibaldi foi pro Governo do Estado. Agnelo Alves era meu suplente. Veja: fui pra lá sem voto, na condição de suplente, quando na eleição de 98, eu presidente da CNI, fui presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado... Para você ter uma ideia, Antônio Hermínio de Moraes, Jorge Guerdal e Emílio Odebrecht me procuraram, dizendo que eu deveria ser candidato à reeleição: “Nós precisamos de uma voz no Congresso e a sua eleição custa pra nós mais barato que uma eleição de Senador em São Paulo.... Fui eleito e fui chamado pra ser líder do governo de Fernando Henrique Cardoso no Senado. Aceitei e quatro meses depois, Fernando Henrique me convida para ser Ministro da Integração Nacional.... Isso tudo me levou a uma posição de certo destaque, que aí começou a guerra, como quem diz: “Esse homem tá querendo ir longe demais...”. (Grifo nosso)

Em relação a sua passagem pela política, nos espaços de poder já citados, procuramos compreender o que teria provocado a interrupção dessa sua carreira, que seguia uma trajetória de crescimento tanto no plano local, quanto no plano nacional. Eis a resposta do ex-ministro, que aponta para os fatos que o tiraram do jogo no processo de eleição ao Governo do estado:

Foi quando começaram a cogitar meu nome pro Governo do estado. A partir daí, veio o escândalo da Metasa, que foi especulação, nunca respondi a um processo.... Ficou comprovado que era mentira, em pareceres de Geraldo Brindeiro, que foi Procurador Geral da República no Governo de Fernando Henrique e Claudio Fonteles, que foi a mesma coisa no Governo do PT. **Isso confirma toda a sua lógica de raciocínio.** E, no meu caso, foi tudo invenção de Aluísio Alves, pra me tirar do páreo, porque eu me destaquei e incomodei. **Eu fui colocado para fora do jogo, para criar a chance de Henrique Alves, filho dele, ser o candidato ao Governo do estado.** Aluísio queria Henrique governador. **O próprio Henrique, depois de tudo isso, foi até minha casa, disse que se arrependia de tudo que tinha feito e me pediu desculpas por tudo.** (Grifo nosso)

Na eleição seguinte, 2002, que já analisamos no decorrer dessa dissertação quando focávamos Wilma de Faria como exemplo, o desmonte político dos apoios e estruturas continuava para que Fernando Bezerra não se consolidasse politicamente, nem mesmo no Senado. O seu enfraquecimento político implicaria, na prática, principalmente, o fortalecimento do grupo familiar Alves e a eliminação de mais uma possível “terceira força” ou um novo polo que pudesse se sobrepor sobre Alves ou Maia:

Alí começou todo o desgaste da minha imagem pública, ancorada pelos veículos de comunicação das famílias Alves e Maia... E, no final das contas, quem ganhou a eleição para o governo foi Wilma. Em meio àquele processo eleitoral, de quebra, **Carlos Eduardo Alves foi efetivado prefeito de Natal. Detalhe é que o pai dele, Agnelo Alves, era meu primeiro suplente e ao mesmo tempo prefeito de Parnamirim.** Mesmo depois desse episódio (eleições de 2002), o meu destaque nacional prosseguiu e continuou incomodando muito... Fui até líder também de Lula no Senado. Quando foi depois, **na hora da minha reeleição, a família Alves se juntou com a família Maia pra apoiar Rosalba Ciarlini Rosado pro Senado. O próprio Agnelo, que era meu suplente, e tinha assumido o Senado, ajudou a reverter a decisão em Parnamirim em favor dela, e o primeiro suplente dela foi justamente Garibaldi Alves “Pai”, irmão de Agnelo,** que depois também assumiu porque Rosalba foi governadora com o apoio de todos eles. (Grifo nosso)

Também em sintonia com o que apontamos em nossa dissertação, Fernando Bezerra expõe claramente a utilização de um dos instrumentos dos grupos político-familiares, usados em suas estratégias políticas, na tentativa de se manterem no poder: os veículos de comunicação.

Questionado sobre o que motivaria a permanência dos grupos familiares Alves e Maia por tantas décadas no poder e o que haveria de diferente entre essas famílias e outros personagens da política que não se estabeleceram com mais longevidade em espaços majoritários de poder, com amplitude estadual, como Carlos Alberto de Sousa, Geraldo Melo, Rosalba Ciarlini Rosado e ele próprio, para citar alguns exemplos, eis a sua contundente interpretação:

Quanto aos Alves e Maia, no meu ponto de vista, eles se tornaram profissionais extremamente competentes em política. Para manter-se no poder. Aí nisso você tem toda uma estrutura por trás... de comunicação. Todos eles têm: televisão... Zé Agripino tem, os Alves têm. Jornal... Zé Agripino nunca teve, mas Dinarte tinha o Correio do Povo e Aluísio a Tribuna do Norte... **Isso foi um profissionalismo apoiado pela mídia. E veja uma coisa: qual o foco que esses caras têm? O cara se elege pra se reeleger. É o poder pelo poder, permanentemente. Isso é o que é o traço mais triste porque que você não tem um projeto de desenvolvimento pro Rio Grande do Norte.** Garibaldi é um profissional de missa, batizado, enterro, casamento...ele já até foi motorista de uma noiva; ele mesmo me contou. Garibaldi se dedica 24h por dia a isso... Zé Agripino é um cara mais sofisticado e tem um Esdras (Assessor político) pra cuidar da vida dele. Ele é profundamente egoísta. pouca gente tirou vantagem do Rio Grande do Norte como Zé Agripino tirou... Não estou dizendo que ele botou a mão em dinheiro público, é diferente, mas ele tem hoje uma distribuidora de combustível de avião que foi uma doação da Petrobras. (Grifo nosso).

Ao analisar a trajetória de outros personagens da política, além de Alves e Maia, reconhece os méritos de alguns, critica outros e relembra alguns fatos:

Isso confirma exatamente o que você constatou no seu trabalho. Coisa desse tipo aconteceu até com Cortez Pereira, no passado. Hoje, eu ando muito triste com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Olhe: eu reconheço que Aluísio foi um grande governador. Depois dele, pra mim, só teve Cortez Pereira, que foi o mais criativo, mas que saiu desgastado, com escândalos... E pobre! O governo de Mossoró foi um governo honesto, mas foi um governo do dia a dia. Sabe como Zé Agripino entrou pra política? O pai dele, Tarcísio Maia foi nomeado governador pelo general Golbery. Ele era casado ou tinha uma amante que era irmã da amante de Tarcísio... que, inclusive era funcionária da CNI, por isso que eu sei disso. E nisso, Tarcísio que não fazia nada... tava fora da política, foi trazido pra cá... E então aí começou essa dinastia. Zé Agripino era um mero engenheiro da EIT e foi buscado lá no Maranhão pra ser prefeito de Natal. Depois foi governador. Não quero me indispor com ninguém, não quero ofender ninguém, mas aos 77 anos, eu tenho o direito de dizer o que eu quero: Zé Agripino foi um governador medíocre; Garibaldi também; Wilma idem. Geraldo era a grande esperança, mas terminou mal como governador, mas eu reconheço que ele foi um bom senador. (Grifo nosso)

Ao abordar o ex-ministro em sua resposta, citei que, pelo que pesquisamos, em virtude dessa dinâmica, consciente ou não, estratégica ou não, o resultado prático é que, juntas ou separadas, ou até divididas internamente, ambas as famílias continuavam dominando com o passar do tempo. Com visão parcialmente diferente da do ex-senador Geraldo Melo, o ex-senador Fernando Bezerra também relembra duas situações sobre os casos de “divisão interna” na família Alves, quando dois irmãos gêmeos Henrique Alves e Ana Catarina Alves se enfrentaram e o das recomposições político-familiares entre Alves, Maia e Rosado, que apoiam, nas eleições de 2018, Carlos Eduardo Alves para o Governo do estado:

No caso de Carlos Eduardo, o rompimento dele com a família foi estratégico, muito parecido com o que os Rosado fizeram em Mossoró e tá aí agora todo mundo junto de novo, agora com Carlos Eduardo Alves. Naquele caso do

enfrentamento entre os irmãos gêmeos Ana Catarina Alves e Henrique Alves, ali também é o jogo familiar, só que uns jogando contra os outros: foi família contra família. O caso de Carlos Eduardo Alves foi mais estratégico; o outro, foi loucura de Ana Catarina, de juízo curto, e Tarcísio Maia se aproveitou da situação pra fazer esse jogo. (Grifo nosso)

Finalizando, sobre o seu entendimento em relação ao peso familiar que permeia as costuras políticas do Estado, Fernando Bezerra é direto no emprego das palavras:

O peso da família nessa lógica de atuação é total. A de Zé Agripino é menor. A dos Alves é maior e as vezes até atrapalha, porque há uma disputa interna pra caber todo mundo. Você veja: Os Alves têm vereador, deputado estadual, deputado federal, senador.... E José Dias chantageou o cunhado Aluísio Alves muitas vezes pra se eleger. Ele tem horror a Henrique... Os dois brigam, mas são família... Zenaide e João Maia são irmãos... Agora, simplesmente, se alguém tinha algum destaque, e isso era suficiente pra empanar a possibilidade de se quebrar essa corrente dessa dinastia... aí... Já viu! Isso aí é uma capitania hereditária! E agora virou o traço cultural mais forte do estado. Claro que Alves e Maia são os mais fortes e estão há muito mais tempo. Mas agora tem também Rosado, Jácome, Motta, Faria e por aí vai...

Ainda sobre essa questão de “rompimento” de Carlos Eduardo Alves com os membros da sua família, que já abordamos e ouvimos as opiniões de Geraldo Melo e Fernando Bezerra, identificamos outro elemento que parece completar todo o raciocínio em relação aos fatos: trata-se de um *post* de Renato Dantas, ex-presidente da Câmara Municipal de Natal, sobre o episódio do qual o ex-vereador de Natal afirma ser prova viva:

O então vice-prefeito de Wilma de Faria em 2002 inventou uma briguinha de família combinada com seu pai, Agnelo Alves, para assumir à Prefeitura de Natal, com a renúncia de Wilma... Wilma só renunciava à Prefeitura se Carlos Eduardo Alves rompesse com a sua família. Este episódio ocorreu há 16 anos e aconteceu no meu apartamento no Barro Vermelho em Natal num dia que quinta-feira de manhã. Neste tempo eu era vereador de Natal, líder de Wilma na Câmara Municipal e eleito presidente da Câmara Municipal... **Carlos Eduardo Alves nunca rompeu com sua família, eles combinaram uma divisão para Carlos Eduardo Alves assumir a Prefeitura de Natal; sou testemunha viva do combinado... A famosa carta que Carlos Eduardo Alves teria enviado para seu pai Agnelo Alves foi redigida pelo próprio Agnelo que acertou comigo e Carlos Eduardo Alves sua filiação do PSB de Wilma aproveitando uma mobilização para o ato de filiação do então vereador Edvan Martins, no Hotel Residence...** Henrique Alves e Garibaldi Alves sabiam de tudo, só quem não sabia era o então candidato a governador e ex-sogro de Carlos Eduardo Alves, Fernando Freire... **Carlos Eduardo Alves nunca brigou com a família Alves, tudo foi sempre uma farsa...** A prova mais recente que Carlos Eduardo Alves jamais ficou longe de sua família são as profundas ligações dele com Garibaldi Alves... A total intimidade de Carlos Eduardo Alves com seu primo Garibaldi Alves é tanta, que ele pediu e o senador Garibaldi Alves nomeou sua filha do primeiro casamento, Maria Fernanda Freire Alves para ocupar um cargo de comissionado em seu gabinete do Senado. Como Carlos Eduardo Alves se diz independente e “que não faz parte de oligarquia” sendo sempre ajudado por debaixo dos panos por sua família? (DANTAS, 2018, grifo nosso)

Há que se relembrar, por fim, um outro caso ilustrativo desse movimento dinâmico entre “rompimentos” e alianças: o de Rosalba Ciarlini Rosado, desde as suas origens políticas vinculada ao grupo político-familiar Rosado, que, ao longo do tempo, oscilou como um satélite, perifericamente, entre composições políticas com os núcleos familiares Alves e Maia, sendo em alguns momentos o fiel da balança. Na maioria dos episódios eleitorais, o suporte dos Rosado, que também por muitas vezes se subdividiu internamente em sua área de maior densidade eleitoral, serviu de suporte ao grupo político-familiar Maia.

Rosalba Ciarlini Rosado conquistou pela quarta vez a prefeitura da cidade de Mossoró (1989-1992, 1997-2004); e, desde eleita em 2016, tem exercido o mandato que tem duração prevista até 2020. Em 2006, foi apoiada pelos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia para o Senado. Antes de completar o quarto ano de mandato, os grupos a apoiaram para o Governo do RN, para o qual foi eleita em 2010, em primeiro turno. Porém, em 2014, foi abandonada pelos Alves e Maia, e contou com a amplificação do seu desgaste político patrocinado pelas redes dessas famílias. Foi inclusive impedida de disputar a reeleição pelo seu próprio partido, o DEM, do senador José Agripino Maia. Mas, em 2016, concorreu novamente e retornou à prefeitura de Mossoró, com apoio das famílias Alves e Maia. Em 2018, compõe nova aliança política com os Alves e Maia, unindo os principais fragmentos familiares dos Rosado e indicando o seu filho Carlos Eduardo Ciarlini Rosado como candidato a vice-governador de Carlos Eduardo Alves.

Considerando a análise dos depoimentos colhidos e da dinâmica política que predominou ao longo do período estudado, a nossa compreensão aponta para o fato de que nos casos dos atores políticos Wilma de Faria, Geraldo Melo, Fernando Bezerra e Rosalba Ciarlini Rosado, todos eles tanto foram beneficiários, como foram importantes para os grupos políticos mais tradicionais com quem compuseram ou de onde se originaram na vida pública.

Igualmente, quando não mais serviam ou representavam algum risco à perda de espaços de poder de ambas as famílias – Alves e Maia –, foram por elas descartados em suas preferências para composições políticas, embora, em determinados momentos, mesmo cada um deles sofrendo o peso do desgaste impulsionado por ambas as famílias a partir de suas redes de influência, especialmente as de comunicação, em outros momentos passaram a ser novamente úteis.

A leitura da sequência de fatos que compõem toda essa dinâmica político-eleitoral, analisada sob a ótica da teoria de Maquiavel (2007), parece apontar para o sucesso contínuo, até então com uma exceção em 2014 relativo ao Governo do estado e ao Senado, conforme veremos no tópico a seguir, das estratégias implementadas pelos núcleos das famílias Alves e Maia. Mesmo assim, do ponto de vista da manutenção dos espaços de poder ‘específicos’ dos Alves e Maia no Senado, a estratégia tem sido vitoriosa. Aguarda-se, porém, que desfecho trarão as eleições em 2018: se a *virtù* (eficácia estratégica) e em especial a *fortuna* (deusa da boa sorte) contribuirão à permanência ou não desses grupos no Senado e à reconquista ou não da máquina do Governo do estado.

Para ilustrar o posicionamento dos grupos político-familiares na ocupação de espaços de poder, no plano majoritário, segue o Quadro 07, contemplando o período de 1982 a 2014, com a visível predominância das famílias Alves e Maia no comando do Rio Grande do Norte.

Quadro 07. Senadores, governadores do RN e prefeitos de Natal 1982-2018

Eleição	Senador	Governador	Prefeito de Natal
1982	Carlos Alberto de Souza PDS *indicado/biônico	José Agripino Maia PDS	Manoel Pereira PDS 15/5/1982-15/3/1983 e Marcos Formiga PDS 15/3/1983-1/1/1986 Nomeados por José Agripino
1986	José Agripino Maia PFL Lavoisier Maia PDS	Geraldo Melo – Vice Garibaldi Pai Os 2 PMDB	Garibaldi Alves Filho PMDB 1/1/1986-1/1/1989
1990	Garibaldi Alves Filho PMDB	José Agripino Maia, PDS	Wilma de Faria PDT 1/1/1989-1/1/1993
1994	Geraldo de Melo PSDB José Agripino Maia PFL	Garibaldi Alves Filho, PMDB	Aldo Tinôco Filho PSDB 1/1/1993-1/1/1997
1998	Fernando Bezerra PMDB Agnelo Alves 1º Supl. PMDB	Garibaldi Alves Filho, PMDB	Wilma de Faria PSB 1/1/1997-1/1/2001
2002	Garibaldi Alves Filho PMDB José Agripino Maia PFL	Wilma de Faria, PSB	Wilma de Faria, PSB 1/1/01-5/4/02 Carlos Eduardo Alves, PSB, 5/4/2002-1/1/2005
2006	Rosalba Ciarlini Rosado PFL	Wilma de Faria, PSB	Carlos Eduardo Alves, reeleito 1/1/2005-1/1/2009, PSB
2010	*Garibaldi Pai Supl. de Rosalba Garibaldi Alves Filho PMDB José Agripino Maia DEM	Rosalba Ciarlini Rosado, DEM	Micarla de Sousa, PV, 1/1/2009-31/10/2012,
2014	Maria de Fátima Bezerra PT	Robinson Mesquita de Faria, PSD	Carlos Eduardo Alves, PDT 1/1/2013-1/1/2017 Carlos Eduardo Alves, PDT, 1/1/2017 – 6/4/18

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

2.9 AS ELEIÇÕES DE 2014 E O POSSÍVEL INÍCIO DE UMA RUPTURA COM O PADRÃO ALVES X MAIA

No processo eleitoral de 2014, o Estado do Rio Grande do Norte presenciou a edição daquela que não foi a primeira, mas que se configurou como a maior aliança política da sua história. Era a repetição de mais um grande “Acordão”, como era chamado pelos adversários.

O filho de Aluísio Alves, Henrique Eduardo Alves, que estava no 11º mandato consecutivo como deputado federal e exercendo nesta eleição o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, teve o apoio de forças políticas antagônicas, de quase todos os partidos políticos e de todos os ex-governadores e senadores do estado.

Ao lado do seu partido, PMDB, incluiu o senador José Agripino Maia (presidente nacional do DEM), PSB de Wilma de Faria (candidata ao Senado) e reintegrou formalmente à família o seu primo, prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT). Teve como candidato a vice, o então deputado federal João Maia, do PR – que apoiou sua irmã, Zenaide Maia como deputada federal em seu lugar. Nesse contexto, respectivamente, seu tio e primo, Garibaldi Alves e Garibaldi Alves Filho, eram senadores da República, e o último assumira no governo da então presidente Dilma Roussef (PT), o cargo de ministro da Previdência Social.

Uma outra aliança política se formara, tendo na disputa para o Governo do estado Robinson Mesquita de Faria (PSD), ex-presidente da Assembleia Legislativa e que era vice-governador na ocasião (porém, rompido desde o início do governo com Rosalba Ciarlini Rosado – DEM); como candidato a vice, pelo PCdoB, o deputado estadual Fábio Dantas. Para o Senado, o grupo somou esforços com o PT, que indicou como candidata ao cargo a então deputada federal Fátima Bezerra. Outro partido expressivo que entrou na aliança foi o PP, do grupo Rosado de Mossoró, ligado à governadora Rosalba Ciarlini. O detalhe é que, mesmo rompida com o seu vice, agora candidato, a mesma foi impedida de disputar a reeleição, pelo seu próprio partido, em ação articulada pelo senador José Agripino Maia, que apoiara a candidatura de Henrique Alves (PMDB). Estava em jogo também, e isso foi um facilitador da aliança, a renovação do mandato que os Rosado sempre tiveram na Câmara Federal.

Por outro lado, foi formada uma candidatura, tendo como candidato ao governo o professor universitário Robério Paulino, pelo PSOL. Sua votação, próxima de 126 mil eleitores, foi fundamental para a consolidação do segundo turno e nesta etapa o PSOL se manteve neutro.

Posicionadas as chapas para o pleito, a maioria dos analistas políticos avaliavam como uma eleição quase impossível, principalmente para os cargos majoritários disputados pelo segundo grupo. O resultado, porém, foi, em primeiro turno, a derrota da candidata Wilma de Faria (PSB) para o Senado, sendo eleita para este cargo Fátima Bezerra (PT).

Para o segundo turno, ficou a decisão da disputa ao governo do estado. E, concretizando a derrota por completo, pelo menos no plano majoritário, do maior “acordão” da História política do Rio Grande do Norte, foi eleito Robinson Faria (PSD).

Além de vários pontos positivos e negativos envolvendo os concorrentes dessa eleição, no plano majoritário, alguns fatores foram também importantes para este resultado: a rejeição, por parte da população, à forma impositiva de construção do “acordão” que se deu de cima para baixo, reunindo forças historicamente antagônicas; uma sequência de escândalos envolvendo a candidatura de Henrique Alves, além de coincidir com os primórdios da Operação Lava-Jato; o desgaste dos velhos integrantes da classe política reunidos em um mesmo palanque e o apoio do ex-presidente Lula à chapa vitoriosa.

O simbolismo deste pleito foi justamente o fato de que, pela primeira vez, um passo largo foi dado no sentido de início de uma mudança no padrão bipolar-familiar de ocupação de espaços de poder, pelo menos para Governo e Senado, antes permutado entre duas famílias, Alves e Maia, que, quando não se elegiam diretamente para os cargos, estavam – unidas ou separadas – à sombra da formação das chapas e influenciavam nos mandatos respectivos.

Desta vez, criou-se o ambiente para que um novo padrão pudesse vir a ser redesenhado com a emergência de novos atores políticos no cenário estadual. Conforme demonstraremos ao longo deste trabalho, o cargo de senador tem sido importante para a sustentação política dos grupos familiares, por proporcionar instrumentos úteis à manutenção de suas respectivas bases eleitorais.

Em 2018, haverá eleição para a renovação – ou não – de duas vagas de senadores e de governador. O resultado apontará para manutenção ou não do padrão bipolar-familiar, em sintonia ou não com a renovação conferida pelo povo nas urnas de 2014²¹.

²¹ Posteriormente ao pleito de 2014, o PT e o PCdoB rompem com o governador Robinson Faria do PSD. No primeiro grupo, já se cogitava a candidatura da senadora Fátima Bezerra ao governo contra o próprio Robinson; mas, o fato principal alegado pelo grupo foi o voto do filho do governador, Fábio Faria (PSD), em favor do Impeachment de Dilma Rousseff. Quanto ao segundo, havia problemas de ocupação de espaços na gestão e falta de apoio nas eleições municipais de 2016, como também o vice-governador, filiado a este partido, também cogitava

2.10. A IMPORTÂNCIA DAS MÁQUINAS DO GOVERNO DO ESTADO E FEDERAL, DAS PREFEITURAS, DO SENADO E DO FINANCIAMENTO PRIVADO PARA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BASES POLÍTICAS.

Um importante diferencial que os grupos político-familiares Alves e Maia possuem em relação a outros grupos políticos é o fato de terem formado ou “adquirido” bases políticas sólidas, que os conferem capilaridade em todo o estado do Rio Grande do Norte. Como já dissemos, à luz de Maquiavel (2007), a luta política requer exércitos próprios; do contrário, não é possível sustentar-se com tanta segurança em espaços de poder, diante da dificuldade e instabilidade que é vivenciada por aqueles que contam com exércitos alheios.

Para a formação dessas bases, pelo menos duas estruturas, com seus respectivos instrumentos de poder, foram necessárias em um primeiro momento: a dos partidos políticos e a das máquinas administrativas do Governo do estado e prefeituras de Natal e Mossoró, sem as quais não haveria como montá-las e mantê-las.

Em um segundo momento, destacamos a criação, o acesso às concessões e o controle de canais de mídia e verbas publicitárias públicas que ajudavam a manter veículos de rádio, TV e jornais controlados diretamente pelos próprios grupos político-familiares ou por aliados. A comunicação, aliada ao marketing político, tem um peso importante na construção da imagem

uma candidatura ao governo. O vice, Fabio Dantas, rompe em abril de 2018, já nas portas da eleição, declara-se pré-candidato ao Governo (fato que não se confirma) e deixa os quadros do PCdoB, que também já deixara o governo, para ingressar no PSB, que depois terminou recompondo-se com o palanque governista. Fica a pergunta, a ser respondida no próximo episódio eleitoral, em outubro de 2018: do grupo vencedor no plano majoritário em 2014 sairá algum ator/partido político vitorioso em 2018? Se a resposta for negativa, ao que parece, voltarão as forças tradicionais ao comando do Governo do estado (que poderá ter um Alves novamente – Carlos Eduardo) e Alves ou Maia serem reconduzidos às duas vagas no Senado; ou um ao Senado e outro à Câmara Federal? Em caso positivo, esta vitória será com ou sem a presença do padrão familiar em seu palanque? E, se alguma das forças vitoriosas em 2014 compuser com os derrotados em 2018, tais forças voltarão ao cenário político? Se unidos, em 2014, mesmo na dificuldade contra estruturas poderosas não foi fácil ganhar, como ficarão estando separados em 2018? Conhecendo o histórico *modus operandi* dos grupos políticos em análise, um novo desdobramento poderá sair desse novo “acordão” entre as famílias Alves e Maia, agora unidas aos Rosado: José Agripino Maia, reconhecendo a sua fragilidade eleitoral, abdica de disputar a reeleição ao Senado e disputa uma vaga na Câmara Federal, desalojando da cadeira o próprio filho, Felipe Maia. O fato descongestiona a chapa do Alves Carlos Eduardo, mas o mesmo teria o compromisso, caso eleito governador, de apoiar em 2020, Felipe Maia para a prefeitura de Natal. Tentativa semelhante já ocorrera em um passado recente, segundo Costa (2006, pág. 193): *Em 2004, José Agripino negociava a entrada de Felipe Maia, seu filho, como vice na chapa do candidato de Wilma de Faria, Carlos Eduardo Alves, que buscava reeleição. Felipe Maia, inexperiente e com pouca penetração, não agregava voto à chapa.*

pública dos políticos aliados, bem como na desconstrução – desgaste – das imagens dos adversários.

No contexto da transição do regime militar à redemocratização, MDB e ARENA foram ocupados e controlados respectivamente pelas famílias Alves e Maia, que agiram politicamente para imprimir capilaridade aos partidos em todo o Rio Grande do Norte, onde fincaram bases eleitorais, às quais apoiavam em eleições municipais e delas recebiam apoio em eleições estaduais. Tais eleições reproduziam no plano local as disputas acirradas entre Alves e Maia, também identificados respectivamente como bacuraus e araras, ou puxadores dos cordões verde e “encarnado” (vermelho).

No âmbito do estado, a cada disputa, principalmente pós “paz pública” em 1978, tais grupos ocupavam os espaços políticos de governo ou oposição, revezando-se em “gangorra” ao longo do tempo. Essa alternância bipolar ocorreu até 2002 quando os antagonísticos se uniram em “novo acordo” para tentar impedir a consolidação de Wilma de Faria como 3ª força de projeção estadual. Como resgata Costa (2006, p. 146): “Adotando um perfil progressista aliado a um padrão pragmático em suas alianças e rupturas políticas com o PFL e com o PMDB, Wilma de Faria avançava na consolidação de sua autonomia como liderança independente. E concorrente”.

Wilma de Faria foi eleita governadora e reeleita em 2006; porém, quando tentou o voo ao Senado Federal, acabou sendo derrotada como reflexo da união das famílias Alves e Maia (José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho), das suas bases políticas, dos seus instrumentos de poder, como cargos e emendas, da união dos financiamentos privados captados por ambos e dos seus aparatos de comunicação que amplificaram o seu desgaste frente a diversas denúncias que envolveram o seu governo.

De todo modo, recorremos a Duverger (2006, p. 262) que parece contribuir com um importante esclarecimento do que foi vivenciado por Wilma de Faria; de acordo com ele, para que os partidos novos se constituam com solidez em um sistema dominado por duas forças partidárias,

É necessário que disponham de forte apoio local ou de grande e robusta organização nacional. No primeiro caso ficará confinado na sua área geográfica de origem, donde só sairá a *custo* e devagar, [...] no segundo, apenas, é que poderá esperar crescimento rápido que o levará à posição de segundo partido.

Relembramos acima alguns fatores que remetem à origem e formatação das bases políticas dos Alves e Maia. Refletindo agora sobre o que os sustentou politicamente nos períodos em que deixaram de ocupar as máquinas administrativas, encontramos o suporte do Senado Federal, que será detalhado no próximo capítulo e o acesso proporcionado por essa instituição a diversos recursos de poder, como emendas parlamentares que irrigaram, ao longo de quatro mandatos de Agripino Maia e três de Garibaldi Alves Filho, suas bases, bem como nomeação de cargos federais em seus gabinetes, na instituição Senado e em Ministérios e órgãos federais com suas representações em Brasília e no estado, além do acesso proporcionado ao rol das maiores empreiteiras do país, financiadoras de suas campanhas e de seus aliados.

Há alguns detalhes interessantes no que se refere aos períodos em que José Agripino Maia e Garibaldi Filho foram governadores e prefeitos. Eles exerceram esses cargos em períodos “de ouro” quando os governadores (principalmente) tinham diversas prerrogativas que os fortaleciam politicamente. Sobre o período em que os governadores conservavam bastante poder, destacamos a narrativa de Abrucio e Samuels (1997, p. 152, grifo nosso):

Outro importante recurso nas mãos dos governos estaduais é o da nomeação dos cargos públicos. **O "poder da caneta"** é fundamental no sistema político brasileiro, em particular nos níveis subnacionais. Após 1982, os governadores recém-eleitos acrescentaram mais de 500 mil novos servidores às folhas de pagamento dos estados (Graham, 1990: 79). Depois da Constituição de 1988, os governadores ampliaram ainda mais o uso dos cargos como moeda de barganha política. [...] **os governadores também possuem grande influência na nomeação dos cargos de segundo e terceiro escalões do Governo Federal,** aumentando assim os postos a serem distribuídos para a classe política estadual.

Outro fator chama atenção, e diz respeito a mais recursos nas mãos dos governadores que tiveram, por consequência, mais condições para um melhor desempenho de gestão. Foi um período em que as máquinas estavam mais “azeitadas” em virtude da descentralização de tributos e do quase ausente controle externo. Nos períodos em que Agripino Maia foi prefeito (1978) e governador (1982 e 1990), e Garibaldi Alves Filho foi prefeito de Natal (1986), estes chegaram a contar com mais que o dobro de recursos do que os seus antecessores recebiam. Para ilustrar, apontam os números:

As mudanças no FPEM foram as seguintes: enquanto em 1969 apenas 6% das receitas provenientes do IR e do IPI eram distribuídas aos estados e 6% às municipalidades (Mahar, 1971: 76), mudanças ocorridas entre 1975 e 1982 aumentaram, tanto para estados como para municípios, esses percentuais a 13%

em 1982. (OLIVEIRA, 1995b; MAHAR & DILLINGER apud ABRUCIO e SAMUELS, 1997, p. 157)

Lembremos que entre os dois mandatos de José Agripino Maia como governador, existiu o mandato de Geraldo Melo (1986), em um período confuso, com a vigência de duas Constituições Federais distintas e inflação galopante. Já com Garibaldi Alves Filho, entre o primeiro (1994) e segundo mandato (1998) de governador, que coincidiu com o primeiro e segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, os estados voltaram a diminuir o seu peso junto ao Governo Federal, mas ainda conservando poder:

Apesar de no primeiro período presidencial de Fernando Henrique Cardoso ter aumentado o poder da União frente aos estados, ainda permanecem determinadas resistências e uma forte influência dos governadores no que tange a uma série de reformas do aparelho estatal. (ABRUCIO E SAMUELS, 1997, p. 161)

Diante das perdas, que começaram a dificultar a gestão de Garibaldi Alves Filho, uma esperança surgiu no horizonte, o que lhe possibilitou ter recursos para investimentos e o projetou à reeleição, na época derrotando o senador José Agripino Maia: o processo de privatizações iniciado no período criou as condições para que ele pudesse vender a companhia elétrica do estado, a COSERN.

Nos tempos posteriores, quando Wilma de Faria chega a ser eleita para o Governo (2002), a máquina estatal começa a cobrar a conta das benesses concedidas no passado, inclusive com problemas junto ao crescimento da folha de pagamento de pessoal, do Executivo e dos demais poderes, o que colocava em queda livre a capacidade de investimentos do estado do Rio Grande do Norte. Wilma de Faria, também marcada pelo uso político da máquina, acaba passando por desgastes políticos em virtude dos problemas administrativos e da pouca capacidade de resposta à população em termos de serviços, mas consegue se reeleger (2006), devido à aliança com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, do qual pode dispor de apoio político e recursos financeiros, inclusive para a construção da maior obra física do RN (Ponte Newton Navarro).

Já em 2010, quando Rosalba Ciarlini Rosado assume a máquina estatal, a capacidade de investimentos do RN era nula e a crise fiscal já dava sinais de alerta preocupantes. Para fechar o pagamento dos salários dos servidores, acabou tendo que se utilizar de recursos do Fundo Previdenciário Estadual. Em relação a dívidas, recebeu o Governo com aproximadamente

R\$800 milhões de sua antecessora e repassou ao seu sucessor, Robinson Faria (2014), com aproximadamente R\$1 bilhão. Soma-se ao último governo, o peso enfrentado pela crise econômica nacional, bem como efeitos políticos e econômicos de um traumático e questionável processo de *impeachment* da então presidente Dilma Roussef, bem como sequências de escândalos de corrupção por todo o país, deflagrados pela operação Lava-Jato.

Toda essa dinâmica narrada serve para ressaltar que nos “bons” períodos de seu governo, a sorte, ou a *Fortuna*, como diria Maquiavel, parece ter sorrido para os primeiros gestores citados e se distanciado dos últimos, fato que impacta na imagem pública de cada político referido, negativamente para os últimos; positivamente para os primeiros.

Nos bons momentos, era possível nomear sem concurso público, sacar dinheiro com cheque na boca do caixa, cravar sua marca associando seu nome e seu governo em paradas de ônibus e até sacos de leite distribuídos aos mais carentes; era possível ainda pintar todos os prédios públicos com as suas cores, para que as mesmas fossem sempre reavivadas na memória e no imaginário popular. Não havia a lei 8.666 das licitações, nem a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Ministério Público ainda não possuía poderes fiscalizadores como os que lhes foram conferidos nos tempos mais recentes.

Nos piores momentos de se gerir a máquina pública, José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho transitavam livremente por Brasília, distantes de uma responsabilidade mais direta com os problemas e crescentes demandas que lhes pudessem imprimir desgastes, transitando com certa leveza junto aos prefeitos municipais, regando-os em suas bases com emendas parlamentares e ajudando-os com recursos de campanhas conseguidos via “doação” de empreiteiras, quando a lei ainda permitia oficialmente. Esses dois tópicos serão detalhados nos capítulos finais.

3. OUTRAS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER

3.1 O SENADO E AS CONEXÕES COM O PLANO FEDERAL COMO SUPORTE

A seguir, vamos relacionar o tema dos grupos político-familiares Alves e Maia com o Senado e buscar explicar as conexões que os mantêm ligados, facilitando a perpetuação desses grupos no poder.

A visibilidade de outros cargos, além do de senador, se dá porque há uma correlação direta entre cargos ocupados anteriormente e posteriormente ao de senador.

Em geral, ao longo da História do RN, perceberemos a dinâmica pela qual “poder gera poder”: um cargo acaba servindo de suporte ao alcance de outro, como uma espécie de trampolim e por ele termina sendo permutado, como também abre espaço para a entrada de um outro parente ou correligionário do próprio seio do grupo político-familiar, objetivando “apartar o sangue”, como dizia Pedro Velho, já no período da Primeira República, quando ficava muito evidente para a população o excesso de familiares nos espaços de poder.

Nos dias atuais, já na sexta República, o peso que mais vale para o Governo Federal é o do deputado federal e do senador, pelo fato de a situação econômica e fiscal dos estados terem piorado, sobretudo no caso dos menos desenvolvidos e localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fato que enfraquece os governadores, junto ao presidente da República.

Oscilações se davam no plano da política local de acordo com as mudanças no plano nacional. Quando elites políticas nacionais assumiam, guindavam ao poder as elites políticas locais a elas vinculadas. Essa repetição de fatos ao longo do tempo constitui-se como um dos fatores que geram instabilidade política e institucional, que por sua vez acabam por estraçalhar qualquer impulso ou tentativa de construção de governabilidade e gestão no país e nos estados.

Para ilustrar, destacamos uma situação que ocorre desde o período colonial, permanecendo no período republicano no Rio Grande do Norte:

A política do estado foi sempre uma política de submissão ao poder central, de subserviência, o que talvez se explique pela debilidade de suas bases econômicas de sustentação. No Rio Grande do Norte, até o poder oligárquico é frágil externamente, o que torna a política estadual muito vulnerável a “forças estranhas” aos interesses locais, tendendo a se acomodar, com facilidade, às mais diversas articulações do jogo

de interesses, infra e interpartidárias, assim como às transações políticas de cunho particular. (ANDRADE, 1996, p. 152).

É possível perceber, ao longo da dança das cadeiras nos poderes central e local, a presença de fatos que mostram a importância, o relevo da bancada federal e dos senadores junto ao presidente, e a influência dessas relações na governabilidade dos governadores. O presidente ajuda o governador, que retribui ao presidente com o apoio dos deputados, e os deputados do mesmo modo. Também os senadores entram nesse jogo e se fortalecem junto ao presidente. Como ilustra Silva (2016, p. 72):

Além do impacto do ciclo presidencial já mencionado, convém destacar que os sistemas partidários locais também são influenciados pelo executivo estadual (governadores) que possuem certa autonomia para o estabelecimento e a implantação das agendas políticas, estabelecendo recursos para a competição eleitoral.

É importante assinalar que, em diversos textos consultados, quando se fala em partido, devemos enxergar também uma referência em relação aos grupos político-familiares dominantes, já que, como dissemos, a maioria dos partidos políticos brasileiros funcionam na prática como franquias que possuem donos (os responsáveis por esses partidos locais pagam inclusive uma espécie de *royalties*, mensalmente, aos comandos nacionais), servindo apenas como um “CNPJ” para o franquiado registrar candidaturas e fazer coligações objetivando a ocupação de espaços de poder, por meio dos processos eleitorais, que exigem – pelo menos para os candidatos – uma filiação partidária.

Diante desse contexto, chamamos a atenção à necessidade da máquina partidária em captar recursos humanos e financeiros. Nesse sentido, como apontam Cervi e Codatto, (2006, p. 248)

O controle do governo por determinada agremiação o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos (“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito organizacional. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política.

Essa tentativa de ocupação de espaços de poder para manutenção dos grupos partidários, familiares ou não, também se reflete nas disputas municipais. Como já dissemos, luta-se por espaços de poder que possam gerar outros espaços de poder e assim ampliar a rede de influência.

É válido informar, conforme observamos em todos os períodos analisados, que os *players* que se alternaram na disputa pelas três vagas da alta câmara brasileira, na bancada do Rio Grande do Norte, transitaram em momentos distintos em diversos cargos, já ocupados por eles próprios ou por familiares e participaram ativamente influenciando em eleições para os demais cargos, de vereador a presidente da República. Neste sentido, conforme Melo (2010, p. 73) no que se refere à relação entre eleições estaduais e municipais:

Nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos respectivamente em 1998, 2002 e 2006 estiveram em primeiro lugar, no número de prefeituras eleitas, em 70% dos estados. Se acrescentarmos os casos em que o partido do governador ficou em segundo lugar, chegamos a 85% dos estados. No federalismo brasileiro, a conquista do governo estadual é decisiva para o desempenho nas eleições municipais.

De acordo com Silva (2016), os governadores influenciam decisivamente no desempenho eleitoral dos partidos nos municípios em todos os estados do país. Porém, no caso do Rio Grande do Norte, parece-me que a análise compartilhada acima, em termos do potencial de influência do governador, aproxima-se mais da realidade quando se refere aos municípios de pequeno e médio porte, já que os grandes municípios são gradualmente menos dependentes do governo estadual. Outra ressalva que merece ser feita nesta análise é a situação de aprovação ou desgaste por parte do governante de plantão, já que um governante mal avaliado pode influenciar negativamente.

Ainda para Silva (2016), além da influência dos governadores, suas análises também apontam para o papel dos presidentes da República, no desempenho eleitoral de seus candidatos e partidos aliados nas eleições municipais. Sugere que “a aquisição de recursos acessando o governo – federal ou estadual – faz com que os partidos governistas tenham um melhor desempenho eleitoral” (SILVA, 2016, p.73).

Ao que me parece, ao longo do tempo, com relação a certos estados, sobretudo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde os governos locais são muito dependentes do Governo Federal (que concentra a maior fatia de renda tributada), a relação se inverte, pelo fato de determinados senadores e deputados federais desses estados, de tanto se reelegerem, criam raízes, na República e nos estamentos burocráticos e interligam-se entre si, de modo que se tornam mais

fortes junto ao presidente de plantão, que até mesmo os governadores. Criaram raízes e vida própria, conquistaram o poder de facilitar, impedir ou dificultar a chegada de recursos aos estados, a depender da relação desses com os governadores e até prefeitos.

Em reforço deste argumento, Meneghello (1998 apud SILVA, 2016, p. 73) mostra que, relativo ao Rio Grande do Norte:

Os partidos que ocupam ministérios conseguem se estruturar e alcançam um melhor desempenho eleitoral. Isto permite compreender o desempenho dos principais partidos do estado, DEM, PMDB e PSB, bem como compreender o quadro partidário.

Quando estão aliados, “torneiras” abertas; quando são oposição, criam-se dificuldades e os recursos que conseguem captar via ministérios e emendas parlamentares impositivas são direcionados para prefeituras aliadas nos seus respectivos estados, onde fazem oposição ao governo. E, mais ainda: quando são oposição aos prefeitos, encontram associações para direcionar emendas.

3.2 OS PODERES EXCLUSIVOS DO SENADOR

O Senado Federal, criado pela Constituição do Império em 1824, é uma das casas legislativas mais importantes do país, funcionando lado a lado com a Câmara Federal. Juntas, representam o Poder Legislativo e compõem o Congresso Nacional. O Senado é a casa revisora que pode, por exemplo, ao receber os projetos da Câmara, alterá-los e devolvê-los para nova discussão e votação.

A composição da Câmara é numericamente proporcional à população de cada estado, assim como proporcional é o processo eleitoral para o preenchimento de suas vagas, semelhante às eleições de vereadores e deputados estaduais. Nesse caso, como exemplo, São Paulo possui 70 deputados, a Paraíba 12 e o RN 08 federais. Quanto ao Senado, além de conferir três cadeiras a cada ente federado, cada membro, eleito pelo voto majoritário (assim como prefeitos, governadores e presidente) possui mandato de oito anos e é eleito com dois suplentes.

Em pesquisa realizada por Barbosa (2013, p. 18), constatou-se que, mesmo diante da importância do cargo, há um considerável desconhecimento por parte da população em relação

à função do senador da República, o que dificulta a sua escolha: “Dos representantes dos três poderes, o Senado Federal é o que aparece em menor relevância, no que tange ao conhecimento de sua história as atribuições por parte dos cidadãos”.

Diante disso, o voto para este cargo termina sendo dado por diversos outros fatores alheios à seriedade que o exercício da função exige. A escolha na hora do voto levando em conta o carisma e o fato de estar próximo aos candidatos a presidente e governador são as que mais influenciam o eleitor. Ainda sobre o desconhecimento da função, Barbosa (2013) cita como exemplo uma pesquisa realizada por Lourenço (2007), durante as eleições de 2006:

O eleitor comum foi indagado sobre a função dos cargos públicos eletivos (presidente, governador, deputado federal, deputado estadual e senador). As respostas foram vagas e imprecisas na diferenciação de alguns cargos, sendo que as atribuições destinadas ao senador foram as menos lembradas: **E a senhora sabe o que faz um senador?** Não, diretamente assim não. **E qual a ideia que a senhora tem do que ele faz?** Não tenho a mínima ideia. (BARBOSA, 2013, p. 17)

Assim como Barbosa (2013), também vivenciamos a dificuldade de localizar estudos sobre o Senado. É mais comum encontrar trabalhos e pesquisas produzidas sobre a Câmara Federal; tal fato surge como uma motivação e justificativa à nossa dissertação, e a constatação recebe mais reforço:

Enquanto a Câmara Federal brasileira tem sido bastante analisada, o Senado tem sido pouco contemplado pelos estudos mais recentes na Ciência Política brasileira, tanto no que se refere à arena parlamentar [...] quanto no que se refere à arena eleitoral. (CARREIRÃO, 2010, p. 99)

Esse "desinteresse" pelo Senado Federal, tanto por parte dos eleitores, quanto dos estudiosos, está na contramão da importância da casa legislativa para a democracia brasileira, cujo mandato dos eleitos é de oito anos e a proporcionalidade da representação é a mesma para todos os estados da federação. (BARBOSA, 2013, p. 17)

Abaixo (Quadro 08), detalhamos alguns dos principais poderes exclusivos do senador, elencados no Art. 52 da Constituição Federal:

Quadro 08. Competências do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:	
I	Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
II	Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
III	Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de: a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição; b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território; d) Presidente e diretores do Banco Central; e) Procurador-Geral da República; f) Titulares de outros cargos que a lei determinar;
IV	Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
V	Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
VI	Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
VII	Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;
VIII	Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
IX	Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
X	Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
XI	Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;
XII	Elaborar seu regimento interno;
XIII	Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação

	ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
XIV	<p>Eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. O Regimento Interno do Senado Federal foi autorizado pela Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, publicado em conformidade com a Resolução do Senado Federal nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2010 (Publicado no Diário Oficial da União de 01.02.2011, Seção 1, página 4).</p>

Fonte: Site do Senado Federal (2018).

Como demonstra o Quadro 08, as competências privativas do senador são muitas. A partir daí, começamos a ter a noção, sobretudo nos casos em que os senadores se renovam por mais de uma vez nestes cargos, que já possuem um longo mandato, o quanto estes são importantes para o presidente da República e para os governadores.

Para o primeiro, pelo fato de a sustentação política e a governabilidade direta estarem relacionadas à aproximação com o legislativo; para os segundos, porque têm a possibilidade, se forem aliados políticos dos senadores, de conseguirem mais recursos financeiros diretos da administração federal ou via emendas parlamentares ou ainda aprovar empréstimos aos estados, e maior chance de indicação de aliados para nomeação desses em cargos federais nos seus estados, o que também lhes ajuda em termos de governabilidade, ao passo em que, se estiverem na oposição, existe a concreta possibilidade de que as portas lhes sejam fechadas ou que dificuldades político-burocráticas lhes sejam criadas no âmbito do governo federal.

Finalmente, destacamos uma afirmação de Abrucio (1994, p. 178) que reforça a nossa argumentação no que diz respeito à importância do senador:

No campo político, desde a redemocratização, o Poder Legislativo vem se fortalecendo no embate com o presidente. Com a constituição de 1988, instala-se um presidencialismo que traz novos poderes ao Congresso Nacional e ao Judiciário, especialmente ao Supremo Tribunal Federal.

A seguir, detalharemos a relevância dessas conexões como um dos contributos à consolidação e permanência dos grupos político-familiares no poder.

3.3 A PRESENÇA HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS ALVES E MAIA NO SENADO FEDERAL

Aluísio Alves e Tarcísio Maia iniciaram suas projeções e fortalecimento político entre o fim do Estado Novo – 1945 – ao Golpe Militar de 1964. Começaram a surgir no final deste período, ainda vinculados às velhas oligarquias anteriores. Após o exercício de mandatos na Câmara Federal, conforme detalhado anteriormente, tiveram ainda como suporte o Governo do estado. Durante o período militar, por dominarem a sigla partidária da ARENA, os Maia praticamente comandavam, com algumas exceções, o Rio Grande do Norte.

Do período militar à democracia atual, os Maia, juntamente com os Alves, sobretudo após o episódio que já narramos da “Paz Pública”, ocupam expressivamente os principais espaços de poder no plano majoritário, em especial no Senado.

Conforme demonstra o quadro (Quadro 09) abaixo, José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho ocupam quase todo o período no Senado e, quando não, estão exercendo o mandato de governador do Rio Grande do Norte.

Quadro 09. Senadores e governadores do RN: 1982-2018

Eleição	Senador	Partido	Governador	Partido
1982	Carlos Alberto de Souza	PDS	José Agripino Maia	PDS
1986	José Agripino Maia Lavoisier Maia	PFL PDS	Geraldo Melo – Vice Garibaldi “Pai”	PMDB
1990	Garibaldi Alves Filho	PMDB	José Agripino Maia	PDS
1994	Geraldo de Melo José Agripino Maia	PSDB PFL	Garibaldi Alves Filho	PMDB
1998	Fernando Bezerra	PMDB	Garibaldi Alves Filho	PMDB
2002	Garibaldi Alves Filho José Agripino Maia	PMDB PFL	Wilma de Faria	PSB
2006	Rosalba Ciarlini Rosado	PFL	Wilma de Faria	PSB
2010	*Garibaldi Pai Supl. de Rosalba Garibaldi Alves Filho José Agripino Maia	PMDB PMDB DEM	Rosalba Ciarlini Rosado	DEM
2014	Maria de Fátima Bezerra	PT	Robinson Mesquita de Faria	PSD

2018	Na 10ª eleição depois da “Paz Pública”, prevalecerá o padrão familiar para o Senado e Governo no Rio Grande do Norte?
------	---

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Ressalte-se que ambos ajudaram a eleger seus filhos para a Câmara Federal: Walter Alves, filho de Garibaldi Alves Filho e sobrinho-neto de Aluísio Alves, e Felipe Maia, filho de José Agripino Maia e neto de Tarcísio Maia, que também foi deputado federal.

Os atuais grupos familiares, portanto, gozam há décadas de um importante suporte político que influencia na indicação de aliados para assumirem cargos federais e na destinação de verbas do Governo Federal ao plano estadual, fato reforçado pela prerrogativa da destinação de emendas parlamentares individuais e coletivas – essas também chamadas emendas de bancada.

De acordo com a nossa análise, nunca foi registrado neste período, no Senado Federal, nenhum outro nome que conseguisse exercer mais de um mandato, que não fosse “sangue do sangue” das famílias Alves ou Maia: Carlos Alberto de Sousa, Geraldo Melo, Fernando Bezerra e Rosalba Ciarlini Rosado não prosperaram ou não postularam reeleição por disputarem outros cargos, devido aos arranjos políticos lhes serem desfavoráveis. Até mesmo Lavosier Maia, inclusive, que, mesmo sendo “Maia”, não pertencia ao núcleo duro da família, e, portanto, não parecia ser prioridade.

Cabem as observações de que Fernando Bezerra havia sido suplente de Garibaldi Filho. Efetivou-se senador quando o seu titular foi eleito para o governo do estado. Em seguida, ele foi candidato e se elegeu; quando partiu para reeleição, foi derrotado por Rosalba, que tinha como primeiro suplente Garibaldi Alves, pai de Garibaldi Alves Filho, posteriormente efetivado senador quando Rosalba foi eleita governadora. Pai e filho, então, sentaram lado a lado como senadores pelo RN. Para ilustrar o que acabamos de constatar, vejamos o que Spinelli (2010, p. 68, grifo nosso) afirma, sobre período semelhante:

No período 1986/2002, são poucos os “patrões” com recursos de poder para controlar a competitividade eleitoral e impor seus interesses às coligações eleitorais que se formam: pelo lado do PMDB, Aluísio Alves e seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho; pelo lado do PFL, José Agripino Maia. **Ao lado desses, gravitam lideranças satelizadas em maior ou menor medida, com distintos graus de autonomia, mas sem poder de decisão final**: Geraldo Melo, eleito governador em 1986, pela Unidade Popular, do PMDB, como retribuição ao seu apoio, em 1982, a Aluísio Alves na disputa pelo governo estadual com José Agripino Maia; Fernando Bezerra, eleito

senador em 1998, pela Unidade Popular; o falecido senador Carlos Alberto de Souza, eleito senador em 1982, pela Vitória do Povo e derrotado na última eleição da qual participou, já enfermo, em 1998; Fernando Freire, vice-governador de Garibaldi Alves Filho em seu segundo mandato e candidato derrotado da UP em 2002.

Mesmo tendo os atuais representantes dos grupos familiares Alves e Maia presentes no Senado como foco dessa análise, vale a pena destacar a importância das conexões que existem também em paralelo com outros cargos ocupados por seus membros-familiares ou representantes.

Ao observarmos os quadros dos períodos analisados anteriormente – e chamamos aqui a atenção para o período mais recente, lembrando o Quadro 07, que é mais abrangente –, é fato que os representantes dos grupos familiares oscilam por entre os espaços disponíveis de poder, em especial, entre governo e Senado, como uma espécie de permuta, controlando orçamentos e instrumentos de poder políticos e econômicos que lhes permitem manter suas bases de sustentação.

Nesta “dança das cadeiras”, ao longo do tempo, os atuais representantes das famílias Alves e Maia no Senado nunca ficaram sem mandato (depois que entraram para a vida pública). Como já dissemos e cabe reforçar, é “poder que gera poder”, ou seja, cada espaço de poder ocupado cria oportunidades pelos instrumentos disponibilizados para geração de outros espaços, aproveitando, inclusive, as bases dos seus próprios grupos. Acrescente-se o fato, também já demonstrado em quadros sobre as ramificações no âmbito do público e do privado, que é protagonizado por tais famílias, como também das suas redes de influência nos meios de comunicação próprios ou de aliados.

Como lembram Borges, Filho e Rocha (2011, p. 326):

La fuerza del regionalismo y del federalismo en la democracia brasileña, junto con el predominio del Poder Ejecutivo, garantiza a los gobernadores de los estados un rol clave en las elecciones proporcionales. Como señaló Samuels (2000), los gobernadores actúan como “traccionadores” de votos en las elecciones para diputado y hasta los candidatos a diputados federales tienen fuertes incentivos para vincular sus campañas a la carrera subnacional.

Há, de fato, influência na gestão dos governos estaduais por parte do Governo Federal, sobretudo na maioria dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são mais pobres e menos industrializados que os demais. Do mesmo modo, ocorre com os governadores em relação aos prefeitos municipais e deputados estaduais ou federais. Porém, há que se fazer uma ressalva: quando a máquina administrativa passa por sérios problemas de gestão e queda de receita, acaba por ser um ponto contrário a essa influência. Por outro lado: “En los estados más

ricos, la autonomía de los gobernadores frente a la coalición nacional tiende a ser mayor, ya que estos cuentan con más recursos para competir con las iniciativas de política pública del nivel federal”. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 333)

Mesmo assim, ao considerarmos a situação provocada pela crise econômico-política e de gestão pública em 2017, por exemplo, até mesmo estados mais ricos como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e até São Paulo necessitaram de socorro do Governo Federal.

Nesse contexto, acentua-se o papel da bancada federal, que pode passar de dependente no plano estadual de uma máquina falida à peça chave no plano nacional, a depender de sua relação com o presidente da República e ministros de plantão. Em sintonia com essa argumentação, Borges, Filho e Rocha (2011, p. 332, grifo nosso) afirmam:

Los gobernadores de estos estados están en peores condiciones para enfrentar una coalición de oposición apoyada por el presidente en las elecciones estatales, dado el peso del electorado pobre en relación al total, y la mayor dependencia del estado frente a las transferencias federales. Así, los costos de permanecer en la oposición al gobierno central son elevados para los diputados aliados al gobernador. De la misma manera, cuando el partido del gobernador participa de la coalición nacional, los diputados de la oposición corren el riesgo de perder el acceso a valiosos recursos políticos, utilizados para movilizar el electorado oficialista.

Assim, mais uma vez, surge uma situação em que aqueles que permanecem como representantes no plano federal por mais tempo constroem relações “solidárias” e usam essa rede de influência de acordo com os seus interesses políticos locais ou nacionais.

A mesma situação ocorre com a permanência, durante décadas no poder, de um mesmo político ou de representantes de um mesmo grupo político-familiar no plano local:

Debido a su mayor longevidad como herederos directos de las organizaciones políticas creadas por el régimen autoritario, el PMDB y el PFL estuvieron más tiempo al frente de gobiernos estatales, obteniendo así un mayor acceso a los altos cargos en la administración en esta esfera. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 330)

Essa é uma evidência que desnuda a origem do poder dos atuais grupos político-familiares, gestados no período militar, sobretudo com o advento do bipartidarismo, já narrado anteriormente: os Alves “franquiaram” o MDB e os Maia, a ARENA, que em seus desdobramentos (PDS-PFL-DEM) permanecem sob o comando praticamente do mesmo grupo, tanto no plano nacional quanto local.

Uma maneira de observar, na prática, o resultado destas redes de influência traduzido em votos, por exemplo, e que ilustra o que acabamos de expor, é através da análise da competência vertical e geográfica do voto, no sistema presidencialista brasileiro:

Los patrones territoriales de voto del PMDB y el PFL no sólo reflejan su capacidad de construir una sólida base regional organizada en torno a los gobiernos de los estados. Hay que destacar también el importante rol desempeñado por estos partidos en las coaliciones nacionales formadas desde la transición a la democracia. Entre 1985 y 2002, con raras (y breves) excepciones, estas dos organizaciones participaron de todas las coaliciones formadas por los presidentes, lo que les garantizó acceso privilegiado a cargos y fondos federales. Estos aspectos revelan la importancia de la dimensión vertical de la competencia partidaria en el entendimiento de la formación de las coaliciones electorales. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 326)

No caso específico do PMDB e da maioria de seus membros, inclusive no Senado, objeto dessa pesquisa, vale destacar que, na luta para assegurar essa influência nos planos federal, estadual e municipal, quando este partido não sai vitorioso para cargos no poder executivo, raramente permanece na oposição. Ou adere politicamente de modo oficial enquanto partido, ou seus membros (algumas vezes na totalidade) aderem ao governo.

Quando há dificuldade de “compor” em algum nível de governo, acabam encontrando uma forma de encaixar-se em outro, fazendo oposição aos que lhes deixaram na orfandade. Tal manobra visa, evidentemente, influenciar no controle e distribuição de cargos e verbas federais, que servem de suporte à manutenção destes grupos no poder.

As explicações a respeito das conexões da bancada federal (sobretudo dos senadores), estabelecidas na articulação entre os planos federal e estadual, apontam para um importante caminho de entendimento sobre a forma de perpetuação do domínio dos grupos político-familiares.

Fica evidente a influência do senador, com suporte e reforço do governo federal, especialmente quando está afinado com o presidente da República, para, junto aos gestores em seus estados – prefeitos ou governadores –, atuar no reforço de soluções ou na criação de dificuldades, que, fortalecendo aliados e enfraquecendo adversários, contribuirão consequentemente para assegurar a sua manutenção no poder. Em sintonia com esta argumentação, citamos Barbosa (2013, p. 18): “Assim, a eleição do senador de sua coligação, representa para o governador, além da demonstração do poder do seu capital político, o aumento de sua capacidade de governabilidade devido à presença de aliados próximos no Senado Federal”.

Além disso, o sistema de intermediação de interesses em nível federal, segundo Andrade (1996, p. 80):

Ocorria também na troca de favores entre parlamentares, prefeitos, governadores e o poder central, que cotidianamente negociava o apoio desses atores através da distribuição de recursos financeiros para atender a interesses políticos, na maioria das vezes individuais. [...] A essas custas, esses novos grupos políticos políticos construíram para si uma nova imagem política a partir de um discurso liberal moderno e das novas formas de gestão que foram capazes de implementar.

As atuais configurações dos polos políticos familiares Alves e Maia, que protagonizam a bipolaridade na política potiguar, com as suas respectivas representações no Senado, são oriundas do período do bipartidarismo e continuam a conservar as suas formações partidárias iniciais, sendo abrigadas no PMDB e PFL(DEM). O *modus operandi* desses dois partidos também conserva semelhanças entre o passado e o presente e ainda entre suas atuações em estados diferentes, como os pesquisados por Borges, Filho e Rocha (2011, p. 332), que foram Rio Grande do Norte, Bahia e Minas Gerais:

Esta dinámica nos ayuda a entender por qué las representaciones estatales del PMDB y del PFL lograron construir sólidos aparatos políticos en algunos estados del Norte y del Nordeste, deteniendo el crecimiento de las fuerzas opositoras a la izquierda del espectro ideológico hasta muy recientemente.

Também conhecido como “Caciquismo”, o padrão de atuação e de resultados em votos do PMDB com PFL/DEM, em vários estados do Brasil, nos dá uma ideia de partidos efetivamente nacionais que funcionam com “franquias” locais, como é o caso do RN, que tem como operadores as famílias Alves (MDB) e Maia (DEM).

Se puede aplicar un razonamiento similar para los dos partidos de tradición oficialista más larga (el PFL y el PMDB). En todos los casos, con pocas excepciones, estos partidos presentaron un patrón de voto caracterizado por altos índices de fragmentación y dominación, y por una alta penetración electoral en los municipios más pobres, menos urbanizados y más distantes de la capital. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 354).

Como pudemos perceber ao longo dos períodos analisados nesta dissertação, o plano federal sempre esteve presente influenciando direta e fortemente no plano estadual. Há uma importância fundamental das conexões federais na sustentabilidade do poder dos grupos

político-famíliares que atuam no plano local. Isso provém, como deixam claro Borges, Filho e Rocha (2011, p. 354), do caminho institucional do regime presidencialista:

En resumen, al presentar la conexión entre el clivaje gobierno-oposición en los planos federal y estadual y los patrones de voto de los partidos, este artículo apunta en la dirección de un nuevo camino interpretativo que tiene en cuenta las especificidades institucionales de nuestro presidencialismo.

Por fim, acrescentamos, como fator importante à contribuição dada no momento da formação da República, a construção do Pacto Federativo, que concentrou demasiadamente recursos nos cofres do Governo Federal, problema iniciado e agravado na ditadura militar, dentro de uma estratégia de centralização de recursos. Os representantes que mais se aproximarem da chave desse cofre terão condições mais favoráveis para manterem as suas bases eleitorais alimentadas e permanecerem agarrados aos espaços de poder por eles ocupados. Como exemplo, mais destinação de verbas via transferências voluntárias aos seus estados de origem, se lá possuem governadores aliados, ou mesmo mais facilidade em liberação de emendas parlamentares individuais.

3.4 A INFLUÊNCIA DOS SENADORES NOS ESTADOS A PARTIR DAS CONEXÕES NACIONAIS

Para Borges et al (2011), as “Conexões subnacionais” estão associados com a clivagem governo-oposição em nível estadual e que, no federalismo brasileiro, os governadores controlam os recursos formais e informais de poder que lhes permitem exercer uma influência considerável na mobilização de redes partidárias de votantes em localidades oficiais (governistas). Sobre a relação com o plano federal, acrescenta:

Cuando el gobernador no está aliado al gobierno federal, la oposición local puede tomar ventaja de su acceso a programas del gobierno federal y a recursos de patronazgo para mejorar el desempeño de los candidatos a la Cámara Federal. Del mismo modo, cuando la coalición de gobierno estatal coincide con la nacional, los candidatos afiliados a partidos de la coalición gozan de una ventaja competitiva sustancial con respecto a los candidatos de la oposición. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 323)

A sustentabilidade política e a capacidade de poder fazer coligações com fins à disputa eleitoral ou à própria governabilidade nos planos municipal e estadual são afetadas de acordo com as conexões com o plano federal. Isso ocorre desde a Primeira República e permanece,

sobretudo, pelo modelo presidencialista atual do Brasil, no qual há grande quantidade de recursos concentrados nas mãos do governo federal. Esse quadro é reforçado dentro de contextos nos quais os partidos políticos são mais fracos e personificados nas figuras exclusivas de seus líderes políticos:

En un sistema político caracterizado por Ejecutivos fuertes, federalismo robusto y partidos débiles en el terreno electoral, los jefes del Ejecutivo a nivel federal y estadual ocupan un rol central en la construcción y reconstrucción de las coaliciones electorales, a diferencia de los sistemas donde los partidos están más institucionalizados. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 324)

Como já apontamos anteriormente nesse trabalho, é patente o potencial do federalismo brasileiro, que é centrado no modelo de concentração de recursos no governo federal e que fortalece a histórica situação de “pires na mão” vivenciada pelos prefeitos e governadores perante o presidente da República.

Portanto, torna-se visível outro dos problemas que levantamos em nossa pesquisa: a importância dos senadores e deputados federais perante o presidente, junto aos governadores, sobretudo em estados mais pobres das regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para se ter uma ideia, Borges, Filho e Rocha (2011) afirmam:

El modelo presidencial adoptado en la Constitución de 1988 garantiza al jefe del Ejecutivo poderes bastante amplios en lo que concierne a la formulación e implementación del presupuesto, el monopolio de iniciativa legislativa en materia de gestión administrativa, financiera y tributaria, además de la capacidad de legislar sobre las medidas provisionales. (FIGUEIREDO Y LIMONGI, 1999 apud (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 325)

Com relação a esse centralismo republicano, que afeta diretamente a relação dos prefeitos com os governadores e de ambos com o presidente da República, Borges, Filho e Rocha (2011, p. 325) afirmam: “En este contexto, los partidos de oposición al gobernador pueden valerse de su acceso a los recursos del gobierno federal para compensar su desventaja competitiva frente a la coalición gobernante a nivel estadual”.

Um exemplo desse contexto ocorreu em 2016, segundo registros da imprensa e declarações do próprio Governo: o principal herdeiro do grupo político-familiar Alves, Henrique Alves, operou politicamente para retirar os recursos – já aprovados – que seriam destinados pelo Governo Federal ao Governo Estadual, em torno de R\$ 48 milhões, para a execução pelo Governo do Rio Grande do Norte da adutora emergencial que abasteceria com

água, em um curto prazo, a cidade-polo da região do Seridó: Caicó. Henrique Alves, filho de Aluísio Alves, mesmo na condição de adversário derrotado pelo governador Robinson Faria, conseguiu junto ao seu aliado histórico – na ocasião presidente da República – Michel Temer a concretização do ato. A autorização da obra passou a ser concedida ao DNOCS, composto no estado por aliados de Henrique Alves, que inclusive indicou para o cargo administrativo e financeiro o seu sobrinho, filho de sua irmã gêmea. Como o DNOCS não tinha projeto, o governo estadual acabou cedendo-o para não perder os recursos vitais ao abastecimento d’água daquela população. Ainda assim, em momento de extrema seca, a obra atrasou cerca de oito meses.

Esse foi um exemplo de algo que veio a público e foi bastante explorado pela imprensa local, que mostra haver uma grande influência dos políticos que mantêm conexões com mandatários no plano federal, na destinação – ou boicote – de recursos federais ao estado e que isso se constitui como uma das formas de suporte à sobrevivência dos grupos político-familiares no Rio Grande do Norte.

É interessante observar também um outro indício, desta vez da atuação de senadores, que poderão reforçar essa linha de análise: o rastreamento acerca do destino das emendas dos senadores quando são situação em relação ao governo do estado e para onde vão enquanto oposição. O fato é que esse comportamento é detectável até mesmo em relação a municípios: quando se é oposição ao prefeito, coloca-se a emenda para uma associação vinculada a uma de suas lideranças locais ou destina para outro lugar. Detalhe é que o papel constitucional do senador é o de defesa e fortalecimento do estado o qual ele representa, e isso deve ser refletido também no destino de emendas parlamentares que, ao contrário, têm sido direcionadas de modo “paroquial”, pontual, com o objetivo de atender às demandas de bases eleitorais em municípios específicos, deixando de lado o papel estruturante que deveria ser alvo da destinação desse recurso parlamentar. Teremos adiante um capítulo que detalhará toda essa problemática.

Além disso, um outro recurso é o boicote imposto para barrar ou dificultar a liberação de verbas. Recentemente, outro caso chamou a atenção ao ser publicado por um blog local: o atual governador do estado havia conseguido recursos junto ao governo Federal para pagamento de salários atrasados, em torno de R\$ 600 milhões, já confirmados publicamente pelo presidente da República.

Muitas narrativas de boicote já circulavam nos bastidores e estariam sendo operadas pela bancada de oposição ao governo estadual, principalmente pelo senador José Agripino

Maia. Ao ser publicado com riqueza de detalhes oficialmente no Blog do Primo²², do ex-vereador de Natal, Renato Dantas, a repercussão foi tamanha que obrigou ao senador e membros da bancada a se posicionarem, mesmo que negando os fatos narrados; posteriormente, em 30 de julho de 2018, o próprio governador Robinson Faria confirmou em entrevista – e foi repercutido pela imprensa local – reportando-se a provas testemunhais de Ministros do Tribunal de Contas da União que teriam sido procurados pelo parlamentar do RN, com o objetivo de barrar a liberação desses recursos.

Como foi observado ao longo dos períodos estudados em nossas pesquisas, essas conexões com o plano federal sempre influenciaram diretamente na estabilização ou destituição de governos estaduais e municipais, nos processos eleitorais quando passaram a existir, e na governabilidade das gestões que se sucederam em cada momento da história, não só do Brasil, mas também potiguar.

Essa, como dissemos, pode ser mais uma pista na pesquisa sobre o *modus operandi* dos grupos político-familiares que polarizam e se revezam, direta ou indiretamente, na ocupação dos principais espaços de poder no plano estadual, em busca de sua sobrevivência política, apoiadas nas conexões com o plano federal, por meio da influência – principalmente – dos senadores: “La centralidad del Poder Ejecutivo tiende a ser todavía mayor en los estados en relación con el nivel federal, debido al control ejercido por los gobernadores sobre el Legislativo y el Judicial en muchos casos”. (BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C., 2011, p. 326)

Quando o governo estadual possui boas relações com o presidente da República e ministros, tem mais facilidade de conseguir recursos para o seu estado. Isso também pode ser facilitado quando, mesmo não tendo contato direto com o presidente, é aliado de senadores que pavimentam esse acesso. Por outro lado, quando não tem ou possui frágeis relações com o Governo Federal, a situação se inverte e as dificuldades para liberação de recursos financeiros são uma cruel realidade²³, principalmente se nessa situação o governante além de não possuir aproximação política com o presidente, não contar com o apoio político de pelo menos dois,

²² Sugere-se leitura de: “Pagamento dos salários dos servidores do estado virou alvo de politicagem”, no blog do Ex-vereador de Natal, Renato Dantas.

Disponível em: <<http://blogdoprmo.com.br/noticias/pagamento-dos-salarios-dos-servidores-do-governo-do-estado-virou-alvo-politicagem/>>

²³ No período da ditadura militar, por exemplo, o fundo de participação de alguns municípios e estados chegavam a ter a sua transferência “obrigatória” bloqueada, quando se detectava que determinados governadores e prefeitos não mantinham perfeito alinhamento político com os militares de plantão.

dos três senadores de seu estado. Em respaldo a esse nosso argumento, Borges, Filho e Rocha (2011, p. 331) afirmam:

Cuando el gobernador pertenece a un partido de oposición a la coalición nacional, los presidentes pueden sacar provecho de su control sobre determinadas políticas sociales y cargos de libre nombramiento para ayudar a los candidatos de su partido o coalición en las elecciones estatales.

3.5 O CONTROLE HISTÓRICO E O MODO DE USO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Conforme analisado anteriormente, as diversas alterações impostas ao sistema partidário brasileiro, que variavam de acordo com as intempéries políticas nacionais e a tentativa de consolidação da democracia republicana, contribuíram marcadamente para a formação do atual quadro partidário no Brasil.

Silva (2016) é mais um autor a reforçar a necessidade do estudo da interação da política nacional com a local, para a compreensão da estruturação do sistema partidário e do peso dos executivos federais e estaduais na consolidação dos partidos e, conseqüentemente, dos grupos políticos no poder.

Quanto à formação dos grupos político-familiares Alves e Maia, que ainda predominam em meados de 2018, esses deram os seus primeiros passos perpassando a República Populista, o Regime Militar e chegando a Democracia Atual. Seus patriarcas, como já detalhado, foram Aluísio, pela família Alves e Tarcísio, pela família Maia. No entanto, segundo Silva (2016, p. 63):

O formato do atual sistema partidário brasileiro começou a se configurar no final do regime militar, com a superação do bipartidarismo tutelado. O momento fundamental desta inflexão foi a Lei Falcão (1979), que permitiu a emergência de novos partidos políticos, o que foi ampliado pelo processo de abertura democrática, que confirmou a emergência de um pluralismo partidário, recuperando (ainda que parcialmente) a experiência abortada pelo regime militar.

A configuração do bipartidarismo tutelado constituiu-se também como um importante indicador a respeito de onde foram gestados os embriões de formação dos grupos político-familiares em questão, que, mesmo diante de várias alterações nas regras do jogo, como a

emergência do multipartidarismo, permanecem hegemônicas nos postos de poder, no que tange à representação do Rio Grande do Norte.

Em sintonia com a nossa argumentação, localizamos um importante trecho, presente em Costa (2012), em citação à tese de Madeira (2006): “ARENA e MDB seriam matrizes do atual sistema partidário. Se num plano mais geral e atualizado essa tese pode ser questionada, no que se refere à realidade do Rio Grande do Norte, ao longo do período analisado, a visão do autor é analiticamente precisa”. (COSTA, 2012, p. 15)

Outro ponto que se pode destacar como base de projeção e de sustentação no poder de grupos político-familiares em diversas fases da nossa história, inclusive no caso das antigas oligarquias, é a relação dos mesmos com setores da economia e com a propriedade da terra. De acordo com Silva (2016, p. 64):

No Rio Grande do Norte (RN), o peso das oligarquias oriundas das elites tradicionais associadas à propriedade da terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais. Por outro, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que dependem da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo – federal ou estadual – para o desempenho eleitoral dos partidos políticos.

Esse autor também caminha em sintonia com a linha de raciocínio que estamos desenvolvendo ao longo deste trabalho, por reforçar a importância do acesso às verbas federais – e o controle das máquinas administrativas em geral – para a sobrevivência dos grupos político-familiares.

Ainda no período anterior, do regime militar, analisamos os desdobramentos da desconstrução da matriz bipartidária no Brasil e seus reflexos no estado do Rio Grande do Norte durante a década de 1980. Na fase seguinte, anos 1990, a dinâmica partidária continua a se expandir.

Após essa fase, outros desdobramentos se deram e, junto com eles, ocorreu a multiplicação exponencial do número de partidos políticos, chegando em 2018 a 35 siglas partidárias registradas, conforme o Quadro 10, que organizamos tendo como fonte de dados o portal do Tribunal Superior Eleitoral:

Quadro 10. Partidos políticos registrados - 2018

SIGLA	NOME DO PARTIDO	CRIAÇÃO	SIGLA	NOME DO PARTIDO	CRIAÇÃO
PMDB	MOVIMENTO DEMOCR. BRAS	1981	PRTB	RENOVADOR TRAB. BRAS.	1997
PTB	TRABALHISTA BRASILEIRO	1981	PHS	HUMANISTA SOLIDARIEDADE	1997
PDT	DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	1981	PSDC	SOCIALDEMOCRATACRISTÃO	1997
PT	DOS TRABALHADORES	1982	PCO	DA CAUSA OPERÁRIA	1997
DEM	DEMOCRATAS	1986	PODE	PODEMOS	1997
PCdoB	COMUNISTA DO BRASIL	1988	PSL	SOCIAL LIBERAL	1998
PSB	SOCIALISTA BRASILEIRO	1988	PRB	REPUBLICANO BRASILEIRO	2005
PSDB	SOCIAL DEMOCR.BRASILEIRA	1989	PSOL	SOCIALISMO E LIBERDADE	2005
PTC	TRABALHISTA CRISTÃO	1990	PR	DA REPÚBLICA	2006
PSC	SOCIAL CRISTÃO	1990	PSD	SOCIAL DEMOCRÁTICO	2011
PMN	DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	1990	PPL	PÁTRIA LIVRE	2011
PRP	REPUBLIC. PROGRESSISTA	1991	PEN	ECOLÓGICO NACIONAL	2012
PPS	POPULAR SOCIALISTA	1992	PROS	REPUBLIC DA ORDEM SOCIAL	2013
PV	VERDE	1993	SD	SOLIDARIEDADE	2013
AVANTE	AVANTE	1994	NOVO	NOVO	2015
PP	PROGRESSISTA	1995	REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	2015
PSTU	SOCIALISTA TRAB UNIFICADO	1995	PMB	DA MULHER BRASILEIRA	2015
PCB	COMUNISTA BRASILEIRO	1996	HÁ DEZENAS DE PEDIDOS DE REGISTROS DE NOVOS PARTIDOS NO TSE		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do TSE (junho/2018).

Mesmo assim, no caso do Rio Grande do Norte, o padrão familiar bipartido em dois polos políticos permanece. As duas famílias, Alves e Maia, continuam a polarizar a política do estado, abrigadas nos mesmos partidos com raízes oriundas no período militar do bipartidarismo: MDB e ARENA. O primeiro mudou para PMDB e retorna em 2017 ao nome de MDB, conservando praticamente o mesmo grupo familiar local e boa parte do grupo político

nacional. Já a ARENA passou por transformações (PDS – PFL – DEM) e, pelo menos no plano local, conserva o mesmo grupo político familiar.

Ao seu redor, gravitam dezenas de partidos, em movimento pendular, que, quando ameaçam constituir-se como uma terceira força ou mesmo ocupar o lugar de uma das duas hegemônicas, estas se unem para impedir a consolidação da terceira, ou seja, da formação de um novo polo que exista independentemente ou suplante politicamente um dos dois estabelecidos, como detalhamos, com o exemplo do surgimento de Wilma de Faria (ex-Maia) que, pelo PSB, conquistou (por um período) a amplitude de liderança (polo) estadual.

Ficou claro, ao longo da exposição anterior, que o controle partidário aliado às conexões com políticos no plano nacional são fatores que contribuem à perpetuação desses grupos político-familiares nos espaços de poder onde repousam há mais de sete décadas. Percebemos essa dinâmica, conforme já fora relatado, ao longo de todos os períodos analisados e, em especial, ao longo das duas últimas fases da República.

Sobre a forma de gestão dos partidos políticos como instrumento dos grupos familiares, Panebianco (2005, p. 514, grifo nosso) expõe as características que considera fundamentais, operacionalizadas pelos partidos que ele chama de profissional-eleitoral, e que se assemelham ao *modus operandi* desses grupos no Rio Grande do Norte:

a) centralização dos profissionais (competências especializadas); b) partido eleitoral, ligações verticais fracas, apelo ao eleitorado de opinião; c) predominância dos representantes públicos, direções personalizadas; d) financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos (**partidários**); e) ênfase nas issues e na liderança, centralização dos carreiristas e dos grupos de interesse no interior da organização.

Outro autor que dá a sua contribuição sobre a descrição do *modus operandi* dos grupos político-familiares Alves, Maia e Rosado é Spinelli (2010, p. 71), quando analisa mecanismos de reprodução desta classe política:

O nepotismo, característico dos três clãs dominantes (dois em escala estadual, um em escala regional); a patronagem, recurso de largo uso pelo partido no poder, para ampliar as alianças que lhe garantam a governabilidade e a reeleição (nesse sentido, é importante assinalar a migração de parlamentares e prefeitos para os partidos da coligação vitoriosa logo após as eleições); o clientelismo, como prática que, no geral,

orienta as relações dos políticos com o seu eleitorado; o assistencialismo, que ainda marca fortemente as ações governamentais e de uma parte dos detentores de mandato.

Ele finaliza destacando ainda o caráter extremamente personalizado das disputas, oscilando entre dois ou três líderes carismáticos, franqueadores das agremiações partidárias que já narramos anteriormente. A seguir, mais alguns itens do *modus operandi* dos grupos político-familiares, que não mudou muito ao longo do tempo, como é facilmente perceptível.

3.6 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO POLÍTICO

Ao longo da pesquisa bibliográfica, pudemos perceber que, à exceção do período colonial, em todos os outros períodos pesquisados, veículos de comunicação foram criados para servir abertamente como porta-vozes dos grupos políticos que em ocasiões distintas disputaram espaços de poder, tanto no plano nacional, quanto no local.

Especialmente no período anterior à ditadura militar foi muito marcante o surgimento de jornais impressos que atendiam a esse objetivo. Do período militar em diante, a “cordial” distribuição das limitadas concessões de emissoras de rádio e televisão foram destinadas aos apoiadores do regime. Este fato constituiu-se como outro importante suporte aos grupos político-familiares Alves e Maia, dentre outros.

A família Alves foi contemplada com as concessões da TV Cabugi, filiada à Rede Globo de Televisão, Canal 17 UHF, que foi vinculado à Rede TV, e posteriormente vendida a um grupo da Igreja Evangélica do pastor Palharim, Radio Cabugi/Radio Globo, dentre várias outras em AM e FM, além de serem fundadores da Tribuna do Norte, jornal de maior circulação do Rio Grande do Norte.

A família Maia foi contemplada com uma concessão de televisão afiliada à Rede Record, que, aliada à concessão de diversas rádios no interior do estado e em Natal, como Rádio Mix, e CBN, ligada às organizações Globo, integram o grupo Tropical de comunicação.

Destaque-se ainda, mesmo sem pertencer aos grupos familiares em discussão, a TV Ponta Negra, integrada ao SBT, à época concedida ao ex-senador Carlos Alberto de Sousa, junto com AM e FM, e a TV Potengi, integrada à Rede Bandeirantes de Comunicação ao ex-senador Geraldo Melo. O SBT local vendeu em torno de 75% de suas ações, ficando o restante

com a família Sousa e a Band local foi adquirida, na totalidade, pelo próprio grupo Band nacional.

Tal situação conserva reflexos até os dias atuais, em que praticamente não houve alterações significativas de comando dos principais veículos de comunicação locais e nacionais, também nas mãos de poucas famílias, muitas delas políticas. O controle da mídia oficial também confere poder político para formação da opinião pública, destruição da imagem pública de adversários e promoção de correligionários. Além disso, segundo Monteiro (2016), há um “duplo sentido” quando se pensa em herança política, pois, além do patrimônio material que se herda, também se transmite entre os membros das famílias

O controle de partidos políticos, de veículos de rádio, Tribunais de Contas, cartórios, imprimem os nomes dos seus antepassados em lugares de memória, acumulando para além de formas materiais de dominação, insígnias e elementos simbólicos de dominação nos equipamentos públicos do Estado. (MONTEIRO, 2016, p. 104-5)

No Rio Grande do Norte, esta é uma realidade ainda presente e a ela soma-se o fato de que as contas de publicidade do Governo do estado e das maiores prefeituras – Natal e Mossoró –, dentre outras, são controladas em grande maioria por agências de publicidade que possuem ligações estreitas – quando não de parentesco direto – com os grupos político-familiares que ainda ocupam importantes espaços de poder no campo majoritário do estado. Essas agências direcionam recursos de publicidade que também chegam aos veículos controlados por essas mesmas famílias.

Um outro ponto que merece destaque é o fato de que, com o desgaste – inclusive nacional – dos partidos políticos, que deveriam funcionar como veículos entre a sociedade civil e as instâncias governamentais, estes passam a vivenciar uma verdadeira crise de representação e perda de credibilidade em relação aos eleitores brasileiros, o que se constitui como um obstáculo à própria consolidação da democracia. Nesse contexto, segundo Costa (2007, p. 111), a mídia passa a ocupar esse lugar de interlocução junto à população:

O que se quis salientar aqui é o papel crescente da mídia na política, num cenário em que alguns autores chamam de o fim da era dos partidos no modelo do governo representativo, ou seja, de uma crise de intermediação e representatividade sociopolítica, concordando com a avaliação de Porto (2000), no sentido de que ela contribui para o descrédito dos partidos e das instituições democráticas.

A mídia seria interlocutora da desconfiança política, ou seja, os meios de comunicação teriam um viés não apenas antipolítico, mas também antidemocrático, uma vez que contribuem para criar nos cidadãos uma imagem negativa da política e dos políticos, ajudando dessa forma a erodir os fundamentos da legitimidade democrática (PORTO, 2000, apud COSTA, 2007, p. 108).

É importante destacar que, do mesmo modo como controlavam os partidos, determinados grupos passaram então a controlar os principais veículos de comunicação local e do país, por meio das concessões públicas, que acabam servindo aos interesses privados desses grupos empresariais ou político-familiares, como no caso do Rio Grande do Norte.

3.7 O USO DE MANDATOS PARA CONQUISTAR OUTROS ESPAÇOS DE PODER

Um fato também observado ao compararmos os períodos analisados é a diferença de origem e subsistência das oligarquias da Primeira Republica em relação aos grupos político-familiares da atual fase da República, após a redemocratização. No primeiro caso, época do surgimento efetivo das oligarquias familiares, é que elas foram oriundas e mantiveram características intrinsecamente ligadas às atividades econômicas. Antes de serem políticos e depois de deixarem os cargos, os oligarcas eram proprietários de terras, bens e/ou meios de produção como lavouras de açúcar, salinas, plantios de algodão e indústria têxtil.

No caso das atuais, os grupos político-familiares Alves e Maia são políticos profissionais, que cresceram e se sustentam, como boa parte das suas famílias, com a estrutura estatal, por meio de cargos, indicações, nomeações e empresas familiares ou de agregados que prestam serviços vinculados ao orçamento público. Há, ainda, situações em que se “conquistam” concessões públicas como veículos de rádio e televisão ou mesmo para fornecimento exclusivo, por exemplo, de querosene de aviação (QAV) para todos os aviões que abastecem no RN, este último, sendo o caso da família Maia. Tal comportamento se enquadra, na Ciência Política, nos conceitos de patrimonialismo e nepotismo.

Sobre essa questão, lembra-nos Max Weber, na obra *Ciência e política: duas vocações*, que existem os políticos que vivem “da” política e os que vivem “para” a política. Ou seja, a política pode ser um objetivo de vida ou pode ser uma forma de trabalho ou “ganha-pão”, sendo

que essas modalidades não são exclusivas. As duas podem estar presentes em um mesmo político:

Quem vive “para” a política a transforma, no sentido profundo do termo, em “fim de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma 'causa' que dá significação à sua vida. Nesse sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. Nossa distinção assenta-se, portanto, num aspecto extremamente importante da condição do homem político, ou seja, o aspecto econômico. Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que “vive da política” e diremos, no caso contrário que “vive para a política”. (WEBER, 2011, p. 78).

Um dos aspectos observados em relação à perpetuação de grupos políticos no poder é que não estão em jogo nas disputas eleitorais apenas os cargos que determinados grupos exercem, mas, sobretudo, os orçamentos que eles controlam diretamente e os cargos que nomeiam nas instituições em que exercem o poder e nas outras onde influenciam diretamente na nomeação: nas instâncias federais e estaduais do judiciário, executivo, legislativo e órgãos de controle, ao que Weber chamaria de integrantes de uma burocracia estatal, em que seriam encontrados políticos profissionais que viveriam da política.

A “independência” econômica deve ser considerada, pois se pode inferir que somente pessoas que possuam alguma fonte de renda ou que não necessitem de salário para viver poderiam viver para a política. Naturalmente, do contrário, para que pessoas desprovidas de renda possam dedicar-se à política, é necessário que elas recebam uma remuneração. Assim, o político profissional passa a ser um funcionário remunerado e a política passa a ser algo semelhante a uma empresa, em que há dois tipos de funcionários: os funcionários políticos e os de carreira (burocracia estatal). Ambos se distinguem do chefe político, porque exercem a política não como vocação, mas como função administrativa, adotando uma postura apartidária. Já o chefe político atua apaixonadamente, devendo lutar por uma causa.

Como exemplo, observemos o Quadro 11, que criamos com base na composição do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, vigente em 2018. Em sintonia com o que ilustramos, pudemos identificar que, em 16 de março de 2016, o Bom Dia Brasil/Rede Globo veiculou matéria com conteúdo semelhante, sendo também repercutida pelos portais locais.²⁴

²⁴ Encontradas nos sites de ambos os veículos, sob a data de 16 de março de 2016.

Quadro 11. Distribuição dos cargos e rede de influência

CONSELHEIRO	CARGO	INDICAÇÃO/ORÍGEN/PROXIMIDADE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales	Presidente	Ex-secretário da ex-governadora Rosalba Ciarlini Rosado
Tarcísio Costa	Vice-presidente	Irmão do deputado estadual Vivaldo Costa, efetivado à época governador do RN, por renúncia de José Agripino Maia, que concorrera ao Senado. Também irmão de “Bibi Costa”, ex-prefeito de Caicó/RN e ex-deputado estadual.
Carlos Thompson Costa Fernandes	Corregedor	Ministério Público
Paulo Roberto Chaves Alves	Dir. Escola da Contas	Irmão do senador Garibaldi Alves Filho (foi seu chefe da Casa Civil quando esse era governador do RN) e pai do vereador de Natal Felipe Alves
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa	Pres. 1ª Câmara	Origem da Auditoria de Contas do TCE; foi esposa de um deputado estadual falecido, efetivada como conselheira na gestão da ex-governadora Wilma de Faria
Francisco Potiguar Cavalcante Jr	Pres. 2ª Câmara	Pmdbista histórico, ex-deputado estadual; irmão de Alexandre Cavalcante, também ex-deputado estadual
Renato Costa Dias	Ouvidor	Irmão de Álvaro Dias, ex-deputado federal e estadual (e ex-presidente da Assembleia Legislativa), efetivado prefeito de Natal em abril de 2018, com a renúncia de Carlos Eduardo Alves

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da mídia local do RN (2018).

As matérias foram baseadas em um trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil sobre os Tribunais de Contas dos estados. O Rio Grande do Norte ocupou o topo da lista, segundo o estudo, contabilizando seis, dos sete conselheiros com relações de parentesco com políticos²⁵.

Disponível em: <<http://agorarn.com.br/politica/seis-dos-sete-conselheiros-do-tce-do-rn-sao-parentes-de-politicos/>>

²⁵ Tabela que embasa as informações está no portal da Transparência Brasil.

3.8 A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA

Quando se fala em transmissão da vocação “de pai para filho”, semelhante ao que ocorre com outros profissionais no âmbito do privado, tenta-se tratar com naturalidade essa mesma situação no contexto da vida pública – e obviamente o caso é diferente. Entra em cena o patrimonialismo, que é a confusão do *modus operandi* da vida pública com o *modus operandi* da vida privada, em que, nesse contexto, o patrimônio, os recursos, os cargos e as concessões públicas acabam sendo tratados como negócios da vida privada.

Com essa transmissão hereditária, vai junto todo o *know-how*, a rede de contatos de apoiadores, financiadores, assessores e funcionários públicos operadores do aparato burocrático, bem como as informações privilegiadas, adquiridas no exercício da função pública. É comum ouvir as expressões: Meu mandato, meu gabinete, minhas lideranças, meus prefeitos e meus cargos a quem distribuo, como e para quem quero, ou para quem me der mais votos.

Monteiro (2016) usa o conceito de *capital político familiar*, associado ao conceito de *capital político*. Para ele, o fato de pertencer a uma família política potencializa e aumenta as chances, inclusive, de receber arrecadação de recursos oriundos de empresas. As razões, segundo ele, são várias:

1) Quase sempre possuem uma estrutura de capital que possibilita o acesso a diversas instâncias de difusão de imagem e do nome, como rádio e TV. 2) o “nome de família” é, quase sempre, conhecido e reconhecido no Estado, o que potencializa o capital simbólico de notoriedade, fundamental às disputas políticas, que se dão no âmbito das lutas simbólicas; ou seja, herdeiros de famílias políticas têm seus antecessores “eternizados” em *lugares de memórias* com os quais a população está mantendo relação. 3) possuir, com base nas redes construídas pelos familiares, maior volume de capital social, o que lhes permite acessar espaços que sem estes, dificilmente acessariam; 4) são sujeitos cujos nomes já se encontram no imaginário social, conhecidos e reconhecidos. (MONTEIRO, 2016, p. 259-260)

Para ter acesso aos cargos eletivos no regime democrático brasileiro, com base nas regras em vigor no ano de 2018, teoricamente, todo e qualquer cidadão pode pleitear. Ocorre

que toda campanha necessita de recursos estruturais, financeiros e de mobilização, além da chancela de partidos políticos e trabalho de marketing, o que não é acessível a todos. Diante desse contexto, claramente, levam vantagens na corrida pelo voto do eleitor, as famílias políticas, que transmitem aos seus herdeiros não só o patrimônio material e o imaterial do *nome de família* adquirido, mas o “*know how*”, o “*modus operandi*” do fazer, do cotidiano da política.

Como consequência, perpetua-se a concentração de espaços de poder quase sempre nas mãos dos mesmos personagens, causando ainda uma falsa impressão de que são sempre eleitos simplesmente porque o povo quer, porque poucos se candidatam e poucas são as opções, ou porque os demais cidadãos não se interessariam. Desse modo, os problemas nos estados se renovam ano a ano, assim como as promessas de soluções eleição a eleição. E a culpa sempre é atribuída “ao povo que não sabe votar”.

4 EMENDA E VOTO

No capítulo em que destacamos o Senado Federal, abordamos a existência das várias atribuições dos parlamentares federais, bem como dos instrumentos à disposição de sua atuação: Gabinete, verba de gabinete, cargos no gabinete local e no escritório do Estado, emendas parlamentares, veículos à disposição, dentre outros.

Destacaremos uma delas agora, que diz respeito ao meio pelo qual os congressistas usufruem da sua competência de dispor sobre o Orçamento Geral da União – OGU: a destinação de emendas parlamentares. Por meio delas, senadores e deputados federais inserem alterações na Lei Orçamentária Anual – LOA. Sobre os tipos de emendas parlamentares, Mognatti (2008, p. 23) explica:

As emendas podem ser apresentadas pelos parlamentares de forma individualizada ou coletiva. As emendas individuais são apresentadas por qualquer parlamentar detentor do mandato e também por relatores das propostas, sendo estas limitadas à correção de erros ou omissões contidas nos projetos em análise. As emendas coletivas derivam do consenso dos parlamentares reunidos em comissões permanentes¹¹ de cada Casa do Congresso Nacional – Emendas de Comissão – ou dos parlamentares pertencentes à mesma unidade da federação – Emendas de Bancada.

Do ponto de vista da legislação, principalmente no caso dos senadores, a emenda parlamentar seria, teórica e oficialmente, uma forma indireta de participação dos cidadãos, por meio de seus representantes, na programação de receitas e despesas, de modo a beneficiar os seus respectivos estados de origem.

No caso do Rio Grande do Norte, analisaremos se essas emendas estão sendo empregadas de acordo com o espírito do texto constitucional ou como instrumentos de manutenção de bases eleitorais dos grupos político-familiares analisados, fato que nos remeteria mais uma vez à teoria de Maquiavel (2007), sobre a importância das bases para a manutenção de grupos políticos nos espaços de poder.

A partir de 2014, as Emendas ascenderam ao *status* de execução obrigatória, fato que aumentou o grau de sua importância. Eis o que diz a legislação brasileira (BRASIL, 2013):

LEI Nº 12.919, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013, art. 52, *caput*, da LDO 2014:

É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, que terá identificador de resultado primário 6 (RP-6), em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício

.;anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º, do art. 165, da Constituição Federal.

§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica; nestes casos, no empenho das despesas, que integre a programação prevista no caput deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

§ 7º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independente da autoria.

Por outra ótica, há autores que trabalham o conceito de Dominância Eleitoral, o que seria o equivalente às áreas de maior densidade eleitoral de determinados políticos. As emendas parlamentares, sobretudo individuais, são, na prática, um instrumento de atuação parlamentar que faz com que os mesmos se aproximem politicamente de suas bases, levando a elas a extensão de políticas públicas em forma de recursos financeiros e obras. É uma forma de manter-se presente e atuante perante o eleitorado, sobretudo em cidades menos alcançadas pelo Estado brasileiro. O esforço, segundo Melo (2014, p. 22), na conclusão de estudos sobre o tema em um trabalho que demonstrou a associação positiva entre votos e emendas de deputados federais de 2002 a 2011, é recompensado em votos:

A dominância eleitoral em determinados municípios deve-se a capacidade que os parlamentares têm de construir forças políticas para transitar no governo federal e assim assegurar recursos e obras para seus redutos eleitorais. Nessas circunstâncias, a reeleição dos parlamentares pode ser tomada como prestação de contas. Torna-se a forma eficaz de recompensar os políticos pelos feitos realizados em municípios.

Há, no Brasil, uma quantidade expressiva de municípios que, “criados” não por critérios técnicos, mas, por critérios políticos para acomodações de grupos locais, não conseguiriam sustentar-se por si mesmos. Possuem baixa capacidade fiscal e dependem de modo vital de recursos federais, não somente em forma de transferências obrigatórias, como Fundo de Participação dos Municípios ou percentual do ICMS arrecadado pelo Governo do Estado – estes mal sendo suficientes para obrigações emergenciais e folha de pagamento –, mas também de emendas parlamentares, que acabam servindo para obras de infraestrutura básica ou mesmo para realização de eventos festivos que movimentem a economia local por meio do turismo.

As emendas parlamentares, se mal-empregadas, podem servir para o desvio de dinheiro público ou construção de obras inúteis em detrimento de obras estruturantes. O recurso financeiro é destinado pelo parlamentar e, por exemplo, pode ser executado por uma prefeitura, onde o gestor municipal fraudula uma licitação para direcionar a operacionalização da emenda por uma empresa de sua confiança que ou superfatura ou execute parcialmente uma determinada obra e a “sobra” de recurso financeiro acaba ficando na mão do gestor municipal ou sendo dividida com o parlamentar.

Há parlamentares que “escondem” burocraticamente as emendas via brechas do sistema que dificultam a sua identificação do ponto de vista do autor e do *lôcus* específico de sua emenda – geograficamente – e ainda há grande dificuldade de rastreio das emendas no que diz respeito ao ente federado receptor (municípios, por exemplo) e aos executores, como empresas e demais fornecedores de bens e serviços, pois, da forma como se cadastra a emenda parlamentar, após a sua inclusão na LOA, perde-se a capacidade de identificação da autoria em sua plenitude e conseqüentemente de rastreio da sua destinação. O único caso em que há, por lei, a obrigatoriedade da identificação logo no seu registro é o das emendas a serem destinadas para entidades privadas. Na prática, o “esconderijo” da emenda se dá da seguinte forma, segundo Mognatti (2008, p. 12):

No processo de emendamento das despesas do Projeto da LOA (PLOA), durante a sua tramitação no legislativo, as emendas que possuem o mesmo objeto e localização geográfica são aglutinadas em uma única categoria de programação, cuja identificação se dá por meio da classificação funcional e estrutura programática (funcional-programática). Assim, são aglutinadas em uma mesma codificação quando não somente um autor – parlamentares, bancadas estaduais e comissões permanentes das Casas do CN – apresenta emendas para o mesmo objeto (dotação) ou quando emendam dotações originárias do PLOA.

No rastreio inicial das emendas que empreendi, mantive inicialmente contato com o Arquivo do Senado, por telefone, no dia 31 de janeiro de 2018. De lá fomos direcionados para o setor da Comissão Mista de Planos e Orçamento, composto pela Câmara e Senado. De início fomos direcionados a contatos com a Câmara Federal. Posteriormente, conversamos com os consultores do orçamento, que nos direcionaram para o endereço eletrônico do Senado, especificamente para o SigaBrasil.

Sempre houve grande dificuldade de acesso às emendas parlamentares, fato que se tornou mais fácil quando estas passaram a ser impositivas e disponibilizadas eletronicamente

no SigaBrasil; quanto às não impositivas, antes desse período é praticamente impossível ter acesso²⁶.

O problema foi constatar exatamente, mesmo diante de dados conseguidos a tanto custo, o “esconderijo” da grande maioria das emendas por parte dos parlamentares que as cadastraram. Dentre os senadores potiguares, foi possível constatar que a única que apontava com clareza a destinação final da emenda foi Ivonete Dantas, segunda suplente da senadora Rosalba Ciarlini²⁷.

Na prática, as emendas estão cadastradas por códigos, conforme exemplo no Quadro 12; dentre outros, destacamos os que estão no quadro abaixo, que identificam a modalidade de aplicação. Ocorre que, por exemplo, alguns parlamentares cadastravam quantidades maiores de recursos financeiros para “Código 30”, destinando para “municípios”, sem especificar para quais.

Quadro 12. Códigos de classificação e identificação das Emendas Parlamentares

CÓDIGO	TRANSFERÊNCIA A
30	GOVERNOS ESTADUAIS
40	MUNICÍPIOS
41	MUNICÍPIO FUNDO A FUNDO
50	ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
71	CONSÓRCIOS PÚBLICOS
90	APLICAÇÃO DIRETA
91	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Fonte: SIGABRASIL / Site do Senado Federal (2018)

²⁶ Estivemos em Brasília e, após muita insistência, acabei sendo atendido por um funcionário que cedeu a planilha completa das emendas com todos os cruzamentos de dados possíveis para pesquisas, que o próprio extraía do SigaBrasil, com os dados de 2015 a 2018.

²⁷ Rosalba Ciarlini, ao ser eleita governadora do RN em 2010, renunciou à cadeira senatorial. Foi efetivado titular o primeiro suplente, Garibaldi Alves (pai do senador Garibaldi Alves Filho), que, por problemas de saúde e idade avançada, abriu espaço para que Ivonete Dantas assumisse o mandato por diversas oportunidades.

Em defesa desse argumento de “esconder” a emenda, há deputados e senadores que justificam que isso evita pressão ou boicote do Governo Federal perante os mesmos, que possa impedir ou dificultar a liberação das emendas, especialmente quando o parlamentar é da oposição. Alegam ainda que determinados municípios ao longo do processo de efetivação da emenda ficam inadimplentes com o Governo Federal e acabam bloqueados para recebê-las; a depender de prazos estipulados em lei, acaba-se “perdendo” a emenda, que poderia ser destinada a um outro município aliado que estivesse adimplente.

Contudo, não se pode deixar de pugnar pela transparência do começo ao fim do processo, como forma de estimular o controle social, que inibe a corrupção por desvio de finalidade desta política pública. Nesse sentido, argumenta Mognatti (2008, p. 13):

Haja vista a necessidade de ampliar a transparência na gestão pública, a identificação da autoria do crédito orçamentário e o conhecimento daqueles que fazem negócio com o Estado, pode evitar que o Executivo utilize este instrumento para motivar o parlamentar a votar conforme seu interesse. Isso permitiria identificar, por exemplo, se a execução do crédito estaria ou não relacionada com a adesão ou não do autor à base governista. Da mesma forma, ao ter seu nome comprometido, o próprio parlamentar se veria forçado, para evitar danos maiores à sua imagem pública, a exercer de forma mais efetiva o controle e fiscalização da execução orçamentária.

Existe, porém, uma lentidão na prestação de contas das emendas executadas e a situação é agravada no que diz respeito à análise dessas prestações de conta por parte dos órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União, e pouca atenção do Ministério Público Federal, o que dá margem à ocorrência de possíveis delitos.

As emendas parlamentares, individuais, ou mesmo de bancada, servem também como instrumento de barganha, de parte a parte, entre os deputados federais e senadores e o Governo Federal, representado pelo presidente da República, que necessita do apoio dos parlamentares para governar. A liberação de emendas, mesmo após terem se tornado impositivas, é um dos recursos disponíveis para fazer funcionar o que se chama de governo de coalizão. E, de acordo com Pereira e Mueller (2002 apud MELO, 2014, p. 07): “O instituto das emendas parlamentares é o principal mecanismo do Executivo brasileiro para negociar junto às coalizões e fazer valer suas preferências”.

Historicamente, o Governo Federal acaba “liberando” mais emendas à sua base aliada no Congresso que à oposição. Fato intensificado, inclusive, quando há interesses do governo em aprovar grandes projetos, ou acudir um presidente que se encontre em situação de risco de

sofrer investigação ou perda de mandato. Em casos assim, as benesses vão além da base de apoio.

Em contato com um parlamentar federal que se dispôs a compartilhar algumas informações a esse respeito, em condição de anonimato, pudemos apurar de seu depoimento alguns tópicos interessantes:

A) - A força ou “robustez” do parlamentar é demonstrada na liberação das emendas, assim como ocorre no caso de indicação de cargos federais em Brasília ou no Estado dele; B) - Em geral, um senador tem mais força para liberar emendas que deputados federais, mas há deputados, que têm mais força, a depender da conjuntura, do acesso direto ao presidente da República ou à Casa Civil, do relacionamento com o presidente ou líder de um partido forte que seja estratégico no apoio ao Governo Federal. C) – O poder do senador também se configura na destinação das emendas não só para as suas bases municipais, de onde tem retorno eleitoral direto, mas também ao destinar para Forças Armadas, universidades, escolas, instituições com as quais acaba se relacionando e se a elas ajuda, acaba credenciando-se a pedir algum favor, para atender a alguém em seu nome. D) – Seguindo a mesma linha de raciocínio do tópico anterior, emendas podem ser direcionadas a grandes hospitais de projeção e referência nacional, para onde acaba encaminhando, como contrapartida, pacientes-eleitores. Os próprios parlamentares, argumenta, são visitados por comissões que lhes fazem tais propostas. E) – Senadores têm poderes de interferências em situações diversas, no âmbito do público ou do privado; tem o poder de interferir em pautas que podem complicar a vida de empresas ou atuar em favor das que contribuíram com a sua eleição; pode pedir audiência com embaixador de qualquer país e é recebido de imediato, tem acesso direto à Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, dentre outros. Tudo isso varia de acordo com o “tamanho dele e do seu partido e da sua notoriedade”. F) – Por fim, empresas beneficiadas com emendas (como executoras), ou por favorecimentos a partir da atuação do senador sempre doaram, doam e continuarão a doar; mesmo não sendo permitido diretamente, acabam ajudando indiretamente, quando a própria empresa doa para instituições diversas, fundações, apames e até igrejas ligadas aos parlamentares, lembrando que esses também destinam emendas à essas instituições. A “ajuda”, mesmo que indireta, acaba beneficiando o político. É o tipo de doação “fora de suspeita, por ser em prol do bem comum”. Ninguém questiona e são difíceis de se rastrear e de se estabelecer conexões.

A despeito de tudo, a própria população, em especial dos municípios mais longínquos, reconhece como positivo o “esforço” dos parlamentares que para lá direcionam recursos e equipamentos. Há parlamentares que montam em Brasília verdadeiras comitivas com carros, motoristas e assessores à disposição da recepção e do apoio a prefeitos, que chegam com “os pires nas mãos” em busca de recursos para os seus respectivos municípios. Tal atuação é traduzida em votos, tanto para deputados federais, quanto para senadores, conforme demonstraremos adiante, em relação aos senadores potiguares Garibaldi Alves Filho (MDB) e José Agripino Maia (DEM). Ambos acabam agindo como se fossem “vereadores federais” ou distritais.

4.1 O USO DAS EMENDAS PARA MANUTENÇÃO DAS BASES POLÍTICO-FAMILIARES

Neste capítulo, fizemos inicialmente um levantamento de dados dos parlamentares do Rio Grande do Norte de maneira geral, a partir de dados filtrados e extraídos do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV. No Brasil, até o mês de junho de 2018, 100% dos Governos Estaduais foram sincronizados com um tipo de plataforma que possibilita a extração de dados, conforme apresentaremos e analisaremos a seguir.

Tal programa nos permitiu pioneirismo na apuração segura de dados de emendas parlamentares, já que da forma como se encontram disponibilizadas via Sistema de Administração Financeira – SIAF e Portal de Convênios, ambos do Governo Federal, “SigaBrasil” do Senado Federal, e Orçamento Brasil da Câmara dos Deputados, apresentam dificuldade de rastreo, conforme detalhamos anteriormente, sobretudo no que diz respeito à destinação final e especialmente quando esse destino se trata de municípios. Muitos parlamentares cadastram suas emendas, por motivos diversos já explicados, de modo genérico: “emenda número x para municípios do RN”. Até então, apenas as assessorias dos próprios parlamentares ou mesmo os prefeitos municipais possuíam a informação correta sobre a localidade de sua efetivação.

Depois, procedemos com alguns cruzamentos de dados, entre destinação de emendas de senadores e suplentes – quando estes vieram a assumir o mandato do titular entre o período de 2008 a 2018 e com o total geral de ambos, cruzando com dados eleitorais do senador titular.

Um fator relevante foi o cruzamento também feito com suplentes, com ou sem grau de parentesco com titulares e o cruzamento de informações com deputados federais que possuem graus de parentesco com os senadores titulares. Especificamente, apesar de o foco do trabalho repousar sob os senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, apuramos informações, como detalharemos a seguir, do suplente do senador Garibaldi Alves Filho, Paulo Davim, do ex-suplente, efetivado senador Garibaldi Alves “pai” e da suplente desse último, Ivonete Dantas. Incluímos ainda os deputados federais Walter Alves, filho do senador Garibaldi Alves Filho e Felipe Maia, filho do senador José Agripino Maia. Fizemos também, para complementar o trabalho, simulações incluindo o deputado federal Henrique Alves, que é sobrinho de Garibaldi Alves (irmão de Aluísio Alves) e que por décadas foi presidente do PMDB/RN,

presidente da Câmara dos Deputados e Ministro do Turismo. Henrique sempre foi tido como o articulador que fazia o partido funcionar estruturalmente em termos políticos e financeiros.

Finalizando, incluímos para análise a presença de dois irmãos, deputados federais: João Maia (PR) e Zenaide Maia (ex-PR; mudou para PHS), que sucedeu ao irmão, pelo fato de o mesmo ter concorrido a vice-governador na eleição de 2014, quando Henrique Alves concorreu ao governo, sendo derrotado por Robinson Faria (PSD). João e Zenaide são primos de José Agripino Maia, que também apoiou Henrique Alves; apesar disso, não se colocam como integrantes do grupo familiar Maia, liderado pelo senador José Agripino. Por isso, nesse caso, fizemos simulações com e sem os dois irmãos.

Por fim, cruzamos os dados relativos ao rastreio das emendas parlamentares individualmente e posteriormente agrupadas, com os resultados eleitorais dos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia. Ambos compõem a amostra que se constitui no foco principal de nossa análise.

Uma observação importante é a de que, para a otimização dos custos de publicação desse livro, resolvemos disponibilizar todos os anexos e apêndices em um *link* criado especialmente para abrigar esses arquivos permanentemente: www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao. De todo modo, a dissertação que originou esse livro encontra-se depositada fisicamente, em sua integralidade, nos arquivos de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estando também disponível eletronicamente nos arquivos dessa instituição.

A seguir, uma explicação didática, que facilitará a leitura de todas as tabelas e a compreensão dos dados capturados para análise.

4.1.1 Explicação do demonstrativo das emendas parlamentares

Os tópicos abaixo estarão representados no primeiro gráfico (Gráfico 01), que funcionará também como um modelo de leitura para os demais, que virão a seguir.

- 1) Emendas Disponibilizadas no SICONV: o parlamentar “abre” uma emenda, ou seja, é o protocolo da destinação; não significa liberação. Neste tópico, é demonstrada a quantidade e o valor total de emendas disponibilizadas. Por ano, cada parlamentar tem direito a destinar trinta emendas. Como a bancada de parlamentares do Rio Grande do

Norte é composta por onze parlamentares, sendo oito deputados federais e três senadores, chegamos a um total de trezentos e trinta emendas cadastradas por ano.

- 2) Propostas Cadastradas no SICONV: representa a quantidade acumulada de propostas de emendas, cadastradas pelos parlamentares e aceitas no SICONV, bem como dos valores totais acumulados, ao longo do exercício de um ou mais mandatos. Ainda não há garantia total de liberação, pois ficam as emendas, mesmo com o orçamento impositivo, sujeitas à disponibilidade de recursos para que seja cumprido o cronograma financeiro de liberação. Às vezes ocorre também o bloqueio da liberação ou mesmo a perda de emenda pelo fato de haver problemas com os a instituições receptoras, por exemplo, municípios incluídos no CAUC – Espécie de SPC/SERASA no serviço público.
- 3) Emendas Assinadas no SICONV: refere-se à quantidade, bem como ao valor total das emendas assinadas no SICONV. Nesta etapa, a liberação dos recursos financeiros está praticamente garantida.
- 4) Instrumentos Assinados que possuem emendas parlamentares por ano: gráfico que demonstra a evolução da quantidade das emendas assinadas por ano.
- 5) Top 10 UF: significa a quantificação do valor assinado com a unidade federada – o estado. Importante destacar que, mesmo quando estão filtradas em cada busca emendas por municípios, ou outras instituições, o valor aparecerá contabilizado para: RN. Também aparecerão quantidades e valores dos instrumentos destinados/assinados ao próprio Governo do Estado.
- 6) Top 10 Municípios: desdobramento do item anterior, demonstrando a destinação dos recursos financeiros por municípios. Devemos ressaltar que, quando o filtro geral inclui Governo do Estado, contendo a seleção de todos os itens, os recursos desse ente aparecem somados aos da capital, Natal, por ser a sede do mesmo.
- 7) Top 10 Órgãos Superiores: sinaliza os dez maiores órgãos concedentes para os quais foram cadastradas emendas a serem destinadas. Esses órgãos podem ser Ministérios, Autarquias Federais, Secretarias Nacionais ou mesmo a própria Presidência da República.
- 8) Top 10 Parlamentares: demonstração, por ordem decrescente, dos dez parlamentares proponentes, sejam senadores ou deputados federais, que mais destinaram recursos financeiros através de emendas, acompanhados dos respectivos valores.

Gráfico 01. Total de emendas de todos os parlamentares de 2010 a 2018.

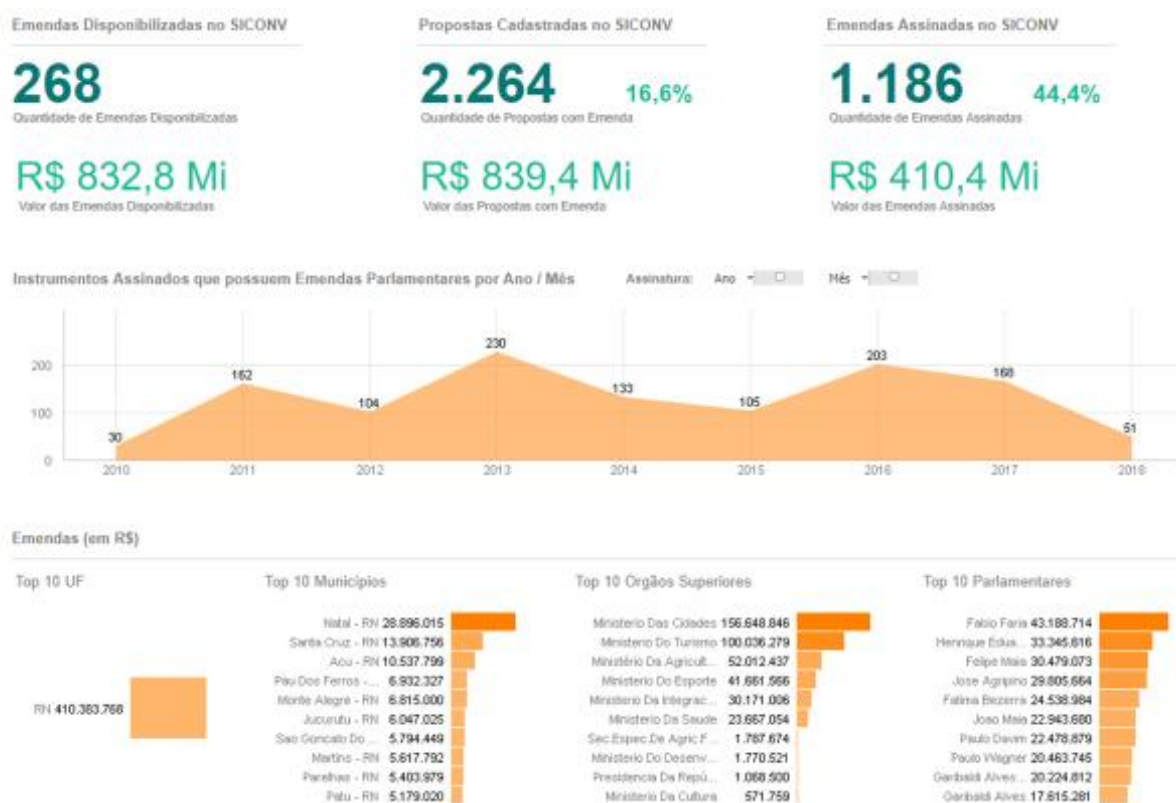


Fonte: SICONV (2018).

Neste gráfico inicial (Gráfico 01), podemos observar o total de emendas de todos os parlamentares do Rio Grande do Norte, entre os períodos de 2010 a 2018. Ressaltamos que, tanto nesse quanto nos demais, os dados que os compõem foram extraídos do SICONV no dia 05 de junho de 2018 e, ainda, que não constam os dados das emendas de bancada e as transferências voluntárias referentes ao mesmo período. As emendas de bancada serão apresentadas em gráficos mais adiante.

4.1.2 Emendas individuais das famílias Alves e Maia, cadastradas para municípios

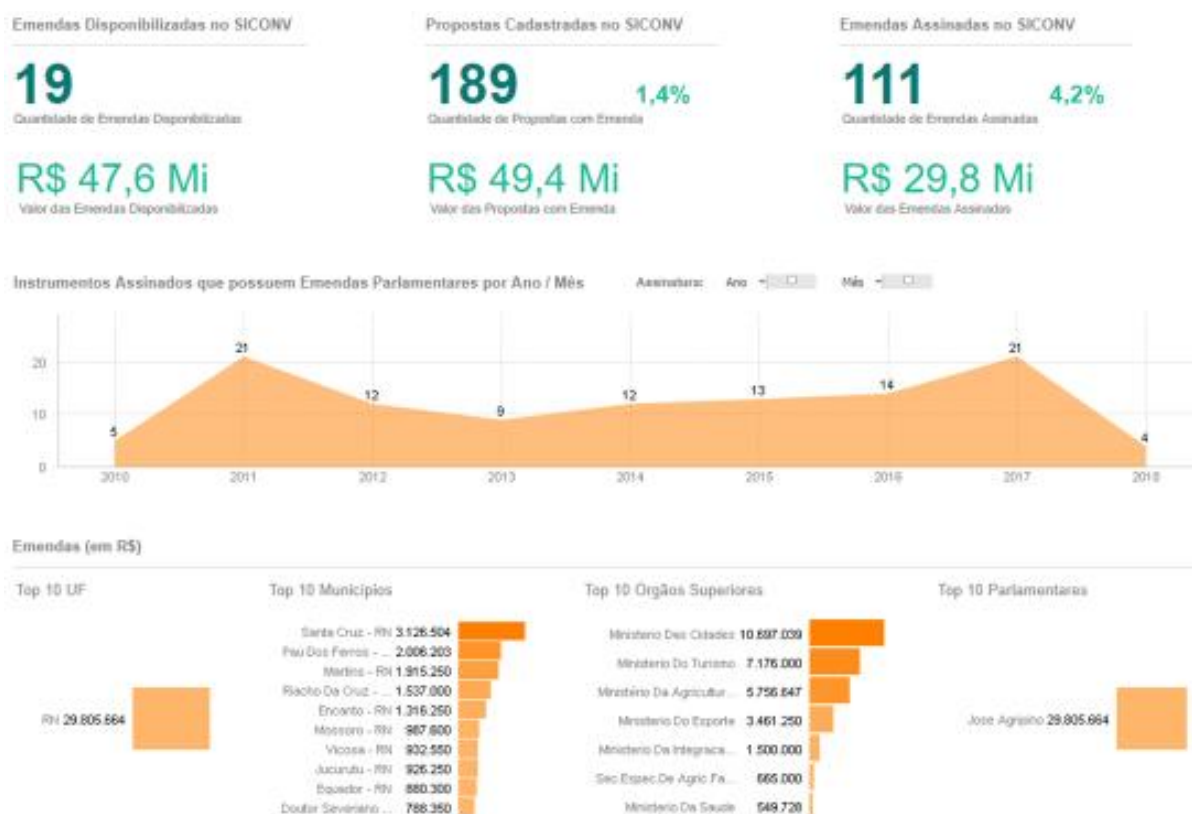
Gráfico 02. Total de emendas de todos os parlamentares – Ente municípios – 2010-2018



Fonte: SICONV (2018)

No Gráfico 02, podemos observar o somatório de emendas individuais de toda a bancada potiguar, nos últimos oito anos, compreendendo um mandato de senador e quase dois mandatos completos de deputados federais. Os Ministérios das Cidades, Turismo e Agricultura são os que mais receberam emendas, em termos de recursos financeiros. Os municípios mais beneficiados foram Natal (porém se inclui também direcionamentos ao Governo do estado), Santa Cruz, Açu e Pau dos Ferros. Os três parlamentares que mais destinaram na totalidade para o RN foram, pela ordem, Fábio Faria, Henrique Alves e Felipe Maia.

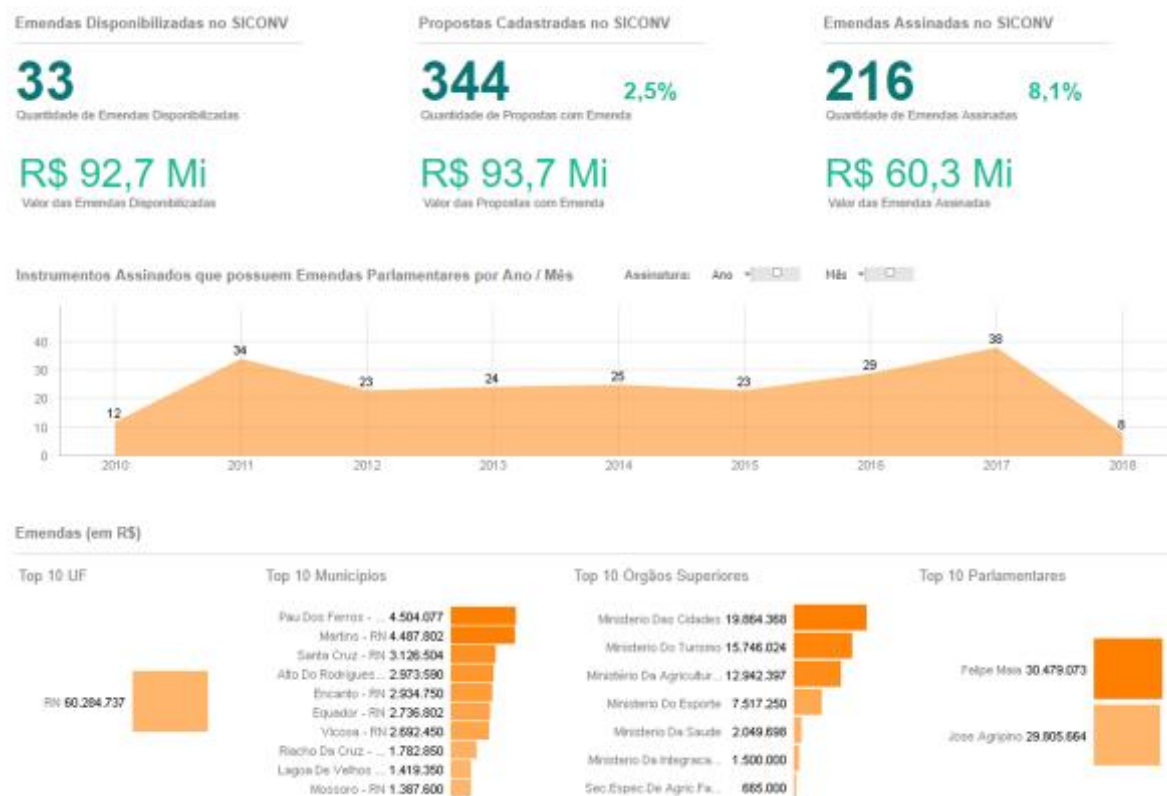
Gráfico 03. Total geral – José Agripino Maia – Ente: Municípios – 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

Já no Gráfico 03 temos um recorte das emendas específicas do senador José Agripino Maia (DEM), direcionada a municípios. É possível observar um pico no aumento do número de emendas assinadas em ano pós-eleitoral (2011) e no ano pré-eleitoral (2017). Quando focamos nos dez municípios que mais receberam emendas, percebemos que há uma correspondência com o fato de terem prefeitos pertencentes ao mesmo partido (Ex.: 2º Pau dos Ferros, 3º Martins), ou serem aliados (Ex.: 1º Santa Cruz), ou eleitores desse candidato para o senado em 2010. Os três Ministérios de onde mais se originaram os recursos foram os das Cidades, Turismo e Agricultura.

Gráfico 04. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – Ente: Municípios – 2010 - 2018



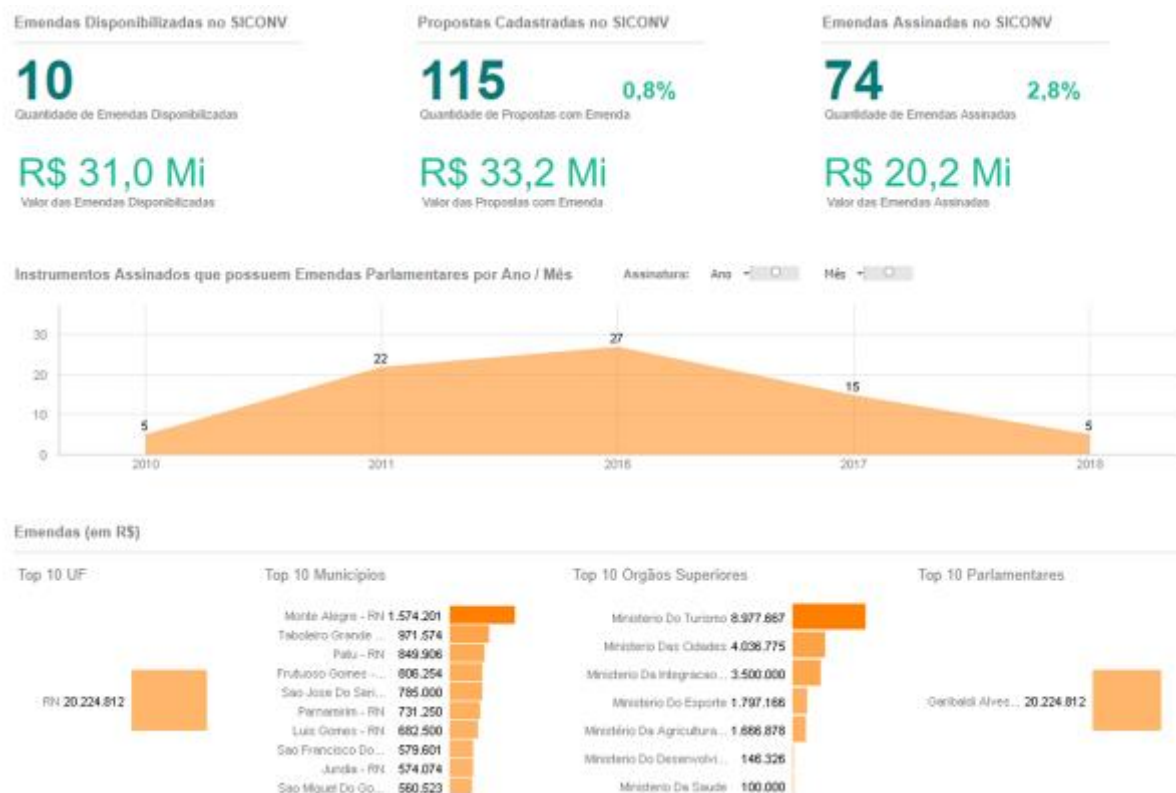
Fonte: SICONV (2018)

No cruzamento de dados demonstrados pelo Gráfico 04, entre as emendas individuais direcionadas a municípios pelo senador José Agripino Maia (DEM) e pelo seu filho, o deputado federal Felipe Maia (DEM), percebe-se claramente que foram direcionadas praticamente para as mesmas localidades. Notemos algo interessante: o mandato de senador dura oito anos e, nesse intervalo, ocorrem três eleições: duas municipais, para prefeitos e vereadores, e uma estadual, para um senador, deputados federais, estaduais, governador e presidente. Com esse tipo de distribuição de emendas, pode-se manter sempre irrigadas as bases em que os mesmos possuam maior densidade eleitoral e, em eleições presentes no intervalo, o apoio de ambos a candidatos aliados pode fazer com que estes também sejam beneficiados eleitoralmente e posteriormente retribuam nos processos eleitorais seguintes em que precisem de reeleição.

Bases eleitorais bem regadas a emendas podem servir de conquista a outros espaços de poder; fato que ocorreu com o próprio deputado federal Felipe Maia, que, apesar de ter feito incursões em busca de apoios próprios, herdou bases de apoio do seu pai, senador José Agripino

Maia, fato importante para sua eleição e reeleição. No Anexo 1 – Gráfico A, a título de ilustração, demonstrativo das emendas do deputado Felipe Maia, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao

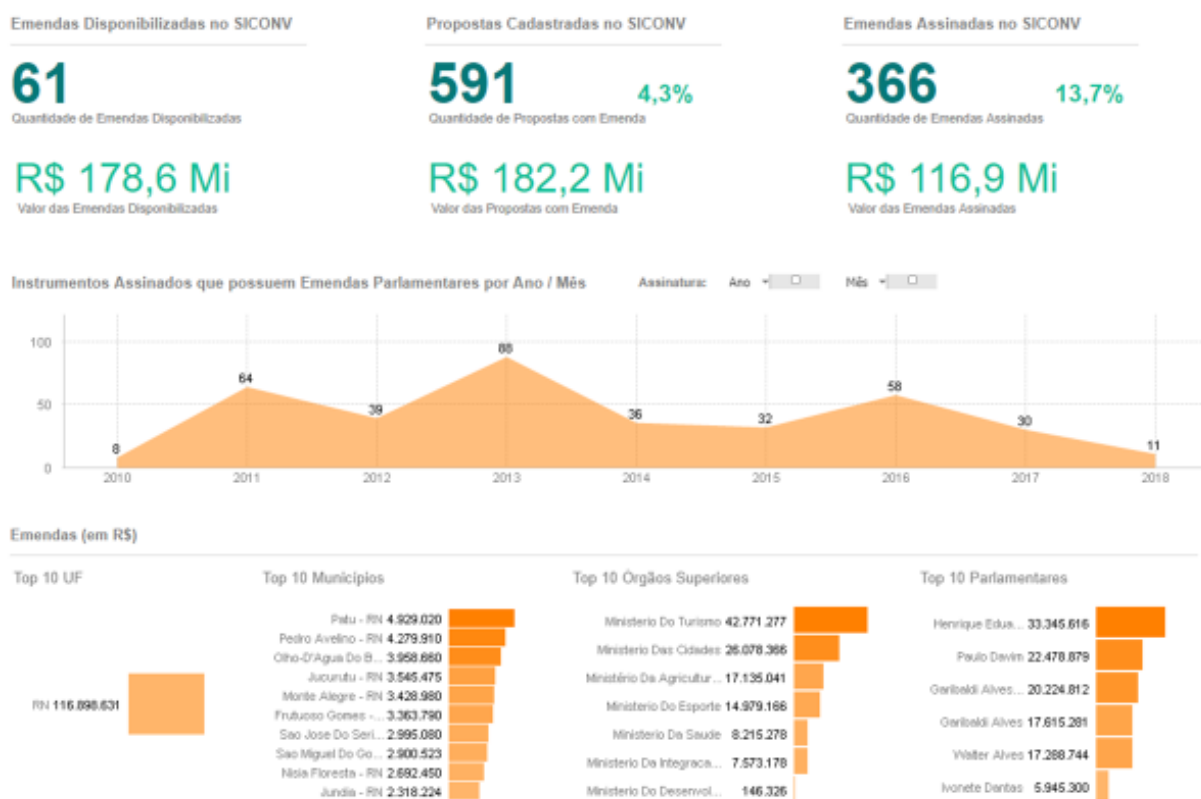
Gráfico 05. Total geral – Garibaldi Alves Filho – Ente: Municípios – 2010 -2018



Fonte: SICONV (2018)

Analisemos agora, baseado no Gráfico 05, as emendas do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), e, na sequência, em outras tabelas, as emendas do grupo político/familiar Alves, composto pelos deputados federais Walter Alves (filho) e Henrique Alves (primo, que chegou a ser presidente da Câmara dos Deputados e Ministro do Turismo), seu suplente de senador Paulo Davim, senador titular Garibaldi Alves (pai) e suplente desse, Ivonete Dantas. Por fim, o somatório das emendas direcionadas aos municípios dos senadores, objetos de nossa análise: Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia e somatório de todas as emendas dos grupos familiares Alves e Maia, direcionada a municípios.

Gráfico 06. Total geral – Ente município – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves – 2010-2018



Fonte: SICONV (2018)

Aqui (Gráfico 06), percebe-se um direcionamento expressivo de emendas aos municípios, com recursos oriundos do Ministério do Turismo, que assume o primeiro lugar no grupo político-familiar Alves, contabilizando o dobro de emendas para o segundo colocado, que é o Ministério das Cidades.

Em 2013, observa-se coincidência entre um pico de 50 emendas assinadas no primeiro ano em que Henrique Alves foi presidente da Câmara (04/02/13-1/02/15); posteriormente, outro pico, em 2016, segundo ano em que Henrique Alves foi Ministro do Turismo (16/04/15-28/03/2016, no Governo Dilma Rousseff e 12/05/16-16/06/16 no Gov. Michel Temer). De 2010 a 2018 (até 05 de junho), percebe-se que o total destinado via Ministério do Turismo, pelo grupo político-familiar Alves, chegou ao montante de R\$ 32.584.927,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais), do total geral movimentado

no mesmo período, que chegou a R\$ 83.553.016,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, e dezesseis reais).

Como o fato nos chamou a atenção, sugerimos apreciar o Anexo 2, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao, com o detalhamento de quanto, em reais, cada um destinou e a relação das 10 cidades mais beneficiadas, com destaque para as cidades de São Miguel do Gostoso e Patu, e, ainda, a mesma simulação, subtraindo os deputados federais do grupo familiar.

Gráfico 07. Total geral – Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – Ente: Municípios – 2010 – 2018



Fonte: SICONV (2018)

Agora, no Gráfico 07, observamos a união das emendas individuais destinadas a municípios, dos senadores Garibaldi Alves filho e José Agripino Maia. Permanece em primeiro lugar, como órgão concedente, o Ministério do Turismo. Juntos, encaminharam no período de

2010 a junho de 2018 o valor correspondente a R\$ 50.030.476,00 (cinquenta milhões, trinta mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Gráfico 08. Total geral – Ente Município: Garibaldi Alves, Garibaldi Alves Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves e José Agripino Maia.



Fonte: SICONV (2018)

Por fim (Gráfico 08), no que se refere à somatória de todos os membros dos grupos político-familiares Alves e Maia, incluindo deputados federais, senadores e suplentes, o Ministério do Turismo ainda lidera como órgão concedente. No grupo, assume a liderança no aporte de emendas, Henrique Alves, que já fora ministro da pasta, destinando a ela aproximadamente R\$ 10 milhões – um terço – do seu total geral que chegou a mais de R\$ 33 milhões. O total geral dos grupos familiares Alves e Maia, incluindo João e Zenaide (Anexo 3 – Gráfico A), chega ao montante de mais de R\$ 208 milhões, apenas para municípios. Sem a presença de João Maia e Zenaide Maia (Anexo C – Gráfico 2), conforme o gráfico 08 acima, o valor ainda chega a mais de R\$ 177 milhões. No anexo 4, estão disponíveis as demais emendas

individuais de Henrique Alves (Total Geral, Total para Estado e Total para OSC). Anexos disponíveis em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao

É relevante a força política do grupo, mesmo a se considerar as disputas em que se encontram separados. Juntos, o potencial eleitoral é ampliado. Em eleições como a de 2002, Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia foram eleitos simultaneamente senadores. Na eleição de 2006, essas forças antagônicas, que já haviam se enfrentado, uniram-se no apoio à ex-prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini Rosado (DEM), que acabou sendo eleita para o Senado, tendo como primeiro suplente Garibaldi Alves, pai de Garibaldi Filho. Esse último perdeu a eleição para Wilma de Faria, que disputara o Governo, mas permaneceu senador pois ainda estava na metade do mandato. O grupo, unido, derrotou o senador Fernando Bezerra (PTB) que tentava a reeleição. Na eleição seguinte, 2010, Garibaldi Filho e Agripino Maia permaneceram juntos e apoiaram para o Governo do estado a senadora Rosalba, do grupo político-familiar Rosado, que fora eleita, e um apoiou o outro e foram reeleitos senadores. Com a eleição de Rosalba, efetivou-se no cargo de senador Garibaldi Alves “pai”.

Esse detalhamento é importante, porque apesar de nosso foco principal repousar sobre os senadores José Agripino e Garibaldi Filho, há estratégias e desdobramentos no jogo político envolvendo a bipolaridade entre ambos e demais familiares. Por isso, vários deles estão sendo pontuados no levantamento das emendas parlamentares, que, como abordamos na parte teórica, tendo Maquiavel (2007) como autor base, acabam funcionando como instrumentos que dão suporte tanto à permanência desses grupos nos espaços de poder, quanto à conquista de outros espaços, em favor de familiares ou aliados de ocasião.

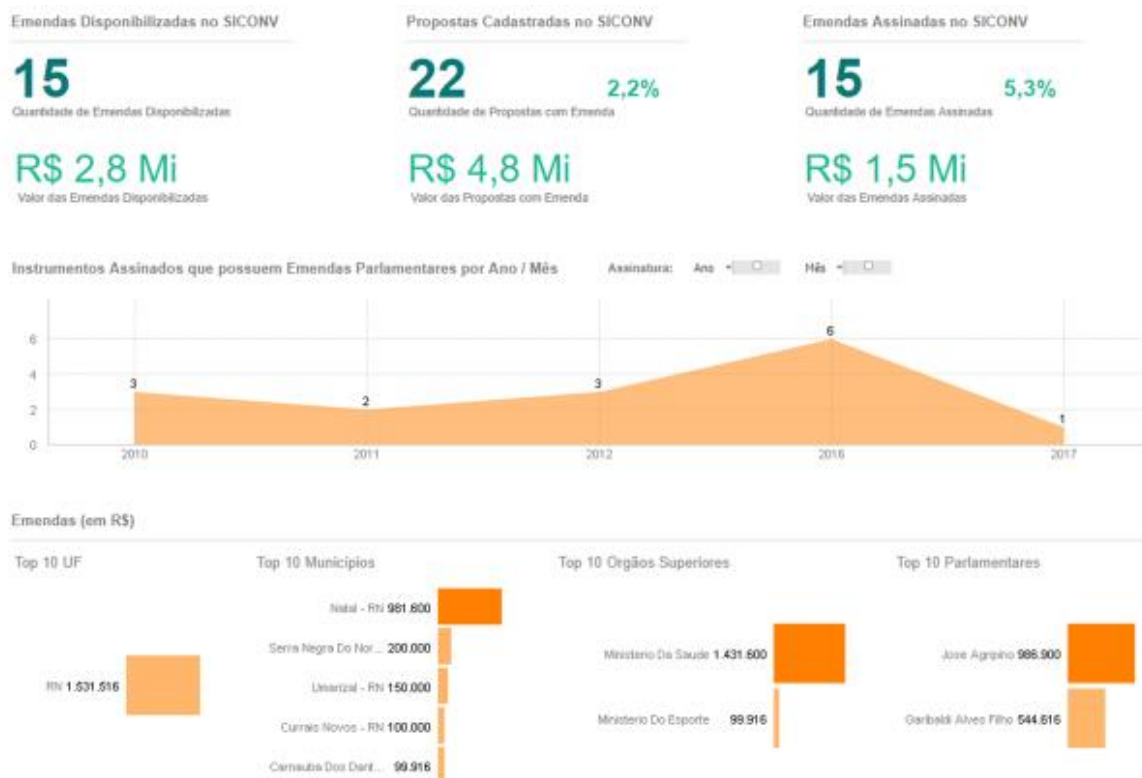
O *modus operandi* se dá pelo somatório das forças do capital político-familiar e do capital econômico movimentado pelos membros dessas famílias. Reconhecemos que isso reflete também a *virtù* desses grupos no uso dos instrumentos dos quais dispõem, ou seja, o emprego estrategicamente correto – do ponto de vista político, que parece também contar ao longo do tempo em que permanecem no poder com algum auxílio da *fortuna*, ou seja, da sorte que faria com que as estratégias políticas alcançassem resultados vitoriosos. Essa constatação não significa que enxergamos que as disputas políticas no âmbito do Rio Grande do Norte, no período analisado, se deram de maneira igualitária entre os concorrentes.

4.1.3 Emendas individuais destinadas para organizações da sociedade civil

Nesse próximo caso, que ilustraremos a seguir com levantamentos das emendas parlamentares destinadas a organizações da sociedade civil, relembremos um trecho colhido do depoimento de um parlamentar a quem tive a oportunidade de entrevistar, sob a guarda do sigilo da fonte:

F) – Por fim, empresas beneficiadas com emendas (como executoras), ou por favorecimentos a partir da atuação do senador sempre doaram, doam e continuarão a doar; mesmo não sendo permitido diretamente, acabam ajudando indiretamente, quando a própria empresa doa para instituições diversas, fundações, apames e até igrejas ligadas aos parlamentares, lembrando que esses também destinam emendas à essas instituições. A “ajuda”, mesmo que indireta, acaba beneficiando o político. É o tipo de doação “fora de suspeita, por ser em prol do bem comum”. Ninguém questiona e são difíceis de se rastrear e de se estabelecer conexões.

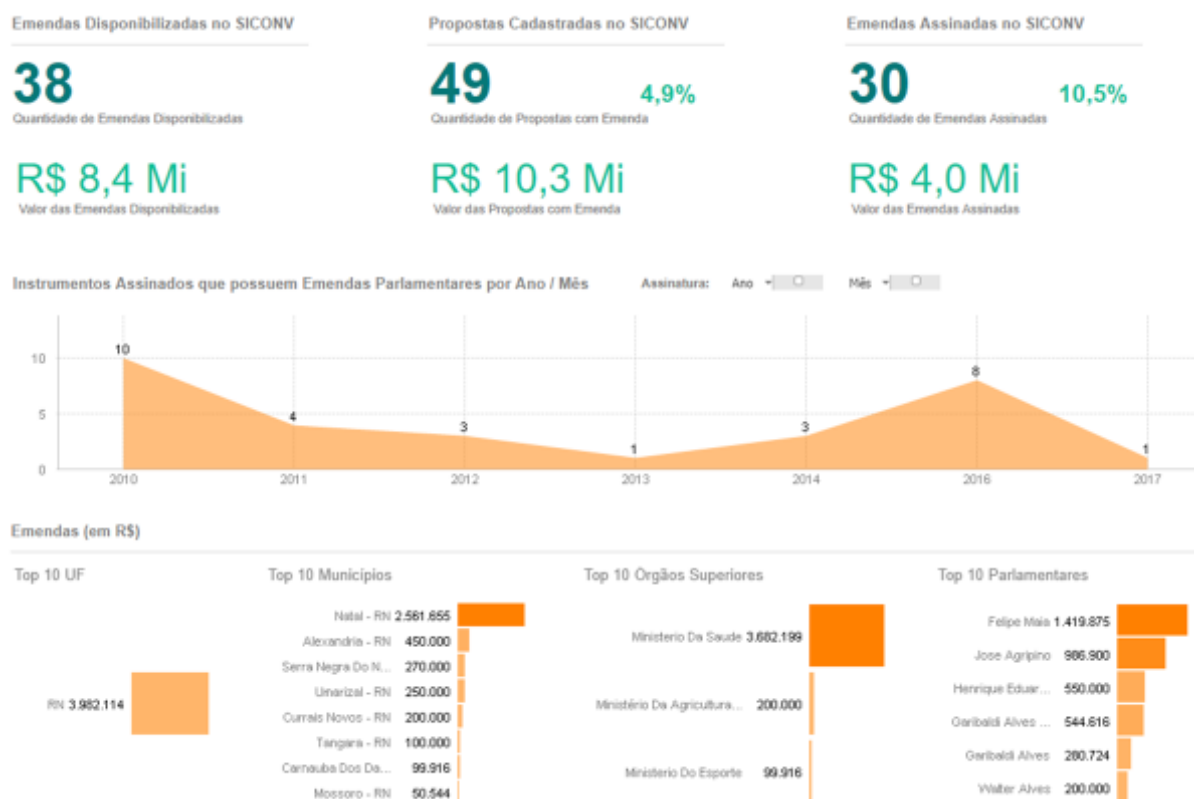
Gráfico 09. Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – Ente: Org. Soc. Civil – 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

No Gráfico 09, acima, demonstramos o somatório de emendas destinadas pelos senadores que estão no foco de nossa análise: Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia. Juntos, destinaram o montante de um pouco mais de um milhão e meio de reais. Abaixo, no Gráfico 10, apresentamos o resultado total para organizações da sociedade civil, dos grupos familiares Alves e Maia, que representa o valor quase quatro milhões de reais. No Anexo 5, disponível em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao, incluindo os deputados João Maia e Zenaide Maia, o total chega a pouco mais de R\$ 6,1 milhões de reais.

Gráfico 10. Total geral -Entidade OSC: Garibaldi Alves, Garibaldi Alves Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves, Felipe Maia e José Agripino

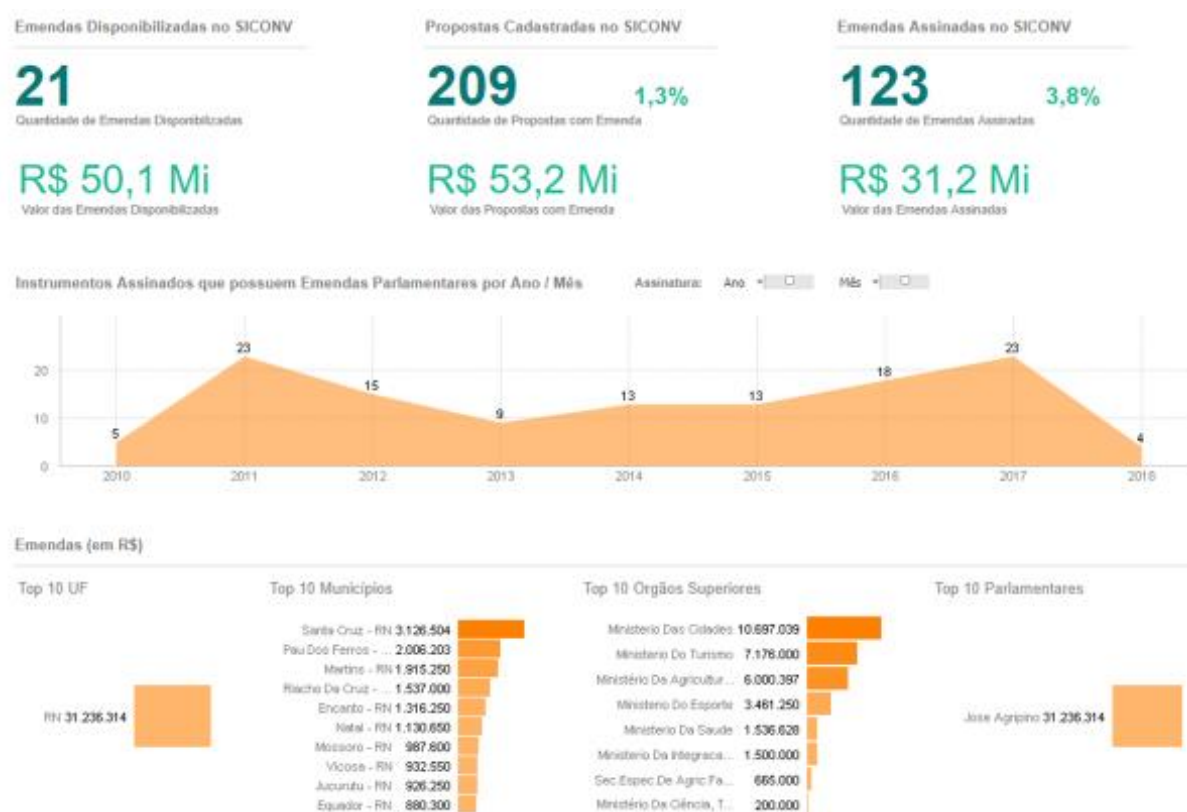


Fonte: SICONV (2018)

Sobre detalhamentos neste tópico, temos ainda, no anexo 6, os valores individuais de José Agripino, Garibaldi Alves, Garibaldi Filho e Felipe Maia; Agripino e Felipe Maia juntos; João Maia e Zenaide Maia (individuais e juntos) e o total do grupo familiar Alves com e sem

os federais e, ainda, no anexo 6, com todos os parlamentares, disponível em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao.

Gráfico 11. Total geral – José Agripino Maia – 2010-2018

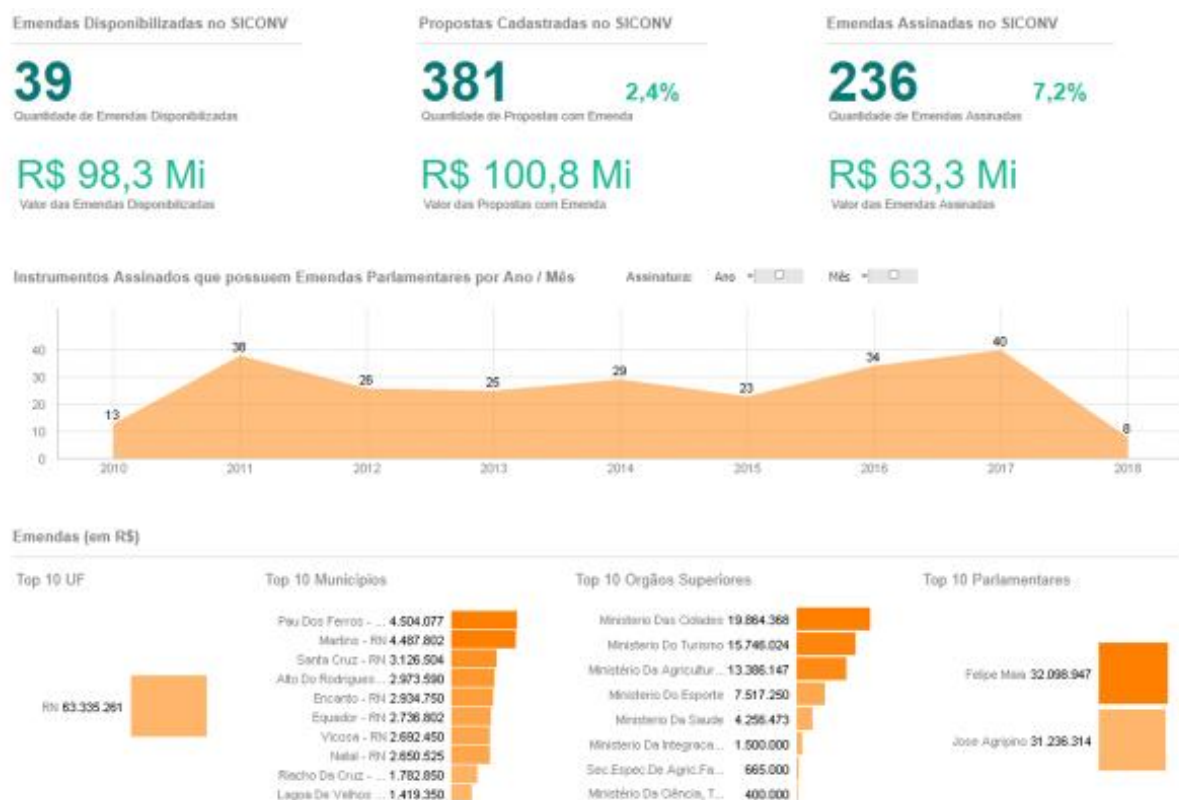


Fonte: SICONV (2018)

Nesse Gráfico 11, observamos o total geral das emendas destinadas pelo senador José Agripino Maia. Lidera o *ranking* a cidade de Santa Cruz, onde a prefeita Fernanda Faria, do PMDB, é esposa do deputado estadual Luís Antônio de Faria do PSB, mas ambos são aliados históricos do senador. Do mesmo modo, aliados nas duas cidades seguintes: Pau dos Ferros,

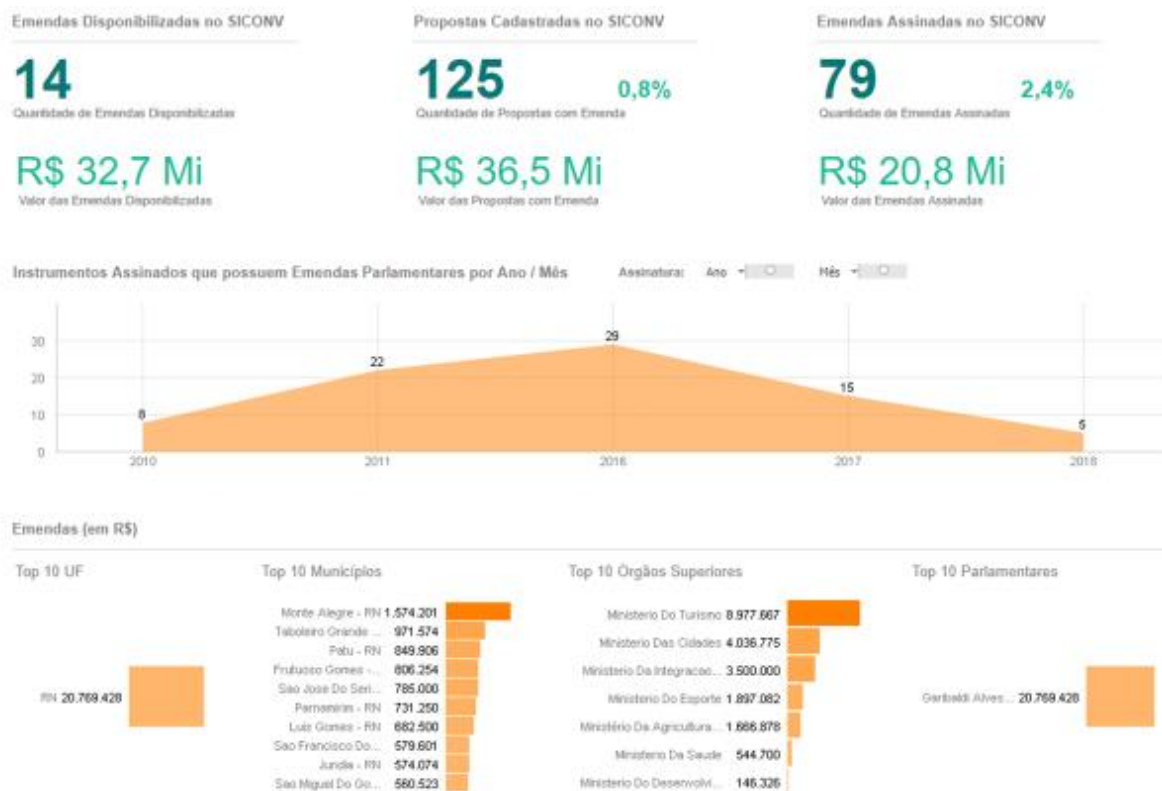
onde o DEM já governou diversas vezes diretamente ou por intermédio de aliados, e região de atuação do deputado estadual Getúlio Rêgo, um dos aliados mais antigos do senador. Getúlio, pai de Leonardo Rêgo, que já ocupou dois mandatos, elegeu sucessor e voltou a governar a cidade. Em Martins a prefeita Olga Queiroz é do DEM e governa a cidade desde 2013, tendo sido reeleita em 2016, para mandato que se estenderá até 2020. No total geral, o senador em análise destinou, no período de 2010 a junho de 2018, o valor aproximado de R\$ 31,2 milhões de Reais. Junto com seu filho, deputado federal Felipe Maia, do mesmo partido, conforme Gráfico 12 abaixo, chegou ao total de aproximadamente R\$ 63,3 milhões de Reais no mesmo período e é de fácil observação o fato de que há pouca alteração em relação aos municípios receptores de emendas, o que demonstra que há, para o grupo familiar Maia, certas preferências geográficas para destinação de recursos, em geral com a presença de fortes aliados, que são lideranças locais e por consequência onde se observa que são as áreas de maior densidade eleitoral de ambos.

Gráfico 12. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

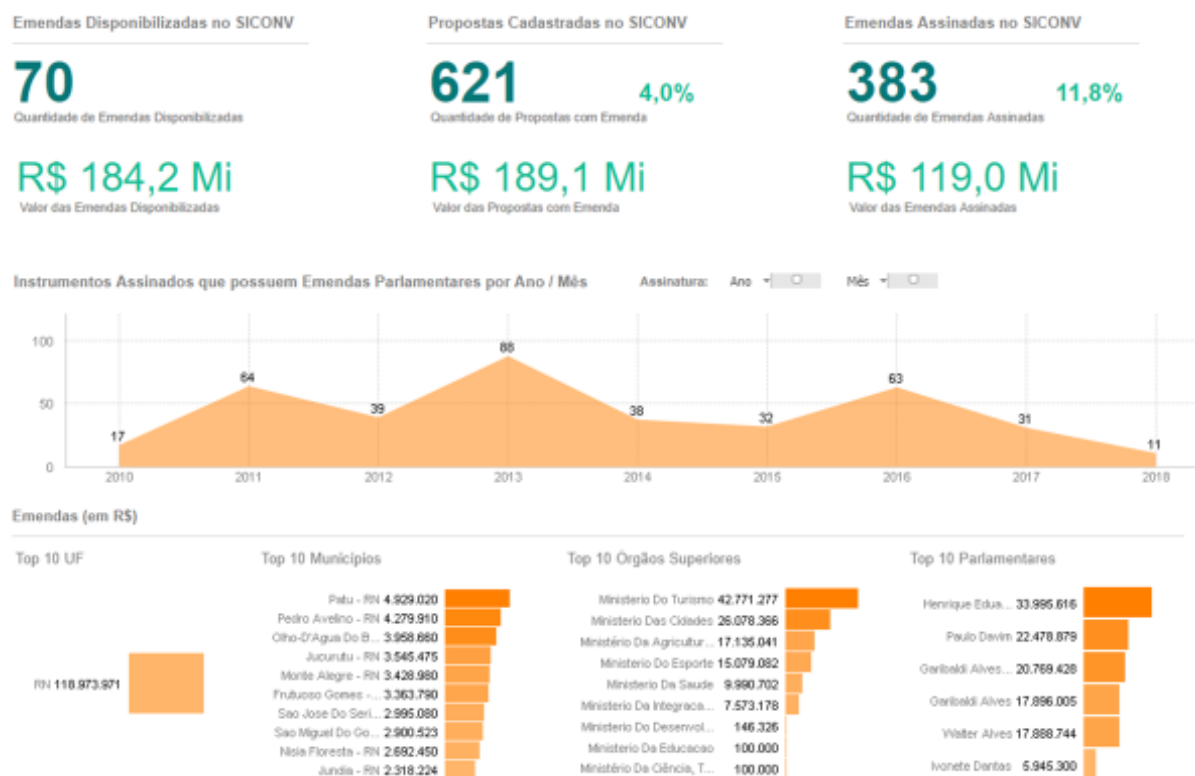
Gráfico 13. Total geral – Garibaldi Alves Filho – 2010 – 2018



Fonte: SICONV (2018)

Quanto ao total geral de emendas apresentadas pelo grupo familiar Alves, iniciamos individualmente com o senador Garibaldi Alves Filho (Gráfico 13). O Ministério campeão de emendas no período é o do Turismo, seguido pelo das Cidades, da Integração Nacional e dos Esportes; o somatório dos três últimos dá aproximadamente o valor do primeiro colocado. Quanto aos principais municípios beneficiados, temos Monte Alegre, Taboleiro Grande e Patu, onde o senador tem aliados políticos e destaca-se, no geral, certa preferência pelos municípios de porte médio e pequeno. No total, foram destinados cerca de R\$ 20,7 milhões.

Gráfico 14. Total geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves – 2010 – 2018



Fonte: SICONV (2018)

Ao somarmos o total geral do que consideramos grupo familiar Alves (Gráfico 14), no Senado e Câmara Federal, chegamos às seguintes conclusões: permanece em primeiro lugar como órgão concedente o Ministério do Turismo, com o dobro do valor do segundo colocado. No Anexo 7 disponibilizamos em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao a simulação, sem os federais da família Alves, do total geral de emendas destinadas pelo grupo familiar Alves, como também o total geral dos suplentes de Garibaldi Alves Filho (Paulo Davim), e de Garibaldi “pai” (Ivonete Dantas). Além disso, o total geral de Garibaldi “pai”, que representa o total geral de suas emendas.

4.1.4 Uma reflexão a respeito das emendas destinadas ao Governo do Estado

Um levantamento importante também foi feito sobre a quantidade de emendas parlamentares individuais destinadas ao Governo do Estado. Conforme já apontamos no desenvolvimento do nosso trabalho sobre conexões federais, há um grau acentuado na importância dos parlamentares para que o governante tenha melhores condições e mais recursos. É esse um dos principais papéis da bancada, e em especial deveria ser dos senadores. Constitucionalmente, o senador deve priorizar a representação do estado e não atuar de modo a destinar pontualmente emendas a municípios onde possua maior taxa de densidade eleitoral.

Esse *modus operandi*, aliás, tem sido cumprido de modo ostensivo pelos deputados federais, que acabam se configurando na prática como deputados distritais, que representam suas regiões e municípios. Já os senadores acabam se comportando, em dissintonia com o que determina a Constituição Federal, como “vereadores federais”.

Quando se trata de emendas parlamentares destinadas aos estados, essa relação não se torna tão evidente, uma vez que os benefícios podem atingir eleitores e não eleitores dos congressistas, tendo até certo ponto um caráter difuso. No entanto, quando se trata de municípios as emendas parlamentares podem beneficiar apenas o reduto eleitoral do deputado ou senador. (MELO, 2014, p. 2)

Para evitar esse tipo de situação, em vários países do mundo, o senador é indicado pelo governador eleito, justamente para priorizar a sua atuação no debate nacional e a destinação de emendas parlamentares de modo global, favorecendo ao Estado e não de modo pontual paróquias onde possua ou pretenda possuir mais votos. Reforçando o nosso argumento, Schlegel (2012) relembra que assim como no caso brasileiro, também no norte-americano, os senadores são escolhidos pela população e não indicados por governos regionais e afirma que: **“Essa é uma característica decisiva:** representantes indicados tendem a vocalizar os interesses de seu governo regional e isso é entendido como maior autoridade para a região”. (SCHLEGEL, 2012, p. 17, grifo nosso)

Tal fato respalda o que temos defendido de que isso confere mais poderes aos senadores, junto ao poder executivo federal e independência junto ao estadual, a quem,

constitucionalmente, os mesmos deveriam representar como prioridade. De fato, os governos estaduais possuem mais autoridade em seus *lôcus* de poder geográfico, se comparado ao poder do presidente da República, mas dependem de, no mínimo, interlocução junto aos senadores, na relação com o poder federal. Para Schlegel (2012, p.21): “Isso indica que o arranjo federativo brasileiro dá amplo poder de auto-governo às unidades subnacionais, mas não é tão generoso em matéria de lhes conceder autoridade nas arenas centrais”.

Reforçando essa situação, observemos que, mesmo com a destinação das emendas de bancada, é possível observar abaixo, no Gráfico 15, que menos de R\$ 2 milhões foram efetivados para o ente Governo do estado, considerando o período pesquisado, correspondendo a apenas uma única emenda, fato materializado em 2010.

Gráfico 15. Total Geral Bancada RN – Ente Estado



Fonte: SICONV (2018)

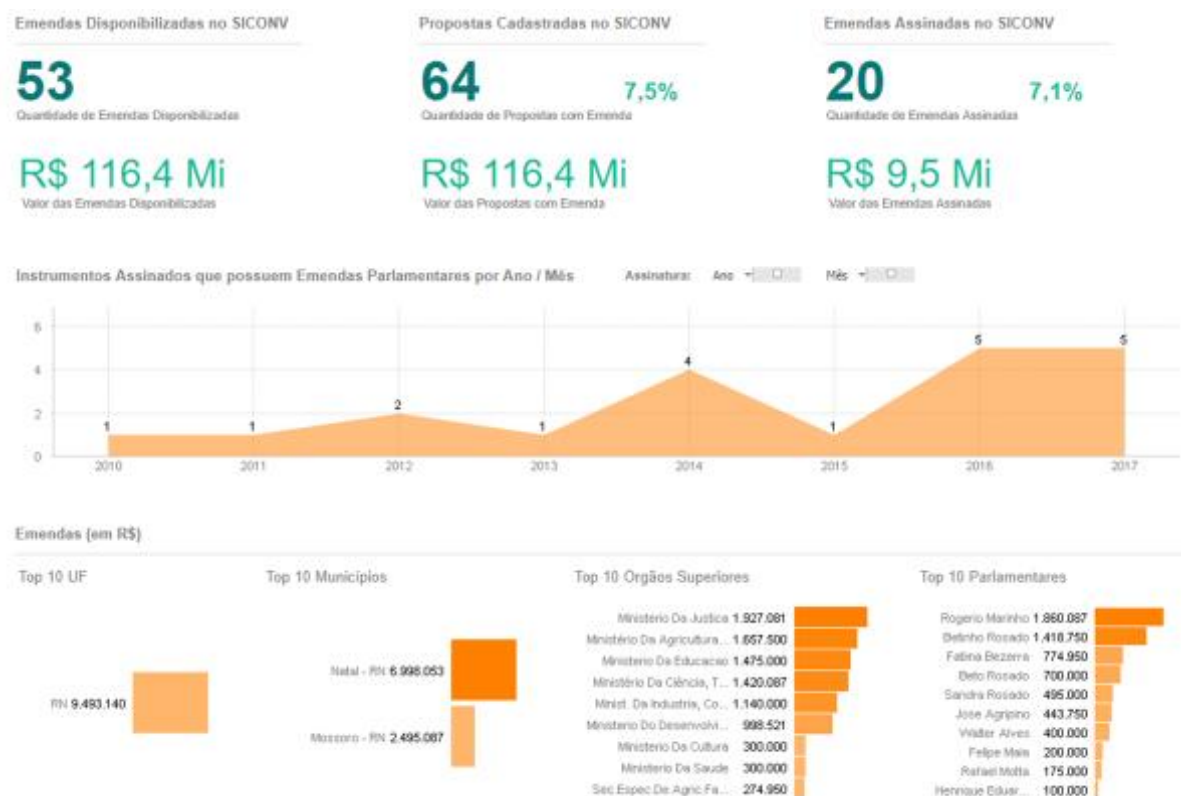
É possível afirmar, com base neste dado, que não há, pelo menos nos últimos dez anos, e do ponto de vista da destinação de emendas, um comportamento coletivo de bancada que priorize projetos coletivos e estruturantes para o Estado do Rio Grande do Norte. No

comparativo dos gráficos individuais de cada parlamentar analisado, fica muito claro o comportamento paroquial, em que a prioridade de destinação destes recursos direciona-se às bases eleitorais. É a caracterização do critério político-eleitoral em detrimento do critério técnico e estruturante para o estado.

Para citar um exemplo, de cento e onze emendas assinadas pelo deputado Henrique Alves (PMDB), apenas uma foi efetivada ao ente Governo do estado, no período analisado, conforme Anexo 4 – Gráfico B. Ainda assim, quando analisamos o comportamento coletivo de bancada, no destino geral, conforme o Anexo 8, de cento e oitenta e oito propostas cadastradas, ou seja, 1,2% do total, apenas seis são assinadas (0,2% do total geral de emendas cadastradas para o RN), totalizando o valor aproximado de R\$ 18 milhões. Ver em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao

Pela ótica da análise individual, é de fácil constatação, conforme gráficos que disponibilizaremos na sequência, o insignificante número de emendas individuais destinadas ao Governo do estado, principalmente por parte dos senadores, que têm o dever constitucional de representar o estado de sua origem. Segue, assim, o comportamento paroquial dos deputados federais analisados, que se comportam na prática como “vereadores federais”, representantes de municípios específicos onde mantêm bases políticas mais sólidas ou melhor desempenho eleitoral e não do estado como um todo. E, no caso de Garibaldi Alves Filho, por exemplo, absolutamente nenhuma emenda foi efetivada no período pesquisado.

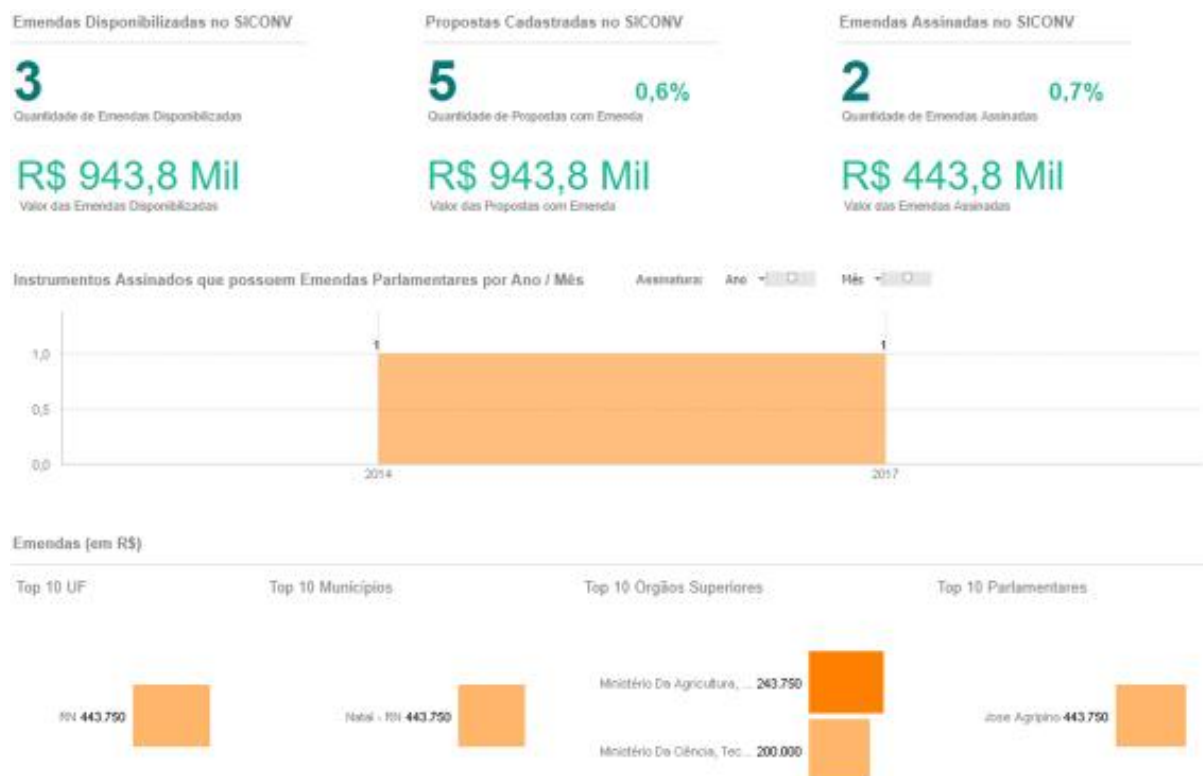
Gráfico 16. Total de emendas – Todos os parlamentares – Ente: Gov. Estado – 2010 – 2018



Fonte: SICONV (2018)

De 2.502 emendas individuais cadastradas no SICONV, de toda a bancada (Gráfico 16), 53 foram destinadas para o Governo do estado, sendo que apenas 20 foram assinadas, ou seja, menos de 1% das emendas parlamentares, representando o montante assinado de aproximadamente R\$ 9,5 milhões.

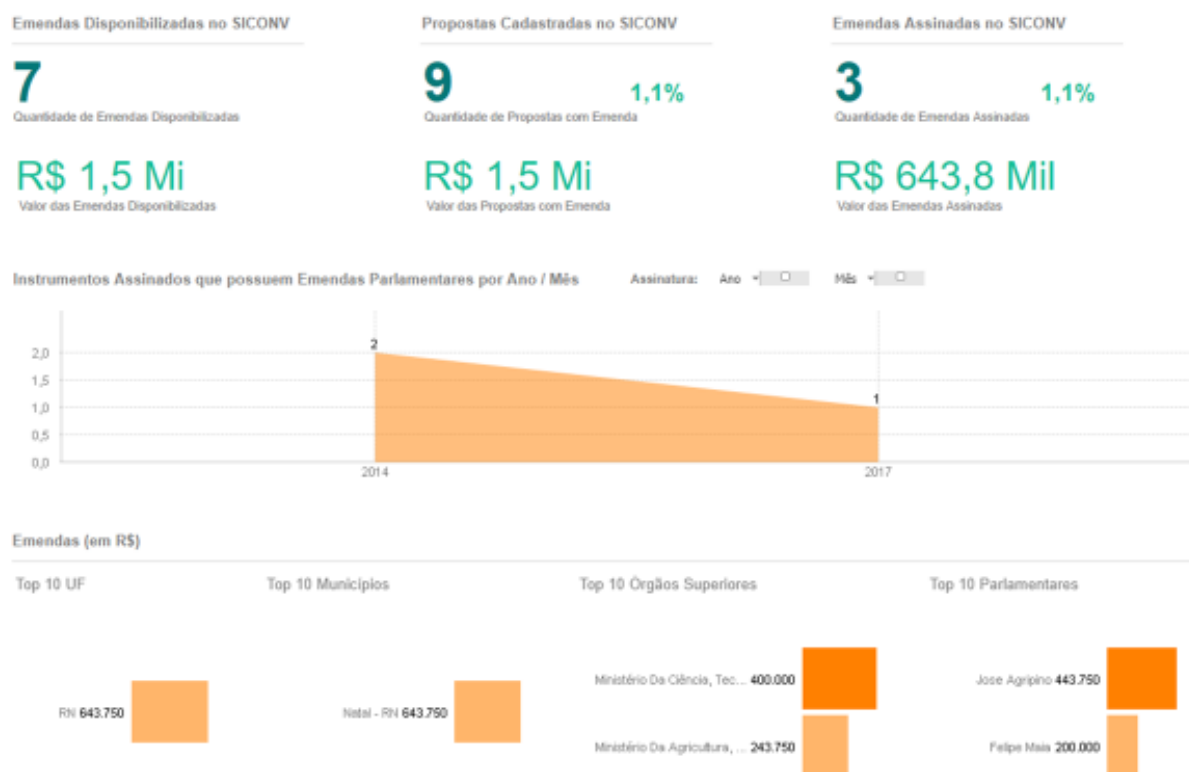
Gráfico 17. Total geral – José Agripino Maia – Ente: Governo do Estado – 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

Para o Governo do estado, o senador José Agripino Maia destinou apenas duas emendas (Gráfico 17). Uma em 2014 e a outra em 2017, totalizando o valor de pouco mais de R\$ 443 mil. Somadas ao seu filho, o deputado federal Felipe Maia, que em 2014 assinou uma emenda com o Governo, conforme Gráfico 18 abaixo, o total geral de ambos para esse ente chega a um pouco além de R\$ 643 mil. Em Anexo 9 o detalhamento da emenda de Felipe Maia, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao

Gráfico 18. Total geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – Ente: Governo do Estado –
2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

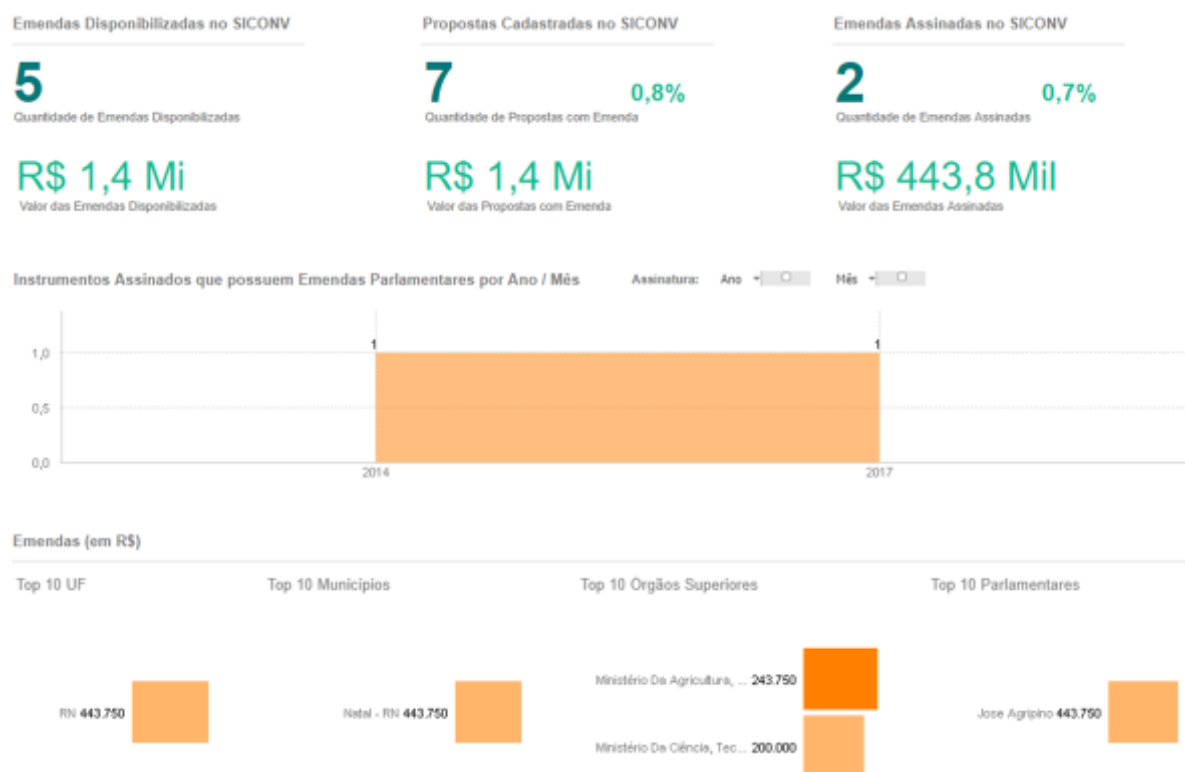
Gráfico 19. Total geral – Ente Estado – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves - 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

Conforme podemos constatar acima, no Gráfico 19, o conjunto da família política Alves e agregados não foi tão generoso com o ente Governo do estado. Ao todo, em 10 anos, dos seis parlamentares, constatamos apenas 04 emendas assinadas no período pesquisado, totalizando apenas R\$ 500 mil. A bancada familiar Alves parece ser, pelo que observamos até então, especializada em uma verdadeira pulverização de emendas, com valores relativamente pequenos, fragmentadas em dezenas de municípios, que são as suas principais bases eleitorais. Por consequência, não dá para se observar nenhum “investimento” em obras de infraestrutura ou ações estruturantes de grande porte, quando se fala em termos de projeção estadual.

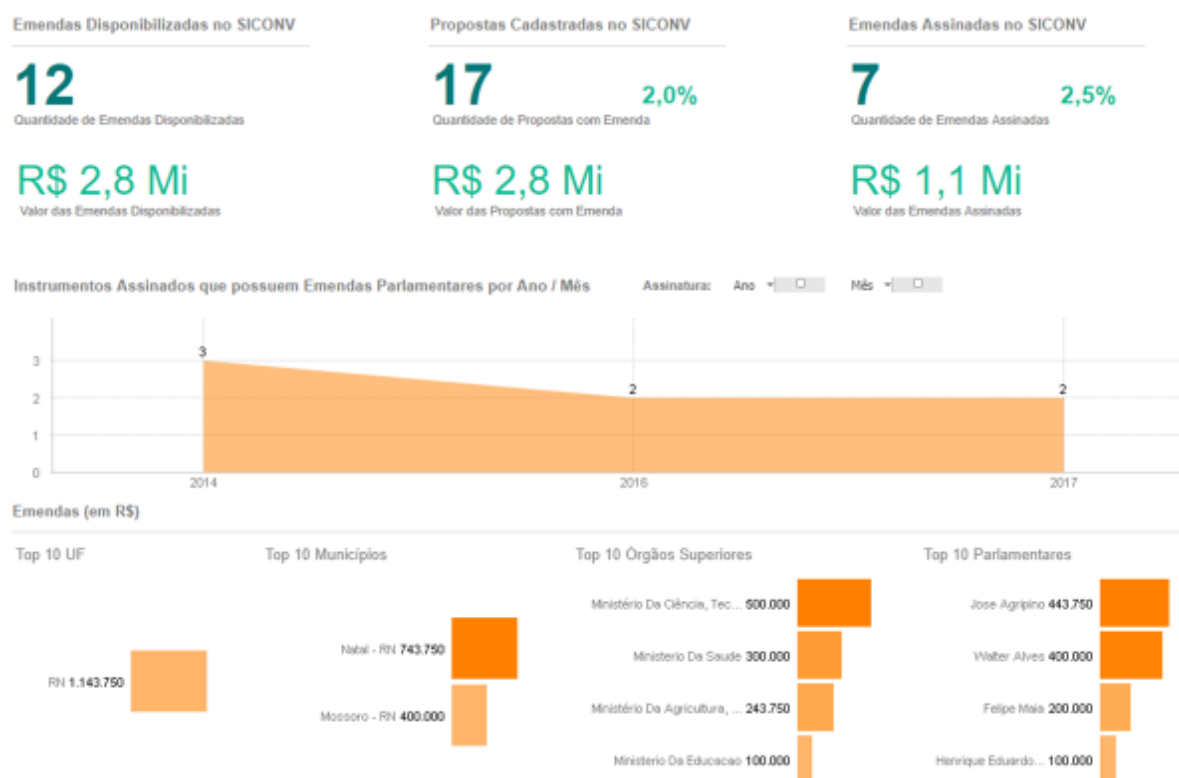
Gráfico 20. Total geral – Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – Ente: Gov. do Estado
– 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018)

No Gráfico 20, acima, ao somarmos exclusivamente as emendas dos senadores Alves e Maia, detectamos apenas as duas emendas do senador Agripino assinadas, já que o senador Garibaldi não assinou nenhuma emenda com o ente Governo do estado, conforme fica comprovado no anexo 10, disponível em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao

Gráfico 21. Total geral – Ente Estado: Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique E. Alves, Walter Alves, Felipe Maia e José Agripino Maia

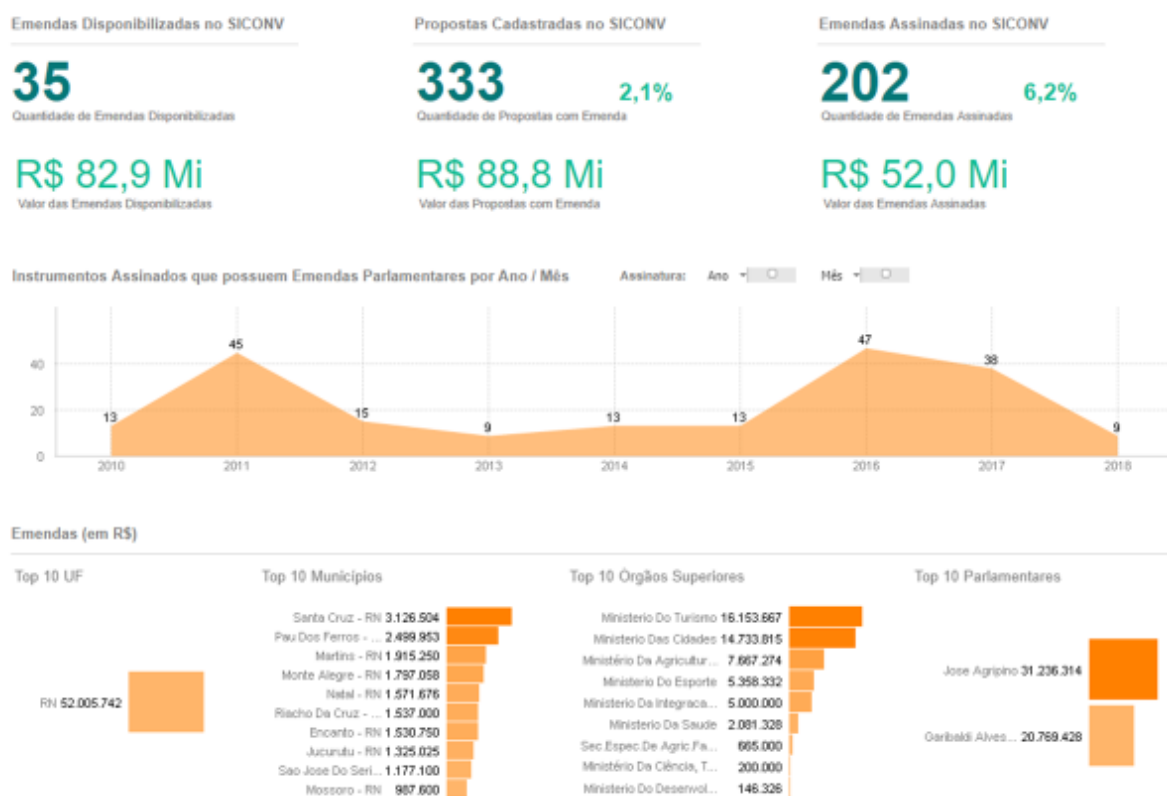


Fonte: SICONV (2018)

Finalmente, conforme o Gráfico 21 acima, temos a visualização de todas as emendas destinadas e assinadas com o Governo do estado, no período pesquisado, pelas famílias Alves e Maia. Do agrupamento de 08 parlamentares (sem contar com os irmãos Zenaide e João Maia – se não seriam 10), apenas sete emendas foram assinadas, totalizando o valor de pouco mais de R\$ 1,1 milhão, o que aponta para o fato de que o comportamento parlamentar destes grupos familiares não focam no atacado, mas no varejo, quando se trata da destinação de suas emendas individuais. Tampouco se observa mais “entusiasmo” ao se analisar a bancada por completa, em sentido contrário ao que acabamos de constatar. A preocupação parece ser a de alimentar e manter sempre irrigadas as suas bases parlamentares, de quem esperam lhes render votos para que permaneçam em seus espaços de poder. No anexo 11, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao, o demonstrativo das emendas dos senadores e suplentes sem as dos deputados federais.

4.1.5 Total geral de Emendas dos grupos político-familiares Alves e Maia

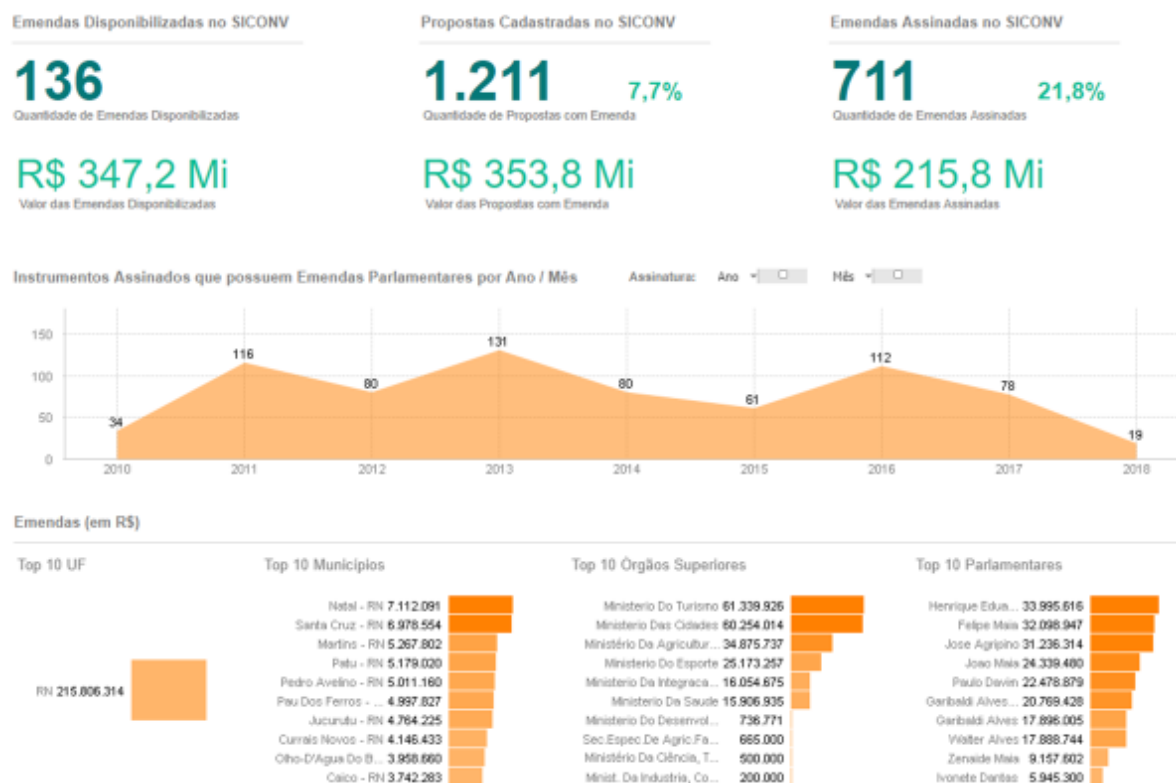
Gráfico 22. Total geral – Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia – 2010 - 2018



Fonte: SICONV (2018).

No Gráfico 22, visualizamos o total geral em emendas assinadas dos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia. Juntos, somam o valor de R\$ 52.005,42, sendo que o senador Maia ficou à frente do senador Alves aproximadamente R\$ 11 milhões. No gráfico 23, disponibilizamos o total geral dos grupos Alves e Maia, com os irmãos João e Zenaide Maia:

Gráfico 23. Total geral – Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique E. Alves, Walter Alves, Felipe Maia, José Agripino Maia, João Maia e Zenaide Maia.



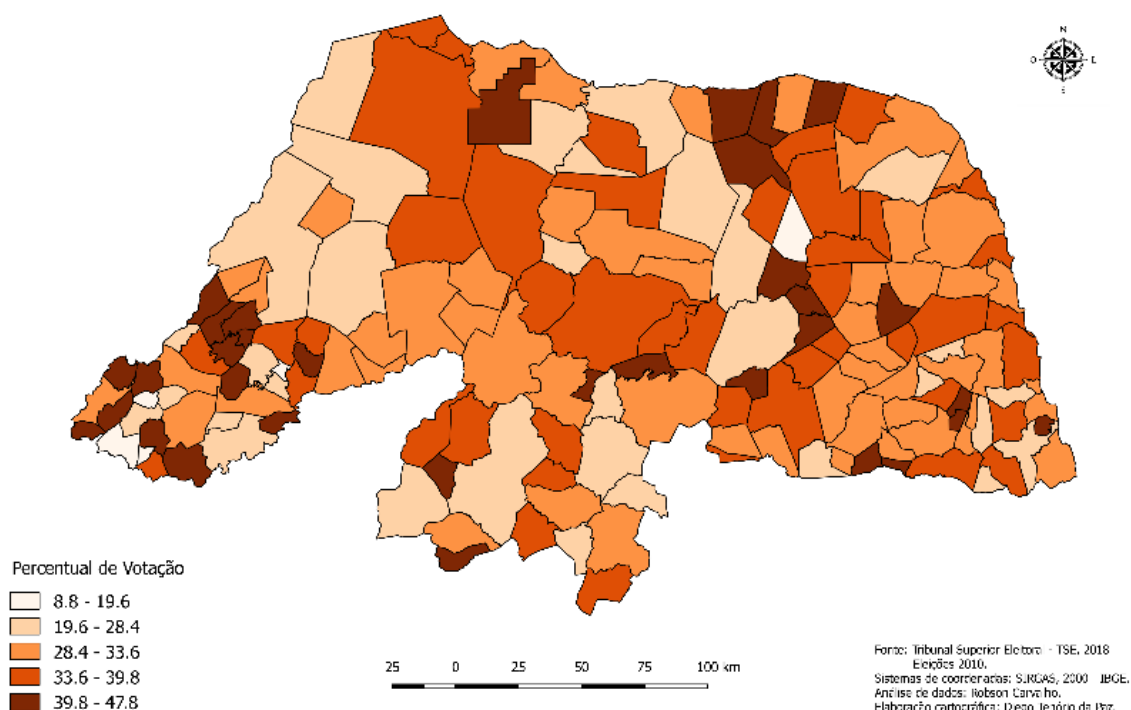
Fonte: SICONV (2018)

João Maia e Zenaide Maia, juntos somam aproximadamente R\$ 33,5 milhões, conforme anexo 12, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao para o caso de questionamentos se pertencem ou não pertencem ao grupo político-familiar Maia, que não é o foco de nossa discussão, ficam disponíveis os dados para, se for o caso, diminuir do valor global das emendas onde Alves e Maia estão somados (Gráfico 23).

4.2 EMENDAS E VOTOS: DESEMPENHO POLÍTICO-ELEITORAL-FAMILIAR

Neste tópico, apresentaremos os dados da distribuição espacial dos votos obtidos, nas eleições de 2010, dos senadores potiguaros pesquisados, bem como da distribuição das emendas parlamentares por parte dos mesmos e de suas respectivas famílias. Em diversas simulações, promoveremos o cruzamento das duas informações, que serão explicadas metodologicamente em cada momento.

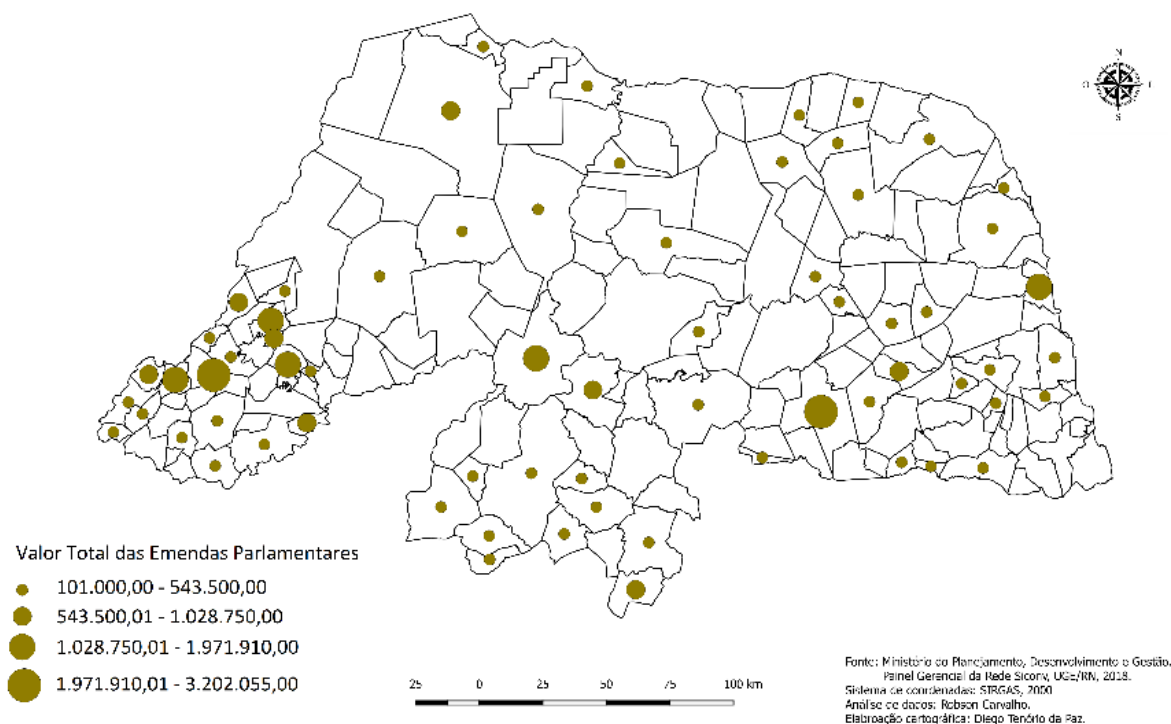
Mapa 01. José Agripino Maia: Percentual de votação do parlamentar ao senado, por município, 2018.



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

No Mapa 01, projetamos a votação do senador José Agripino Maia. Está representado o seu percentual de votos em relação ao total de votos dos candidatos ao Senado, nas eleições de 2010, variando conforme a cor, da mais clara à mais escura, à medida em que aumenta o percentual de votos, que varia entre 8,8% a 47,8% dos votos válidos para o Senado em cada município do RN.

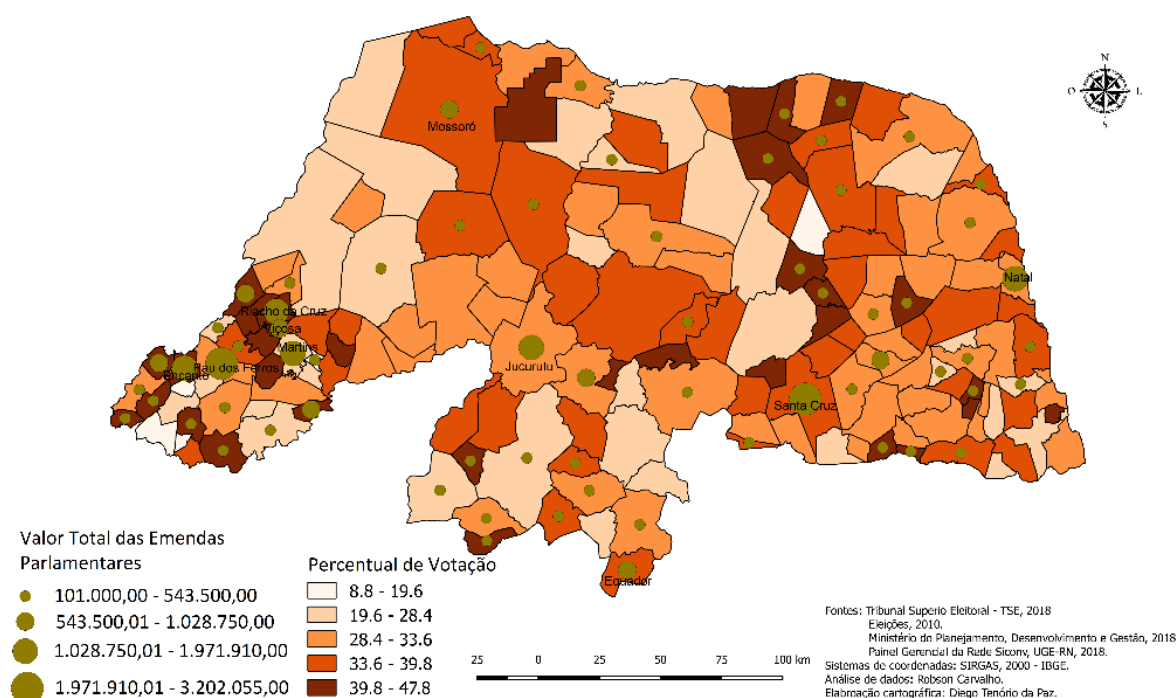
Mapa 02. José Agripino Maia: Valor global das emendas parlamentares, por município - 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

No mapa 02, temos a representação da distribuição das emendas parlamentares individuais do senador José Agripino Maia, direcionadas a municípios do RN, no período entre 2010 e junho de 2018. As emendas estão representadas por círculos que variam do menor ao maior, de acordo com o valor total de emendas desse parlamentar, em reais, destinada a cada localidade, de R\$ 101 mil a aproximadamente R\$ 3,2 milhões.

Mapa 03. José Agripino Maia: Percentual de votação ao senado 2010 e valor total de emendas, por município, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

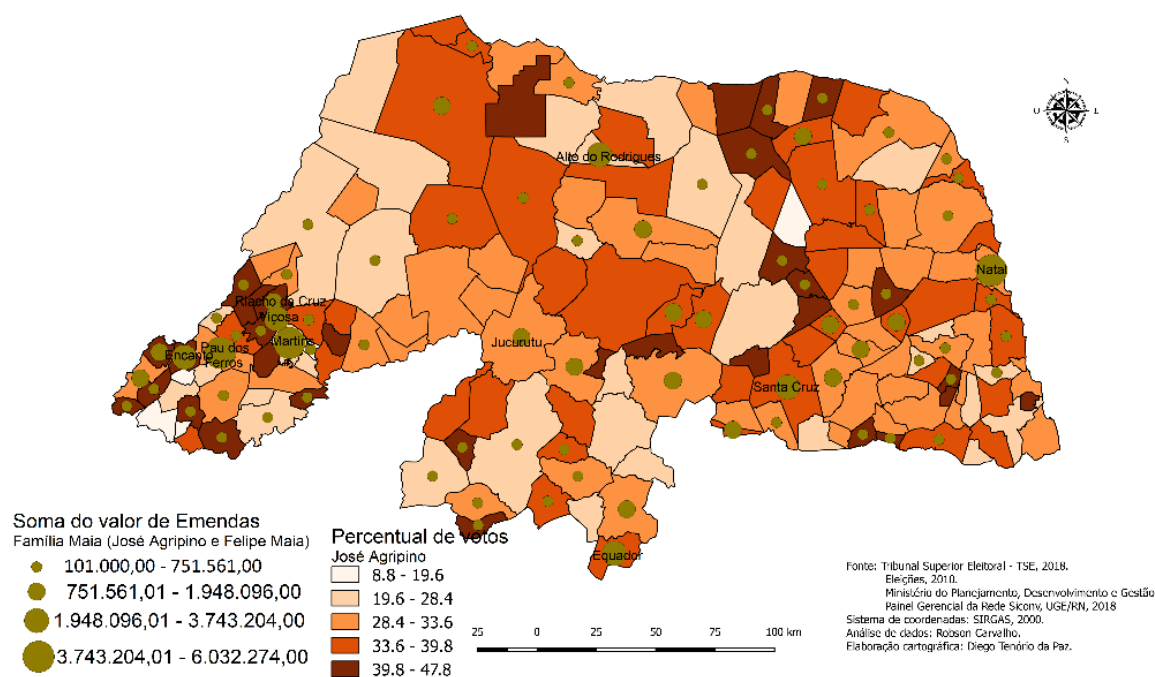
O terceiro mapa (Mapa 03) contempla a representação da superposição das informações das emendas parlamentares, com a votação percentual de José Agripino Maia ao Senado, em cada município do RN, sinalizando com o nome cada um dos 10 municípios mais contemplados, conforme tabela do tópico anterior.

Vale a pena perceber que há municípios onde o senador José Agripino Maia foi bem votado proporcionalmente, mas não aparece indicação de emendas. Cabe destacar que este período representa o quarto mandato exercido pelo senador e, portanto, há diversas emendas direcionadas a municípios em outros momentos. Ainda assim, o mapa mostra que não são apenas as emendas parlamentares, mas há outras variáveis que implicam na reversão de votos em favor do candidato.

Como exemplos, citamos o fato de o mesmo, assim com Garibaldi Alves Filho, já ter sido governador do estado por duas vezes, o que implica em outros meios para realização de

obras e ações nos municípios, que podem implicar *recall*. Além disso, nessa eleição de 2010, ele esteve junto com Garibaldi Alves Filho. Um votou no outro no segundo voto. Há ainda o fator do financiamento das campanhas e ambos foram os que mais arrecadaram, como demonstraremos adiante. E, como já havíamos assinalado anteriormente, há emendas do grupo familiar que acabam ajudando a cobrir os espaços não preenchidos pelas emendas distribuídas, conforme detalharemos a seguir.

Mapa 04. Família Maia (José Agripino Maia, Felipe Maia): Percentual de votação de José Agripino Maia ao senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de José Agripino Maia e Felipe Maia, 2010 - 2018

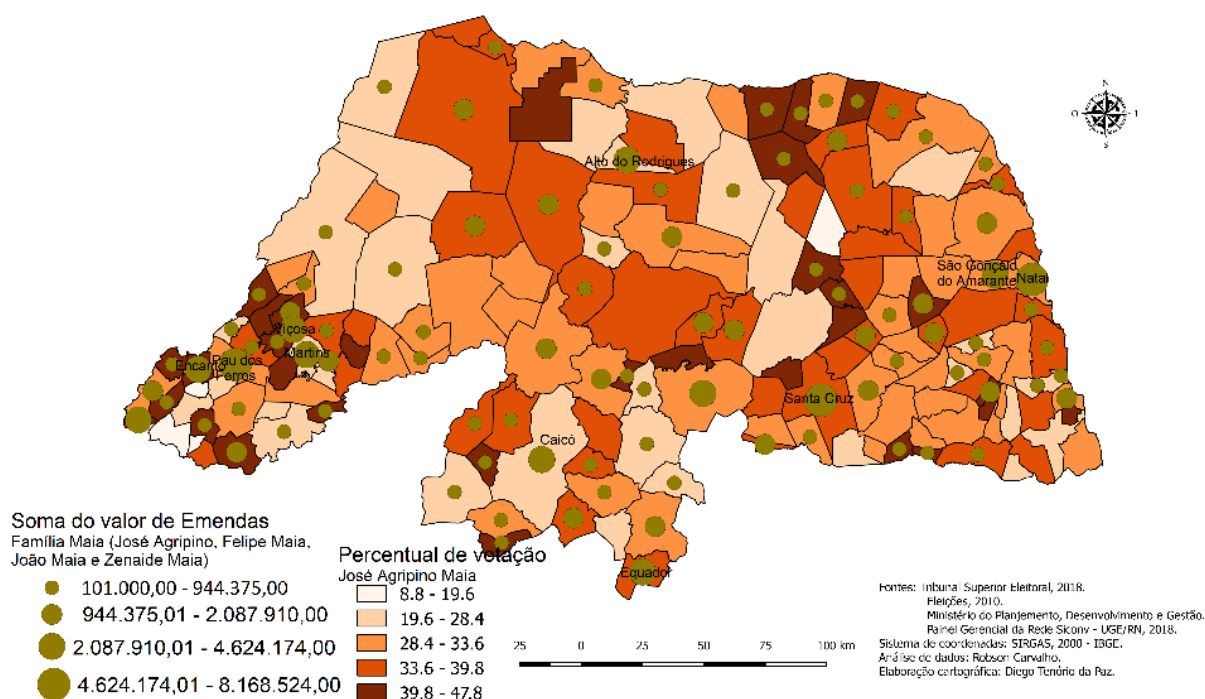


Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

No Mapa 04, expomos o somatório das emendas do senador José Agripino Maia às do seu filho, o deputado federal Felipe Maia. A imagem passa a preencher diversos espaços vazios. Nas eleições, é comum se observar o fenômeno da “casadinha” ou “dobradinha”, em que prefeitos, lideranças e eleitores “fecham” acordo para votar em conjunto, fato que é facilitado quando se tem pai e filho nas negociações políticas.

Mapa 05. Família Maia (José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia):

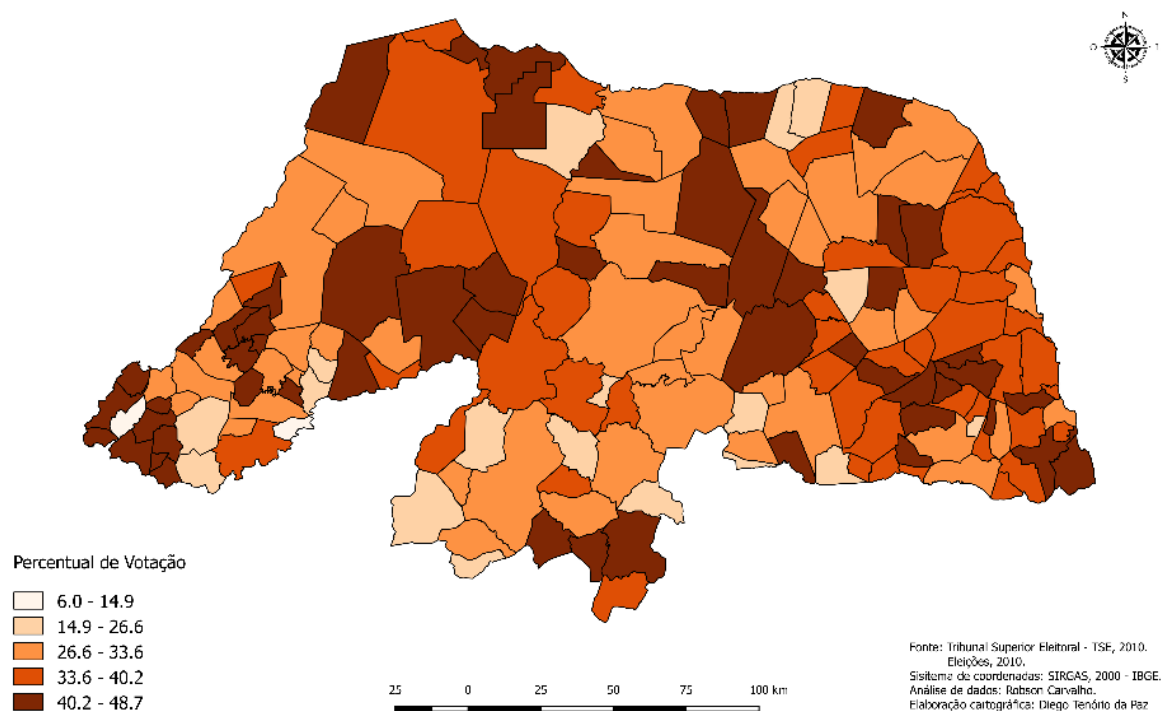
Percentual de votação de José Agripino Maia ao senado – 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de José Agripino Maia, Felipe Maia, João Maia e Zenaide Maia, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

Já no Mapa 05, resolvemos somar todas as emendas do que chamamos grupo político-familiar Maia, incluindo as emendas parlamentares do filho Felipe Maia e dos primos João da Silva Maia e Zenaide Maia, embora haja questionamentos de que estes dois últimos comporiam um outro grupo político. Todos na condição de deputados federais, sendo que João Maia não exerce mandato a partir de 2014, tendo sido substituído pela irmã, Zenaide Maia. O resultado, porém, é um casamento visual bastante ajustado ao relacionarmos as emendas dos familiares com a votação de José Agripino para o Senado, em que quase todos os espaços são preenchidos no mapa.

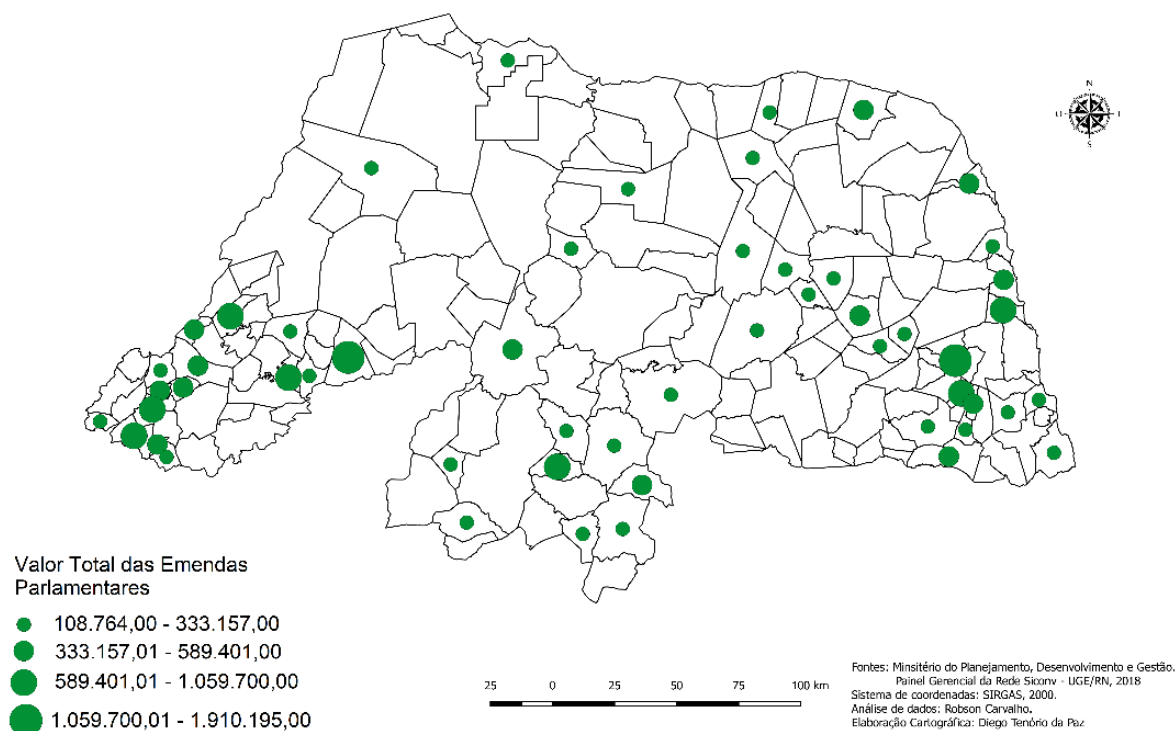
Mapa 06. Garibaldi Alves Filho: Percentual de votação do parlamentar ao senado, por município, 2010



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

Já no Mapa 06, procedendo com o mesmo método, projetamos a votação do senador Garibaldi Alves Filho. Está representado o seu percentual de votos em relação ao total de votos dos candidatos ao Senado, nas eleições de 2010, variando conforme a cor, da mais clara à mais escura, à medida em que aumenta o percentual de votos, que varia entre 6,0% a 48,7% dos votos válidos para o Senado em cada município do RN. No primeiro impacto, a leitura de que Garibaldi Alves Filho obteve maioria significativa de votos em relação a José Agripino Maia, porém ambos, foram eleitos majoritariamente para as duas vagas disponíveis.

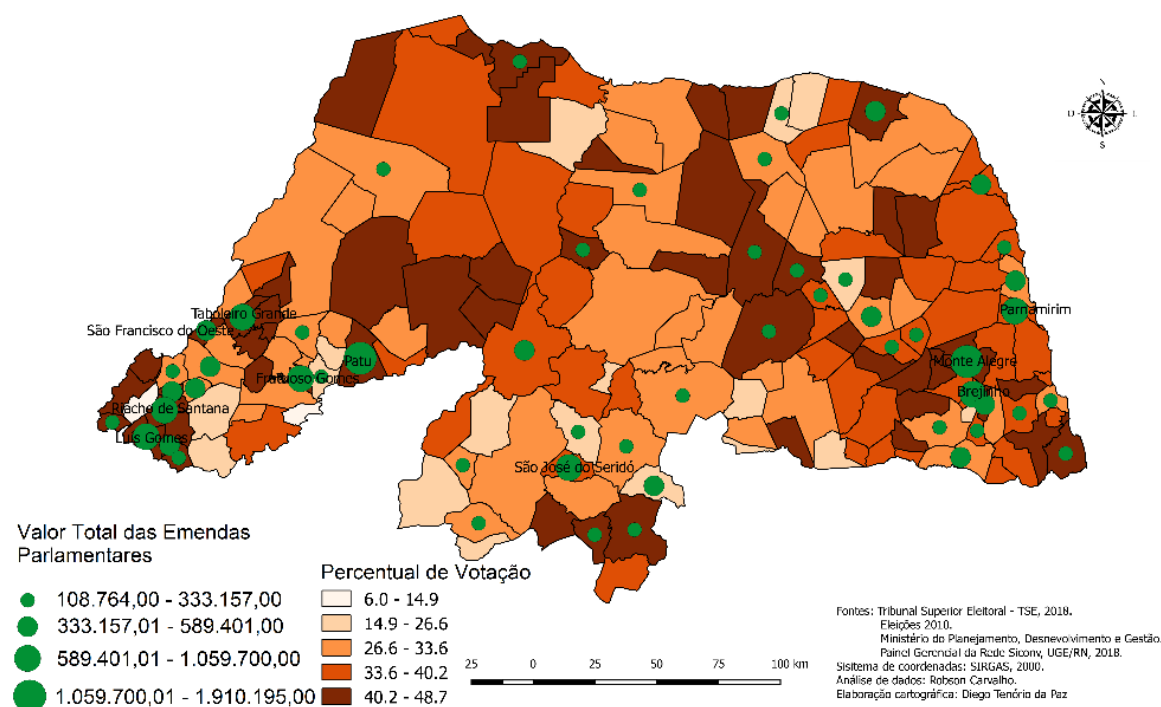
Mapa 07. Garibaldi Alves Filho: Valor das emendas parlamentares, por municípios, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

No Mapa 07, temos a representação da distribuição das emendas parlamentares individuais do senador Garibaldi Alves Filho, direcionadas a municípios do RN, no período entre 2010 e junho de 2018. As emendas estão representadas por círculos que variam do menor ao maior, de acordo com o valor total de emendas desse parlamentar, em reais, destinada a cada localidade, de R\$108.764,00 a aproximadamente R\$ 1,9 milhão. Uma diferença na forma individual de distribuição é que o senador Agripino Maia concentra mais recursos em menos municípios e Garibaldi Alves Filho dilui, atingindo mais municípios com menores valores.

Mapa 08. Garibaldi Alves Filho: Percentual de votação ao senado – 2010 e valor total de emendas, por municípios, 2010 – 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

Sincronizando os mapas da votação de Garibaldi Alves Filho ao Senado em 2010 com a distribuição de suas emendas parlamentares por município (Mapa 08), destacando com o nome os dez que mais receberam recursos, percebemos, assim como no caso do senador José Agripino Maia, que há espaços onde o senador Garibaldi é bem votado proporcionalmente, sem ter direcionado ao município nenhuma emenda de sua cota individual durante o período de 2010 a junho de 2018. Do mesmo modo, relembramos que há vários fatores que provocam o voto do eleitor neste candidato. Dentre eles, o mesmo foi governador por duas vezes e exerce o terceiro mandato de senador. No segundo governo, por exemplo, com os recursos oriundos da privatização da COSERN, pôde desenvolver um programa de adutoras no estado, levando água a regiões que sofriam com a seca.

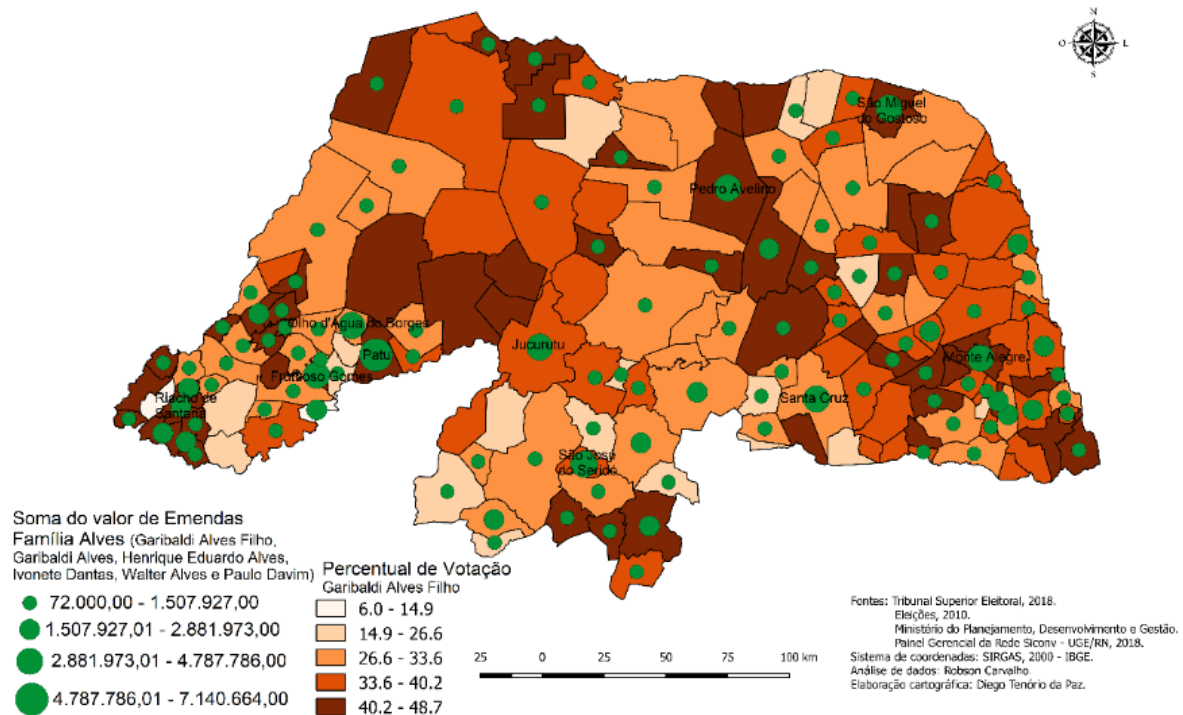
Além disso, há a influência do financiamento de campanha, em que Garibaldi Alves Filho foi, junto com o senador José Agripino, o que mais arrecadou recursos financeiros junto à iniciativa privada, como ilustraremos a diante, nas campanhas de 2002 e 2010. Na eleição de 2010, também ambos os senadores a quem nos referimos votaram um no outro. Ainda assim,

há o fator família, que nos induz a fazermos simulação semelhante ao procedimento com a família Maia. Com o detalhe que, em um dado período, como já fora abordado anteriormente, o pai de Garibaldi Alves Filho fora senador por quatro anos e seu suplente, Paulo Davim, assumiu a cadeira também por quatro anos aproximadamente (indicando apenas um jornalista no gabinete, que permanecia sob o controle do titular, e influenciando sobre o direcionamento de quase todas as emendas), enquanto Garibaldi Filho assumira o Ministério da Previdência Social, sob a presidência de Dilma Rousseff. Além disso, Garibaldi Alves, por diversas vezes, em virtude de problemas de saúde cedeu lugar à segunda suplente, Ivonete Dantas, que também direcionava emendas em sintonia com o grupo familiar titular do mandato.

Outros dois componentes na simulação foram a inclusão no grupo, no somatório das emendas da família Alves, as emendas dos deputados federais Walter Alves, filho do senador Garibaldi Filho e Henrique Alves, primo do senador (MAPA 09). Fizemos uma simulação, portanto, incluindo todos eles.

Mapa 09. Família Alves (Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim): Percentual de votação de Garibaldi A. Filho ao senado

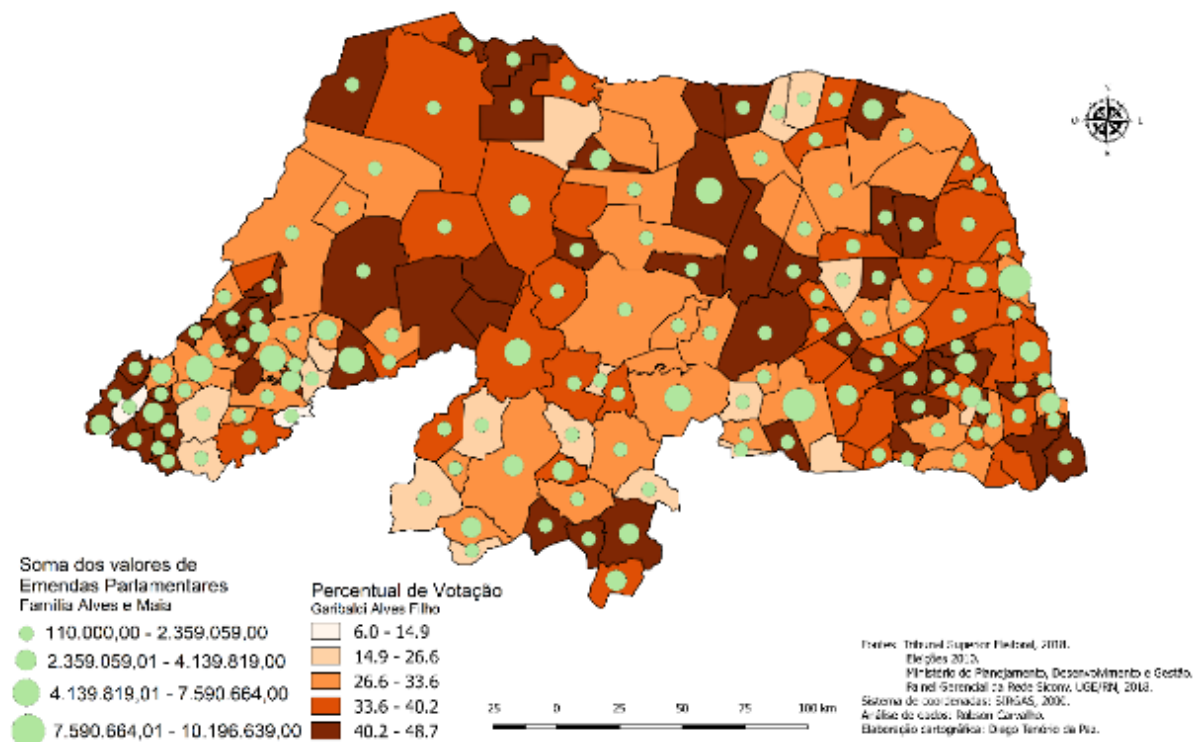
– 2010 e soma dos valores de emendas parlamentares de Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Henrique E. Alves, Ivonete Dantas, Walter Alves e Paulo Davim, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

Ao atentarmos ao contraste visual do Mapa 09, é possível constatar com clareza que quase todos os demais espaços vazios no mapa anterior são preenchidos com emendas do grupo familiar Alves, que, unida, apoia prioritariamente o senador Garibaldi Alves Filho e, em segundo plano, o aliado da hora, para onde procura-se destinar todo o potencial eleitoral conquistado pela distribuição das emendas, na ânsia de receber o apoio recíproco. É o que demonstram os mapas 10 e 11, a seguir:

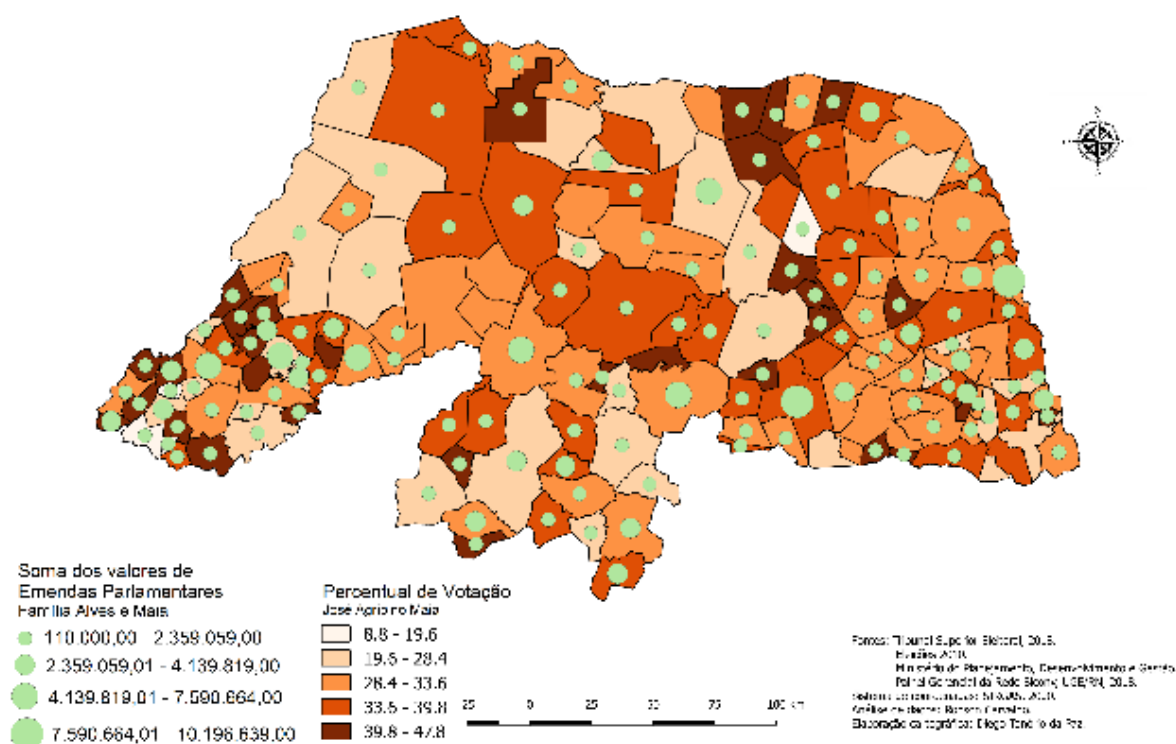
Mapa 10. Votação Garibaldi Alves Filho ao senado – 2010 e soma de emendas parlamentares das Famílias Maia e Alves, 2010 – 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018.)

Como em 2010, os senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, bem como suas respectivas famílias, votaram uns nos outros para o Senado. Promovemos agora o cruzamento do somatório das emendas das famílias Alves e Maia com a votação de Garibaldi e em seguida, o mesmo com a votação de José Agripino.

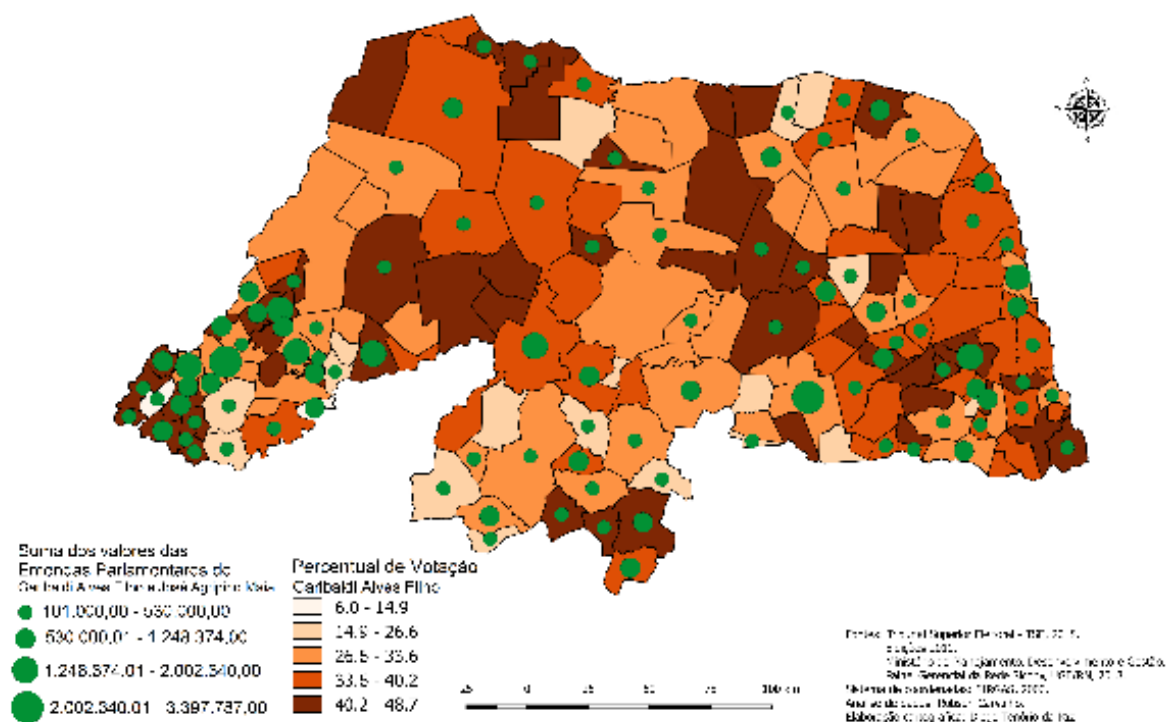
Mapa 11. Votação José Agripino Maia ao senado – 2010 e soma das emendas parlamentares das famílias Maia e Alves – 2010 – 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

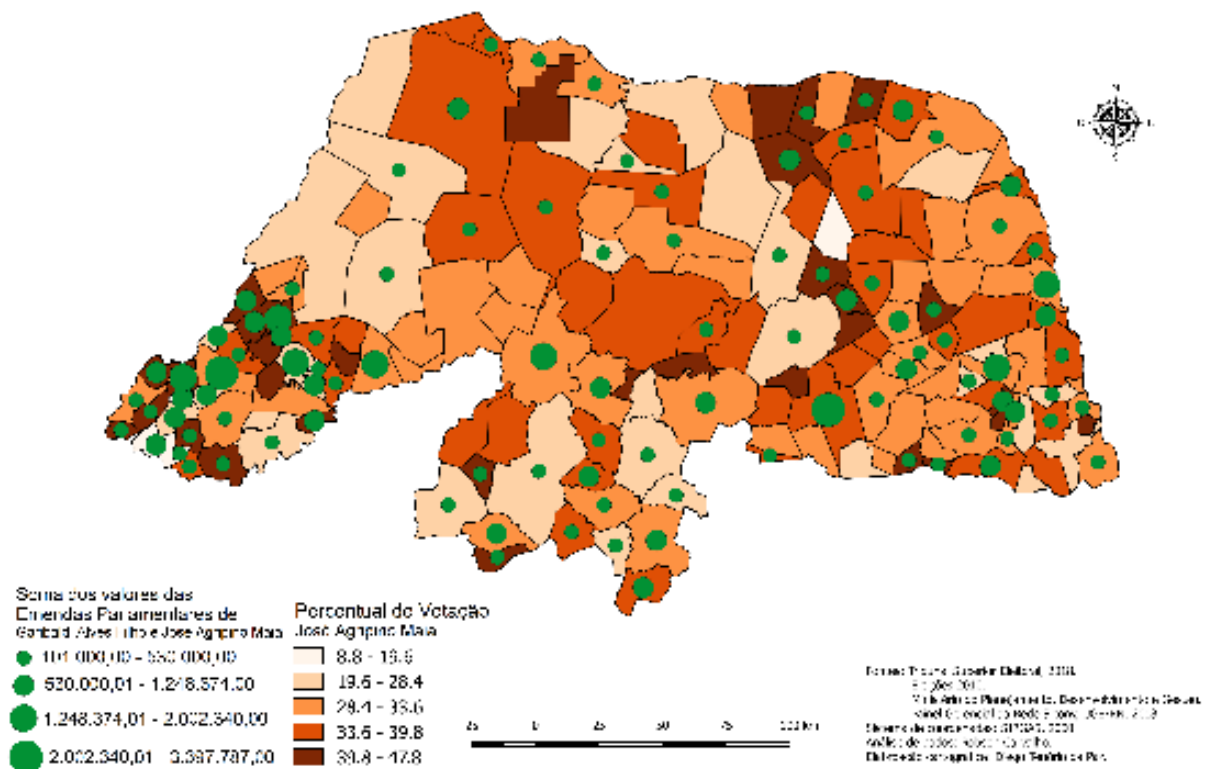
A votação em José Agripino é visivelmente menor que a de Garibaldi (Mapas 12 e 13) – o mapa fica com a cor mais clareada – devido a diversos fatores. Um deles é que, do ponto de vista da pulverização e dos valores das emendas, o poder político do grupo familiar Alves é maior que o do grupo familiar Maia e isso, pelos mapas cruzados e comparados, demonstra que a conversão em votos se dá mais em favor de quem mais direciona emendas.

Mapa 12. Votação de Garibaldi Alves Filho ao Senado – 2010 e soma das emendas parlamentares de Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

Mapa 13. Votação de José Agripino Maia ao senado – 2010 e soma de emendas parlamentares Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, 2010 - 2018



Fonte: Cruzamento de dados da SICONV e do TSE (2018).

A título de ilustração, fizemos o mesmo acima contabilizando apenas o somatório das emendas de ambos os senadores, Garibaldi e José Agripino, já que os mesmos são os objetos específicos de análise e pudemos constatar que a tendência explicada acima é a mesma em termos de resultados para ambos, com o detalhe claro de que é a política do somatório dos esforços e instrumentos disponíveis nas mãos dos grupos familiares que provoca a grande diferença nos resultados eleitorais.

Este fato guarda conformidade com a nossa hipótese de explicação das emendas como um dos instrumentos operados pela bipolaridade Alves x Maia, seja quando disputam cargos juntos e/ou separados entre si, seja quando disputam contra ou aliados a outros grupos – satélites – que gravitam em torno de suas órbitas. Nos parece ser exatamente o forte indício de que nenhum age individualmente, por mais que cada um seja um agente político em particular. Nessa estratégia política familiar, parece ficar cada vez mais claro que a ação se dá de modo coletivo e pensado estrategicamente, por mais que estejam agindo juntos ou separados.

Recordamos aqui de um ponto polêmico, tanto acadêmica como politicamente, abordado no capítulo sobre a origem e formação política das famílias. É o fato de que quando membros das famílias se separam, alguns interpretam que tal movimento se refere ao jogo e a estratégia política de sobrevivência, como se houvesse nítidas e verdadeiras disputas políticas internas e como se os “rachas” fossem verdadeiros e dali se diferenciariam em grupos autônomos.

Ao que nos parece cada vez mais claro, as divisões são estratégicas. Analogamente, é como se num jogo de roleta, o mesmo jogador (ou a mesma família política – dividida) apostasse uma ficha “no preto” e uma ficha “no vermelho”. Tivemos eleições, como já explicada a de 2010, em que cada “Alves” disputou mandato do lado de um espectro político diferente, mas ao longo da história da presença das duas famílias, nenhuma disputou internamente os mesmos cargos de modo a que um pudesse ficar sem mandato em caso de derrota; nestes termos, eles podem até apoiar candidatos em lados diferentes, mas nunca se enfrentam se os seus mandatos estiverem em risco. Já em 2014, todos os “Alves” e “Maias” estavam unidos no palanque Henrique Alves, filho do patriarca da família, Aluísio Alves, como também todos os Maia no mesmo palanque.

Também na época da edificação do grupo político-familiar Maia, os próprios se dividiam entre si, até alojando-se em partidos diferentes (PFL, PDS, PDT), inclusive no apoio a candidaturas à presidência da República ou mesmo disputando cargos concorrentes, como se adversários fossem. Foi o caso da disputa para o Senado em 1986, entre Agripino Maia (PFL) e Lavosier Maia (PDS) para o Senado, em que ambos foram eleitos para as duas vagas disponíveis. Como lembra Costa (2006, p. 227), que também reconhece em sua tese de doutorado que os vínculos de fidelidade familiar representam um recurso valioso no jogo político:

Num momento posterior esses vínculos novamente se mostrariam decisivos: no contexto de formação do Colégio Eleitoral, diante da grande incerteza dos desfechos, novamente o triângulo Tarcísio – Lavosier – Agripino asseguram que qualquer que fosse o desfecho, algum membro da família permaneceria no poder.

Ainda em relação ao grupo familiar Maia, há a situação dos primos de José Agripino Maia: os irmãos João Maia e Zenaide Maia, que se colocam – ou tentam se colocar para a opinião pública – como independentes e sem nenhuma relação política com José Agripino Maia

e desconectados entre si. Porém, todos os Maia estavam juntos, inclusive com os Alves, no palanque de 2014, e João Maia (PR) foi vice de Henrique Alves (PMDB) e Zenaide Maia (na época no PR), irmã de João Maia disputou e foi eleita deputada federal “na vaga” do irmão João. Nas eleições para o Senado em 2010, Zenaide e João votaram unidos em José Agripino e Garibaldi Alves Filho.

Nas eleições de 2018, como exemplo, os Maia se dividem como o que ocorrera em 2010 com os Alves: José Agripino Maia (DEM), frágil eleitoralmente desiste de candidatura ao Senado e resolve disputar deputação federal; porém, apoia Carlos Eduardo Alves para o governo (PDT) e Garibaldi Alves Filho para o Senado. João Maia (PR) apoia Robinson Faria (PSD), que tenta reeleição como governador e Zenaide Maia (desta vez no PHS), irmã de João Maia e prima de Agripino Maia disputa o Senado, ao lado da atual senadora Fatima Bezerra do PT, que, rompida politicamente com o governador Robinson Faria, torna-se sua concorrente.

Em sintonia com essa nossa percepção e modo de análise, Monteiro (2016) afirma que é importante que pesquisas no campo da Ciência Política e da Sociologia levem em consideração:

O modus de operacionalizar política por meio de lógicas que perpassam, acima de tudo, pelo universo familiar. A ausência de pensar o campo político por meio dessas categorias tem levado à incapacidade de desvendar os processos de dominação que se instauraram em nossa sociedade. (MONTEIRO, 2016, p. 257)

É muito difícil, portanto, enxergar a dinâmica que permeia esses grupos políticos distanciada das relações familiares e de parentesco que os envolve. De um modo geral, percebemos que a análise dos mapas cruzados de emendas e votos, somada à revisão bibliográfica, a respeito de como esses grupos se comportam no que concerne à dinâmica política em cada processo eleitoral, aponta para movimentos articulados entre os grupos político-familiares Alves e Maia, que ora agem individualmente (entre si, mobilizando a própria família), ora agem em conjunto (somando os recursos políticos e financeiros das duas famílias) e ora em campos políticos opostos, ou mesmo com as suas famílias subdivididas, como facções de um mesmo grupo, agregando-se a outros grupos políticos, familiares ou não.

5 FINANCIAMENTO E VOTO

5.1 IMPACTOS DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHA NO PROCESSO ELEITORAL

Os processos eleitorais são essenciais para o exercício da cidadania e a consolidação do regime democrático. São a porta de entrada dos agentes políticos às instituições. Hipocrisias à parte, e recorrendo ao realismo de Maquiavel (2007), há que se reconhecer que toda campanha implica em custos financeiros e tais custos de algum modo têm que ser e acabam sendo pagos. O poder econômico, portanto, influencia claramente nos resultados das eleições, de modo desigual, e é mais um instrumento que vincula os candidatos às bases eleitorais que os sustentam. Por isso, será analisado, inclusive do ponto de vista da sua conversão em votos.

Pelo levantamento que desenvolvemos previamente, em bibliografias e consultas a informações de órgãos oficiais da justiça eleitoral, é impossível compreender os últimos processos eleitorais, pelo menos os de 2002, 2006, 2010 e 2014, seja no Rio Grande do Norte ou em qualquer parte do Brasil, sem levar em consideração o financiamento privado de campanhas. De acordo com a quase unanimidade dos autores que se debruçam sobre a questão, a correlação entre recursos e votos é muito forte, apesar de não ser o único fator que concorra para a captura do voto.

Obviamente, se houver corrupção no processo eleitoral, por meio de algum tipo de trapaceira ou desigualdade nas condições de disputa, a partir da compra, venda ou negociação do voto sob as diversas formas, ou mesmo sob a forma de investimentos disfarçados de doações eleitorais de campanha, seja via “caixa 1 ou caixa 2”, a legitimidade do processo fica comprometida em sua própria origem, e nos induz à geração de dúvidas sobre o exercício dos mandatos: quem é eleito com base em financiamento privado de campanha, ao exercer o mandato, será, de fato, representante de quem? De quem financiou ou da coletividade em geral? Como diz o ditado popular: “quem paga a banda, escolhe a música”.

Nesse sentido, Rocha (2010, p. 224-5) faz um alerta sobre os recursos financeiros que ele considera que são, supostamente, privados:

São despejados em campanhas, muitas vezes por intermédio do apelidado “caixa 2”, após as eleições não demoram a retornar aos cofres secretos de seus patrocinadores, verbi gratia, mediante propinas, licitações fraudulentas e tantos outros mecanismos de corrupção; [...] Empreiteiras e variadas empresas que dedicam polpudas cifras a distintos candidatos, jamais por ideologia ou convicção partidária, mas pensando em recuperações do “investimento”, com juros, correção monetária, ágio e outros inomináveis encargos.

Tão presente nos dias atuais, o tema é abordado no livro “*O Futuro da Democracia*” de Norberto Bobbio (1986). Para ele, uma das promessas não cumpridas da democracia é a trapaça que ocorre no processo eleitoral, promovida por quem tem mais dinheiro, que tem mais chances de ser eleito. Tal trapaça no jogo eleitoral repousa no financiamento de campanha, que amplia as condições de competitividade dos candidatos, seja para arcar com os custos de mais estrutura e capilaridade na campanha ou mesmo para compra de votos. Nessa mesma linha de raciocínio, em um trabalho desenvolvido no Brasil sobre o financiamento político, Bourdoukan (2009) afirma que os recursos financeiros que se colocam à disposição dos candidatos, viabilizam as suas campanhas e aumentam as suas chances de sucesso nas urnas, fato que demonstra existir uma associação positiva entre gastos de campanha e resultados eleitorais.

Além dele, Sacchet e Speck (2012) ilustram que é muito difícil para qualquer candidato sem recursos financeiros promover atividades essenciais às campanhas, como o deslocamento a diferentes localidades, produção de material publicitário para divulgar propostas e número de votação e organização de reunião de equipes de trabalho em diversos municípios, sobretudo em eleições majoritárias.

O Brasil possui um extenso território, assim como os estados brasileiros, o que amplia ainda mais os gastos de campanha. De acordo com Speck (2002), nos ambientes onde o sufrágio é universal e a campanha em busca do voto se dá no contexto de um extenso eleitorado, o dinheiro acaba se tornando um elemento fundamental à execução das campanhas.

Alguns estudos sobre o processo eleitoral, bem como sobre a gestão de políticas públicas no Brasil têm demonstrado que a corrupção, com raízes no financiamento de campanhas, tem fortes interferências na qualidade e oferta de serviços sociais.

Com o objetivo de demonstrar a força do poder econômico, sobretudo do investimento privado nas campanhas eleitorais, Cavalcante (2011) analisando as prestações de contas de campanhas apresentadas à Justiça Eleitoral pelos 228 candidatos que concorreram ao cargo de Senador da República nas eleições de 2010, desvendou padrões no financiamento que comprovaram a existência de uma determinante relação entre o sucesso no desempenho eleitoral desses candidatos e a obtenção de recursos advindos de fontes privadas. Para ele, os

dados apresentados também demonstraram que a composição desses recursos está concentrada em grandes doações, a partidos diversos, e com fortes vinculações com o Estado, o que, segundo ele, traz sérias distorções ao processo eleitoral brasileiro, por macular o princípio da igualdade mínima de condições que deve existir entre os candidatos e comprometer a integridade do representante que venha a ser eleito. De acordo com o levantamento, do ponto de vista oficial:

Nas eleições de 2010 no Brasil, o total de doações de campanha declarado para as eleições ao Senado Federal foi da ordem de R\$ 348.375.074,07. Os candidatos eleitos, que representaram pouco mais de vinte por cento do total de concorrentes daquela eleição, concentraram cerca de sessenta e cinco por cento do total de recursos arrecadados. A média de arrecadação declarada pelos eleitos foi de R\$ 4.132.932,82, sendo que o eleito com maior arrecadação declarou à Justiça Eleitoral o montante de R\$ 12.654.169,533. (CAVALCANTE, 2011, p. 13)

Para se ter mais uma ideia do poder econômico-empresarial que influencia nas campanhas, em 2010, por exemplo, de acordo com Mancuso (2015), 74,5% de todas as doações registradas oficialmente foram originadas de empresas privadas, com o detalhe de que 70 delas foram responsáveis por 50% das doações no Brasil. Para ele, ainda não haveria uma clareza a respeito dos retornos proporcionados às doadoras por parte dos parlamentares, mas há algumas suspeitas, como influência no desempenho de suas empresas, valorização de suas ações, facilitação à captação de financiamentos junto aos bancos públicos, financiamento via BNDES, medidas protecionistas frente ao mercado externo, benefícios tributários, contratos com o governo ou com outro setores.

Desse modo, a compra de um mandato eletivo reflete negativamente na administração pública e no processo legislativo, com graves consequências para a concretização do real sentido da democracia. É exatamente durante as eleições que se encontram as raízes de boa parte desta forma distorcida de exercício da democracia. Para Trevisan (2004, p. 19):

Em vez de procurar cumprir suas promessas eleitorais em benefício da população, os eleitos usam essas mesmas promessas para empregar amigos e parentes, para favorecer aqueles que colaboram com suas campanhas ou para privilegiar alguns empresários e comerciantes “amigos” em detrimento de outros.

Como exemplo da consequência desse tipo de interferência nas regras oficiais do jogo eleitoral, temos as crises de representação. Há políticos que, mesmo “bem intencionados e vocacionados” ajuízam essas eventuais trapças e o pagamento de seus custos por meio do

esfolamento dos cofres públicos como “normal”: o dinheiro desviado para pagar custo de campanha, diante de um interesse maior de servir à coletividade, seria justificável; ou melhor, seria a ética de tais políticos; até porque, segundo muitos argumentam, se este jogador político não jogar esse jogo, poderão entrar outros que o jogarão e estes estarem mal intencionados, visando saquear os cofres públicos em favor apenas de seus interesses privados.

Na cena política brasileira mais recente, podemos encontrar a face da realidade concreta do que narramos teoricamente enquadrada nos esquemas descobertos como o mensalão, petrolão e a lava-jato, em que os fins justificariam a corrupção em nome da governabilidade. Isso sem que nos esqueçamos de que é comum observar que tais problemas também ocorrem nas relações entre governadores e deputados estaduais e entre prefeitos e vereadores em todo o Brasil. Para ilustrar, relembremos três fatos públicos e notórios, conectados a este primeiro exemplo, todos eles no contexto da Operação Lava-Jato.

No primeiro fato, o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado afirmou que o esquema ilícito de financiamento de campanha e de enriquecimento ilícito desvendado pela lava-jato ocorre desde 1946 e que havia um padrão segundo o qual os empresários moldavam seus orçamentos com incorporação do conceito de “*custo político*” que era o percentual de qualquer relação contratual entre empresa privada e poder público a ser destinado a propinas, que seria de 3% no nível federal, de 5 a 10% no estadual e de 10 a 30% no municipal²⁸.

O segundo fato é o protagonizado pelo advogado do lobista Fernando Baiano, Mário Oliveira Filho, afirmando que o empresário que porventura fizer uma composição ilícita com algum político para pagar alguma coisa e não cumprir o compromisso, não terá obra nenhuma e que isso ocorre mesmo que seja na relação entre uma pequena prefeitura de interior e uma pequena empreiteira: “Se ele não fizer acerto, ele não põe um paralelepípedo no chão”, disse o advogado²⁹.

O terceiro fato é extraído do depoimento do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, à Polícia Federal: “Não existe doação de campanha. São empréstimos a serem cobrados posteriormente, com juros altos, dos beneficiários das contribuições quando no exercício do cargo”³⁰.

Finalizando, voltamos a destacar o estudo de Cavalvante (2011, p. 126) relativo às doações privadas recebidas por todos os candidatos que concorreram às eleições em 2010 para o Senado, no Brasil, que apontou para a seguinte conclusão, na ótica dos próprios doadores:

²⁸ Depoimento de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, na condição de investigado pela força tarefa da Operação Lava-jato.

²⁹ Depoimento de Mário Oliveira Filho, na condição de investigado pela força tarefa da Operação Lava-jato.

³⁰ Depoimento de Paulo Roberto Costa, ex-presidente da Petrobrás, à Polícia Federal.

O principal critério levado em consideração é o cálculo de retorno futuro de suas doações. Isso explica o fato das doações se concentrarem nos principais partidos de sustentação do Governo Federal (PT, PMDB, PDT, PSB, PR, PC do B, PRB, PTN, PSC e PTC) para os recursos de fontes privadas dependentes de contratos com a Administração Pública Federal, na faixa de 80%. Quando os doadores são dependentes de cenários macroeconômicos mais difusos (como no caso de doadores pertencentes aos setores industrial, financeiro, comercial e de serviços) tendem a diluir seu apoio entre os partidos de forma mais homogênea, porém, mantendo a tendência de concentração de recursos em poucas candidaturas [...] em momentos de consolidação das campanhas, com a aposta naquelas com maior possibilidade de vitória nas urnas.

É, de fato, mais uma pesquisa que demonstra o caráter, as motivações, o impacto, o *modus operandi* e as consequências das “doações” privadas de campanha, que, claramente assumem a condição prática e efetiva de investimento financeiro em processos eleitorais, com finalidade de retorno de modo diverso, ao sabor da área de interesse de atuação empresarial dos financiadores e de atuação política dos financiados.

5.2 O FINANCIAMENTO DE CAMPANHA PARA O SENADO, E AS ELEIÇÕES 2002 E 2010 NO RN

Como o foco de nossa análise direciona-se aos grupos políticos familiares Alves e Maia, por meio principalmente de seus representantes, os senadores José Agripino Maia e Garibaldi Alves Filho, relembramos que, na origem de formação das bases que sustentam esses respectivos grupos, as estruturas das máquinas administrativas do Governo do estado e Prefeitura de Natal foram o principal suporte. José Agripino foi prefeito uma vez e governador por duas vezes, o mesmo ocorrendo com Garibaldi Alves Filho.

Posteriormente, o principal suporte passou a ser o “guarda-chuva” do Senado, que oferece uma série de instrumentos, úteis à ação política e à manutenção de suas respectivas bases. José Agripino foi eleito senador quatro vezes e Garibaldi Alves Filho três vezes. Considerando que o mandato de Senador dura oito anos, é possível se ter a noção do tempo disponível para construir relacionamentos juntos às elites políticas e empresariais nacionais, mesmo com interrupções no exercício de alguns mandatos para assumir cargo de governador do Estado ou Ministérios.

O Senado contribui por proporcionar a tais políticos a construção de um leque de relacionamentos, uma *network*, entre as cúpulas nacionais que controlam os partidos e os seus fundos partidários de campanha, bem como junto às grandes empresas nacionais e

internacionais que ao longo do tempo financiavam a esses e a quase todos os outros políticos, independentemente da cor partidária, como é facilmente observado em uma simples consulta ao site e aos relatórios do Tribunal Superior Eleitoral.

Para Cervi (2015), os detentores de mandato possuem mais chances de captarem financiamento, em virtude de sua circulação na arena parlamentar. De acordo com suas pesquisas, constatou-se que os que já estão em exercício da atividade possuem um *staff*, além da experiência parlamentar, bem como canais de acesso entre diversos setores sociais e acesso a recursos do Estado, no que diz respeito à liberação de emendas parlamentares, nomeações em seus gabinetes e indicações para nomeações em outros. Em uma de suas pesquisas sobre as eleições de 2010, ele demonstrou que para candidatos que não fossem políticos profissionais, a probabilidade de que eles fossem eleitos nesse pleito era de 5%, ao passo em que, para os candidatos que já eram deputados, a taxa subia para 69%.

O acesso aos grandes grupos financiadores, oficialmente até a proibição por lei – a partir das eleições de 2016³¹ – serviam não somente para regar as candidaturas dos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, mas, às dos demais políticos por eles apoiados nos próprios processos eleitorais em que eles concorriam, bem como nos processos eleitorais intermediários, já que há três eleições entre o intervalo: duas de prefeitos e vereadores e uma de governador, deputados estaduais, federais e senador.

Fizemos um levantamento para ilustrar, com base em dados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, tanto da votação comparativa dos candidatos ao Senado no RN, nos pleitos de 2002 e 2010, bem como dos dados oficiais de prestação de contas, onde constam as doações eleitorais recebidas pelos candidatos nesses dois pleitos.

Ressaltamos algo que já se suspeitava em relação aos processos eleitorais: as doações oficiais são contabilizadas como “caixa 1” e conforme desnudado oficialmente pela operação Lava-Jato, as doações não contabilizadas ocorrem via “caixa 2” em malas com dinheiro em espécie.

Contudo, vale destacar que, segundo declarações da Polícia Federal, em investigações nessa citada operação, a quase totalidade das doações privadas, são, na verdade, propinas disfarçadas de doações legais de campanha. Os dois senadores analisados em nossa dissertação: Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, bem como seus respectivos filhos, deputados federais Walter Alves e Felipe Maia, foram delatados em colaboração premiada, suspeitos de

³¹ O STF votou a favor da proibição de doações empresariais em setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/supremo-decide-proibir-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais.html>>

recebimento de propina e lavagem de dinheiro, tendo sido o segundo senador, inclusive, tornado réu em dois processos no Supremo Tribunal Federal, de acordo com informações apuradas até julho de 2018.

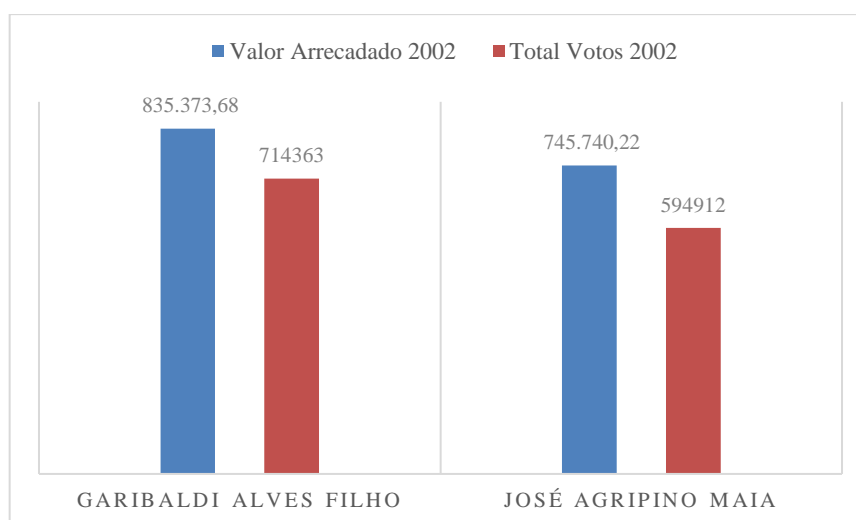
Neste trabalho, apesar de denúncias e suspeitas via colaborações premiadas, ainda em processo de comprovação jurídica, focaremos nas informações oficiais de doações de campanha em relação aos políticos pesquisados.

Existem doações oficiais direcionadas aos diretórios nacionais dos partidos e aos diretórios e/ou comitês partidários no plano estadual, bem como doações diretas ao candidato. Tanto José Agripino Maia (DEM) como Garibaldi Alves Filho (PMDB), têm livre trânsito junto às suas cúpulas partidárias nacionais – o primeiro chegou a presidir nacionalmente o DEM – e ambos mantêm controle absoluto de suas legendas no plano estadual.

Compartilharemos inicialmente dados relativos aos políticos em foco e em seguida os dados deles em relação aos seus concorrentes nas eleições de 2002 e 2010, no que diz respeito às suas votações e valores recebidos oficialmente como doações de campanha.

Ressaltamos que, quando às informações relativas às doações recebidas por comitês e diretórios, nas eleições de 2002, as mesmas não estão disponíveis para consulta no site do Tribunal Superior Eleitoral. Em relação a este pleito, então, teremos apenas os valores recebidos pelos candidatos.

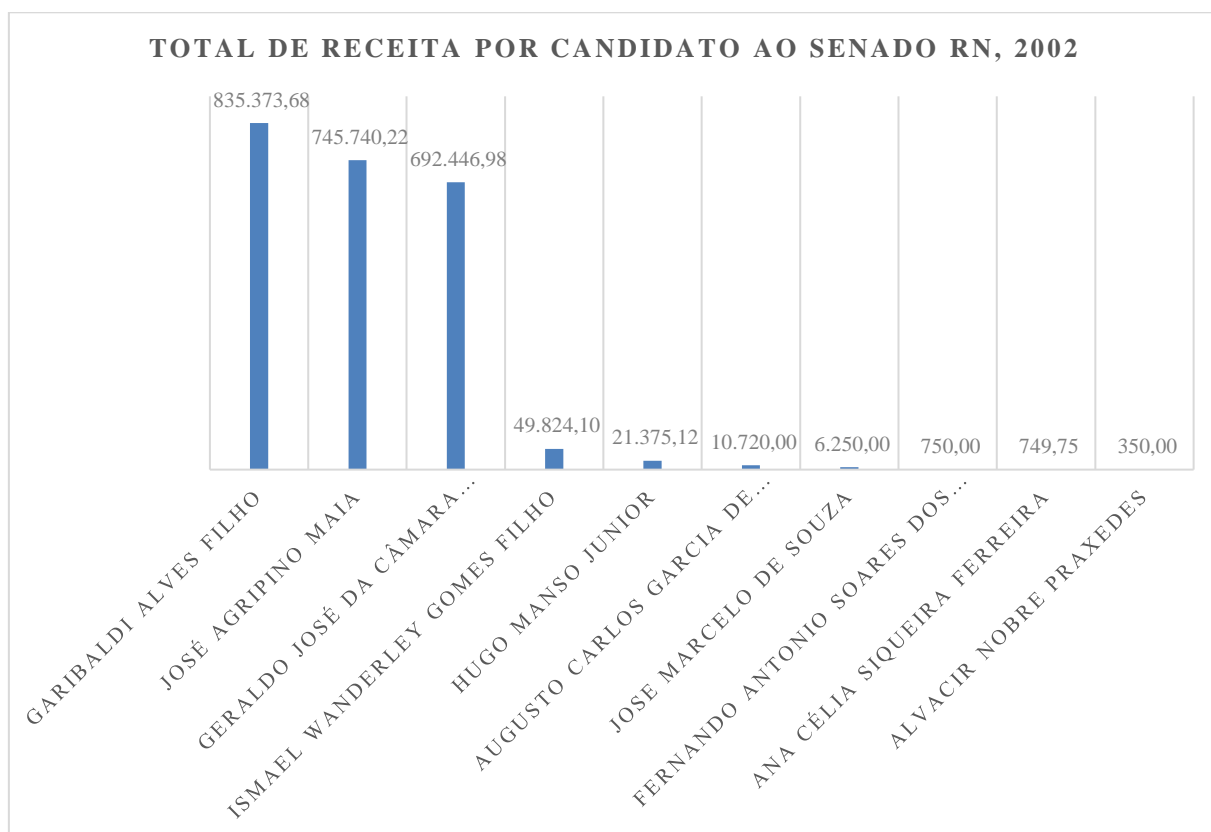
Gráfico 24. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia, 2002)



Fonte: Site oficial do TSE (2018)

Nessa primeira situação (Gráfico 24), fizemos o levantamento dos dados no site oficial do TSE, relativos às eleições de 2002, no qual pudemos constatar que Garibaldi Alves Filho arrecadou oficialmente o valor aproximado de R\$ 835 mil, obtendo ao final uma votação neste pleito de 714.363 votos. Já o senador José Agripino Maia dispôs do montante oficial de mais de R\$ 745 mil e a sua votação chegou a 594.912 votos. Nesta eleição, ambos disputaram as duas vagas disponíveis em polos opostos. No Anexo 13, disponível em www.robsoncidadao.com.br/anexosdissertacao, encontra-se o detalhamento e identificação dos doadores e respectivos valores doados a ambos, neste pleito de 2002.

Gráfico 25. Total de Receita por Candidato ao Senado – RN (2002)

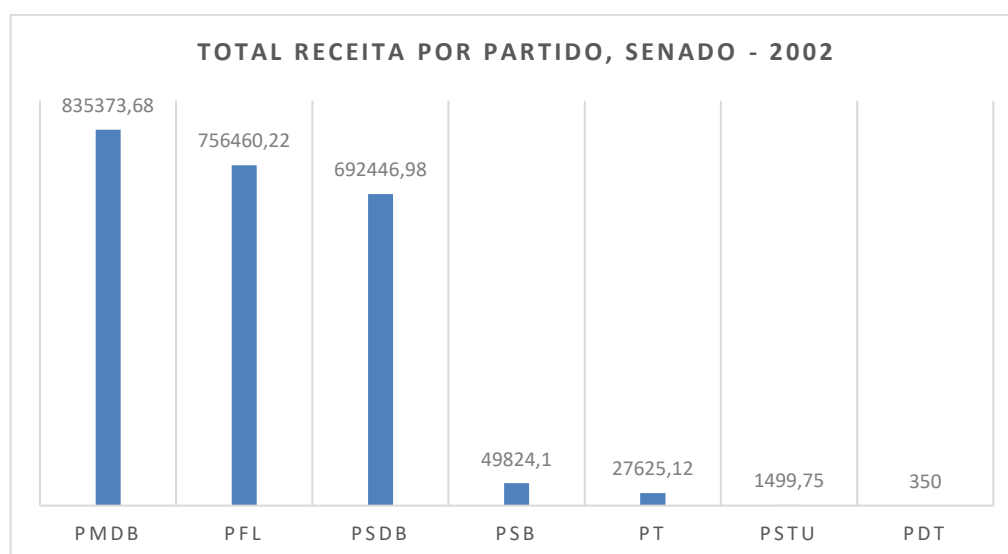


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Os dados comparam as arrecadações dos candidatos ao Senado em 2002 (Gráfico 25). Além dos números já descritos em relação aos senadores Alves e Maia, temos o ex-senador e ex-governador Geraldo Melo como o terceiro que mais arrecadou oficialmente, sendo também o terceiro mais votado nas eleições de 2002, porém derrotado; o mesmo chegou ao patamar de

arrecadação individual no valor de R\$ 692.446,48. Ismael Wanderley R\$ 49.824,10 (foi apoiado pela então governadora Wilma de Faria); Hugo Manso (PT), R\$ 21.375,12; Augusto Carlos Viveiros R\$10.720,00; Marcelo Sousa (PT) R\$ 6.250,00; Fernando Soares, R\$ 750,00; Ana Célia, R\$ 749,00 e Alvacir Praxedes R\$ 350,00. Os dados referentes a Miranda Sá Neto (PDT), Maurício Pereira dos Santos (PRP) e Carlos Vinícius Baumann, não estão disponíveis.

Gráfico 26. Total Receita por partido, Senado - 2002

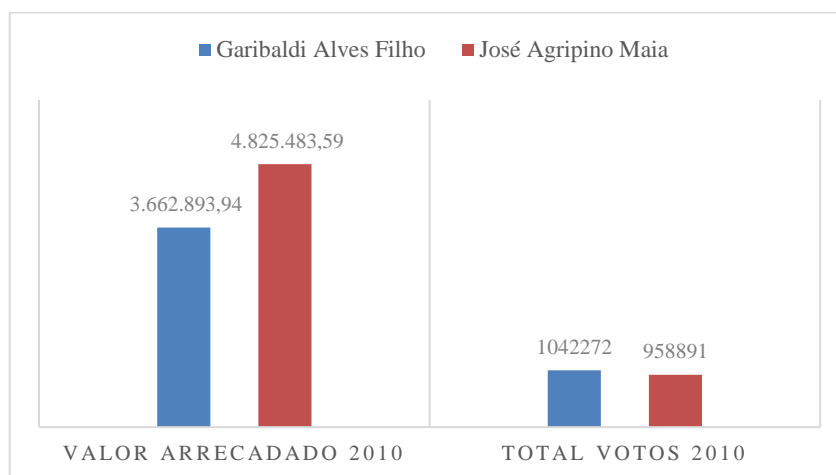


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Ainda em relação a 2002 (Gráfico 26), destacamos também o que fora captado oficialmente pelos demais concorrentes, considerando os partidos a que pertencem, para que tenhamos uma ideia da marcante diferença nos números, assim como ocorreu na arrecadação individual dos candidatos, que implicam em concorrência praticamente desleal com os demais pleiteantes, no que tange à igualdade que teoricamente deveria existir entre os concorrentes.

O PMDB arrecadou R\$ 835.373,68; o PFL R\$ 756.460,22; o PSDB, R\$ 692.446,98; o partido de Ismael Wanderley, PSB, R\$ 49.824,10; o PT de Hugo Manso e Marcelo Sousa R\$ 27.625,12; o PSTU de Ana Célia R\$ 1.499,75 e o PDT de Alvacir Praxedes, R\$ 350,00. Algumas receitas do partido coincidem com as receitas do candidato. Isso ocorre quando o mesmo é o único da legenda a disputar. Quando há dois candidatos pelo mesmo partido, somamos as receitas de ambos, para termos uma ideia do quanto foi arrecadado pelos disputantes de uma mesma legenda, já que não está disponível em relação a 2002, como já dissemos, os números da arrecadação dos partidos e comitês.

Gráfico 27. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (2010)



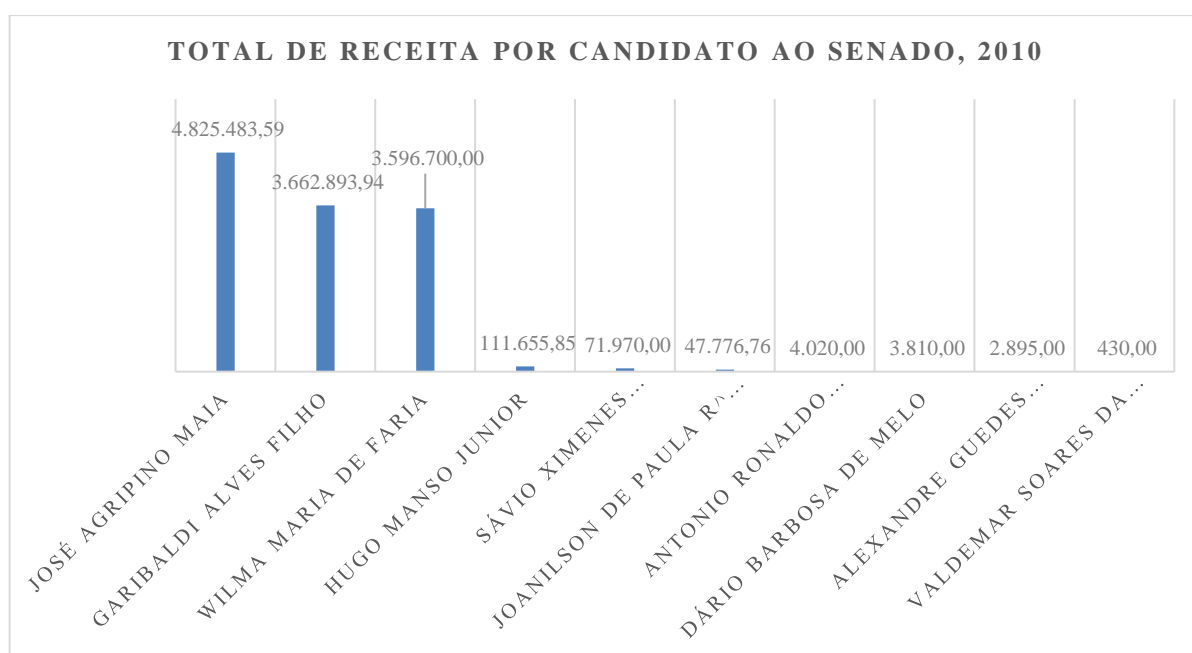
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Já nas eleições de 2010 (Gráfico 27), apesar do salto na arrecadação financeira para campanha de ambos os candidatos individualmente, pelo menos do ponto de vista oficial, não se percebe aumento proporcional nas suas respectivas votações, apesar de as mesmas terem crescido nos dois casos em relação à eleição anterior. Mesmo assim, o senador Alves contabilizou 1.042.272 votos, ao passo em que o senador Maia, chegou a marca dos 958.891 votos. Devemos lembrar, inclusive, que um votou no outro nesta eleição, e, consequentemente, os recursos políticos e financeiros, além das bases de ambos foram somadas, sempre bem regadas a emendas parlamentares. Nesse contexto, enfrentaram uma forte adversária, a então governadora Wilma de Faria, que acabou sendo derrotada, conforme detalhamos em capítulo anterior. Fica disponibilizado no Anexo 14 e 16, em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao, assim como fizemos em relação a 2002, a relação oficial dos “doadores” que colaboraram com as campanhas dos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia.

Levemos em consideração também, em relação à diferença de arrecadação entre as eleições de 2002 e 2010, que dois fatores podem – ou não – ter ocorrido: diante do crescente desgaste da classe política e da tentativa de boa parte ter tentado permanecer nos espaços de poder, isso pode ter tornado as eleições mais caras e daí teria advindo a necessidade de mais

recursos financeiros. Por outro lado, também pode ter ocorrido que, diante do aumento da fiscalização da justiça eleitoral e demais órgãos de controle, quem antes não prestava contas ou não registrava o que doava ou recebia, passara a oficializar. Pode, portanto, ter representado apenas, no comparativo entre 2002 e 2010, nos casos analisados, uma diminuição de recursos ocultos via “caixa 2” e um consequente aumento de recursos oficiais, via “caixa 1”.

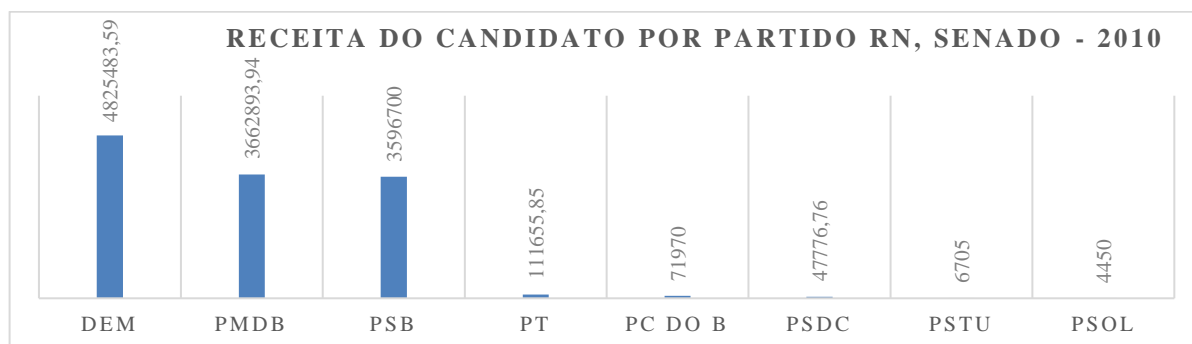
Gráfico 28. Total de Receita por candidato ao senado – 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Do ponto de vista da arrecadação, assim como em 2002, a disparidade é visível (Gráfico 28), entre os três primeiros e os demais candidatos, tanto em relação às captações individuais, como em relação às obtidas quando somamos os recursos dos candidatos, para se ter uma medida da receita dos respectivos partidos políticos dos concorrentes (Gráfico 29). Os candidatos Marcônio Cruz (PRTB), Gualter Alencar do Couto (PRTB) e Clóvis Ferreira da Costa (PTC), não estão no Gráfico 28, pois não aparecem com nenhum valor registrado.

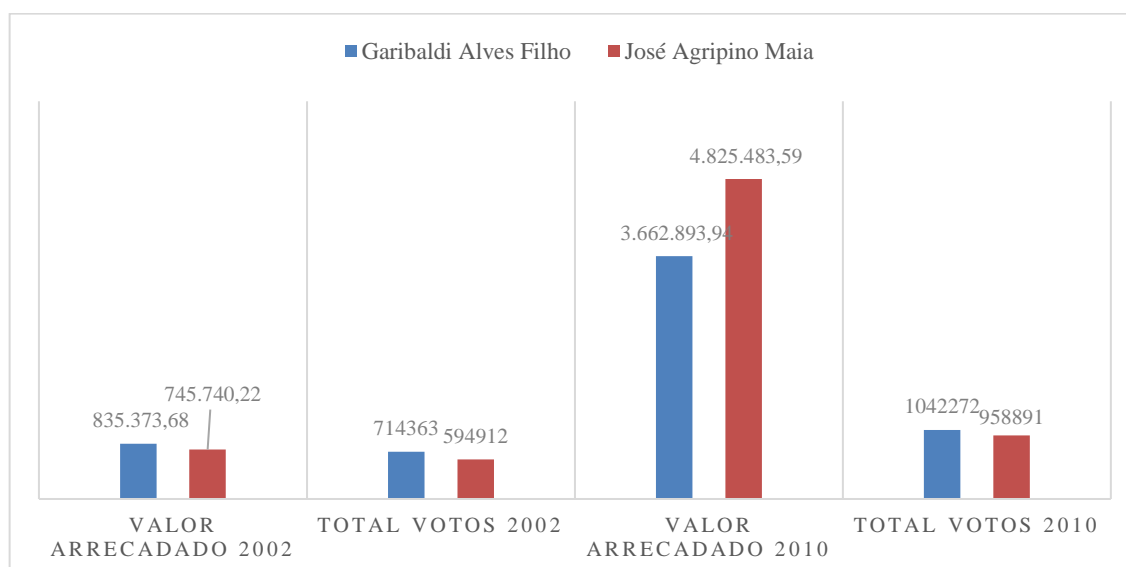
Gráfico 29. Receita do partido de cada candidato RN, Senado – 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Abaixo, ilustramos no Gráfico 30 a comparação visual entre as arrecadações e os votos dos referidos senadores que são o nosso foco de análise.

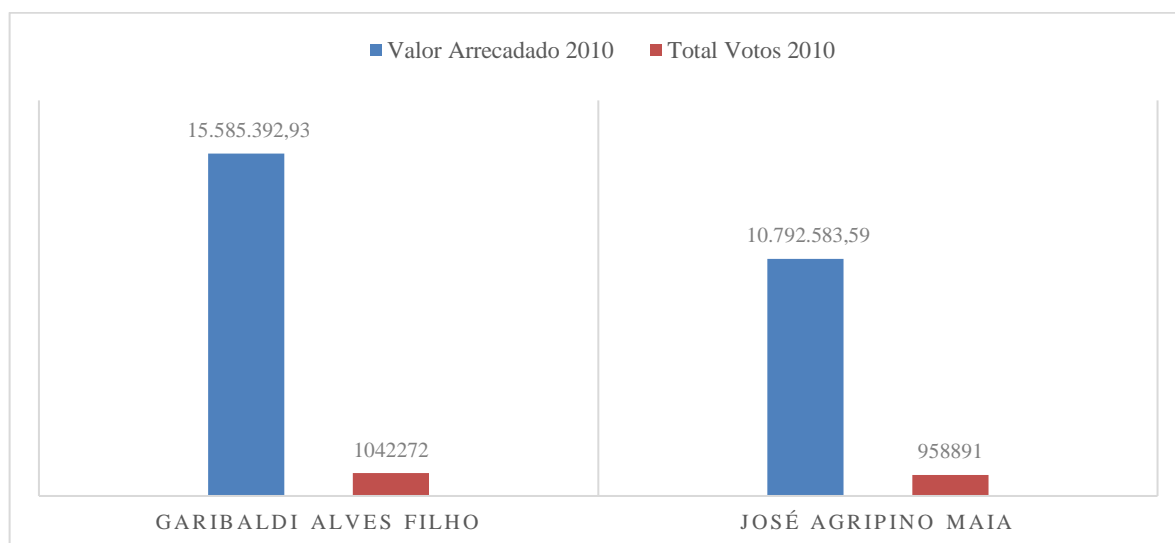
Gráfico 30. Valor arrecadado para campanhas x Total de votos (Garibaldi A. Filho e José Agripino Maia – 2002 e 2010)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Considerando que o senador José Agripino Maia detém o controle de seu partido e o senador Garibaldi Alves Filho é credor de uma fortíssima influência, inferimos que, naturalmente, esse poder de controle se aplica também na distribuição das verbas públicas que chegam aos seus partidos, advindas do fundo partidário, bem como dos recursos financeiros provenientes do investidor privado. Como dissemos em capítulo anterior, entre os poderes informais dos senadores está a *network* que se estabelece com empreiteiras, indústrias, bancos, além de diversas outras empresas e, além disso, os senadores, pela sua capacidade de arrecadação no atacado, custeiam tanto as suas campanhas, quando às de seus aliados, no varejo da política: deputados federais, estaduais, governadores, vereadores, prefeitos e até governador. É comum, por esses fatos, observar transferências de recursos de campanhas entre partidos e entre candidaturas distintas.

Gráfico 31. Valores arrecadados pelo candidato + comitê e partido no plano estadual

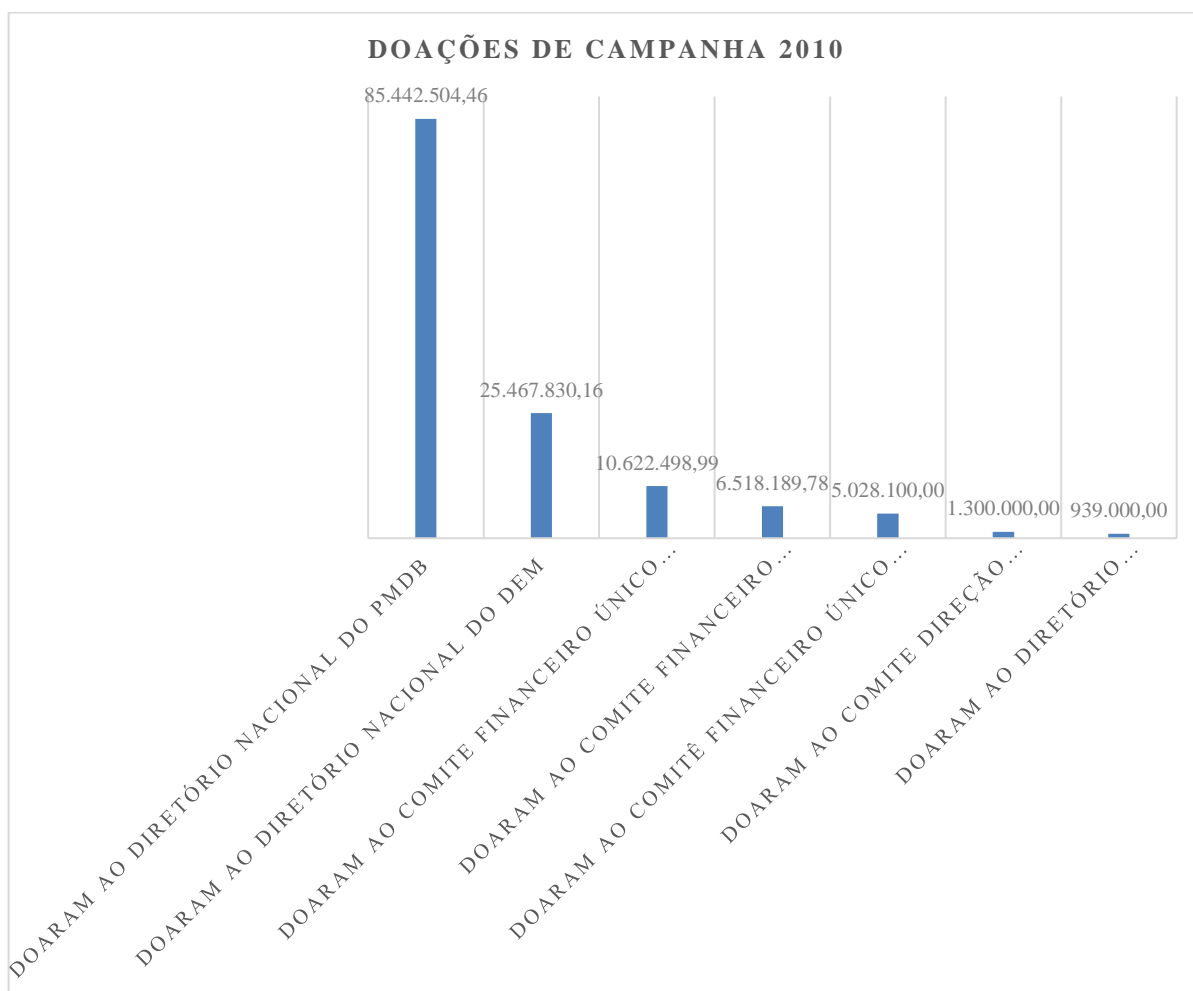


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Em virtude desse contexto, fizemos um levantamento, pelo menos em relação às eleições de 2010 (Gráfico 31) – já que os dados referentes às eleições de 2002 não estavam acessíveis e sempre apontavam para “erro”, nas diversas tentativas de consultas que fizemos ao site do TSE nos meses de junho, julho e agosto de 2018 – das verbas, fruto de “doações”, que transitaram nos comitês financeiros e nos partidos, no plano estadual, e apresentamos o somatório, em relação aos dois senadores pesquisados.

Como resultado, temos que o senador Maia movimentou aproximadamente R\$ 10,8 milhões, que significa o somatório dos recursos “doados” ao Comitê Financeiro Único, equivalente a R\$ 5.028.100,00; ao Diretório Estadual do DEM, R\$ 939.000,00; e, ao candidato José Agripino Maia, R\$ 4.825.485,59. ao passo em que o seu parceiro de campanha, o senador Alves teve à sua disposição, quase R\$ 15,6 milhões. Já o senador Alves, potencializou a movimentação de R\$ 15.585.392,93, valor que corresponde ao somatório de “doações” diretas, R\$ 3.666.893, 94; ao Comitê Financeiro único do PMDB/RN, R\$10.622.498,99 e ao Diretório Estadual do PMDB/RN, R\$ 1.300,00. O detalhamento de todos esses dados relativos a quem foram os “doadores” estão disponíveis nos anexos 15 e 16, em www.robsoncidadeao.com.br/anexosdissertacao.

Gráfico 32. Doações de campanha - 2010



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018).

Além disso, conforme mostra o Gráfico 32, aprofundamos a nossa busca sobre arrecadação, envolvendo não só o plano local, mas também o plano nacional no que se refere às “doações” de campanha aos partidos e comitês financeiros aos quais estão vinculados os senadores Alves e Maia.

Temos como resultado que o Diretório Nacional do PMDB captou R\$ 85.442.504,46; o Comitê Financeiro Nacional do PMDB para presidente da República (Michel Temer do PMDB, foi vice na chapa de Dilma Roussef do PT), R\$ 6.518.189,78; o Comitê Financeiro Único do PMDB/RN, R\$ 10.622.498,99 e o Comitê/Direção Estadual do PMDB/RN, R\$ 1.300.000,00.

Com relação aos Democratas, que fora presidido nacionalmente pelo senador José Agripino, o partido arrecadou em 2010, para o seu Diretório Nacional o valor de R\$ 25.467.830,16; para o Comitê Financeiro Único do DEM/RN foram “doados” R\$ 5.028.100,00 e o Diretório Estadual/Distrital do DEM recebeu R\$ 939.000,00.

Conforme detalhado anteriormente em relação ao capital político-familiar, e à lógica no emprego das emendas parlamentares individuais presentes no *modus operandi* desses grupos analisados, o mesmo fica constatado em relação ao poder de influência do capital econômico movimentado pelos membros dessas famílias, nos processos eleitorais, via doação oficial.

Há, claramente, em favor dos senadores Garibaldi Alves Filho e José Agripino Maia, uma relação direta entre voto e financiamento, assim como entre voto e emprego de emendas parlamentares individuais, potencial amplificado quando se contabilizam esses e outros instrumentos também controlados pelos seus filhos, parentes e aliados mais próximos, conforme demonstramos. Tal contexto, tornou as disputas desiguais e a interferência do uso político desses recursos nos resultados do processo eleitoral ficou evidenciada, de acordo com o que apontaram as tabelas e gráficos que apresentamos.

A longevidade desses grupos político-familiares nos principais espaços de poder do Rio Grande do Norte, há mais de sete décadas, lhes permitiu criar também, vale relembrar, uma rede de contatos e de influências nos planos local e nacional, que lhes creditaram maior capacidade de arrecadação de recursos financeiros junto aos seus partidos e ao empresariado local e nacional, bem como o acúmulo de benfeitorias ao longo do tempo, personificados como tendo sido realizados e conquistados pelos membros de suas respectivas famílias, tem lhes

rendido dividendos ainda no contexto de 2018. Apesar disso, grandes dificuldades são enfrentadas por essas famílias, que, desgastadas e enfraquecidas pelo tempo e pela mesmice de seus *modus operandi*, acabaram unidas mais uma vez na tentativa de sobreviverem politicamente com a preservação desses espaços de poder.

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, por meio de quadros cronológicos dispostos ao longo da nossa dissertação, que, há mais de sete décadas, dois grupos político-familiares, Alves e Maia, têm ocupado, por meio de seus representantes, importantes espaços de poder no Rio Grande do Norte. Esse fato se reproduz, especialmente no plano majoritário, nas últimas quatro décadas. Não identificamos nos períodos da Colônia, Império, ou mesmo em fases anteriores da República, nenhum outro grupo político-familiar que fosse tão longo na ocupação contínua de espaços de poder, mesmo quando determinados cargos eram ocupados por designação.

Apesar de, cronologicamente, os grupos político-familiares estudados serem sucessores temporais das velhas oligarquias potiguaras, ao invés de se renovarem em relação ao *modus operandi* político, acabaram se constituindo como herdeiros de antigas práticas como patrimonialismo, nepotismo e assistencialismo, com o diferencial de terem se especializado na luta exitosa por espaços de poder.

Originalmente, no Rio Grande do Norte, a família Maia surgiu e a Alves ressurgiu no contexto da ditadura miliar e ambas continuam, em 2018, ocupando espaços poder no Estado, perpetuando-se neles.

Recorremos principalmente a Maquiavel (2007), no sentido de encontrar componentes que servissem de base à construção de explicações à longa permanência dos grupos familiares no poder. Um deles, que colaborou com uma importante linha condutora de raciocínio, foi o da necessidade de se construir e manter bases políticas sólidas.

José Agripino Maia foi indicado pelo primo-governador, Lavosier Maia, no período da ditadura militar, para ser prefeito de Natal. Anteriormente, Lavosier havia sido indicado pelo pai de Agripino, Tarcísio Maia, que fora governador, também nomeado pelo regime. Posteriormente, Agripino foi eleito governador por duas vezes e senador por quatro vezes. Garibaldi Alves Filho, foi eleito prefeito de Natal uma vez, governou o RN por duas vezes e exercera o mandato de Senador por três vezes. Pudemos constatar que Garibaldi Aves Filho e José Agripino Maia oscilaram no exercício do poder, desde os cargos de prefeito e governador nos tempos das “vacas gordas” a senador, no tempo das “vacas magras”, o que lhes permitiu receber de herança as polarizadas bases políticas de poder no Estado, que haviam sido construídas por seus antepassados. Foi fundamental para ambos e para seus respectivos grupos político-familiares, o fato de terem ocupado os citados cargos no poder executivo,

principalmente estadual, fato que os projetou, “longevamente”, a permanecerem nesses espaços majoritários de poder.

No tempo das máquinas administrativas bem “azeitadas” com recursos e projetos prontos para executar, obtiveram as condições favoráveis à manutenção e fortalecimento de bases políticas por todo o RN. Durante um bom tempo, essas máquinas administrativas praticamente não sofriam fiscalização consistente e não havia o fortalecimento de instituições como o Ministério Público ou mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações. Houve um tempo em que o governante podia nomear efetivos sem concurso público e sacar dinheiro em espécie “na boca do caixa”, sem dar maiores satisfações. A transparência para com as contas públicas era um mito e o Tribunal de Contas era composto literalmente por indicações de origem política, fato esse que praticamente não se alterou. Apesar de passar a contar com um quadro técnico concursado, melhor qualificado e estruturado para fiscalizações, ainda tem seus efeitos subordinados aos conselheiros do órgão, que passam por indicações políticas, e que, por isso, continua a levantar as suspeitas de que talvez seja, na prática, um tribunal de faz de contas.

O quadro mudou, o tempo passou e os excessos do passado cobram o seu preço aos governantes do presente, que dão de cara com uma máquina administrativa quase paralisada, por efeitos de crise econômica, fiscal e administrativa, além de falta de capacidade de investimentos. Foi essa mesma máquina, que no passado projetou políticos e robusteceu positivamente as suas imagens públicas, que, na atualidade, tornou-se trituradora de imagens públicas dos governantes que as pilota. Nos piores momentos para se governar, os governantes do passado flanam livremente, sem os pesos dessas responsabilidades do executivo. Mais distantes dos problemas e das realidades locais, permanecem, pelo menos até 2018, em uma posição mais conveniente.

Creditados das benesses concedidas no passado, que desgastam os governantes do presente, seguem, com o suporte do Senado, alimentando as suas bases. O exercício do cargo de senador, com mandato que dura oito anos, oportuniza a formação de uma ampla rede de relacionamentos com empresários e cúpulas partidárias nacionais. Essa *network* proporciona a abertura de portas que culminam com diversas formas de contribuição, principalmente financeiramente, às suas campanhas e às dos seus aliados, por meio dos fundos públicos, partidários ou até das doações de origem privada. Além disso, contam com a prerrogativa da destinação das emendas parlamentares, com as quais irrigam suas bases político-eleitorais em todo o Estado. Essas, lamentavelmente, em disfunção com o espírito constitucional, ao invés de serem destinadas a projetos estruturantes, de Estado, são pulverizadas para alimentar bases

político-eleitorais pelo interior, na tentativa de manutenção desses grupos e de seus familiares e aliados nos espaços de poder.

O exercício do cargo credita a qualquer senador, que inclusive tem poderes constitucionais exclusivos, um importante leque de relacionamentos com o plano federal, também em relação às instâncias governamentais, que têm suas representações em Brasília e nos Estados, e com o próprio presidente da República, que não governa sem o Congresso. Um senador, tem o poder de facilitar ou boicotar pleitos, a depender de quem esteja governando o seu Estado – ou municípios, em determinadas ocasiões. Uma reflexão a respeito das emendas assinadas com o ente Governo do Estado, mereceu destaque: no período analisado, Garibaldi Alves Filho, por exemplo, não assinou nenhuma emenda parlamentar individual e José Agripino, apenas duas. Isso, de um total que ambos assinaram com outros entes, que chega a 202 emendas. Vale relembrar que, constitucionalmente, a representação do ente Estado é – ou deveria ser – a prioridade do senador.

A estratégia é a da bipolarização; da divisão do estado em duas forças principais, comandadas por duas famílias, Alves e Maia, identificadas por cores, respectivamente verde e vermelha, e alocadas em partidos, principalmente, MDB e DEM – ambos com raízes oriundas do período militar. Ao redor de cada núcleo político-familiar, oscilam grupos políticos menores, que, a qualquer ameaça de constituir-se como um novo polo, ou uma nova força, também chamada de terceira força, são “espremidos” pela união dos antigos polos “antagônicos”. Nessa lógica, ora posicionados em lados opostos, ora coligados, percebemos que, em alguns momentos, as próprias famílias se subdividem em diversos grupos que se posicionam na arena eleitoral para a disputa e captação de votos.

Na nossa ótica, mesmo sabendo que não estamos lidando com frias estátuas de mármore, os sentimentos de amor, ódio, mágoas ou paixões que permearam as campanhas políticas das últimas quatro décadas no Estado potiguar, foram apenas meros efeitos de composições políticas que preservam em si um forte componente familiar, quando no mínimo, a lógica política apontava à necessidade de divisão momentânea. É a luta pelo poder. É a dinâmica que requer movimentos. A questão é fazê-los, como se observa, à revelia da sociedade, que acaba crendo em rompimentos verdadeiros que não passam de divisões estratégicas momentâneas.

Há uma linha muito tênue entre o que é grupo político e o que é espaço de família. Há uma força significativa do elemento família, nas composições políticas que culminam com a formação de chapas para competições eleitorais. Em momentos podem até se diferenciar enquanto grupo político, mas são sempre família. Na prática, após eventuais rugas, todos se recompõem. São famílias; mesmo considerando a ocorrência de momentos “traumáticos” no

passado, vejamos hoje a relação entre Henrique Alves e a irmã gêmea Ana Catarina (único caso em que consideramos que realmente pode ter havido uma divisão verdadeira, mas depois, tudo se recompôs), que disputaram no passado a prefeitura de Natal. Família briga sim, se junta e se separa, mas depois tudo se resolve.

A sustentação política dos grupos familiares se dá por meio das “suas” bases e instrumentos disponíveis, que se alimentam do controle de partidos, verbas de campanha eleitoral pública e privada e da distribuição de emendas parlamentares. Além disso, destacamos os cargos políticos municipais, estaduais e federais que ocupam ou nomeiam, por meio dos quais têm acesso a outros orçamentos que controlam diretamente, no exercício desse cargo, ou nos quais influenciam, quando indicam nomes de aliados para o seu preenchimento. E, ainda, do uso de veículos de comunicação próprios ou de parceiros e da influência na distribuição e aplicação de verbas publicitárias públicas e privadas, que são utilizadas para desgastar as imagens públicas dos adversários e promover a construção positiva e fortalecimento das imagens dos próprios membros da família ou aliados de ocasião.

A presença do padrão familiar nas composições políticas, com fins às disputas eleitorais é tão forte, que todo esse somatório de estruturas potencializa a força do grupo político-familiar, e, assim espaços de poder são usados para gerar novos espaços de poder, a serem ocupados pela própria família ou por aliados a elas ligados umbilicalmente. O grupo político-familiar Alves ocupa espaços de poder que variam do legislativo, como vereador, deputado estadual, federal e senador, já tendo passado pelas presidências da Câmara Federal e Senado, bem como no executivo, como prefeituras, governos estaduais e ministérios. O grupo político-familiar Maia, apesar de já ter ocupado espaços no executivo, como prefeitura de Natal e Governo do Estado, na atualidade exerce mais funções no legislativo, concentrando-se na Câmara Federal e Senado.

A política passa assim, a ser confundida como um negócio de família, que também estende suas ramificações ou redes de influências às empresas privadas dos seus próprios membros e de grupos políticos ou não, com os quais conservam proximidade, entrelaçando-se todos em uma mesma teia, que interliga de modo estreito o Estado, o mercado e as famílias.

O resultado desse tipo de prática, ou *modus operandi*, é o impedimento ou a criação de dificuldades para que os de outras famílias ou grupos “periféricos” cheguem a ocupar determinados espaços de poder, sobretudo no campo majoritário. E, quando ocupam, de lá saem extremamente desgastados. Aplicada essa lógica da trituração contínua de adversários, percebe-se ao longo da história potiguar, que estamos nos aproximando de uma espécie de escassez de lideranças, fora do campo familiar Alves-Maia. Se imaginarmos que há, no plano majoritário potiguar, a disponibilidade para disputa, de um cargo de governador e vice, e de três senadores,

diante de um cenário de competição, deveríamos ter pelo menos 10 lideranças de projeção estadual, quando, no ano de 2018, encontramos dificuldade de contar 5 nomes.

Todo esse poder reunido provoca interferências no jogo democrático, na disputa eleitoral. Essa luta pela sobrevivência tem demonstrado ao longo da história política potiguar, que, se cada passo estratégico que é dado, não está planejado desde os primórdios pelos seus patriarcas, a trama e a forma de fazer política, pelo que se observa, tem se repetido a cada ciclo eleitoral. São famílias, como elucidam os conceitos de Weber (2011), que vivem não só “para” a política, mas, principalmente, “da” política. São profissionais vocacionados, que a partir do exercício da política, constroem mecanismos próprios de perpetuação nela, e dela extraem dividendos econômicos, sob o argumento de prestarem um serviço público que justificaria os seus respectivos *modus operandi*.

Além disso, a velha estratégia da venda da “esperança”, que é sempre prometida, mas nunca chega ao Rio Grande do Norte, continua a ser a tônica dos grupos político-familiares Alves e Maia, ou de seus aliados mais próximos, que se revezam nos espaços de poder. As práticas continuam muito semelhantes, inclusive na composição de chapas, com a antiga prática da forte presença do “familismo” em suas composições.

Nas eleições de 2018, segue a formação de uma chapa para disputar o Governo do estado com o representante da família política Alves, Carlos Eduardo Alves, tendo como vice, Carlos Eduardo Rosado, filho da ex-governadora do RN e prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini Rosado. Conta também com o apoio da família Maia, por intermédio do senador José Agripino Maia, que disputa o mandato de deputado federal.

Família e política: seguirão os espaços públicos de poder no Rio Grande do Norte sendo tratados como espaços privados, do mesmo modo que há 200 anos, quando em 1818, o Estado era subordinado às capitânias de Pernambuco e da Paraíba?

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.L. Os barões da federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-183, 1994.
- ABRUCIO, F.L.; SAMUELS, D. A nova política dos governadores. **Lua Nova**, n. 40-41, p. 137-166, 1997.
- ALMEIDA FILHO, A.; BARROS, V.S.C. **Novo manual de Ciência Política**. 1. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.
- ALVES, A. **A verdade que não é secreta**. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas Ltda, 1976.
- ALVES, A. **O que eu não esqueci: Reminiscências políticas 1933 – 2001**. Natal, RN: Editora Leo Christiano Editorial Ltda, 2001.
- ANDRADE, I.A.L. **Políticas e poder: O discurso da participação**. São Paulo: Ad Hominem, 1996.
- AUGUSTO, P.; EUDES, J. **A botija. A bolsa da Família Alves: Porque o Rio Grande do Norte (e o Brasil) não pode crescer**. Natal, RN: [s/n], 2013.
- BARBOSA, L.C.A. **Determinantes do voto nas eleições para o Senado Federal: cenários de 2002 a 2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- BIGNOTTO, N. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política de A-Z**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 1. ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: Editora UnB, 1986.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13. Ed. São Paulo, SP: Editora Paz e terra, 2015.
- BORGES, A.; FILHO, A.S.; ROCHA, C. La conexión subnacional: geografía del voto y coaliciones electorales en el federalismo brasileño. **Rev. SAAP**, v. 5, n. 2, p. 323-357, 2011.
- BOURDOUKAN, A.Y. **O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRASIL. Decreto n. 12.919, de 24 de dez. de 2013. **Elaboração e execução da Lei orçamentaria**. Brasília, DF, dez 2013.
- CARONE, E. **A República Velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1975.

CARREIRÃO, Y.S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Ed. FGV, 2002.

CASCUDO, LC. **História da cidade de Natal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CAVALCANTE, C.V.O. **O custo da democracia**: O financiamento privado das campanhas para o senado em 2010 e suas implicações à competição política. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CERVI, E. et al. Dinheiro, profissão, partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, n. 1, v.30, p.189-205, 2015.

CERVI, E.U.; CODATTO, A.N.; Institucionalização partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATTO, A.N.; SANTOS, F.J. **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TER-PR), 2006, p. 267-291.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

COSTA, A.M.L. **Da aliança ao democratismo**: a trajetória do PFL no Rio Grande do Norte. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

COSTA, H.O. **A reforma política no Brasil e outros ensaios**. Natal, RN: Editora Sebo Vermelho, 2001.

COSTA, H.O. **Democracia e representação política no Brasil**: Uma análise das eleições presidenciais (1989-2002). Porto Alegre: Editora Solina, 2007.

COSTA, L.D. **Os representantes dos estados no Congresso**: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007). 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

DANTAS, R. Blog do primo. Natal: Renato Dantas. 2018 ago. Disponível em: <http://blogdoprimeiro.com.br/2018/08/07/ele-nao-me-engana-carlos-eduardo-alves-e-um-alves-da-gema-que-tira-onde-de-independente-mas-ate-sua-filha-trabalha-no-gabinete-de-garibaldi-no-senado/>

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FRANÇA, F.T. **A dimensão simbólica e midiática da política e a história da dona de casa que virou guerreira**: A construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006.

2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GALVÃO, M.P. **1964, aconteceu em abril**. Natal, RN: Editora EDUFRN, 2004.

GERMANO, J.W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

GOES, M. **Sem Paisagem**: Memórias da prisão. Editora Europa, 1991.

GUIMARÃES, C.N. Maquiavel e Max Weber: Ética e Realismo Político. **Rev. de Filos. Argumentos**, ano 2, n. 4, 2010.

JESUS JUNIOR, H. Nicolau Maquiavel e seu tempo: A Razão de Estado, A arte da guerra e suas contribuições para a Ciência Política e as Relações Internacionais. **Ver. Onl. Teoria e Pesq.**, v. 23, p. 101-118, 2013.

LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno Cesário de. **Patronagem e formação de coalizões: o caso da unidade popular no RN**. Revista Cronos, Natal, RN, v. 5/6, n. ½, p. 273-287, jan/dez, 2004/2005.

LYRA, C. **Memória viva de Aluizio Alves**. Natal, RN: EDUFRN, 1998.

MACHADO, J.B. **1960**: Explosão de paixão e ódio. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MACHADO, J.B. **Como se fazia governador durante o regime militar**: O ciclo biônico no Rio Grande do Norte (1970 a 1982). Natal, RN: Editora RN Econômico, 1995.

MACHADO, J.B. **Perfil da República no Rio Grande do Norte: 1889-2003**. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

MADEIRA, R.M. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-Arenistas e ex-mdbistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MANCUSO, W.P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**: Comentário de Napoleão I e Cristina da Suécia. Tradução de Fulvio Lubisco. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MEGALE, J. **O príncipe de Maquiavel**: roteiro de leitura. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

MELO, C.A.V.; SOARES, K.C.C.S.; OLIVEIRA, L.P.S. Distribuição espacial do voto e destinação de emendas parlamentares no Brasil: distritos informais e debilidades da representação estadual. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38º, 2014, Caxambú. **Anais**: Caxambú, 2014.

- MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G.A. & RENNO, L. **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: UNB, 1982.
- MOGNATTI, M.C.F. **Transparência e controle na execução das emendas parlamentares ao orçamento da união**. 2008. Monografia de conclusão de curso (Especialização em Orçamento Público) - Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados e Universidade do Legislativo Brasileiro, do Senado Federal. Brasília.
- MONTEIRO, J.M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo, SP: LiberArs, 2016.
- MORAIS, L.; CAVIGNAC, J. Les élections au Rio Grande do Norte, une histoire de famille(s)? Repères en vue d'une compréhension de la politique et de l'histoire du Rio Grande do Norte. **Temps Présents**, 1995.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROCHA, O.T.P. **A relevância do senado para o estado federal do Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RODRIGUES, O.C.R. **Rabo de palha**: O jabá de Jajá. Caicó, RN: [s/n], 2006.
- SACCHET, T.; SPECK, B.W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.
- SCHLEGEL, R. O poder dos barões revisto: a (limitada) autoridade dos Estados Brasileiros em perspectiva comparada. In: ENCONTRO DA ABCP, 8, 2012, Gramado. **Anais**. Gramado: Fundação de apoio a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. p. 1-27.
- SILVA, C.E.L. **Em busca do voto perdido**: Os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista. Natal: Editora Coojornat, 1982.
- SILVA, M.A. Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa. **Rev. Ciên. Soc.**, v. 47, n. 2, p. 63-91, 2016.
- SKINNER, Q. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- SPECK, B.W. 2002. Como financiar a competição política? Concepções contemporâneas, ilustrações do caso da Alemanha e perspectivas para a situação no Uruguai. In: CAETANO, G. et al. **Dinero y Política**: El Financiamiento de los Partidos en la Democracia. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2002. p. 15-41.

SPINELLI, J.A. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos.** Natal, RN: EDUFRN, 2010.

TEIXEIRA, A. De Dinarte a Agripino. **Revista Tribuna do Norte**, Natal, 10 nov 2010.

TREVISAN, A.M. et al. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil.** 2. ed. Ribeirão Bonito: Ateliê Editorial, 2004.

TRINDADE, S.L.B. **A abertura política no Rio Grande do Norte (1974 - 1979):** Aluizio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia: A Luta Pelo Poder. 1997. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Departamento de historia, UFRN, Natal, RN.

TRINDADE, S.L.B. **Aluizio Alves:** Populismo & Modernização no Rio Grande do Norte. Natal, RN: Editora Sebo Vermelho, 2004.

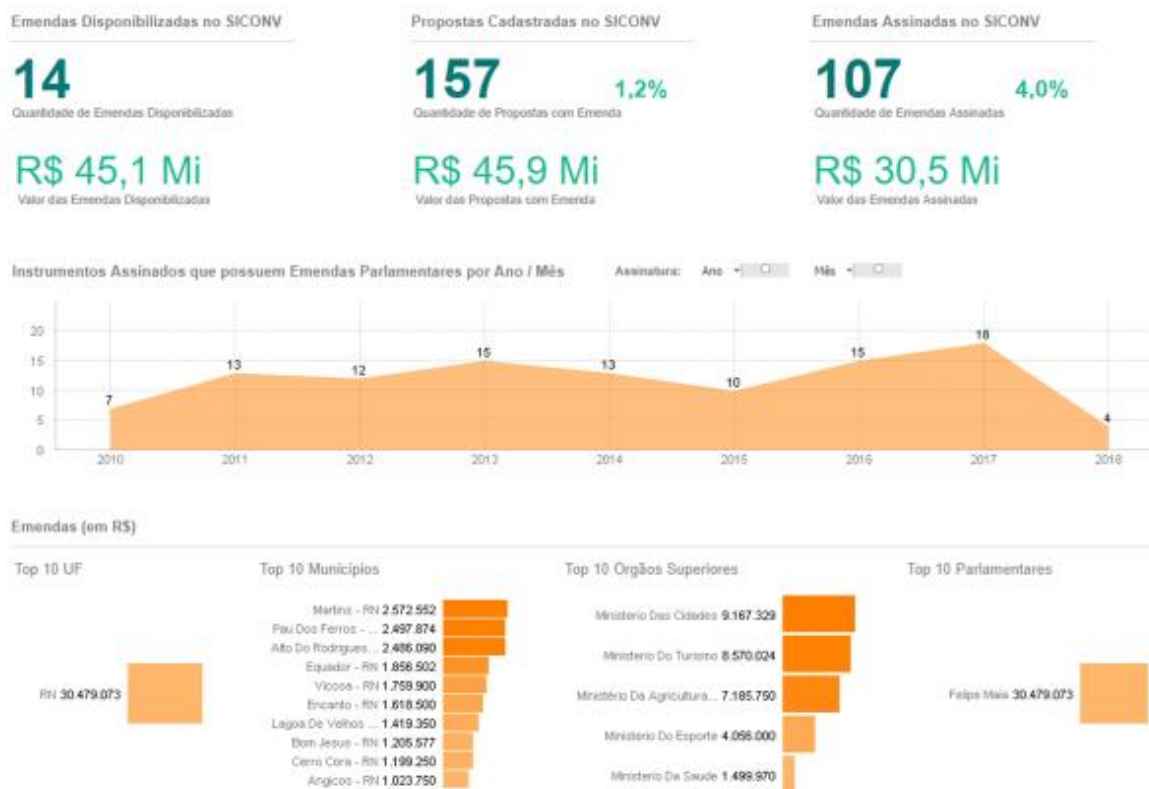
WEBER, M. **Ciência e política:** Duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

CONTATO COM LEITORES E PESQUISADORES:

+5584999827916

ANEXO 1

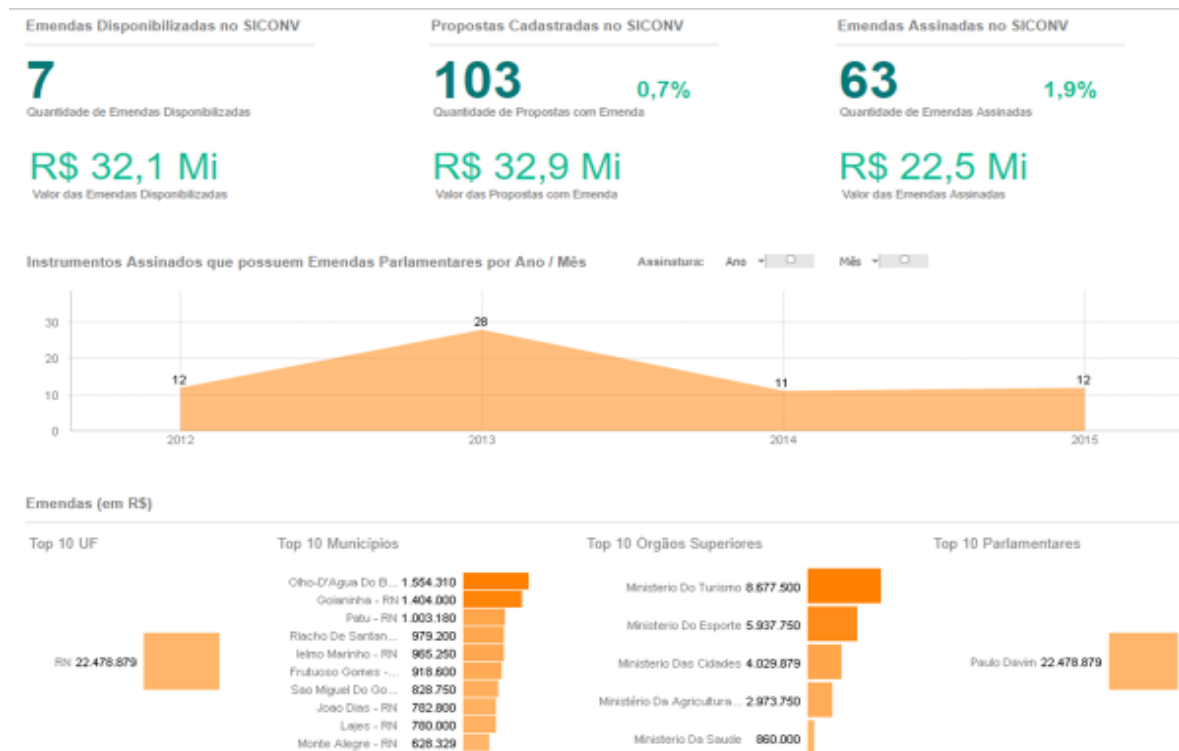
Gráfico A. Total geral – Felipe Maia – Ente municípios – 2010 -2018



Fonte: SICONV, 2018

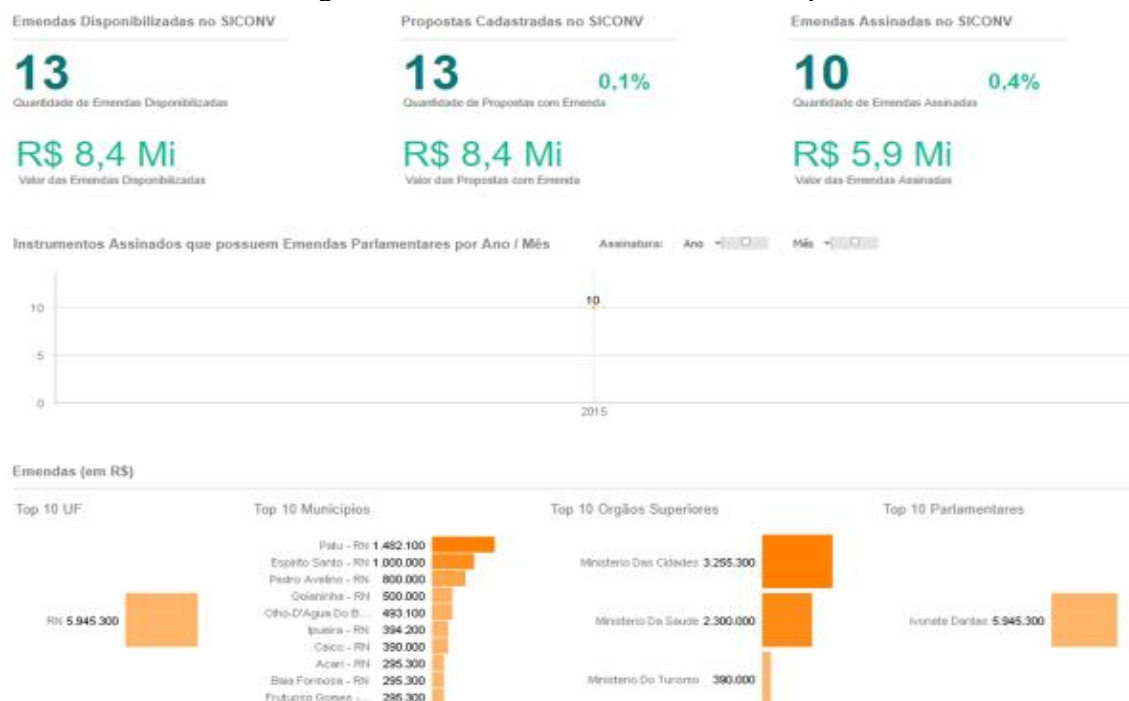
ANEXO 2

Gráfico A. Total geral – Paulo Davim – Ente: Municípios – 2010 - 2018



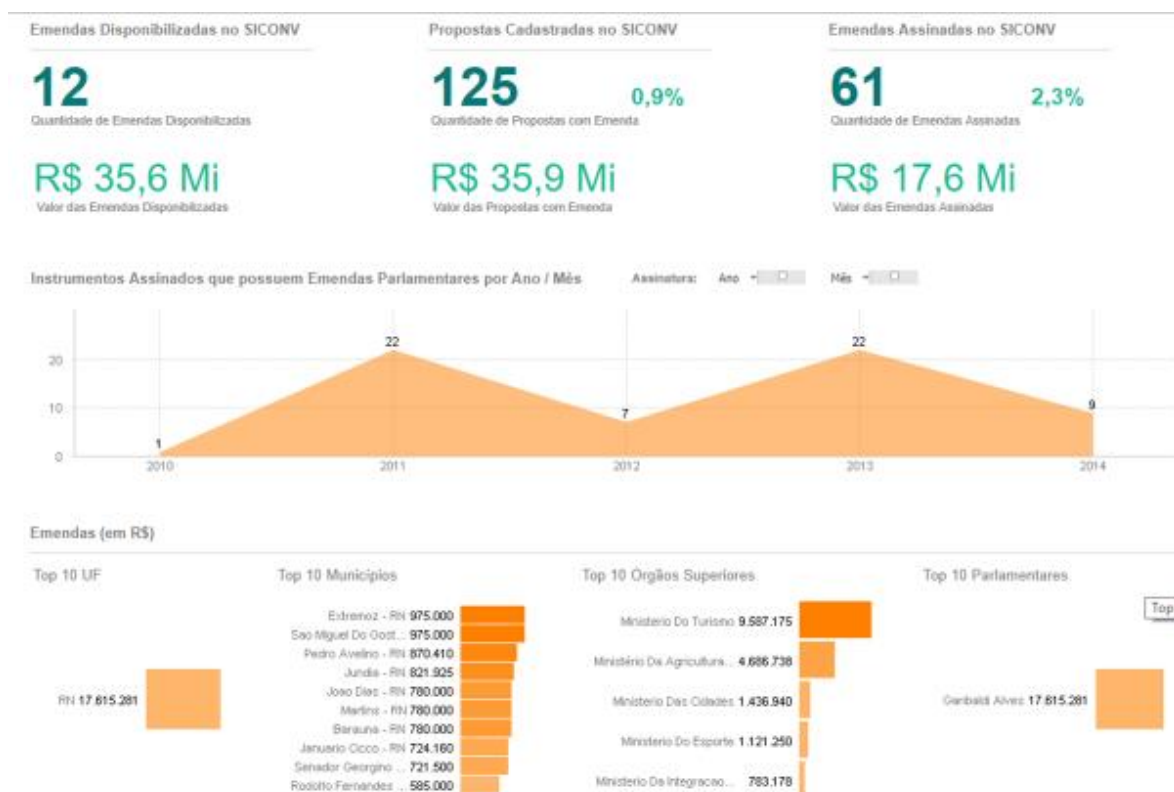
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico B. Total geral – Ivonete Dantas – Ente: Municípios – 2010 – 2018



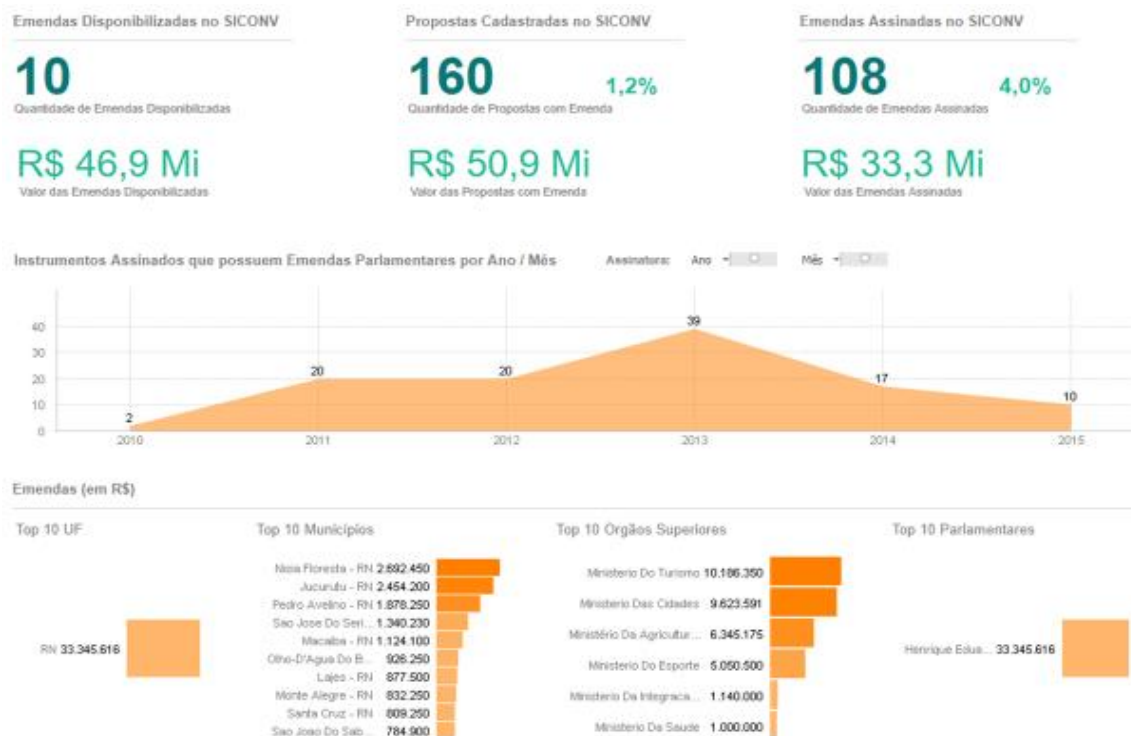
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico C. Total geral – Garibaldi Alves – Ente: Municípios - 2010 – 2018



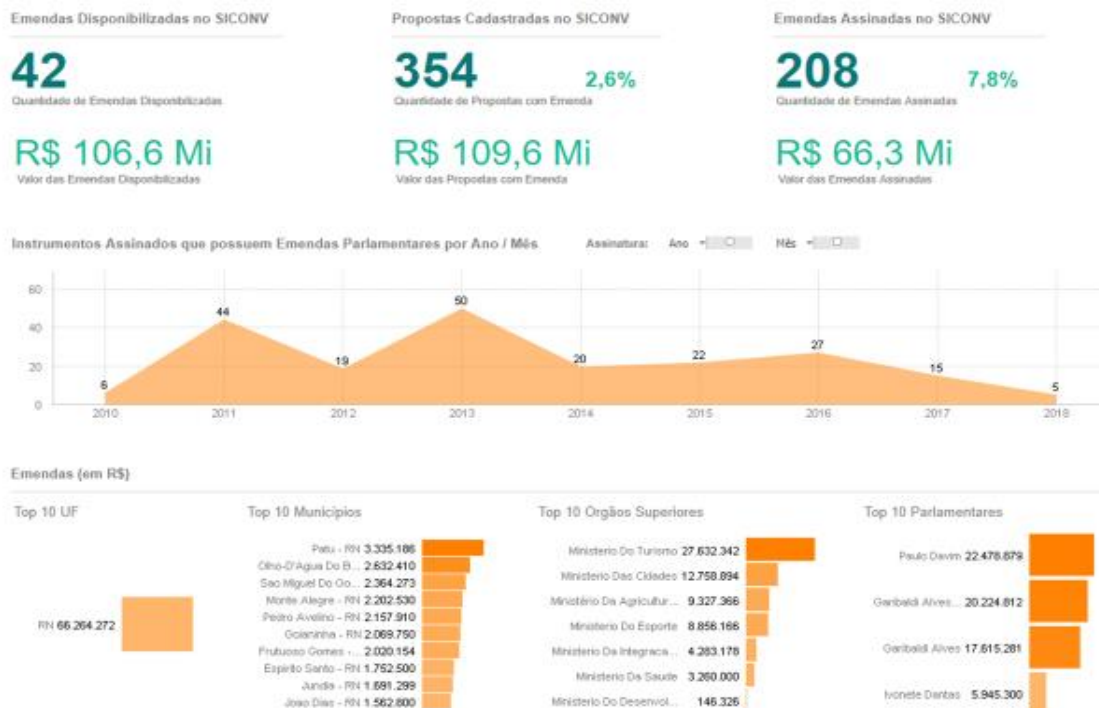
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico D. Total Geral – Ente Município: Henrique Eduardo Alves



Fonte: SICONV, 2018.

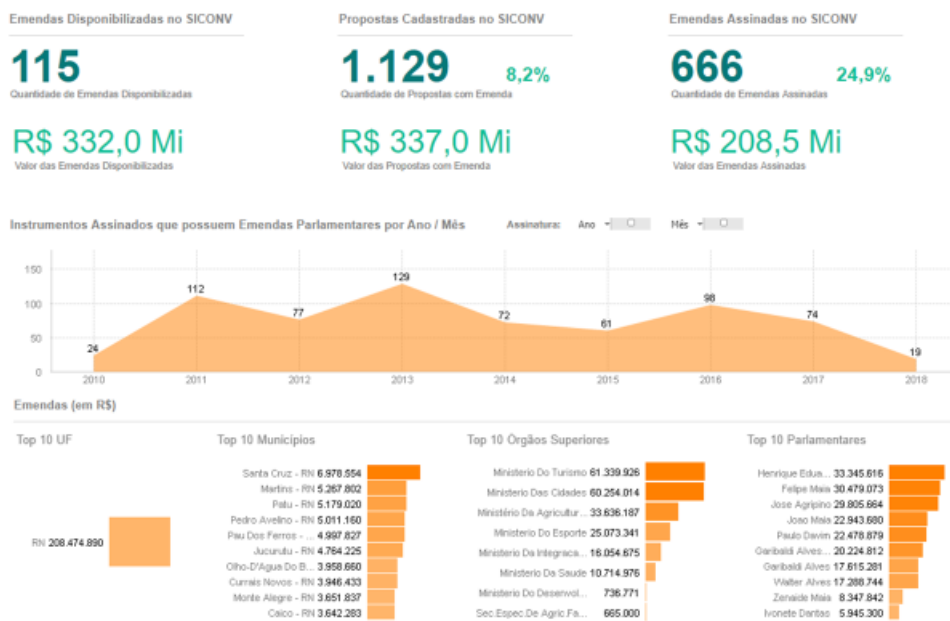
Gráfico E. Total geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim – Ente: Municípios – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

ANEXO 3

Gráfico A. Total Geral – Ente Município: Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves, Felipe Maia, José Agripino Maia, João Maia, Zenaide Maia.



SICONV, 2018.

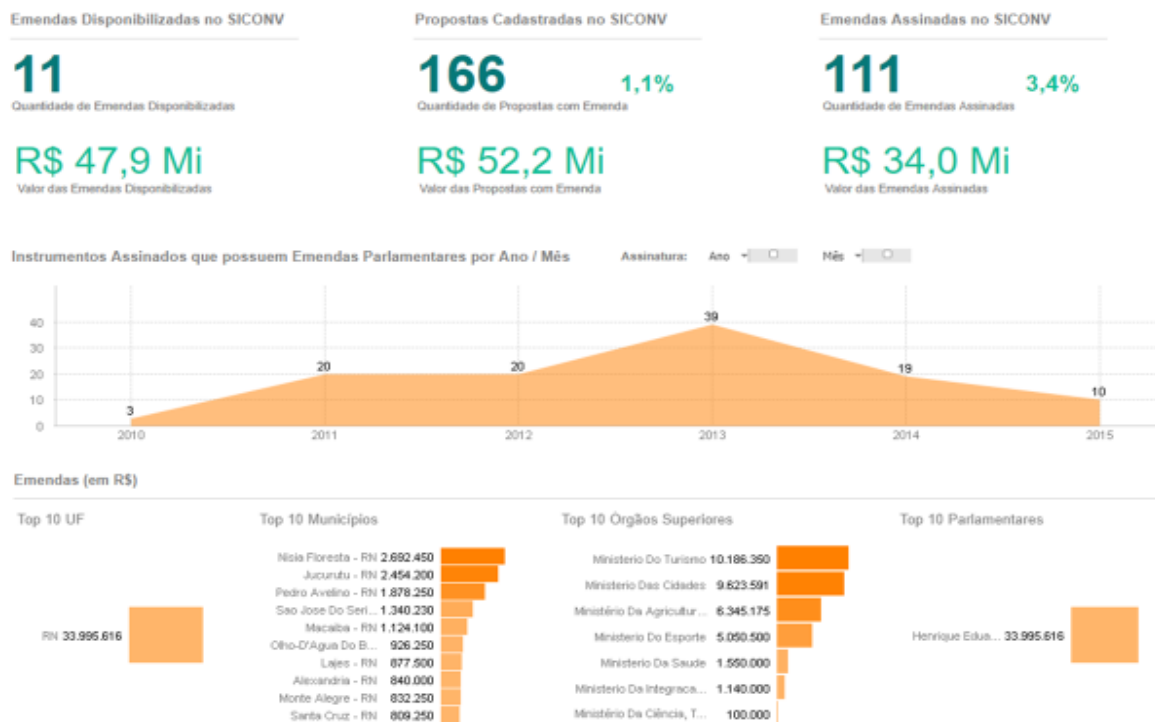
Gráfico B. Total Geral: Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Walter Alves, Felipe Maia e José Agripino Maia.



SICONV, 2018.

ANEXO 4

Gráfico A. Total Geral: Henrique Eduardo Alves



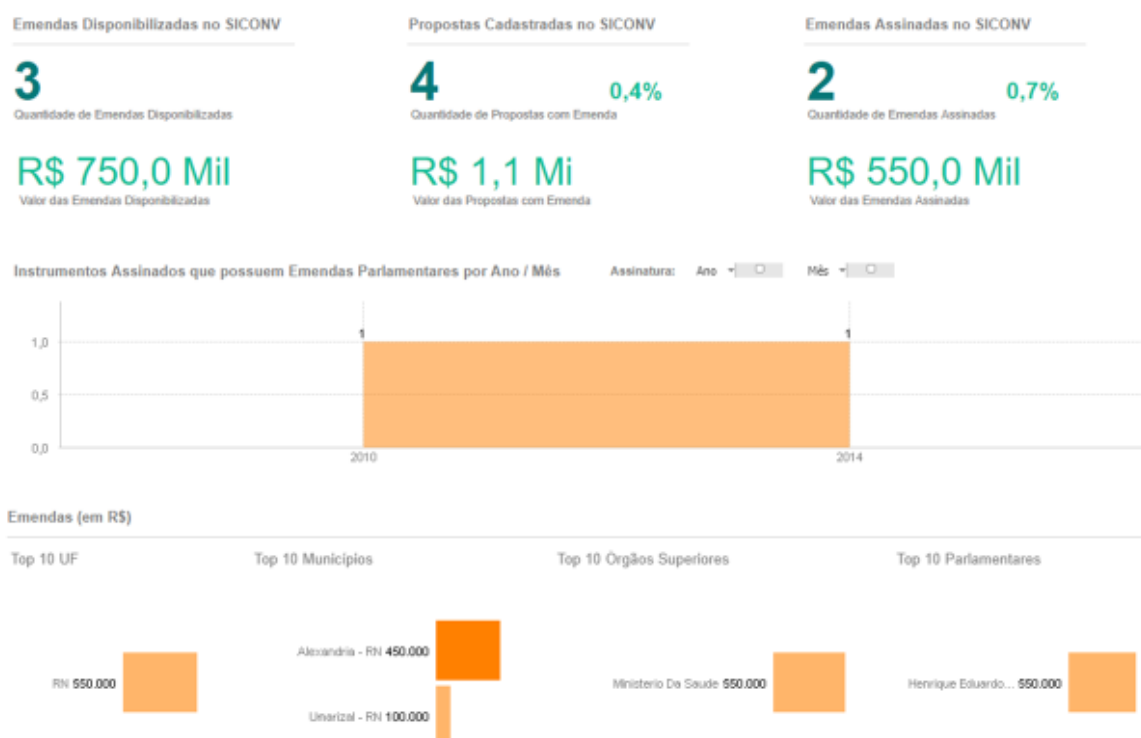
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico B. Total Geral – Ente Estado: Henrique Eduardo Alves



Fonte: SICONV, 2018

Gráfico C. Total Geral – Entre OSC: Henrique Eduardo Alves



Fonte: SICONV, 2018

ANEXO 5

Gráfico A. Total Geral – Ente: OSC: Garibaldi Alves, Garibaldi A. Filho, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Alves, Felipe Maia, José Agripino Maia, João Maia e Zenaide Maia

Emendas Disponibilizadas no SICONV

51

Quantidade de Emendas Disponibilizadas

R\$ 11,7 Mi

Valor das Emendas Disponibilizadas

Propostas Cadastradas no SICONV

62

Quantidade de Propostas com Emenda

6,1%

R\$ 13,4 Mi

Valor das Propostas com Emenda

Emendas Assinadas no SICONV

38

Quantidade de Emendas Assinadas

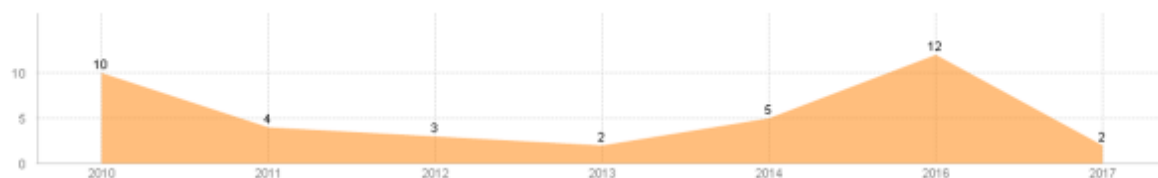
13,3%

R\$ 6,2 Mi

Valor das Emendas Assinadas

Instrumentos Assinados que possuem Emendas Parlamentares por Ano / Mês

Assinatura: Ano Mês



Emendas (em R\$)

Top 10 UF



Top 10 Municípios



Top 10 Órgãos Superiores



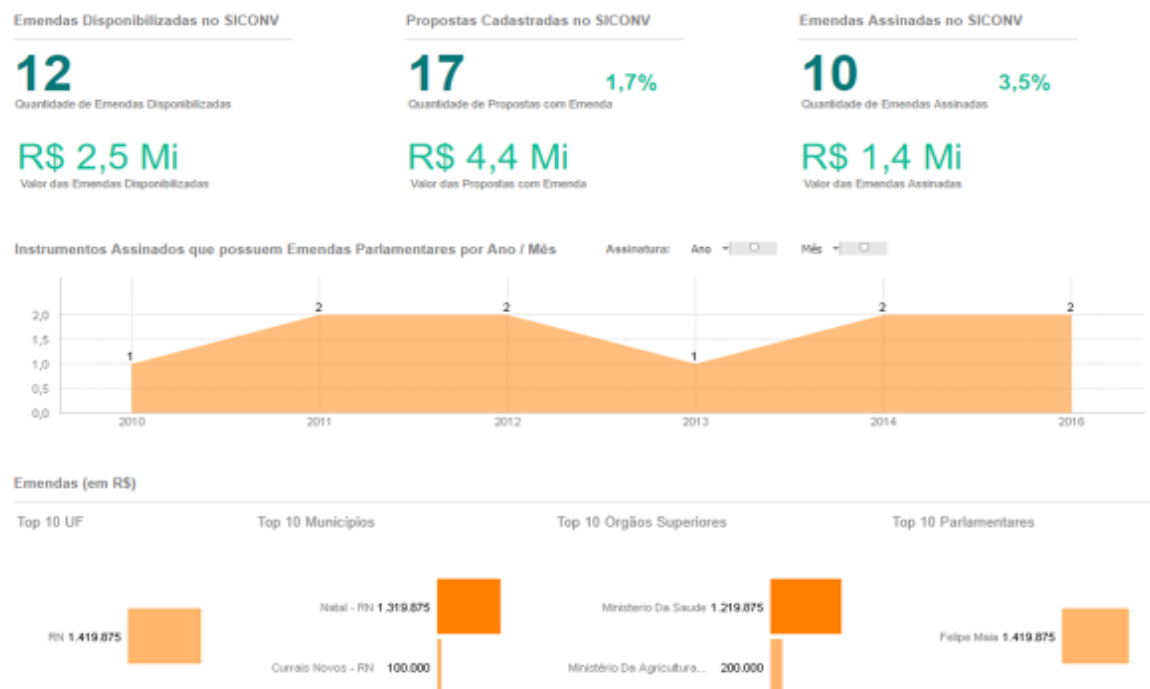
Top 10 Parlamentares



Fonte: SICONV, 2018

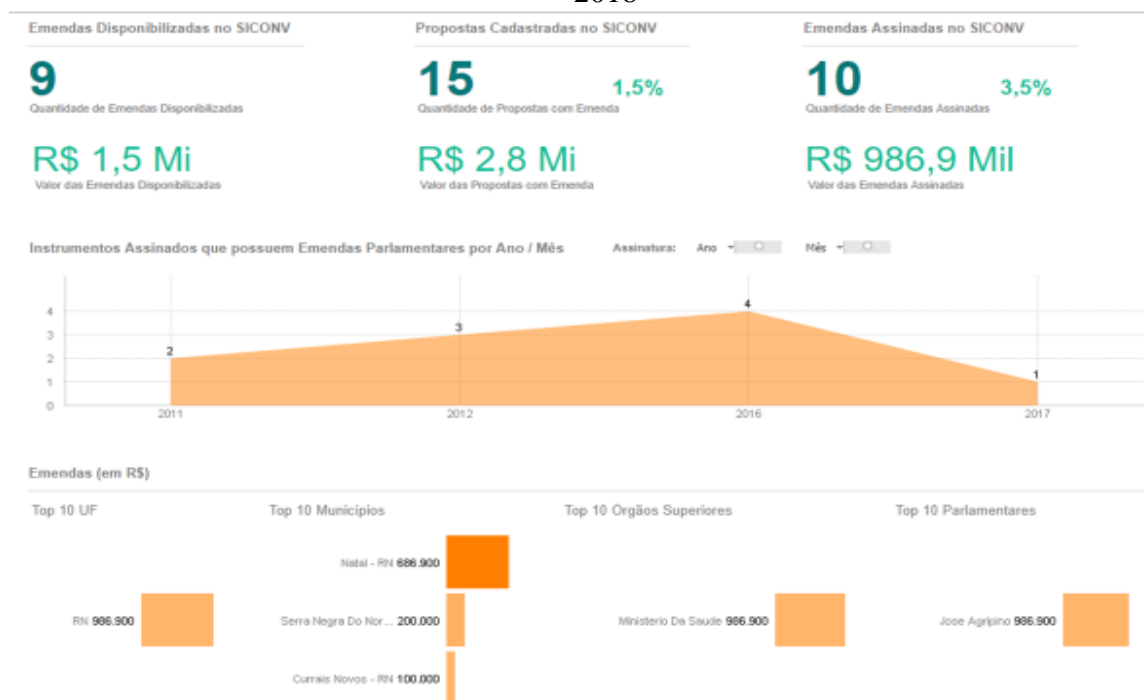
ANEXO 6

Gráfico A. Total Geral – Felipe Maia – Ente: Organização da Soc. Civil – 2010 – 2018



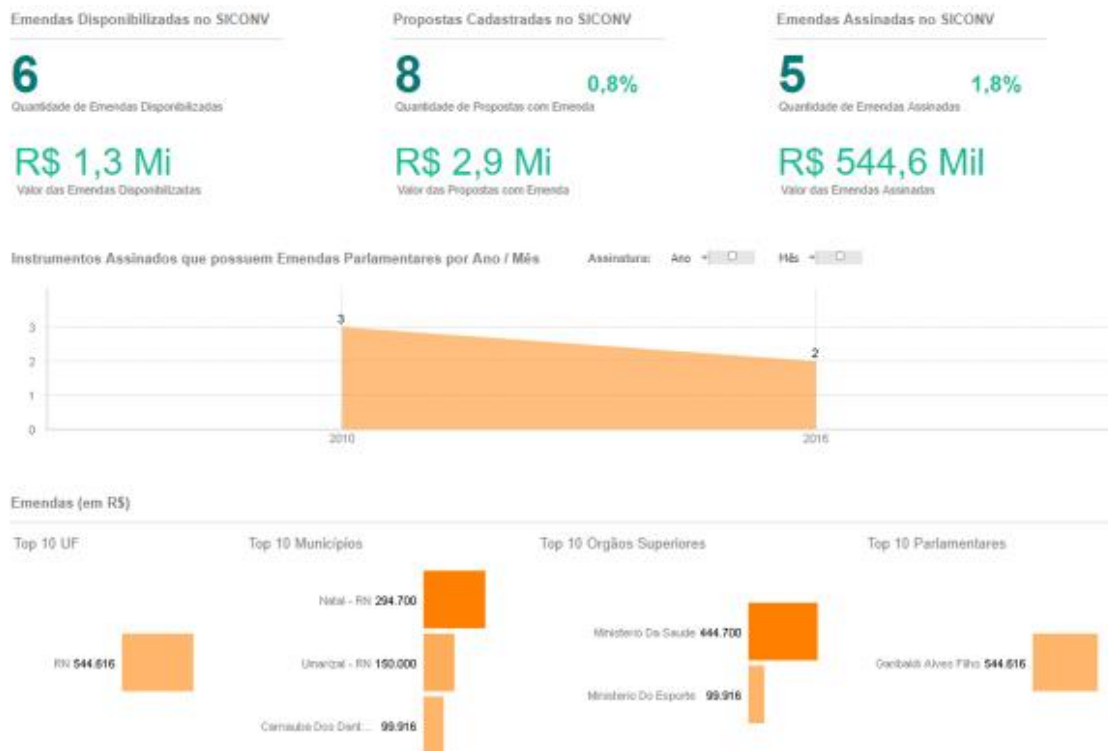
Fonte: SICONV, 2018

Gráfico B. Total Geral – José Agripino Maia – Ente: Organizações da Sociedade Civil – 2010 – 2018



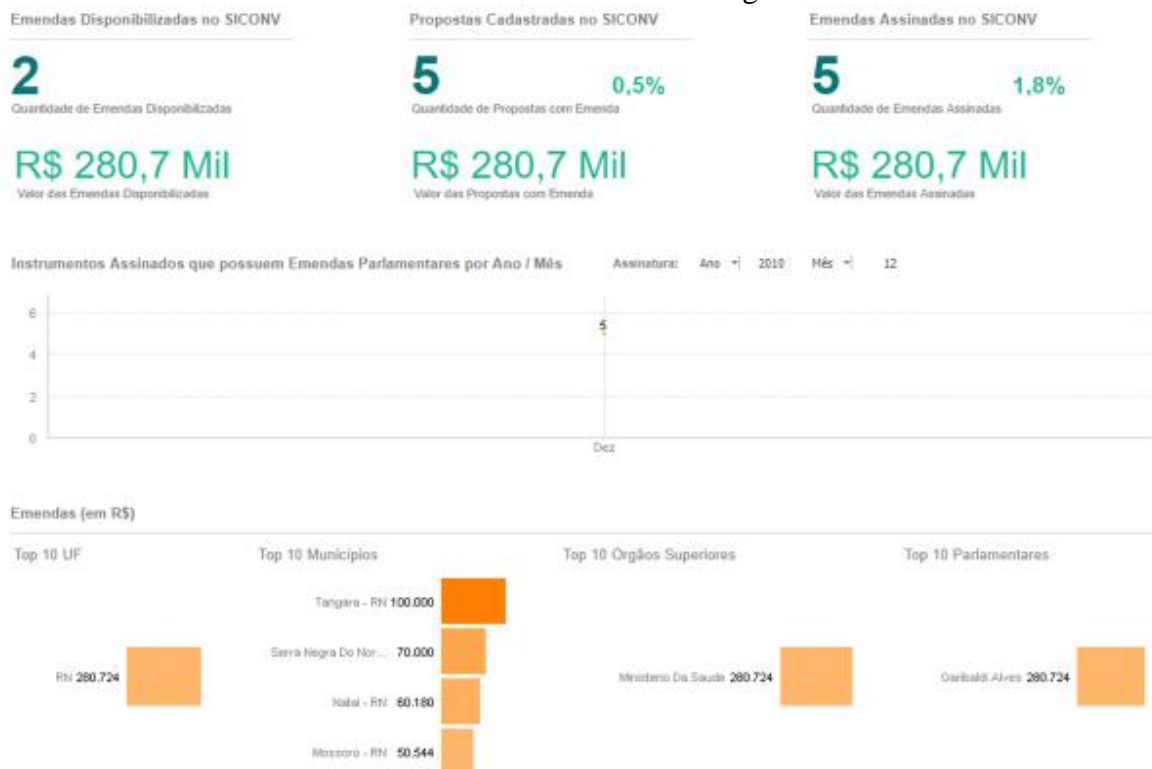
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico C. Total Geral – Garibaldi Alves Filho – Ente: Organização da Sociedade Civil – 2010 – 2018



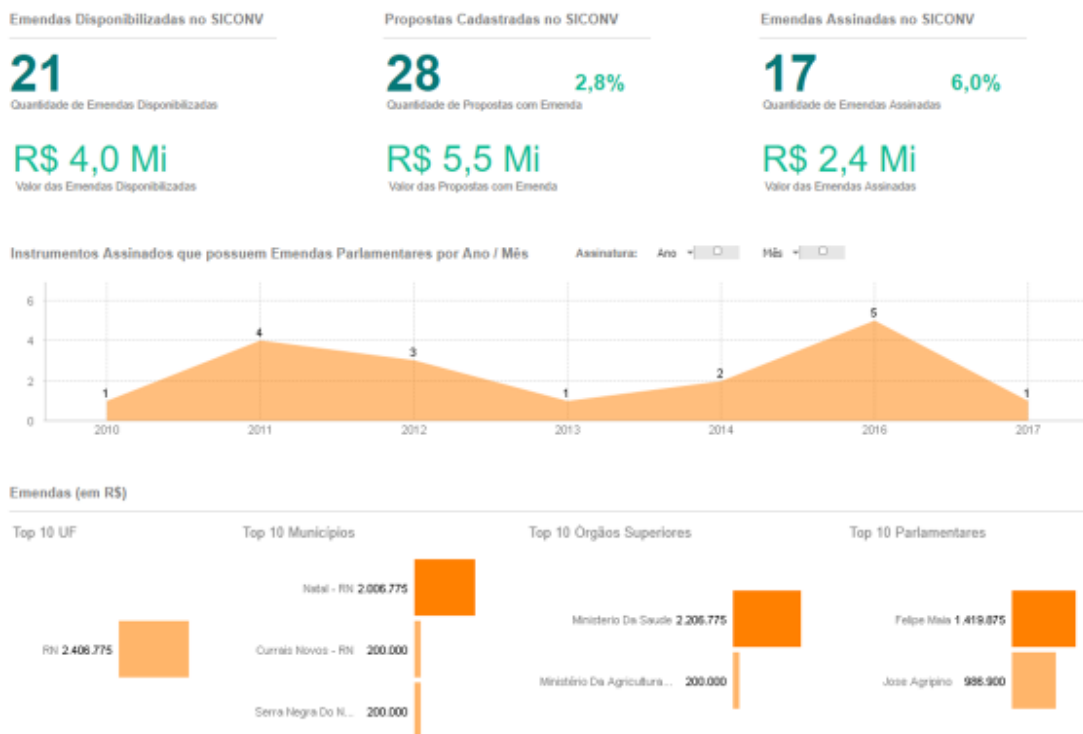
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico D. Total Geral – Garibaldi Alves – Ente: Org. Soc. Civil – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018

Gráfico E. Total Geral – José Agripino Maia e Felipe Maia – Ente: Organização da Sociedade Civil – 2010 – 2018



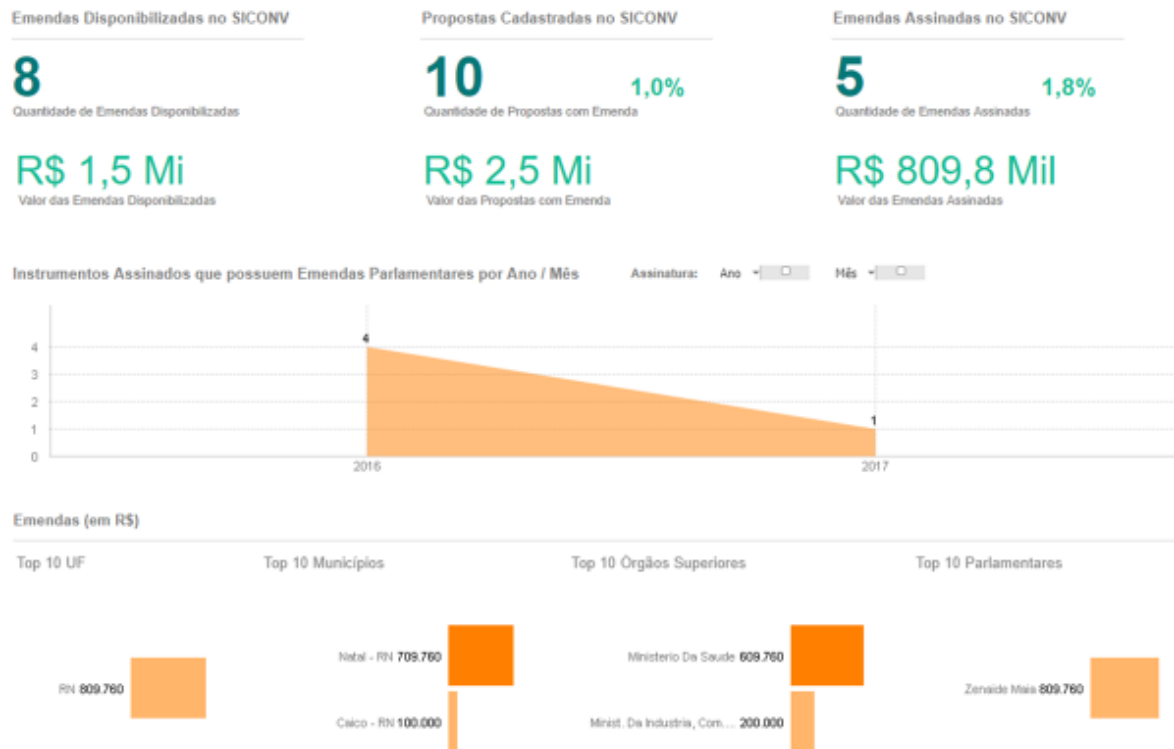
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico F. Total Geral – Ente OSC: João Maia



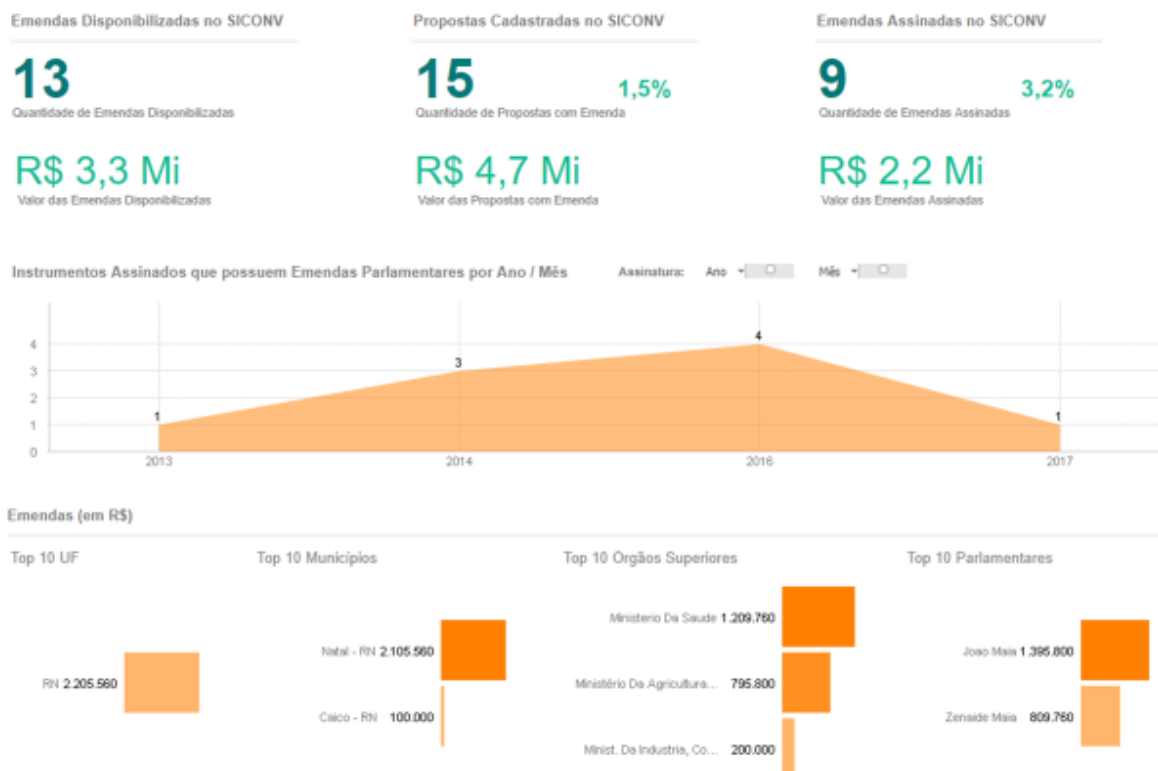
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico G. Total Geral – Ente OSC: Zenaide Maia



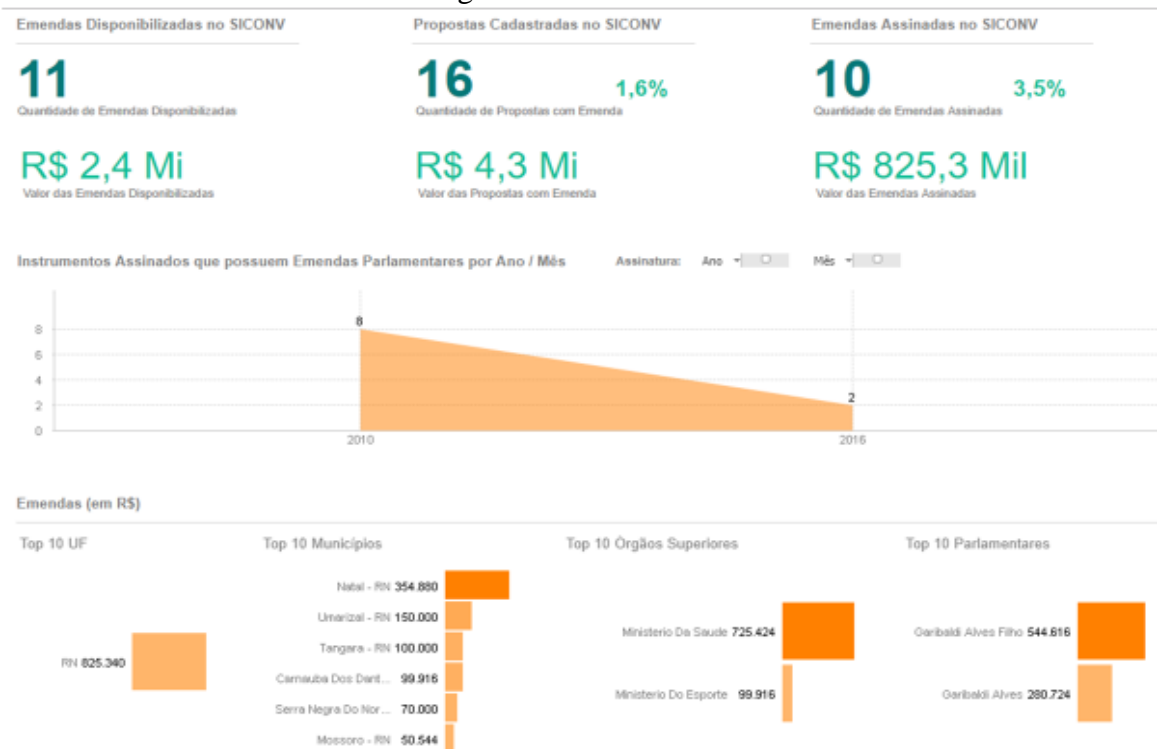
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico H. Total Geral – Ente OSC: João Maia e Zenaide Maia



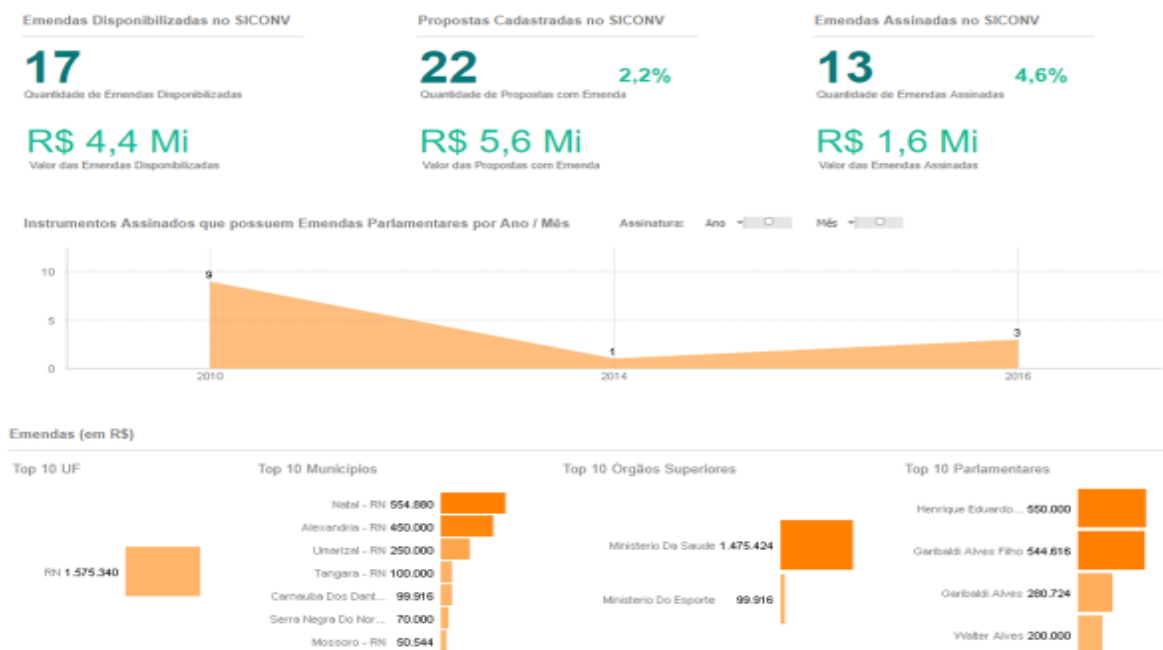
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico I. Total Geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim – Ente: Org. Soc. Civil – 2010 – 2018



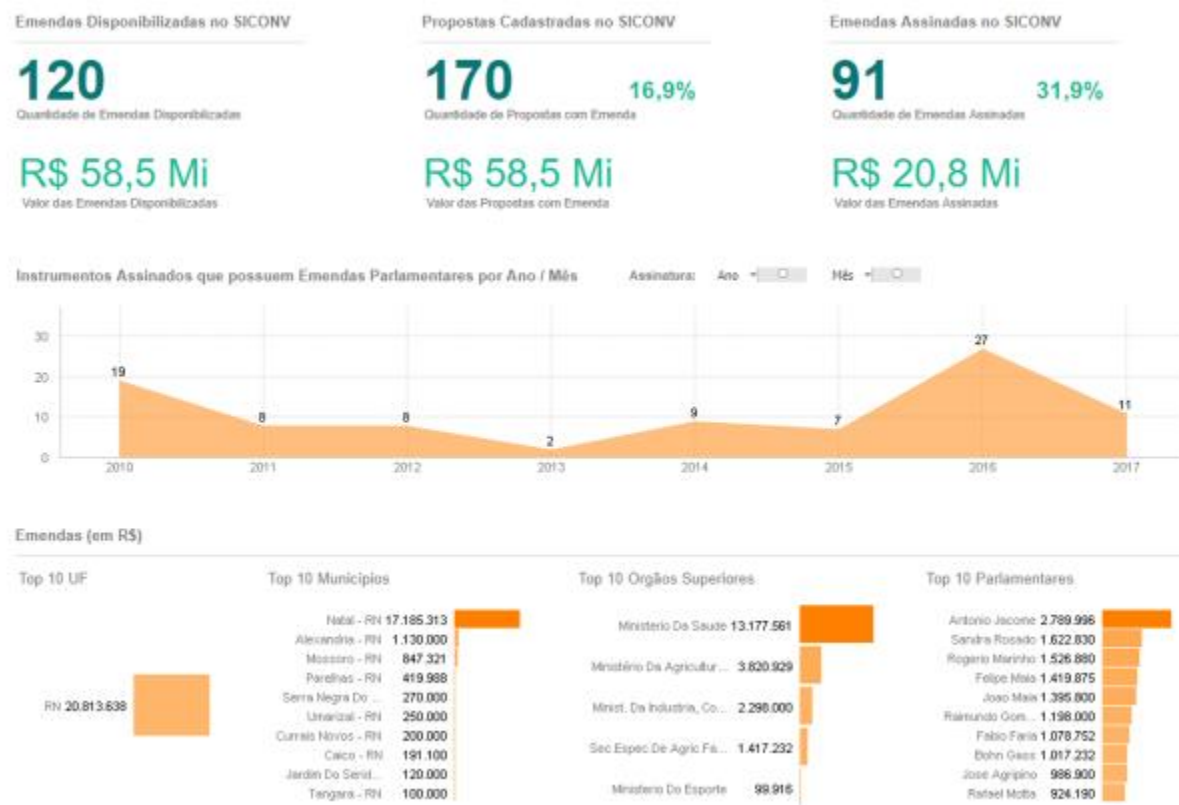
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico J. Total Geral – Entidade OSC – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim, Henrique Eduardo Alves e Walter Alves – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico K. Total de emendas – Todos os parlamentares – Ente: Org. Soc. Civil – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

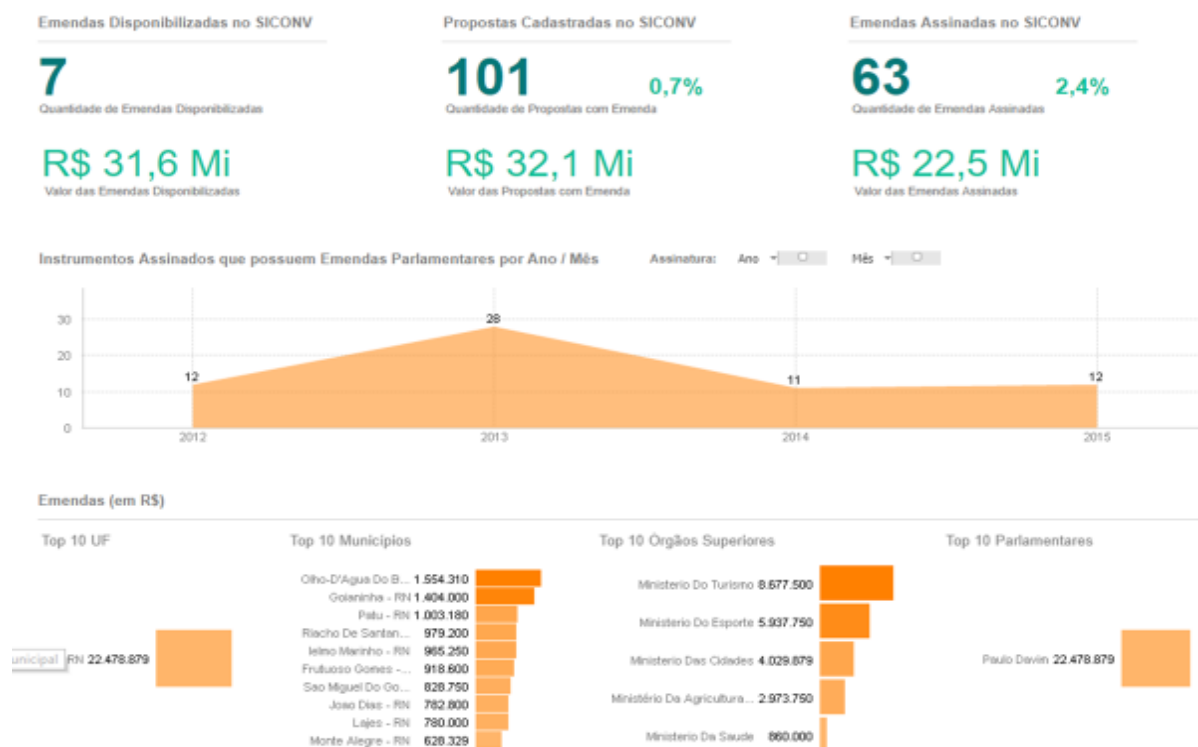
ANEXO 7

Gráfico A. Total Geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim – 2010 – 2018



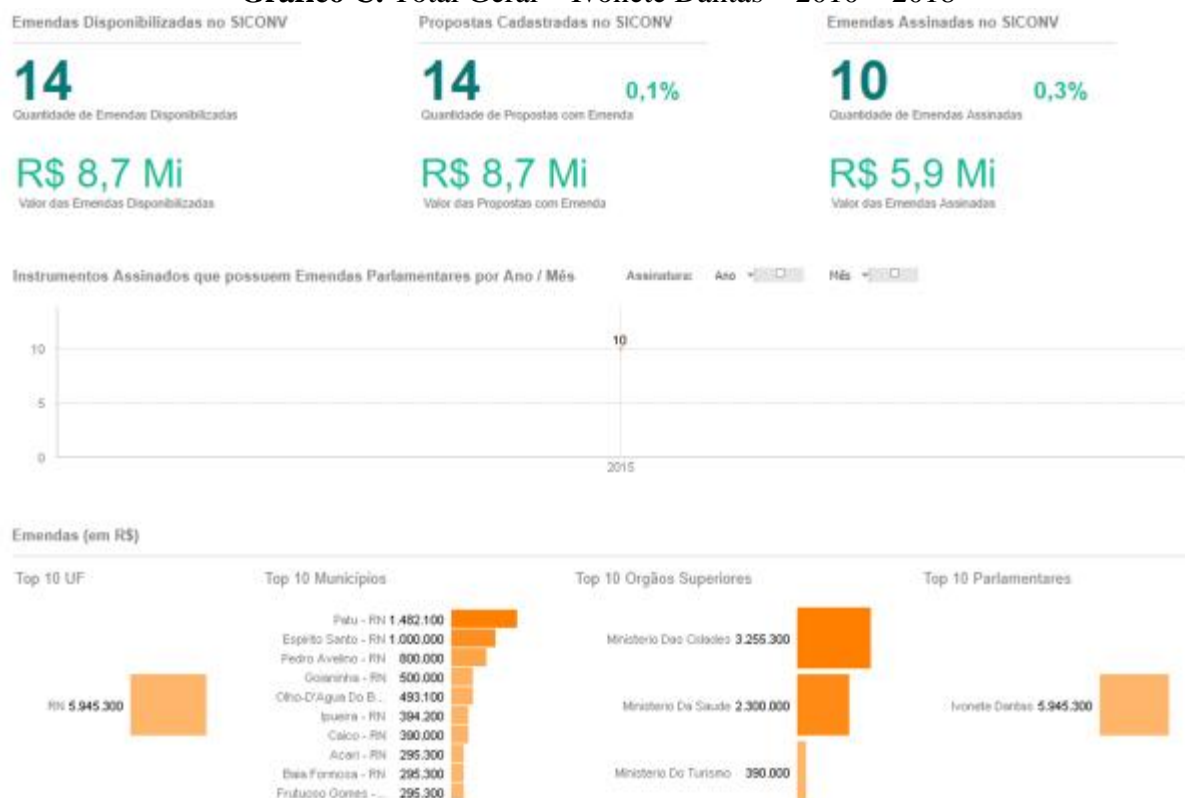
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico B. Total Geral – Paulo Davim – 2010 – 2018



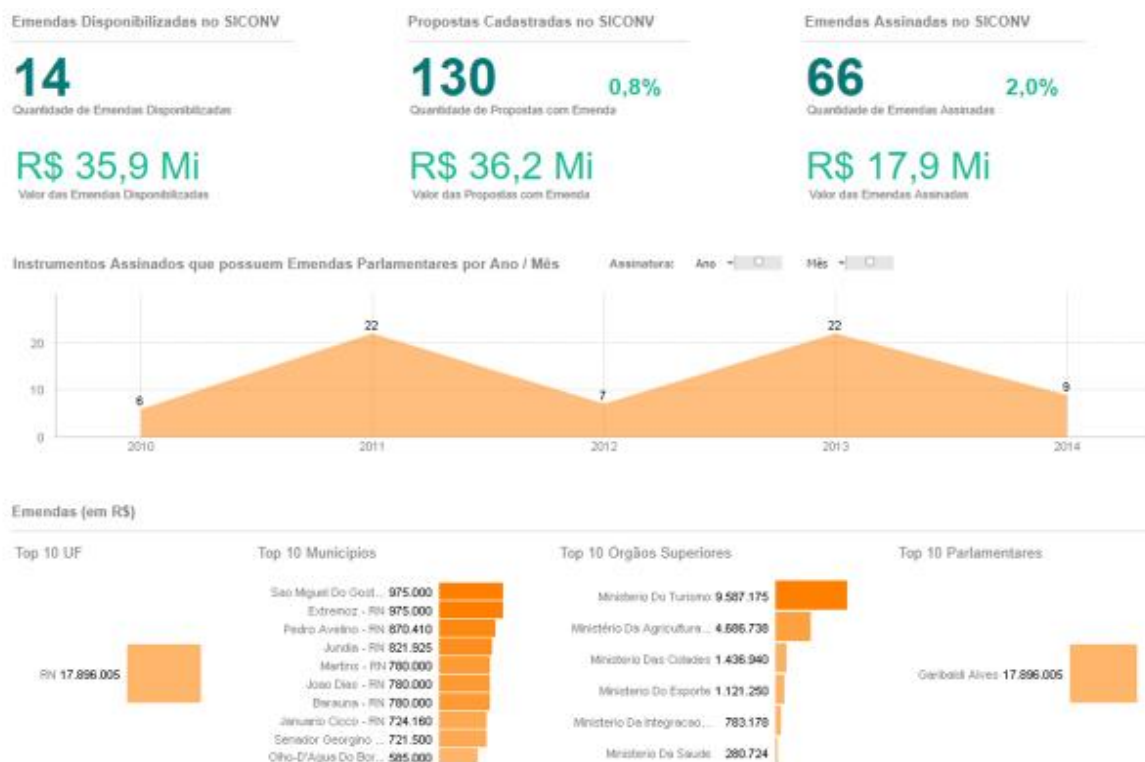
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico C. Total Geral – Ivonete Dantas – 2010 – 2018



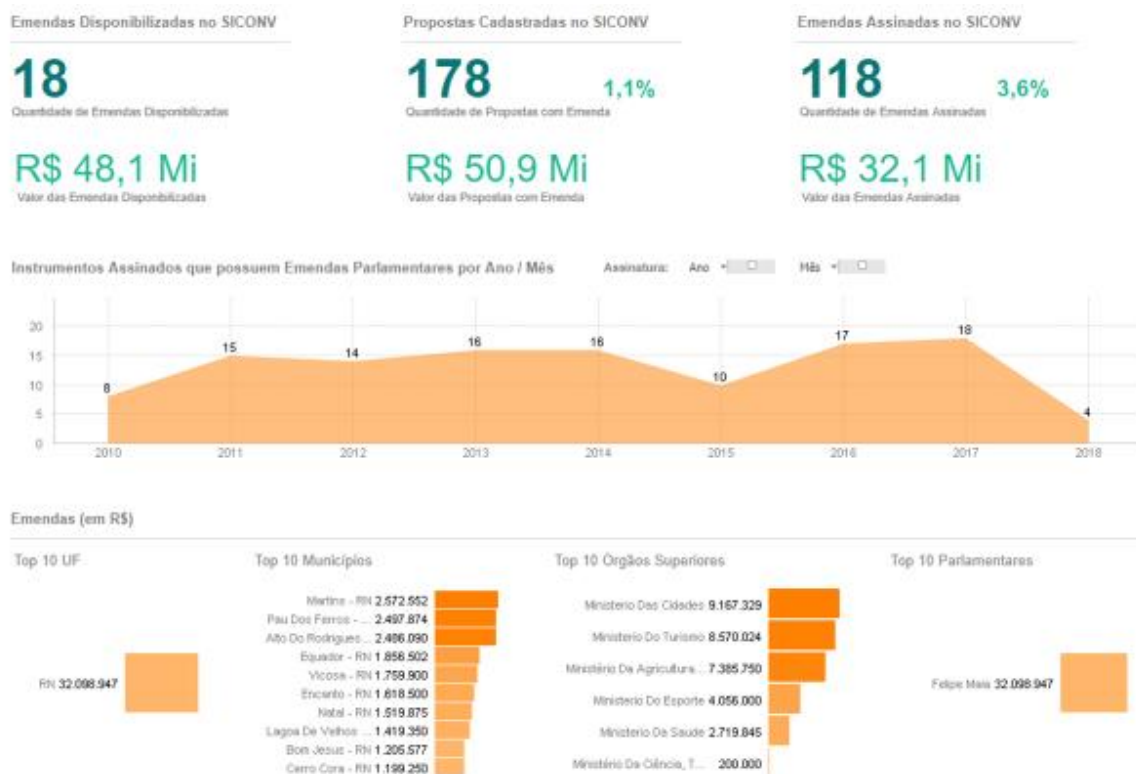
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico D. Total Geral – Garibaldi Alves – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico E. Total Geral – Felipe Maia – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

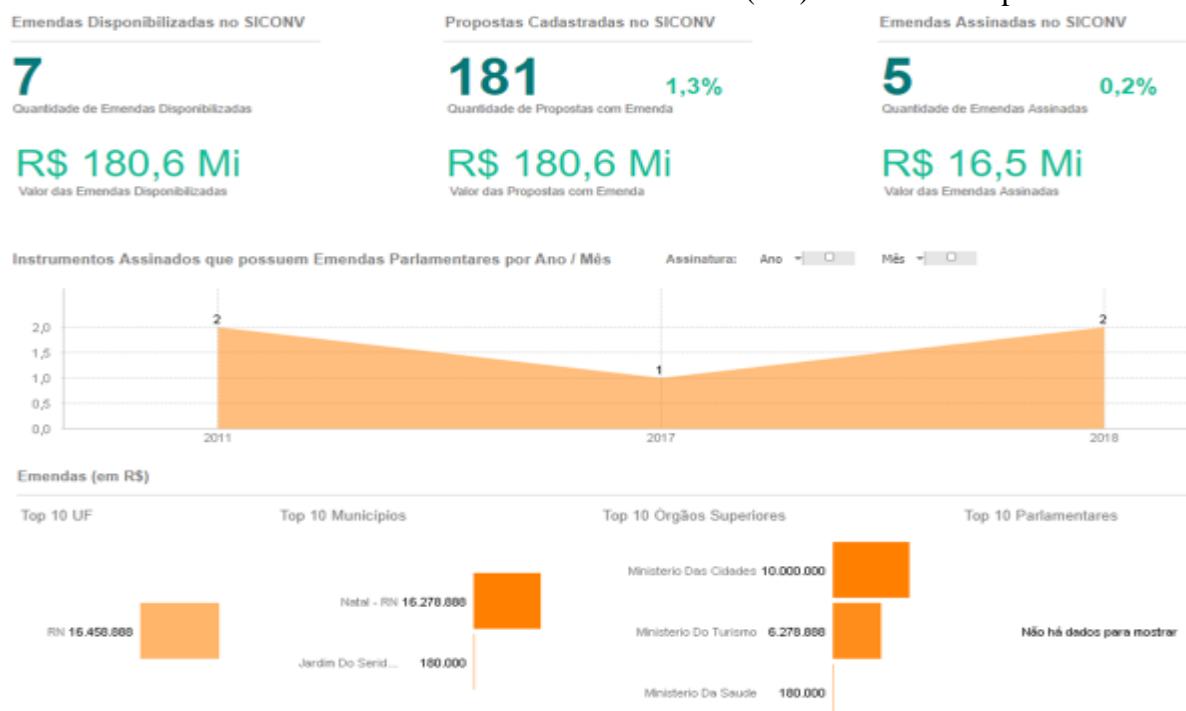
ANEXO 8

Gráfico A. Total geral de emendas Bancada (RN)



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico B. Total Geral de emendas Bancada (RN) – Ente Município



Fonte: SICONV, 2018.

ANEXO 9

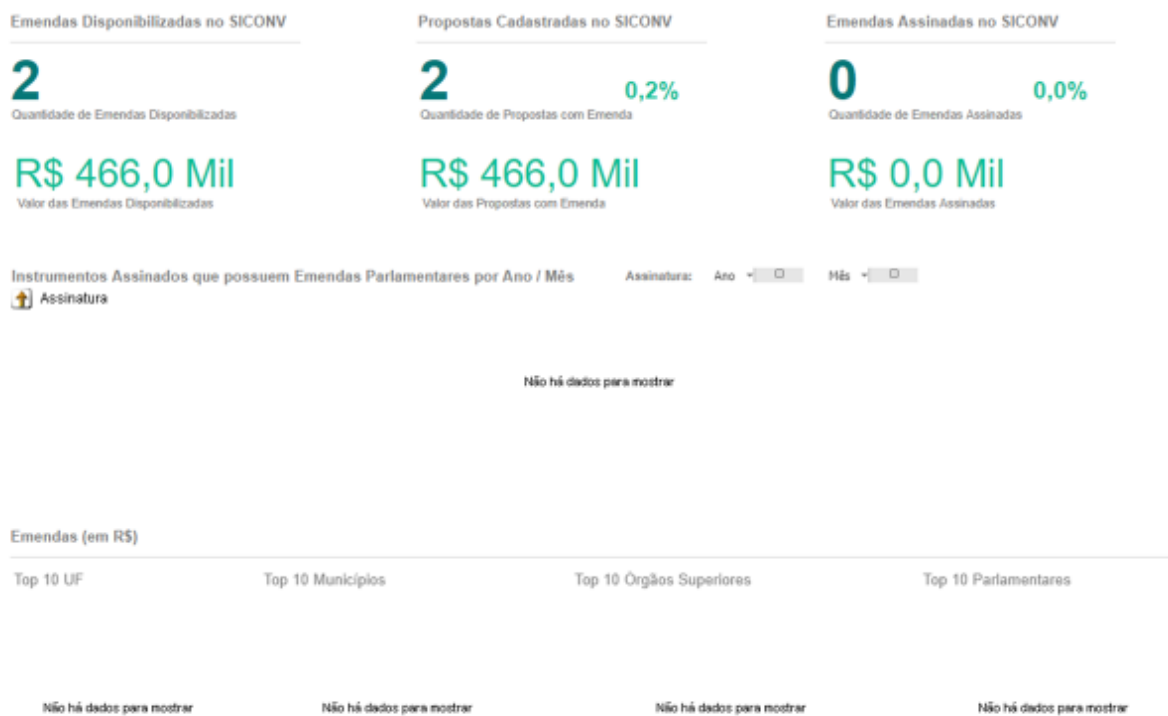
Gráfico A. Total Geral – Felipe Maia – Ente: Governo do Estado – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

ANEXO 10

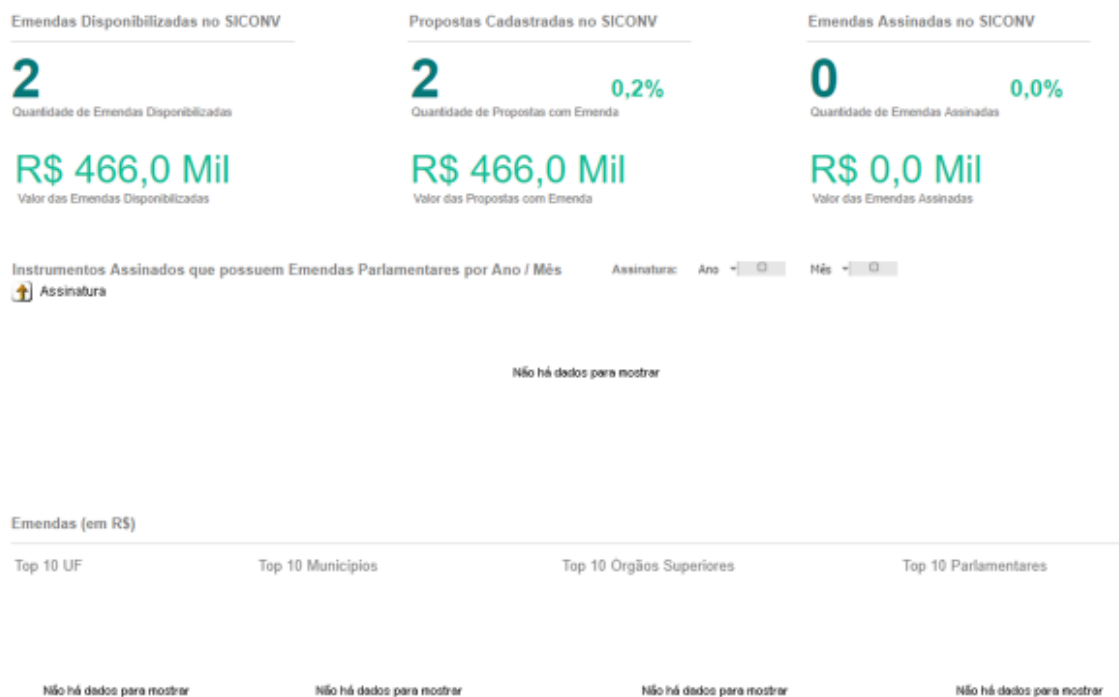
Gráfico A. Total Geral – Garibaldi A. Filho – Ente: Gov. do Estado – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

ANEXO 11

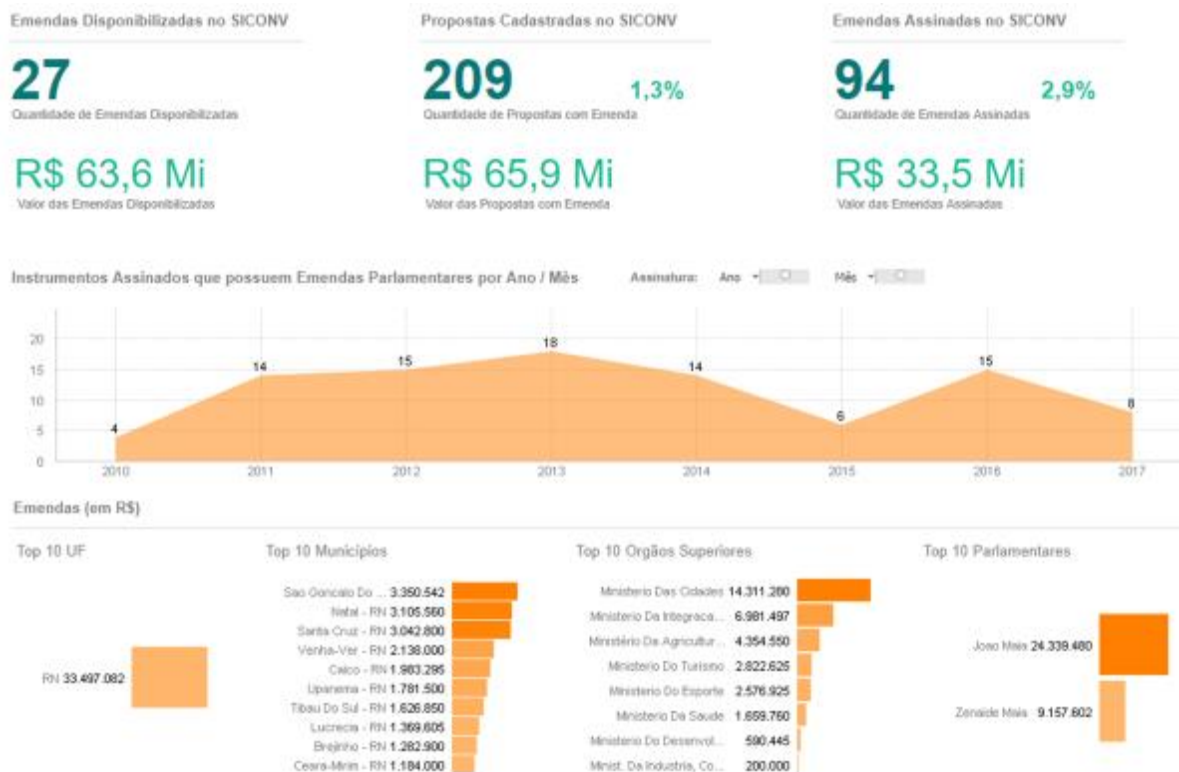
Gráfico A. Total Geral – Garibaldi A. Filho, Garibaldi Alves, Ivonete Dantas, Paulo Davim –
Ente: Governo do Estado – 2010 – 2018



Fonte: SICONV, 2018.

ANEXO 12

Gráfico A. Total Geral: João Maia e Zenaide Maia



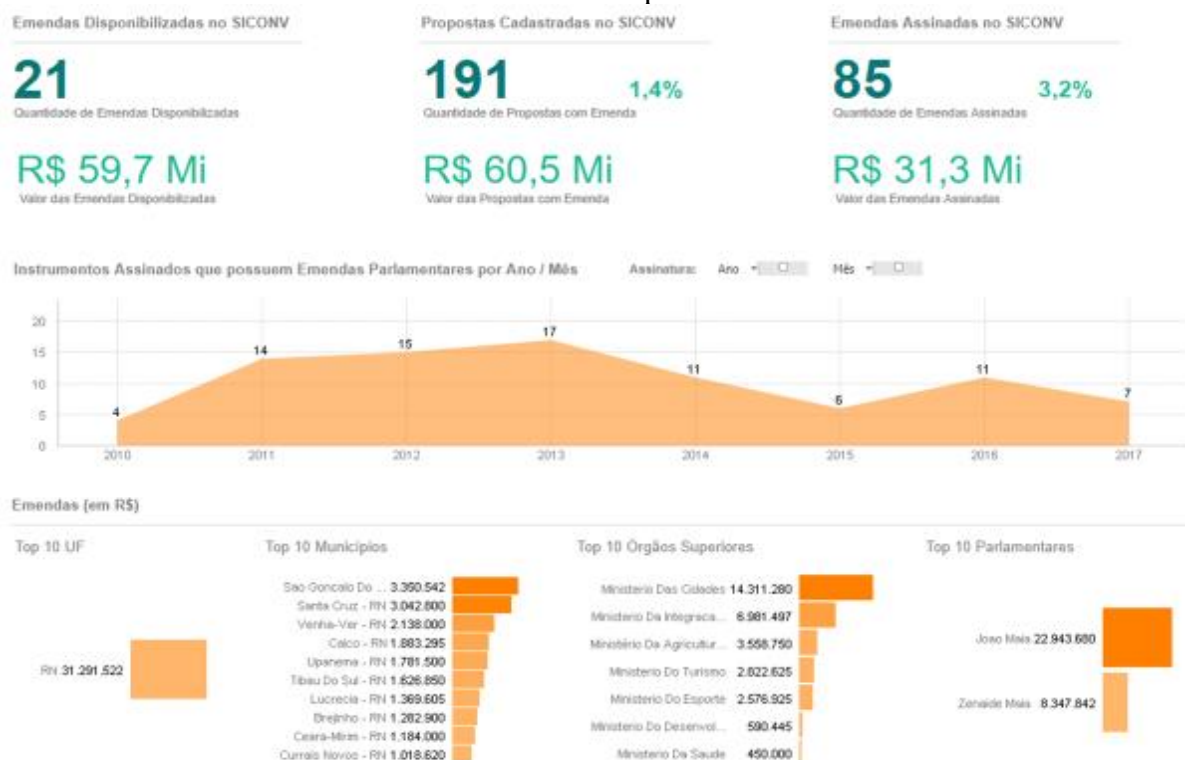
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico B. Total Geral – Ente Estado: João Maia e Zenaide Maia



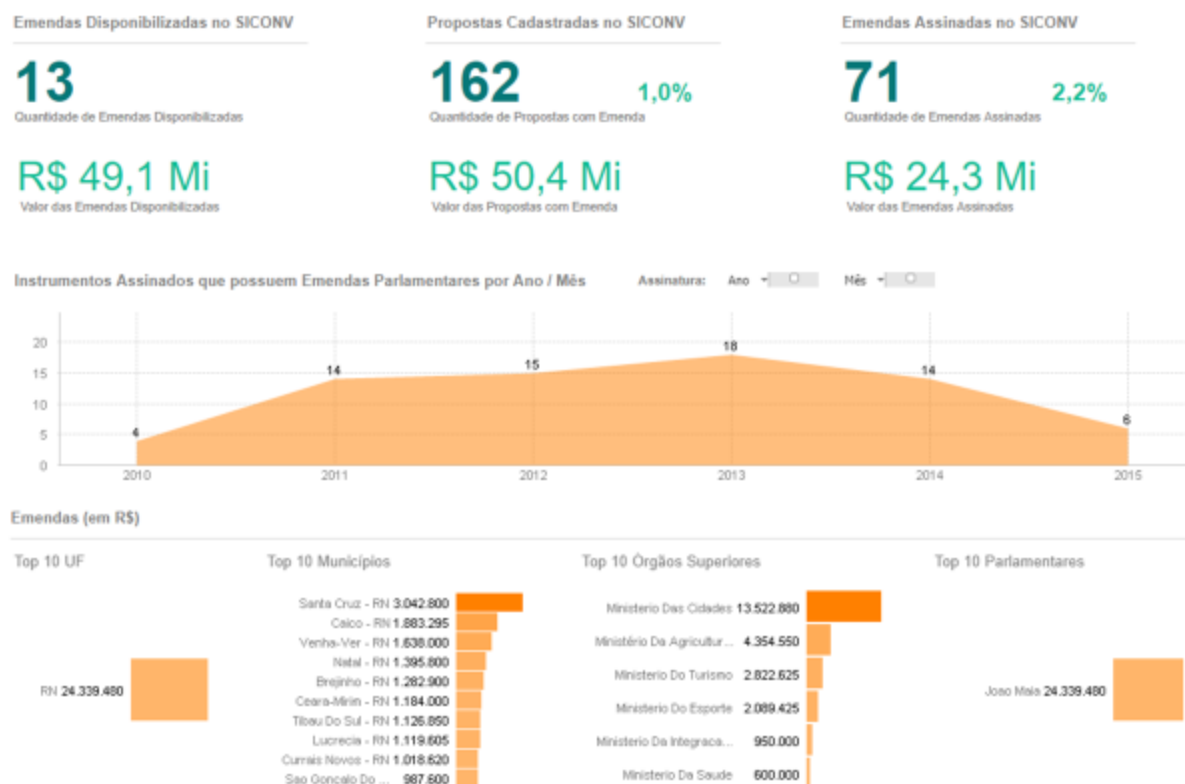
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico C. Total Geral – Ente Município: João Maia e Zenaide Maia



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico D. Total Geral: João Maia



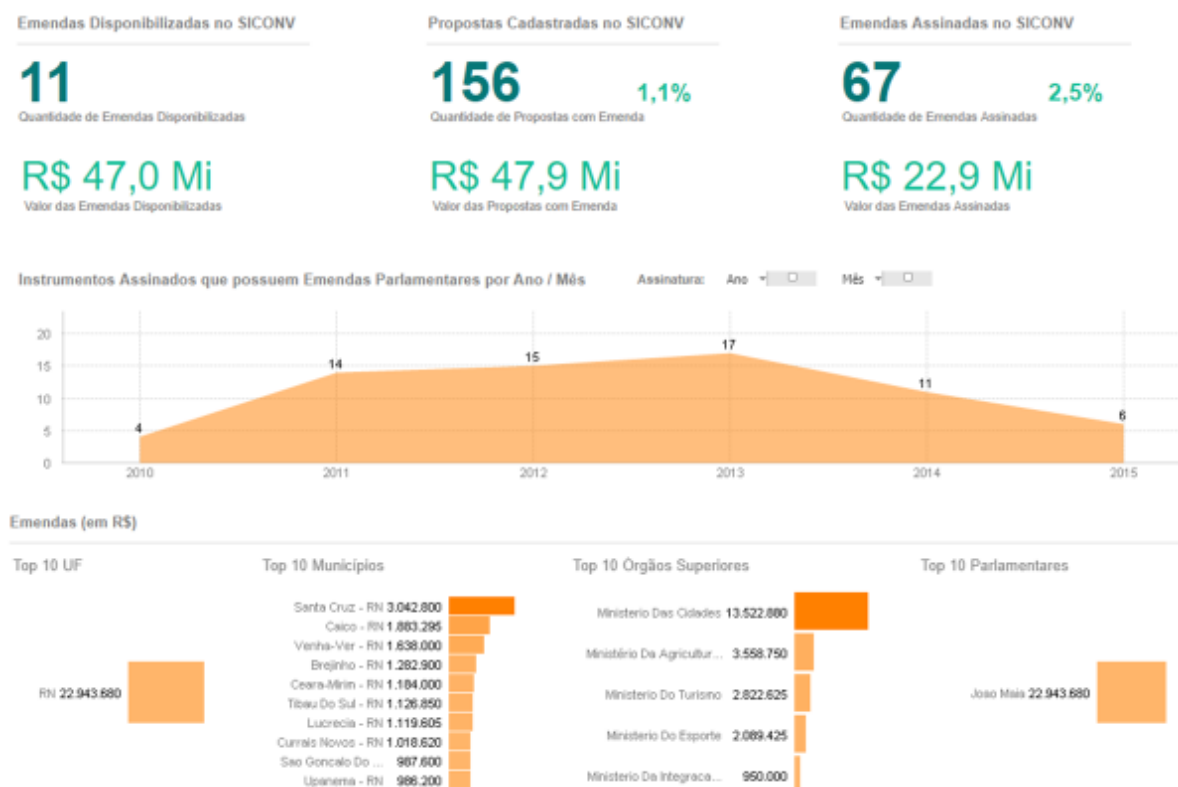
Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico E. Total Geral – Ente Estado: João Maia



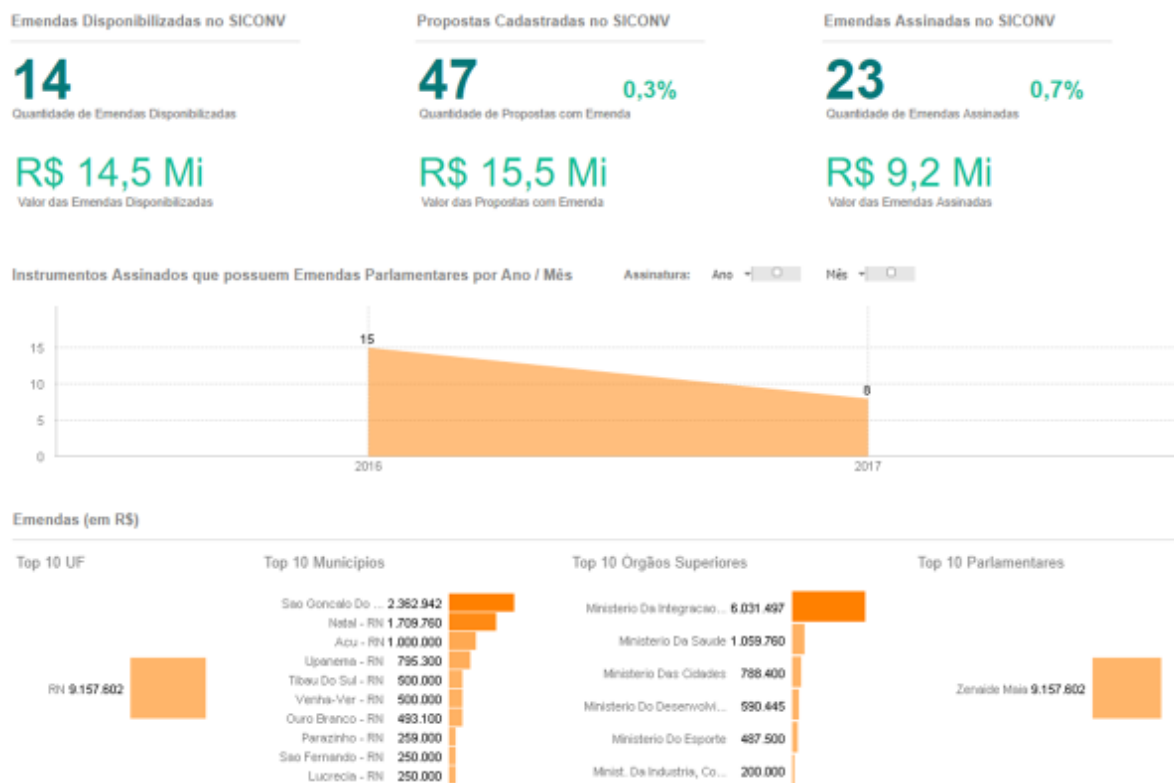
Fonte: SICONV, 2018

Gráfico F. Total Geral – Ente Município: João Maia



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico G. Total Geral: Zenaide Maia



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico H. Total Geral – Ente Estado: Zenaide Maia



Fonte: SICONV, 2018.

Gráfico I. Total Geral – Ente Município: Zenaide Maia

Emendas Disponibilizadas no SICONV

10

Quantidade de Emendas Disponibilizadas

R\$ 12,6 Mi

Valor das Emendas Disponibilizadas

Propostas Cadastradas no SICONV

35

Quantidade de Propostas com Emenda

0,3%

R\$ 12,6 Mi

Valor das Propostas com Emenda

Emendas Assinadas no SICONV

18

Quantidade de Emendas Assinadas

0,7%

R\$ 8,3 Mi

Valor das Emendas Assinadas

Instrumentos Assinados que possuem Emendas Parlamentares por Ano / Mês

Assinatura:

Ano:

Mês:



Emendas (em R\$)

Top 10 UF

RH 8.347.842



Top 10 Municípios

Sao Goncalo Do ...	2.362.942
Atcu - RN	1.000.000
Natal - RN	1.000.000
Upanema - RN	795.300
Tibau Do Sul - RN	500.000
Verilha-Ver - RN	500.000
Curo Branco - RN	493.100
Parazinho - RN	259.000
Sao Fernando - RN	250.000
Lucrecia - RN	250.000

Top 10 Órgãos Superiores

Ministerio Da Integracao ...	6.031.497
Ministerio Das Cidades	788.400
Ministerio Do Desenvolvi ...	590.445
Ministerio Do Esporte	487.500
Ministerio Da Saude	450.000

Top 10 Parlamentares

Zenaida Maia 8.347.842



Fonte: SICONV, 2018.

DOAÇÕES ELEITORAIS – Eleições 2010 – José Agripino.

Quadro 1. Doadores de José Agripino Maia – 2010.

Doador	Valor (R\$)
AROSUCO AROMAS E SUCOS S/A	70.000,00
AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	10.000,00
BANCO FATOR S/A	100.000,00
BUNGE FERTILIZANTES S.A.	100.000,00
COMITÊ FINANCEIRO ÚNICO	837.000,00
COMPANHIA METALÚRGICA PRADA	300.000,00
DIONE RECEPÇÕES LTDA	500,00
DIRETÓRIO NACIONAL	1.900.000,00
EIT EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA AS	550.000,00
ELDORADO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA	10.000,00
ELEIÇÃO 2010 JOSÉ AGRIPINO MAIA SENADOR	13.333,60
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	150.000,00
ITAU UNIBANCO S.A.	200.000,00
LOJAS RIACHUELO S.A.	50.000,00
LYSCAR ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA	1.000,00
MARCILIO TAVARES DE MELO	3.993,50
PEDREIRA POTIGUAR LTDA	72.900,00
PLENO - TECNOLOGIA & SISTEMAS LTDA	1.200,00
RECON ADMINISTADORA DE CONSORCIOS LTDA	1.000,00
ROMILDO TAVARES DE MELO	4.245,50
ROSALBA CIARLINI ROSADO	69.549,99
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	60.000,00
TEREZINHA TAVARES DA COSTA CARVALHO	5.187,00
TRA DISTRIBUIDORA, LOGISTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA	5.000,00
USIMINAS MECÂNICA AS	169.000,00
VINICIOS TAVARES DE MELO	10.199,00
VIRGILIO TAVARES DE MELO	11.375,00
VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.	120.000,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 4.825.483,59	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

DOAÇÕES ELEITORAIS - Eleições 2010 – PARTIDO DOS DEMOCRATAS

Quadro 1. Doadores do Comitê Financeiro Único do Democratas (RN)

DOADOR	VALOR R\$
ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A	100.000,00
ANA PAULA CAVALCANTI	300,00
ANA VIRGINIA CABRAL DE OLIVEIRA	300,00
ANDRE LUIS SALES DO AMARAL	300,00
ANDRE LUIZ FERNANDES XIMENES	300,00
BM & F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS	100.000,00
BRASIF LOCADORA LTDA	100.000,00
COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE	100.000,00
CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	800.000,00
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A	980.000,00
CONTAX S.A	300.000,00
CYRO KURTZ E ASSOCIADOS – ADVOGADOS	100.000,00
DALYANA OLIMPIA S. ALVES	300,00
DANIEL BRANDÃO DA CRUZ LIRA	300,00
DIRETÓRIO ESTADUAL/DISTRITAL	300.000,00
DIRETÓRIO NACIONAL	600.000,00
DORIA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA	5.000,00
EDUARDO ANTONIO MORAIS DE ARAUJO	300,00
EDUARDO MEDEIROS DE AZEVEDO	300,00
EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA S/A	1.105.000,00
FERNANDA CUNHA LIRA LEITE	300,00
FERNANDA KARLA OLIVEIRA PAIVA	300,00
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	150.000,00
HERBERT MEDEIROS GOMES	300,00
HERLAN SANTIAGO MARINHO	300,00
JOAO HENRIQUE DE OLIVEIRA RABELO	300,00
JOSE HENRIQUE REIS AZEREDO	300,00
JULIANA SOARES X. DE BARROS	300,00
KEILA NORONHA CUNHA	300,00
LARISSA DANTAS DE CARVALHO	300,00
MARIA DULCINEA LIMEIRA BRANDÃO	300,00
MURILO BARROS JUNIOR	300,00
NORSA REFRIGERANTES LTDA	100.000,00
PARANAPANEMA S/A	15.000,00
PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A	150.000,00
RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JUNIOR	300,00
RICARDO ANTONIO FERREIRA MAIA	300,00
SUELY RODRIGUES NOBREGA PIMENTEL	300,00
SUENIA ABRANTES DE SOUZA	300,00
SUENIA ANDRADE DE S.L. MEDEIROS	300,00
TASIA MARIA LISBOA SIMONETTI JAMALEDDINE	300,00
TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA	15.000,00

VALERIO MAGNUS DE OLIVEIRA	300,00
VIVIANY MARIA CARVALHO MEDEIROS BRITO	300,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 5.028.100,00	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

Quadro 2. Doadores ao Diretório Estadual/Distrital do Democratas (RN)

DOADOR	VALOR (R\$)
AÉCIO JACINTO DO NASCIMENTO	500,00
AJOSENILDO HERMENEGILDO ALVES	500,00
ALYNE DE LIMA NASSER	500,00
AMARO SIQUEIRA JUNIOR	500,00
ANA SELMA MENDES SILVA DE MACEDO	850,00
ANA VIRGINIA CABRAL DE OLIVEIRA	300,00
ANDRÉ LUIS SALES DO AMARAL	300,00
CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A	65.000,00
COMITÊ FINANCEIRO NACIONAL PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA	200.000,00
DICKSON RICARDO NASSER DOS SANTOS	500,00
DIRETÓRIO ESTADUAL/DISTRITAL	300.000,00
EDUARDO MEDEIROS DE AZEVEDO	300,00
FRANCISCO CANINDE DO CARMO DE LIMA	500,00
FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS	500,00
FRANCISCO GILDASIO DE FIGUEIREDO	1.600,00
GILDEAN ANDRADE DE OLIVEIRA	500,00
GILIARD DA SILVA MOTA	750,00
GLORIA MARIA DE ALENCAR	200,00
GUILHERME DE CARVALHO RÊGO	850,00
HERLAN SANTIAGO MARINHO	300,00
JOÃO EVANGELISTA BEZERRA	600,00
JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA RABELO	300,00
JOSÉ ADÉCIO COSTA	1.600,00
JOSÉ AMBROSIO DA SILVA	500,00
JOSÉ ERINALDO DE SENA	500,00
JOSÉ HENRIQUE REIS DE AZEREDO	300,00
JOSÉ MARTINS VERAS JÚNIOR	300,00
JOSÉ NETO DA SILVA	600,00
JOSENEY JORGE DA SILVA	500,00
JOSSÉ ELIAS DE SOUZA	500,00
LARISSA DANTAS DE CARVALHO	300,00
LUIZ BRAGANÇA	500,00
MARCOS VINÍCIOS DA SILVA LOPES	750,00
MARIA DOS PRAZERES GADELHA FERNANDES GALVÃO	500,00
MARIA DULCINEA LIMEIRA BRANDÃO	300,00
MURILO BARROS JUNIOR	300,00
NACES LUCIANO	750,00
PAULO VITÓRIO DA SILVA	750,00
RAFAEL DE HOLANDA MELO MONTENEGRO	850,00
RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JUNIOR	300,00

SERGIO TAWFIC HASBUM	850,00
SONALI ROSADO CASCUDO RODRIGUES NELSON DOS SANTOS	1.000,00
SUELY RODRIGUES NOBREGA PIMENTEL	300,00
SUÊNIA ABRANTES DE SOUZA	300,00
TANIA FERNANDES	500,00
TASIA MARIA LISBOA SIMONETTI JAMALEDDINE	300,00
VALE MANGANES S/A	350.000,00
VALÉRIO MAGNUS DE OLIVEIRA	300,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 939.000,00	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

Quadro 3. Doadores do Diretório Nacional do Democratas

DOADOR	VALOR R\$
ABIGAIL SILVA SUAREZ	200.000,00
ALUSA ENGENHARIA LTDA	40.000,00
BANCO ALVORADA S/A	2.660.000,00
BANCO BANKPAR S/A	1.800.000,00
BANCO BMG S/A	3.700.000,00
BANCO BRADESCO S/A	350.000,00
BANCO BTG PACTUAL S/A	200.000,00
BRASIF S/A EXPORTAÇÃOOP IMPORTAÇÃO	170.000,00
BRF-BRASIL FOODS S/A	110.000,00
CARBONIFERA CATARINENSE LTDA	50.000,00
CARLOS SEABRA SUAREZ	250.000,00
CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA	50.000,00
CCG EMPREENDIMENTOS LTDA	100.000,00
COESA ENGENHARIA LTDA	150.000,00
COMPANHIA BOA VISTA DE DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO	500.000,00
CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A	700.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	200.000,00
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A	230.000,00
CONSTRUTORA OAS LTDA	130.000,00
CONSTRUTORA TRIUNFO S/A	400.000,00
CONTAX S.A.	1.800.000,00
CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA DE OBRAS	200.000,00
CYRO KURTZ E ASSOCIADOS – ADVOGADOS	50.000,00
DIRETÓRIO ESTADUAL/DISTRITAL	499.000,00
DIRETÓRIO NACIONAL	956.239,15
EDITORA CERED CENTRO DE RECURSOS EDUCACIONAIS LTDA	235.000,00
EDITORA SOL SOFTS E LIVROS LTDA	590.000,00
EDK MINERAÇÃO S/A	30.000,00
EIKE FUHRKEN BATISTA	100.000,00
EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.	25.000,00
ENGEVIX ENGENHARIA S/A	80.000,00
ESTALEIRO NAVSHIP LTDA.	17.591,00
ETERNIT S/A	210.000,00
FERTILIZANTES FOSFATADOS SA FOSFERTIL	1.050.000,00

GALVÃO ENGENHARIA S/A	410.000,00
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	100.000,00
GRAFICA EDITORA STAMPPA LTDA	220.000,00
GRI GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA	250.000,00
GRP-PUBLICIDADE PROMOÇÕES E PESQUISAS S/C LTDA	75.000,00
IBQ INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA.	500.000,00
IMAVEN IMOVEIS LTDA	50.000,00
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A	50.000,00
JBS S/A	50.000,00
JONAS BARCELLOS CORREA FILHO	150.000,00
KOLETA AMBIENTAL S/A	500.000,00
MIRIAM CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS	0,01
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS AS	150.000,00
OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	120.000,00
PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	30.000,00
RECOFARMA IND. DO AMAZONAS LTDA.	350.000,00
RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA	100.000,00
RIO VERDE ENERGIA S/A	450.000,00
ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO	50.000,00
SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	500.000,00
SAMA S/A - MINERAÇÕES ASSOCIADAS	30.000,00
SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	150.000,00
SOCIEDADE EDUCACIONAL BRICOR S/C	200.000,00
TEMPO SERVIÇOS LTDA	1.800.000,00
ULTRAFERTIL AS	250.000,00
URUCUM MINERAÇÃO S/A	750.000,00
VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S/A	250.000,00
VITACHEMIE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	100.000,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 25.467.830,16	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

ANEXO 15

DOAÇÕES ELEITORAIS – Eleições 2010 – Garibaldi Alves Filho.

Quadro 1. Doadores de Garibaldi Filho

DOADOR	VALOR R\$
AQUATEC INDUSTRIAL PECUÁRIA LTDA	5.000,00
ASA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	100.000,00
COMITÊ FINANCEIRO ÚNICO	2.483.721,00
CONSTRUTORA PLANICIE LIMITADA	21.120,00
CONSTRUTORA SUCESSO S/A	147.700,00
DANIEL HENN THOME	6.000,00
DIRETÓRIO ESTADUAL/DISTRITAL	200.000,00
ELEIÇÃO 2010 ROSALBA CIARLINI ROSADO GOVERNADOR	6.016,66
ELEIÇÕES 2010 GARIBALDI ALVES FILHO SENADOR	16.050,00
EMPRESA JORNALISTICA TRIBUNA DONORTE LTDA	14.400,00
ITAÚ UNIBANCO S/A	200.000,00
JOÃO PAULO MARTINS DO NASCIMENTO	2.400,00
MÁRCIA REGINA DE FREITAS VIVIANE RAMOS	5.833,00
MARCILIO TAVARES DE MELO	3.993,50
MARICULTURA SANTA MARIA LTDA	1.000,00
MARSOL HOTEIS E TURISMO S/A	15.000,00
MARSOL HOTEIS E TURISMO S/A	15.000,00
PARELHAS GÁS LIMITADA	9.991,09
QUERMOWTH COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA	15.000,00
ROMILDO TAVARES	4.245,50
SALINOR - SALINAS DO NORDESTE S/A	70.000,00
SANIMARCOS FIRMINO DA SILVA	2.400,00
SANTANA ALGODOEIRA LIMITADA	30.000,00
SEVERINO DO RAMO VIDAL BISPO	5.833,00
SKY BRASIL SERVIÇOS	50.000,00
TAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	50.000,00
TECNARÃO - TECNOLOGIA DE CAMARÃO LTDA	4.000,00
TEREZINHA TAVARES DA COSTA CARVALHO	5.187,00
TRES CORAÇÕES AIMENTOS S/A	60.000,00
USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHAS LTDA	15.000,00
VALDÉSIA BEZERRA PESSOA	3.440,00
VINICIO TAVARES DE MELO	10.199,00
VIRGILIO TAVARES DE MELO	11.375,00
WALTER PEREIRA ALVES	9.455,86
TOTAL DE RECEITAS R\$ 3.662.893,94	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

ANEXO 16

DOAÇÕES ELEITORAIS – Eleições 2010 – PMDB.

Quadro 1. Doadores ao Comitê Financeiro Único do PMDB (RN)

DOADOR	VALOR R\$
ABIGAIL SILVA SUAREZ	200.000,00
ALACIDE ARAÚJO DOS SANTOS	25.000,00
ALESAT COMBUSTIVEIS AS	400.000,00
ALUSA ENGENHARIA AS	50.000,00
ARNO GUIDO SCHMITT	30.000,00
BANCO BMG AS	250.000,00
BANCO BRADESCO AS	300.000,00
BANCO FATOR AS	50.000,00
BIOENERGY GEREADORA DE ENERGIA LTDA	10.000,00
BMG LEASING AS	150.000,00
BOM PEIXE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	15.000,00
BRASIF SA EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO	50.000,00
CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA	50.000,00
CMT ENGENHARIA LTDA	200.000,00
COMITÊ FINANCEIRO NACIONAL PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA	400.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS – AMBEV	70.000,00
COMPANHIA DE TECIDOS SANTANENSE	100.000,00
COMPANHIA METARLUGICA PRADA	300.000,00
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO	420.000,00
DAMM ALIMENTOS	5.000,00
DIRETÓRIO ESTADUAL/DISTRITAL	1.052.499,00
DIRETÓRIO NACIONAL	3.975.000,00
EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA AS	700.000,00
ELEIÇÃO 2010 GARIBALDI ALVES FILHO	220.000,00
ELIAS JOSE TAVARES	15.000,00
EQUIPAV SA AÇUCAR E ALCOOL	100.000,00
GARIBALDI ALVES FILHO	40.000,00
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS AS	175.000,00
GT MARKETING E COMERCIO LTDA.	50.000,00
GUARARAPES CONFECÇÕES AS	50.000,00
M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	150.000,00
PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	40.000,00
PORCELANATTI REVESTIMENTO CERAMICOS AS	300.000,00
REFINARIA NACIONAL DE SAL S.A	30.000,00
ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA	9.999,99
SERVENG CIVILSAN SA ENGENHARIA	250.000,00
SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS AS	100.000,00
USIMINAS MECANICA AS	290.000,00

TOTAL DE RECEITAS R\$ 10.622.498,99

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

Quadro 2. Doadores ao Comitê Direção Estadual/Distrital do PMDB

DOADOR	VALOR R\$
BANCO SAFRA BSI/AS	150.000,00
GALVÃO ENGENHARIA S/A	500.000,00
GERDAL COMERCIAL DE AÇOS S/A	100.000,00
ORTENG EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	200.000,00
VALE MANGANES S/A	350.000,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 1.300.000,00	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

Quadro 3. Doadores ao Comitê Financeiro Nacional do PMDB para Presidente da República

DOADOR	VALOR R\$
CONSTRUTORA COWAN S.A.	1.936.659,78
CONTAX S.A.	1.000.000,00
DIRETÓRIO NACIONAL	2.050.000,00
EDERSON ALEXANDRE SAMULEWSKI	2.800,00
ELIAS SOARES PINHEIRO JR	3.600,00
ELISSANDRA TAMARA DA SILVA	2.600,00
EMELINE COSTA	1.650,00
EMPRESA JORNALISTICA SUDOESTE LTDA.	600,00
GENESIO ELEUTERIO	250,00
HAMILTON JOAO DA SILVA	4.000,00
ILDA ESMERIA HOFFMANN RODOLPHO	2.000,00
JBS S.A.	1.000.000,00
JEAN PIERRE SILVA	2.300,00
LAURO DA SILVA	2.450,00
MARCIA MARIA RUDOLPHO	430,00
MARIA AULIER PIERRE	500,00
MARIANE POLEZA MATOS	2.800,00
MARILEI MARLENE CIBULSKI	300,00
MAZER & CIA.LTDA.	1.350,00
MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.	500.000,00
RENATO GASPIERI	1.800,00
ROQUE RENSI FILHO	2.100,00
TOTAL DE RECEITAS R\$ 6.518.189,78	

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.

Quadro 4. Doadores do Diretório Nacional do PMDB

DOADOR	VALOR R\$
ABIGAIL SILVA SUAREZ	510.000,00
AGROFRANGO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	71.428,57
ALVORADA CARTÕES, CRÉDITO FINANCIAMENTO ED INVESTIMENTO S/A	2.400.000,00

ANFAL PET - ASS. NACIONAL FABRICANTES DE ALIM. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	100.000,00
AOS EMPREENDIMENTOS S/A	75.000,00
AVG MINERAÇÃO LTDA	750.000,00
BANCO ALVORADA S/A	6.830.000,00
BANCO BMG S.A	1.600.000,00
BANCO BRADESCO S/A	1.400.000,00
BANCO BTG PACTUAL S/A	275.000,00
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	800.000,00
BASEVI CONSTRUÇÕES S/A	150.000,00
BRACOL HOLDING LTDA	1.000.000,00
BRASAL REFRIGERANTES S/A	15.000,00
BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA	23.000,00
BRASKEM S/A	810.000,00
BRF - BRASIL FOODS S/A	180.000,00
B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMATICA DO BRASIL S/A	250.000,00
CARIOCA CHISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S/A	400.000,00
CARLOS SEABRA SUAREZ	490.000,00
CBA-CIA DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO	11.000,00
COESA ENGENHARIA LTDA.	50.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA	18.000,00
COMPANHIA FLUMINENSE DE REFRIGERANTES	14.000,00
CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A	500.000,00
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A	2.000.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	20.600.000,00
CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A	783.000,00
CONSTRUTORA INCORPORADORA SQ LTDA	80.000,00
CONSTRUTORA MARQUISE S/A	2.231.504,47
CONSTRUTORA OAS LTDA	3.575.000,00
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO	4.300.000,00
CONTAX S/A	3.400.000,00
CR ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS	1.180.000,00
CVI REFRIGERANTES LTDA	8.000,00
DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA.	71.428,57
DELTA CONSTRUÇÕES S/A	1.150.000,00
DIRETÓRIO NACIONAL	2.000.000,00
DISA DESTILARIA ITAUNAS S/A	500.000,00
DIXER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S/A	130.000,00
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL LTDA.	400.000,00
ENGEVIX ENGENHARIA S/A	400.000,00
FERTILIZANTES FOSFATADOS S/A FOSFERTIL	200.000,00
FIDENS ENGENHARIA S/A	400.000,00
FIRST S/A	100.000,00
FRANCO LAURO BOTELHO	200.000,00
FRIGORIFICO MABELLA LTDA	71.428,57
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A	800.000,00
GRANDE MOINHO CEARENSE S.A	200.000,00
ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA	840.000,00
JBS S/A	50.000,00

LEYROZ DE CAXIAS INDUSTRIA COMERCIO & LOGISTICA LTDA	2.740.000,00
MAXIMA ASSET MANAGEMENT LTDA	300.000,00
MBL ALIMENTOS S/A	71.428,57
MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S/A	150.000,00
MFB MARFRIG FRIGORIFICOS BRASIL S/A	71.428,57
NORSA REFRIGERANTES LTDA	42.000,00
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	125.000,00
OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	300.000,00
ORCHIDAE DISTRIBUICAO DE COSMETICOS LTDA	500.000,00
ORION PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.	300.000,00
PAMPEANO ALIMENTOS	71.428,57
PENASUL ALIMENTOS LTDA.	71.428,57
PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	40.000,00
PRAIAMAR INDUSTRIA COMERCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA	660.000,00
PRIMO SCHINCARIOL IND, DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S/A	500.000,00
QUATTOR PETROQUIMICA	50.000,00
QUEIROZ GALVAO EMPREENDIMENTOS LTDA.	500.000,00
QUEIROZ GALVÃO SÃO PAULO E. I LTDA	500.000,00
RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA	50.000,00
REFRESCOS GUARARAPES LTDA.	30.000,00
REGINALDO SANTOS FURTADO	44.000,00
RENOSA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A	21.000,00
RICHARD KLIEN	500.000,00
RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA.	58.000,00
RODOLFO RIECHERT	150.000,00
SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	350.000,00
SAFRA SEGUROS GERAIS S/A	75.000,00
SAFRA VIDA E PREVIDENCIA S/A	75.000,00
SAO PAULO ALPARGATAS S/A	830.000,00
SERVENG CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA	800.000,00
SMA S/A MINERAÇÕES ASSOCIADOS	50.000,00
SOROCABA REFRESCCOS S/A	6.000,00
SPA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	200.000,00
SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS	51.000,00
THOMAS KLIEN	150.000,00
TRIER ENGENHARIA LTDA	1.500.000,00
UBERLANDIA REFRESCOS LTDA	7.000,00
ULTRAFERTIL S/A	500.000,00
UTC ENGENHARIA S/A	450.000,00
VALE MANGANES S/A	2.000.000,00
VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	534.000,00
VIA ENGENHARIA S/A	3.575.000,00
VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A	2.000.000,00
VOMPAR REFRESCOS LTDA	51.000,00

TOTAL DE RECEITAS R\$ 85.442.504,46

Fonte: Site Oficial do TSE, 2018.